32101 067316933

Digitized by Google

Presented by
Gulbenkian Foundation, Inc.

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

A questão ibérica

O Território e a Raça
António Sardinha

A Língua e a Arte
Hippólyto Raposo

Música e Instrumentos
Luís de Freitas Branco

Aspectos Económicos
José Pequito Rebello

Colonizações Ibéricas
Ruy Ennes Ulrich

Direito e Instituições
A. Xavier Cordeiro

Aspectos Político-Militares
Vasco de Carvalho

Lição dos Factos
Luís de Almeida Braga

Em Lisboa:
Na Tipografia do Anuário Comercial.
Ano MCMXVI.

Digitized by Google

Digitized by Google

100

A QUESTÃO IBÉRICA

Digitized by Google

Digitized by Google

INTEGRALISMO LUSITANO

A Questão Ibérica

O Território e a Raça — *Antonio Sardinha*
A Lingua e a Arte — *Hippólyto Raposo*
Música e Instrumentos — *Luís de Freitas Branco*
Aspectos Económicos — *José Pequito Rebello*
Colonizações Ibéricas — *Ruy Ennes Ulrich*
Direito e Instituições — *A. Xavier Cordeiro*
Aspectos Politico-Militares — *Vasco de Carvalho*
Lição dos Factos — *Luís de Almeida Braga*

LISBOA
Depositários: ALMEIDA, MIRANDA & SOUSA Ltd.
133, Rua dos Poiais de S. Bento, 135
1916

Digitized by Google

DP557
.S7xQ84

Digitized by Google

Os desvarios da República de Portugal alentam de novo a questão ibérica. Ninguem ignora que desde a vinda do humanitarismo revolucionário e romântico, todo o apóstolo da panaceia democrática se julgava com direito de chamar o seu país independente à união ou à federação peninsular.

E com o artifício de alguns vocábulos exdrúxulos, cujo sentido era certo escapar-lhes à percepção, iam atacando pelo descrédito as velhas Instituições Monárquicas que só eram más pela muita impureza republicana que durante quasi um século as vinha corrompendo.

Da federação peninsular, da abolição das convenções aduaneiras, a exemplo dos mentores da soberania do povo, falavam por tabernas e comícios quantos analfabetos eram tomados do delírio democrático, de sorte que a abolição das fronteiras só faltava para que nos braços uma da outra caíssem as duas nações irmãs, até então separadas pela escravidão aos interesses de duas dinastias. Nada mais simples para garantir a paz, gerar a abundância, a virtude, aos corações oferecendo um eldorado de encanto em permanente festim. Só dêste modo se avançaria para a fraternidade universal com a abolição das pátrias que são conceitos retrógados e para a grande Familia-Humanidade que

194 J 7007 4

Digitized by Google

continúa a sorrir das quimeras políticas de há cem anos, defendendo os seus direitos com honra as raças e as nações.

Mas logo que alguma noção concreta de responsabilidade conteve um pouco a torrente da asneira (única liberdade agora lícita), não mais os democratas prègaram a união ibérica, sem que já pudessem abafar os antigos ecos dos seus imprudentes e perigosos clamores.

Espanha, porêm, entendeu não dever esquece-los e no princípio dêste ano renovou mais claramente do que nunca, as suas aspirações fusionistas.

Seja a federação amigavel nos termos em que a preconiza o político romântico Don Juán del Nido y Segalerva ou a simples anexação *para nos salvar* da ruina, no pensamento cruelmente irónico do professor Vicente Gay, toda a Espanha se deslumbra com a visão do Rei Afonso XIII, erguendo em triunfo a águia bicéfala, cujas asas cubram a velha Ibéria.

Enquanto o problema lá se agitava ha meses, estudando-se os meios de mais seguramente efectivar as aspirações antigas da Política Castelhana, cá dentro, o devorismo democrático não permitia aos que governam levantar os olhos para mais alto.

Os autores dos estudos aqui reunidos não se julgam os

Digitized by Google

mais competentes para versar os assuntos de que se incumbiram; mas com bom direito se podem considerar os mais prestáveis. Esta confissão que se antecipa em resposta à má-vontade de possiveis censores, bastará para lhes desculpar a insuficiencia de que se acusam.

Deante da campanha iberista, intensa e demorada, que fizeram os nossos políticos que para aí andam numa cabra-céga trágica? Que fizeram os professores, os economistas, os militares de galões largos, os colonialistas, os... patriotas? Como procedeu a imprensa, calada ou imbecilmente desdenhosa, com uma ou duas excepções de jornais conservadores?

Nós pensamos que para nos defender da natural ambição imperialista de Castela que esta decadência mais fortalece, não é bastante a Divina Providência ou o Acaso, seu rival, pouco importa a sombra de Nun'Alvares, a pá de Brites d'Almeida, as estâncias dos *Lusiadas,* as palavras sentenciosas de Pombal. São logares-comuns de combustivel puramente literário, queimado no delírio patriótico de conselheiros que não compreendiam o valor de tais símbolos.

Aqui, temos a louvavel pretenção de demonstrar que, em face dos chamados elementos clássicos de nação, Por-

Digitized by Google

tugal tem tanta individualidade como Castela. Só êsse intuito nos conduziu. Estas palavras que a Espanha culta as aceite como a proclamação de um direito que até hoje ninguem se incomodou a afirmar na discussão escrita, com a certeza e o desassombro com que aqui o fazemos, sem que às nossas palavras a mais leve intenção agressiva seja lícito atribuir.

Passou o tempo da ironia e do riso demolidor, não pode subir mais o montão das ruínas: a hora é de crença para os que desejam ser grandes ou querem simplesmente conservar-se dignos.

Herdámos da geração de nossos pais um triste património de ideias: aqui o repelimos com nobreza e decisão para ter direito de acusar os portugueses mortos que em má hora contestaram as nossas razões de independência, em nome de uma falsa filosofia.

Em que país do mundo poderia acontecer que alguns dos seus melhores pensadores, dos que escreveram e leram a História de sete séculos, viessem afirmar que a realidade historico-política da sua pátria é um capricho do acaso ou o resultado mal-firme de um casamento de principes?

Meio século a mais de cultura e experiência teria agora levado êsses portugueses a um remorso exemplar, se a

Digitized by Google

mortos não podemos fazer a injúria de os julgar mal-intencionados.

As pátrias provisórias, as fronteiras da Terra abertas a todos os homens, o delírio pacifista pretextando largos banquetes, têm a resposta eloquente na actual guerra da Europa em que o espírito das nacionalidades como nunca se afirma e afervora.

O sentimento da independência adormecido na paz de longos anos por tantas quimeras, renasce e papita dos campos às cidades: guerra para defender a patria, guerra para legitimamente a engrandecer!

Falando em nome de um sentimento que deve ser de todos e em nome de uma doutrina que é de novos e para ser por novos compreendida, os autores destas conferências pensam sinceramente que não há outro caminho para alcançar a verdade política em Portugal, visto que à Nação pedem os elementos orgânicos do Estado e no culto da Tradição do que fômos, motivam a fé do nosso maior destino.

Em 1820 a derrocada começou e já os melhores esforços nada valeram para nos deter na marcha para a República, cujas provas ninguem poderia esperar tão rápidas e concludentes. Como uma violência imposta às condições

Digitized by Google

em que a nacionalidade se individualizou, a solução não podia deixar de ser negativa e conduzir-nos até êste turbilhão de indisciplina que ninguem já pode conter, em nome de princípios que a autorizam e estimulam constantemente.

Um povo a quem roubaram o sentido da ordem social e que nos intervalos da sesta se envenena com uma imprensa de fadistas; um exército em que os sargentos mandam nos capitães e cujos oficiais se desrespeitam como apaixonados políticos de facção; um operariado perdido pelos agitadores na incerteza das mais dissolventes quimeras; magistratura servil e sem espírito de classe; lavoura fatalista e desorganizada, tudo vive entregue a um Estado, senhor da Ordem, que ha muito reconhece e protege oficialmente uma categoria profissional nova, os revolucionários civis, parecendo já um simbolo trágico aquele palhaço que pela mão de um revisteiro apareceu há meses num teatro de Lisboa, figurando Camões a cantar o fado.

As conferências que se vinham realizando no salão da Liga Naval Portuguesa, em resposta à campanha da imprensa espanhola, alguma coisa testemunham, cremos, das ideias dos monárquicos, ácerca da união ibérica.

A toda a hora, à falta de razões para nos calar e de

Digitized by Google

boa-fé para reconhecer os nossos propósitos, é repetida a calúnia de que os monárquicos desejam a intervenção de Espanha.

Respondam-lhe, de uma vez para sempre, as seguintes palavras de Segalerva no seu livro — *La Unión Ibérica*, a páginas 364: «*Nada se puede intentar más contrario á todo esto, ni más favorable á la continuatión, aumentada y agravada, de la triste historia de la ruina del* IMPERIO PENINSULAR, *que acabamos de examinar en los capitulos de este libro, que la restauratión de la Dinastia de la Casa de Braganza en el Trono de Portugal.*

Sobre esa Dinastia pesa la responsabilidad do haber deshecho en tiempo de Felipe IV la obra de Don Felipe II, y si fuere restaurada renacerian con ella todos los obstáculos que desde 1640 vienen impidiendo la UNIÓN IBÉRICA.

Por isto, que no ha menester otra defensa que la de ser enunciado, no proceden con cordura los españoles que toman parte, más ó menos directa, en la ejecution de ciertas tentativas. La politica sensata aconseja la más absoluta abstentión y esperar el desenvolvimiento de la Republica portuguesa. Nosotros no debemos ayudar ni la Monarquia ni la República; pero en todo caso, más debemos ayudar la República que la Restauratión monarquica».

Digitized by Google

Como se vê pelas rubricas, a série não se completou, porque a 15 de Maio dêste ano, um bando de *patriotas* armados, dando vivas à República, à Liberdade e à Constituição, invadiram as salas da Liga Naval, quebrando mobilia, *apropriando-se* outros de varios objectos e dinheiro, no delirio do seu triunfo.

As conferências foram suspensas, porque a República tinha sido pela segunda vez proclamada e a Constituição estava novamente em vigor...

E neste momento escuro em que de todos os lados as cassandras profetizam morte, queremos nós afirmar que a República não é, nem pode ser jamais a Nação Portuguesa, que a todos os tiranos chega o momento de ser vitimas e que em nome da nossa mocidade, da nobreza do nosso espirito e da nossa honra de Portugueses — queremos viver!

Outubro de 1915.

A conferência que nesta série se anunciara com o titulo — *Diplomacia Peninsular* do nosso camarada Alberto Monsaraz, não pôde ser incluida no presente volume, por motivos estranhos à vontade de todos.

Será brevemente publicada em separata e virá a fazer parte dêste livro em outra edição, se por fortuna a vier a ter.

Digitized by Google

O Territorio e a Raça

Conferencia realizada na sala nobre da Liga Naval Portuguesa, em 7 de abril de 1915.

Digitized by Google

Digitized by Google

O IBERISMO

A crise nacional e o Iberismo. Causas da nossa decadencia. A Liberdade e o espirito protestante. O pensamento reaccionario. A concepção teocrática da Igreja. A Revolução, filha da Reforma. Antecedentes do programma de Badajoz: — o conluio dos «*martires da Patria*» com o general espanhol Cabanes. Manoel Fernandes Tomás entendido com um club secreto de Cadiz. Confederação republicana da Peninsula. A Maçonaria, traidora á Patria. A *Carta*. Uma frase de Antonio Rodrigues Sampaio. O Iberismo autorisando-se de Alexandre Herculano e de Oliveira Martins. O Iberismo, como doutrina revolucionaria da parte de Portugal. O Iberismo, como afirmação natural da parte de Castela.

O TERRITÓRIO

O planalto central da Peninsula e a depressão maritima da vertente ocidental. Zona seca e zona humida. Continentalidade e insularidade. Fronteiras naturaes. A influencia dos rios e do litoral na formação da nacionalidade portuguêsa. Elisée Réclus. O depoimento duma publicação oficial espanhola. O exemplo da Holanda. Regime pluvial e diversidades climáticas. Meio fisico e determinismo psicológico. O genio castelhano e o genio português. O Lirismo e a Epopeia.

A RAÇA

O homem de Mugem e o braquicéfalo immigrante. O pequeno dolicoide e o mesaticéfalo vizinho. Tipo homogeneo do português. Diversidade de tipo nas populações espanholas. Razões etnicas da nossa autonomia. Resistencia nativa do Lusitano e simpatias fusionistas do Ibero. O localismo, motivo estrutural da nossa historia. O espirito militante, caracteristica da historia espanhola. A colonização. Comunitarismo e individualismo. O orgulho e a vaidade. As *Canções de Gesta* e a *Materia de Bretanha*. A demonstração de Olivença.

CONCLUSÃO

Apelo á gente nova. A festa a Nun'Alvares. Um verso de Calderon de la Barça.

Digitized by Google

Digitized by Google

Minhas Senhoras e meus Senhores:

I

Como em toda a hora de crise nacional, o perigo ibérico está diante dos nossos olhos, indicando o futuro mais certo da Patria, se a Patria se não reabilitar lá fóra, quanto antes, pelo regresso á Ordem e pelo respeito a si mesma. Só vivem os povos que sabem viver. E saber viver não é arrastar uma existencia subalterna de país tolerado, sem mais direito a dirigir-se e a ter-se em conta de autónomo que a condescendencia um tanto duvidosa dos vizinhos. E' essa hoje, infelizmente, a nossa desgraçada situação. Levamos a carreira doida do abismo numa farandola de insensatos que se afundam, cantando e rindo, tal como os bailarins macabros da lenda. Ninguem se crispa num gesto que ao menos nos salve a dignidade! Tomou-nos a moleza do invertebrado. E como invertebrados sofremos sem reacção os vexames d'um destino que é já de mais para a nossa honra de homens de bem, quanto mais de cidadãos livres duma terra livre! Não temos ainda para cá das fronteiras o inimigo tradicional. E se êle vier, não será a sua aspiração de séculos que o ha-de erguer em som de guerra contra nós. Jnstiça ao cavalheirismo de Castella, nós é que a chamaremos ás armas, —hão-de ser os nossos desvarios que, esgotando-lhe a paciencia, acabarão por lhe escancarar as portas da casa. A solução intervencionista é logica, é natural, como as coisas que o são, quando um importuno nos incomoda e nos coloca em risco de quebra o nosso proprio sossego, a nossa propria disciplina. Quem perdeu o geito de ser prudente e não faz mais nada senão desgovernar-se, abre-se-lhe uma falencia ou instaura-se-lhe uma curadoria. Não é outro, meus Senhores, o nosso tristissimo caso!

Nós andamos a desmembrar-nos aos bocados, como numa grande barafunda em que os pais mercadejassem os filhos e os filhos leiloassem os pais. Manda em nós o estrangeiro do interior. E' o estrangeiro do interior quem calunía o nosso Passado e cobre de descrédito as suas gloriosas instituições, para que as raizes de Por-

Digitized by Google

tugal se enfraqueçam e nós não sejamos dentro de breve senão um terreno raso para as experiencias do internacionalismo maçonico. E' o estrangeiro do interior quem profana os nossos templos, quem ennodôa de infamias as velhas crenças que tornaram forte a Grey e nos trata como pretos debaixo da trindade revolucionaria — Liberdade, Igualdade e Fraternidade, velharia caduca, que olharíamos como uma caricatura sem nome, se a nós nos não custasse como o pior dos pesadelos. E' o estrangeiro do interior quem nos conduz ao fim dos fins, — quem nos divide e enfurece em brigas fratricidas, roubando-nos o senso duma força superior que, vinda de Deus e da Historia, é, como os campos de batalha europeia no-lo comprovam, o motivo mais forte de durar e de vencer. Se Portugal possuisse uma finalidade, nunca o estrangeiro do interior, com palavras de promessa na bôca de mentira, nos empurraria assim para a ùltima das vergonhas, prestes a atar por nossas mãos a grilheta infamatoria! Nunca! Mas se quê? A idéa colectiva desapareceu de todo na nossa sociedade, — se o mais esteril individualismo nos depõe em aposentação numa transigencia covarde com o azorrague que nos castiga!

São as consequencias dum crime que de longe vem, meus Senhores! E' o crime dos ilusionistas de 1820 que, subvertendo os alicerces inviolaveis da Patria, a constrangeram levianamente num molde criado pela sua fantasia a escaldar. Cada povo, porque é povo, rege-se pelas leis fixas do seu determinismo, — leis que, sendo *limite* e *coordenação*, são por via disso *fisionomia* e *vitalidade*. Alienar em mim as condições familiares da minha ascendencia, é alienar-me a mim proprio. Outro papel não tiveram os exaltados politicos do Romantismo, porque, traíndo a nossa conformação hereditaria, nos puseram inteiramente ao capricho duma utopia desorganizadora, que qor fatalidade irreparavel nos havia de despenhar nesta desgraça das desgraças em que hoje rolamos perdidos.

Eu não venho aqui, meus Senhores, acusar ninguem. Mas não devo calar a minha repulsa, a indignação da minha consciencia de português, pela liberdade teórica de Mousinho da Silveira que, soprada pelos ventos atrabiliarios da França, nos arrancou á certeza do nosso destino histórico, para nos abandonar, depois de desenraizados e perdidos, á doutrina suicida que em Oliveira Martins toma expressão definida.

Um país, uma patria, é, meus Senhores, uma realidade fisiológica com os seus caractéres tão certos, regulados por leis tão inalteraveis, como os caractéres e as leis por que se distinguem as outras realidades físicas de que a vida se compõe. Tem a mais, como o corpo humano, uma alma, que é o genio da Raça, — a razão afectiva dum povo. Essa alma è tecida pelo sentimento e pela expe-

Digitized by Google

riencia das gerações defuntas, amassando-se numa síntese de actividade e de direcção, na qual nós não temos o direito de tocar nem de leve, visto constituir o impulso medular de toda a ordem que seja contínua e estavel.

Bacon já dizia que as forças da natureza não se dominam senão obedecendo-se-lhes.

Resignando-nos numa aceitação heroica ás indicações do espírito ancestral, isso não importa um recúo para a noite escura das origens, nem uma recusa sistemática a quantas luzes a curiosidade sempre crescente da inteligencia nos haja de trazer de novo.

O que é preciso é manter a virtude indagadora do nosso conhecimento adentro da sua função específica.

Quando ela se excede, cai-se na hipertrofia da apreciação subjectiva, que nos leva a projecções dementadas da nossa ideação em febre, tal como na historia triste do triste cavaleiro manchego; ou então arrasta-nos a abusos de doutrina e de análise que, abstraíndo de quantas verdades no cercam, nos atiram irreparavelmente para o aluimento de todas as firmezas e de toda a iniciativa. Não se ignora que sem crêr não se póde querer. A vontade não existe sem uma crença forte, que é a sua dinâmica poderosa. Lá asseverava Renan que, se Napoleão fôra tão critico como ele, não daria nunca o golpe do Brumario.

Eis porque para nós outros, os do Ocidente, o *livre-exame* representa a mais terrivel das catástrofes. Nós possuíamos o nosso patrimonio mental e psicológico estratificado por séculos seguidos de historia nos nascentes da nossa propria personalidade. Surgiu a Reforma. E com a rebeldia sacrílega de Lutero não se cuide que a Germania, escandalizada pelos desperdicios faustosos da côrte pontifícia, procura sossegar as inquietações da consciencia cristã e conferir-lhe uma regra que a defendesse sólidamente contra as licenças da cultura greco-latina.

Não! Os desperdicios de Roma, — abençoados desperdicios! —, valiam para nós não só a ressureição dos monumentos soterrados nas ruinas da Cidade-Eterna, mas ainda o triunfo do genio ocidental nos frescos da Capela-Sixtina, com mestre Michael, repartindo-se entre os textos de Platão, que lhe ensinavam o amor da Beleza, e o Moysés formidavel do tumulo de Julio II.

Desfeito ainda no particularismo da idade feudal, o espírito alemão, até á altura incapaz de atingir o equilibro dos seus valores colectivos, lança pela bôca dum monge despeitado o grito de desacato á metrópole brilhante das sete colinas. O Protestantismo, olhado á claridade deste criterio, é consequentemente um inimigo irreconciliavel da nossa formação de latinos. Tendeu a opôr uma mentalidade sua á mentalidade europeia, baseado nos preceitos que da

Digitized by Google

Italia nos vinham, já com a disciplina robusta dos estudos eclesiásticos, já com o convivio elegante dos velhos mestres recuperados.

Os elementos fornecidos pela Reforma á apaziguação da crise religiosa que o egotismo desenfreado da Renascença ocasionaría, são um dos muitos logares-comuns que a sciencia-oficial nos impõe, ao tomar conta de nós nas bancadas da escola.

Da Reforma nos veiu a Razão-Pura. Da Reforma nos veiu a Revolução-Francesa. Se na Alemanha, como fundamento da consciencia nacional, concedeu ás inclinações despersivas do homem-loiro um molde que obtivesse do seu individualismo ferrenho de batalhador um individualismo mais alto de grupo, o qual se transformasse de seguida na individualidade ainda mais alta de patria, entre nós, povos comunitarios e de delicado temperamento emocional, só se desenvolveu em motivos de vexação e de derrocada. Vejamos nós agora como.

Condena-se para aí, com muita abundancia de tropos, mas com pouco vigor de idéas, a assombrosa criação teocrática da Igreja durante o carregado periodo mediévico, em frente da qual o grande santo laico que foi Auguste Comte não hesitava em caír de joelhos.

A Igreja, como cabeça duma comunidade de nações reunidas debaixo do sinal purificadôr do Cruz, não fez senão realizar o ditame do Apostolo: — *quoti omnes unum corpus sumus in Christo.* O conceito moral de *Republica-christiana* se formou assim, colocando na tiára o fulcro rijissimo da estabilidade da Europa e dando ao nosso agitado continente aquela indispensavel unidade espiritual que é a condição primacial das verdadeiras missões civilizadoras.

Insurgido contra a avariose revolucionaria, que ele com tanta precisão qualificava de «*maladie occidentale*», Auguste Comte sonhava com um estado social aproximado a esse e não duvidou pôr aos jesuitas, — aos jesuitas, Mr. Homais! —, uma aliança ofensiva e defensiva com o Positivismo, afim de se combater sem treguas a anarquia de morte em que a latinidade se enfraquecia.

«A fé, isto é, a disposição a crêr espontaneamente, sem mais demonstrações preambulares, nos dogmas proclamados por uma autoridade competente, — confessava Auguste Comte, é a condição geral indispensavel para o estabelecimento e para a conservação duma verdadeira unidade intelectual e moral.»

Vendo-me a reabilitar a acção teocrática da Igreja Romana, Vossas Excelencias não duvidam já que eu sou reaccionario. Sou-o, — e com desassombro!

E' esse mesmo o titulo que mais dignifica o esforço mental de quem, como eu, se deseja reconciliar com as tendencias superiores do presente século.

Reaccionario, — exactamente! Porque ser reaccionario é estar com a herança filosófica de Taine, é aceitar os melhores ditames de

Digitized by Google

Comte, de Le Play e Renan, é receber de Fustel de Coulanges a lição imparcial da Historia que é Historia.

Ser reaccionario é defender a integridade da minha conformação hereditaria pelo acatamento ao Passado que me determinou e sem o respeito do qual as minhas razões de existir se esvaem depressa em menos que poeira

Por tempos largos os exageros fantasiosos do Progresso-Indefinido fizeram do desenvolvimento da sociedade uma marcha de capricho, convergindo por alterações incessantes a um ponto longinquo de perfectibilidade maxima que a Nação-Humanidade concretizaria!

Era o erro grosseiro do transformismo aplicado á sociologia. Era o romance da monera ignara de Hæckel, elevando-se por virtudes gratuitas da concepção evolucionista corrente á plenitude da consciencia, sem outro principio que a suscitasse para a luz, — para as dificeis cumiadas do Espirito, mais do que a propria força da materia em si.

Mas hoje, depois das verificações experimentaes de René Quinton, o criterio vulgar da Evolução padece uma emenda sensacional. Deixa de se figurar como um jogo continuado de modificações, para exprimir tão sómente uma afincada manobra de permanencia.

A vida *é*. E porque *é*, não pretende senão obter a integridade quotidiana e rigorosa de aquele conjunto de circunstancias específicas de que brotara um dia.

E' a apelidada lei da *constancia original* dos seres. Tão cedo se perturbe no seu conteúdo essencial o integralismo fisiológico das especies, ha para logo uma anulação que nada remedeia nem nada evita.

Ora é na observancia estrita do que nós, servindo-nos da terminologia scientifica, poderemos designar por «*meio-vital*» dum povo ou duma nacionalidade, que reside o justo sentido da palavra «reaccionario».

Nós, se queremos viver, somos reaccionarios em fisiologia, na defesa acérrima em que o nosso instinto se extenúa contra os agentes deleterios que nos minam surdamente o organismo.

De igual maneira, para vivermos em grupo, para que o laço mais nobre da sociabilidade se não desate e nós não tenhamos de seguir uma sina de pobres átomos degravitados, carece-se de se ser tambem reaccionario em politica.

Fustel de Coulanges no seu testamento mandava-se enterrar catolicamente. E explicando que não fôra nunca nem praticante nem crente, lembrava-se, contudo, de que os seus predecessores haviam nascido e morrido no gremio da Igreja Catolica.

«*Le patriotisme*, escrevia ele, *exige que si l'on ne pense pas comme les ancêtres, on respecte au moins ce qu'ils ont pensé.*» Tal

Digitized by Google

é o sentido profundo do termo *reaccionario*, para aí desacreditado por demagogos de profissão, mas que eu reivindico para mim, — repito, — como o titulo que melhor define a concordancia do meu espirito com as inspirações do meu tempo.

Ensina-me esse culto respeitoso pelo determinismo orgânico da Patria a lição inolvidavel dum ilustre livre-pensador francês, — de Jules Soury, um dos mestres mais reputados do materialismo moderno.

Não acreditava em Deus o autor ilustre de trabalhos scientificos, como são *Les fonctions du cerveaux* e *Le système nerveux central*. Chegara mesmo a atribuir a vocação divina do Christo a uma encefalite aguda. No entanto, Jules Soury declarava-se clerical numa epoca de batalha dura ao Catolicismo, dizendo-se em altas vozes tradicionalista na hora em que o internacionalismo libertario ganhava as massas e seduzia as *élites*. Era um reaccionario o tratadista notavel, a quem um nosso pobre primario, encartado em psiquatra de primeira classe, se fartou de arrepanhar o melhor da sua sabedoria de pobre-diabo das medicinas indígenas. Era um reaccionario que, embora mantivesse uma inabalavel negação religiosa, entoava todos os dias à letra espantosa do Oficio de Defuntos diante do leito em que a mãe lhe morrera.

No homem tudo muda, tudo se transforma, menos os neurones, — elucidava a estranha teoria de Jules Soury. E' nos neurones imutaveis e fixos que reside a razão fisiologica do Patriotismo pelos depósitos hereditarios acumulados na sucessão interminavel das gerações. Não se escudava em motivo diverso o catolicismo *du dehors* de Jules Soury. Como francês, reconhecia os limites em que o sentimento da França se emoldurava e definia. Acatava-os por isso e defendia-os em nome duma cultura desinteressada. Porque a Igreja fôra sempre a guarda vigilante da civilização ocidental, Jules Soury, enaltecendo-lhe a hierarquia e o espirito de renuncia e de sacrificio, batia-se por ela numa coragem rara de convicções. Enobrece ser reaccionario com figuras assim!

Pois, como reaccionario, é que eu acentúo o papel coordenador da teocracia romana durante a Idade-Média. A igreja representava esse elemento universal necessario á vida dos povos que a Maçonaria, invertendo os valores moraes e religiosos, pretende incarnar em si com o mito cosmopolita da Nação-Humanidade.

A experiencia dura da guerra actual deixa-nos medir bem a falta de um eixo de apoio em que as divergencias irredutiveis dos diferentes interesses politicos se conjugassem pacificamente em ordem ao equilibrio superior da comunidade internacional. A base dessa comunidade não pode repousar na supremacia dum imperio ou no predominio duma aliança. Fundamenta-se numa noção de natureza espiritual e afectiva que, consagrando por um lado os

Digitized by Google

múltiplos particularismos de que se reveste a idéa de Patria, por outro lado reúne as mais opostas aspirações na demanda duma mesma finalidade, — a finalidade moral e religiosa, que é a unica capaz de irmanar a todos os povos e a todas as raças.

Comprova-o a funcção historica da Igreja com a *Tregua de Deus* e a intervenção pontifícia nos demandos dos reis medievaes. Nem só a espada de Afonso Henriques sesteve o Portugal — nascente contra o poder tres vezes maior do leão de Castela. A bula do papa Alexandre III acudiu como um anjo da guarda á nacionalidade em começo.

Não é outro o conceito de «*Republica-christiana*». Joseph de Maistre bem o reabilitou em previsões que talvez pertença ao nosso seculo o haver de realiza-las. Só deste modo se corrigia a funesta divisão trazida pelo Protestantismo á liberdade e á paz da Europa.

Com efeito, aluído o vicariato supremo do Pontifice pela dissidencia irreconciliavel da Reforma, imediatamente ao interesse uno e equitativo da *Republica-christiana* se sobrepõem os interesses antagónicos dos varios Estados, disputando-se a primasía. Os Reis, que pela doutrina tomista eram chefes e não donos, engrandecem-se descomunalmente nas excessivas atribuições de magestade que o Protestantismo lhes confere, colocado na contingencia de se perder na anarquia, ou de prevalecer pela intervenção do Estado, visto não dispôr da firmeza certa do Dogma.

Falseando o principio católico de que toda a autoridade legítima vem de Deus, gera-se num sentido vicioso de investidura pessoal o absurdo direito divino dos dinastas, a quem os doutores reformados concedem até a prerogativa da ordenação sacerdotal. Na concepção católica da Realeza, a Monarquia, como expressão do conjuncto social, está acima do Rei. Com os mandamentos politicos do «*livre-exame*», o Rei suplanta a Monarquia. Esvái-se a identidade religiosa e moral do orbe católico em que cada estado procura preponderar, levado apenas em atenção ao seu alargamento insaciavel. As nações pequenas subalternizam-se em precarias esferas de influencia. Quem pesa na balança é a espada bruta de Brenus. Assiste-se ao embate da hegemonia francêsa com a hegemonia espanhola. As lutas de guelfos e gibelinos são pálidas sombras ao pé do passar e repassar de exercitos em que o coração da Europa se confrage e ensanguenta duradoiramente. Em Roma o Principe da Paz já não pode nada. Os preceitos germânicos da posse tinham-se sobreposto aos ditames claros de S. Tomás. Os Reis reinam já por si, — pelo seu capricho absoluto, e não pelo direito da sociedade em se conservar.

Não é denegrindo a Alemanha na sua literatura, na sua sciencia, nas suas artes e nas suas industrias, não é acusando-a de bar-

Digitized by Google

bara, o que é um elogio em relação á nossa civilização maçónica e negativista, e indo no dia seguinte louva-la em Beethoven e em Wagner, que o nosso problema de latinos se coloca em face da guerra contemporanea.

Se o nosso genio corre perigo de morte e se a nossa repulsa carece de ser afirmada diante das avançadas belicosas do homem-loiro, é na condemnação inexoravel do individualismo contagiado por ele ao Ocidente que o nosso ataque deve insistir, sem recorrer a caricaturas grosseirissimas que só deslustram a quem se não péje de utiliza-las.

Na verdade, se o Ocidente padeceu o mal da Revolução, se a mentira democrática nos dissolve e gangrena irreparavelmente, agradeça-se a esse nefando «*espirito-de-analise*», assoprado lá das bandas tristonhas da Germania!

Na Alemanha o «*livre-exame*» traduziu a constituição duma mentalidade autónoma perante a supremacia intelectual do Latinismo. Transferido para as categorias psicológicas do Ocidente por meio da rigida inteligencia huguenote, deu no abuso do criticismo, sem duvida a pior das muitas pestes que nos teem visitado. Esfarelou-nos os nossos motivos inatos de crer e de querer. Foi o indivíduo abstracto dos Imortaes-Principios, sobrepujando a regra eterna da colectividade. Foi Port-Royal, foi a Enciclopedia, — é Jean-Jacques, é o Liberalismo. Pelo amor cerebral das ficções inventa a transcendencia opressiva da Lei. A lei passa a determinar a sociedade, em vez de unicamente a exprimir. Surge daqui a paranoia parlamentar, tendo surgido antes, numa serie de terminações em *ismo*, dentro da religião, o Jansenismo, em politica religiosa, o Regalismo, e no campo do direito publico, o Absolutismo. No fundo sempre o Individuo, sempre a opinião caprichosa, sempre o *livre-exame!*

Pombal aclimata aos nossos horizontes uma abstrusão tamanha. Protege os Padres-do-Oratorio, gafados do defeito jansenista. Premia com bom dinheiro a *Tentativa Theologica* de Pereira de Figueiredo. Expulsa os jesuitas como terriveis republicanos, por eles defenderem as razões politicas de S. Tomás. Declara apócrifo o tratado de Vaz de Gouveia sobre a *Justa Acclamação* de D. João IV, em que se estabeleciam as limitações tradicionaes da nossa Monarquia. Eis porque o Marquês é bem o representante da corrente enciclopedista na sua face primeira, — a de apelo ao poder civil para suplantar as altas hierarquias eclesiasticas.

Na separação dos dois poderes, — do poder temporal e do poder espiritual, — é que descansa a mais sólida garantia da liberdade. São dois polos que se neutralizam reciprocamente para tudo o que haja de significar a preponderancia despótica de qualquer deles.

Digitized by Google

O poder espiritual é, na frase de Auguste Comte, «a reacção normal da inteligencia e do sentimento sobre a força». Conforme o grande filósofo da Ordem, «o principio revolucionario consiste sobretudo na absorção do poder espiritual pelas forças temporaes, que não reconhecem outra autoridade teórica que não seja a razão individual».

A razão individual é, como já vimos, filha directa do Protestantismo. «Tendo regeitado toda a autoridade espiritual para fazer prevalecer o livre-exame, escreve ainda Auguste Comte, o protestantismo não podia evitar a anarquia senão submetendo a Igreja ao Estado, cujo poder representava a supremacia material, emanada do número, em virtude da igualdade.»

São as vesperas da Revolução. Seu precursor natural, o nosso Marquês vai no acompanhamento dos chamados «*reis-filósofos*». E puxado pelas idéas em voga que recebera da sua passagem demorada pelas côrtes de Londres e Viena, Pombal é o maior responsavel pelas desgraças da Patria. País de arreigada estructura agrícola, quís-nos vestir o molde industrialista com companhias omnipotentes e monopolios pesadissimos, á maneira do que presenciara lá fóra. Sufoca a expontaneidade social com o seu estadismo enfático. E é, por antagonico que pareça, o primeiro passo dado entre nós para a estreia da liberdade romântica em 1820.

Não consente reservas a afirmação feita acima sobre a origem protestante da Revolução. «O principio do exame individual supõe directamente a igualdade como condição basilar, — acentua Auguste Comte. Ele não admite outra autoridade senão a supremacia do numero.» Existe por via disso um estreito traço de parentesco entre as ditaduras caprichosas do século XVIII e os caprichos dictatoriaes da paranoia de 89.

Legaliza-se por fim a cartilha declamatoria da «*Bondade-Natural*». E' o triunfo do *homem-anhistorico* de Sorel, isento de todos os condicionalismos fisicos e sociaes. Uma lei que seja bôa é bôa em toda a parte, como em toda a parte é certo o mesmo axioma de geometria, — declarava Condorcet na Convenção.

Assim, pela obsessão constante do Individuo, — pelo motivo absorvente do racionalismo, se promove o desequílibrio da sociedade desde que o improviso legislativo elimina a acção experimental do Costume. Segue-se-lhe o desarranjo económico pela abolição do estatuto colectivo do Trabalho. E como complemento, consagra-se por norma governamental e administrativa a estulta insciencia dos Parlamentos, que outra coisa não é senão o «*livre-exame*» aplicado ao jogo complexo dos fenómenos sociaes.

Muito a propósito, observa um judicioso publicista francês, J. Coquille, que «*l'unité morale des coutumes n'a pas été remplacée que par l'unité purement matérielle d'une loi uniforme : leur di-*

Digitized by Google

«versité, apropriée aux diversités de mœurs et de caractère, «donnait au droit une vie intime et l'individualisait en quelque «sorte dans les habitants de chaque localité! Moralement et in- «tellectuellement, on savait la coutume par cœur, parce qu'on «avait vecu avec elle. Le droit est maintenant une étude spéciale, «une profession, la masse des Français en est naturellement ex- «clue».

Filiada a soberania popular no Protestantismo que confere á simples apreciação pessoal a suprema decisão das questões religiosas, independentemente de toda a autoridade legítima e competente, oiçamos ainda Coquille pronunciar-se ácerca da superstição da lei, tão caracteristica das situações revolucionarias. *«C'est à «la suite de la Réforme que le droit bysantin a supplanté les coutu- «mes presque partout, La manie législative en provient, et la né- «cessité de volontés étrangères pour le réglement de tous les in- «térèts, puisque le droit dépend désormais d'une science spéciale, «et non plus de la conscience publique manifestée par le témoi- «gnage des sages et des prudents.»* E' a barafunda, é a instabilidade, é a desordem. Cada cabeça, cada sentença. Eis porque os regimes anormaes não subsistem nunca. São governos contra a natureza por assentarem no alcance fortuito do individuo. Esquecem os Mortos e não contam com os Nascituros. Por esquecer os Mortos, redivivos sempre na Tradição e não ter contado jamais com os Nascituros, que são a pedra angular do dia de amanhã, é que a nossa republica de tragi-comédia se arrasta desde a hora em que nasceu numa agonia lenta de alma-penada em que acabará por se ficar. Ela é, como as outras o são, «a revolta do ser contra a especie», — na sentença memoravel de Auguste Comte.

Compreende-se agora como é que, através das infiltrações vagarosas do cesarismo pombalino, o nefasto espirito protestante conseguiu conquistar-nos definitivamente com as aventuras bem para repelir de 1820 e de 1833.

«A constituição dum povo, — escute-se mais uma vez o publicista Coquille, — é sempre costumeira, e quanto mais ela é costumeira, mais ela é natural. Quando a lei, em logar de se preocupar com assuntos de policia e segurança pública, pretende regulamentar a religião, a familia e a propriedade, é certo que só as prejudica. Estes tres factores florescem sobretudo com a ausencia da lei, porque vivem de si mesmo e por si só se defendem. A natureza, por intermedio do tempo, as fortifica e enraíza.»

Ora a liberdade constitucional de Fernandes Tomás, muito bem entendido, ao que se afirma, com o oiro da Maçonaria espanhola, imaginou regenerar uma patria, roubando-lhe os suportes seculares que lhe estratificavam os alicerces. Se bastantes abusos de centralização e parisitismo nos viciavam o aparelho governativo,

Digitized by Google

provinham eles dos vincos deixados no Poder pela passagem do Marquês. Tudo o mais que existia nas nossas instituições saíra da indole da raça, — era a criação historica do nosso genio colectivo, agindo com as suas virtudes e os seus defeitos.

Não o consideraram assim os agitadores de 1820, preocupados apenas em elaborar uma constituição mais liberal que a de Cadiz, — como francamente confessavam, e quem sabe se em participar dos cinco milhões de reales que se dizia haverem recebido das Lojas de Espanha para facilitarem aqui a proclamação da republica confederada?! Como Vossas Excelencias vêem, o programa do jantar de Badajoz não é nada novo!

Não se ignoram as consequencias dessa desastrada «*regeneração*». Aplicado sem mais ensaios á nacionalidade portuguêsa, o criterio rectilinio da Lei deu a extirpação dos nossos velhos quadros institucionaes. O instinto foraleiro da Patria foi negado pela montagem estrangulante do Estado burocrático. Demitiu-se o municipalismo proprio da Grey. Votaram-se ao exterminio as corporações de artes e oficios com a sua expressiva Casa dos Vinte-e-Quatro por orgão e porta-voz. A base pluralista da representação repeliu-se por arcaica. As Côrtes-Geraes tiveram-se como uma coisa gótica, como uma velharia caduca. O Individuo passou a ser, ao longo do agrupamento social, a celula originaria de toda a actividade. O «*livre-exame*» fazia bom caminho entre nós. Faculta-lhe os progressos a hipertrofia romântica da sensibilidade. Servia-o na sombra o internacionalismo maçónico. No entanto, o traidor Gomes Freire pagou na forca o procedimento precipitado. E' que só tres anos mais tarde a atmosfera estaria disposta.

... E em 24 de agosto, dia de S. Bartolomeu, quando anda o diabo á solta, é que a Liberdade, — a tal de letra maiúscula, nos entra pela porta adentro e se assenta em nossa casa.

A carta regia de 4 de julho de 1824, aparecida depois da celebre jornada a Vila-Franca, quís-nos salvar ainda, tal como á Europa latina quisera salvar a Santa Aliança dos Reis e dos Povos. — e não dos Reis contra os Povos, conforme a historia que não tem nada de historia.

Mas não havia forças possiveis no mundo que nos sonegassem ao prestigio mágico da Liberdade, que viera matar as antigas liberdades. E' que a liberdade, com L grande, meus Senhores, parece da familia de Saturno: — devora os filhos, devora as liberdades, com o maior dos desfastios!

Não suponham Vossas Excelencias que a verdadeira liberdade. — a liberdade politica, era um dom da França! «*La liberté politi-*«*que consiste en ce qu'un peuple fait la volontè, et la volonté d'un* «*peuple, c'est la tradition.*» E' como Coquille qualifica a liberdade. Assim a tivemos nós desde sempre com Afonso II, mandando que

Digitized by Google

se não executasse sentença alguma de morte senão vinte dias depois de pronunciada; com Pedro I chamando nas Côrtes de Elvas cidadãos aos vilões dos concelhos; com João II, reconhecendo a independencia do poder judicial nos presentes com que distinguiu o magistrado que sentenciara contra ele.

Nunca um rei de Portugal fôra aclamado sem jurar primeiro guardar e defender as liberdades e os foros do seu povo. Já pela reorganização da Justiça em 1612 se estatuira o procedimento legal de não se reter ninguem em prisão por mais de oito dias, quando se lhe não houvesse formado culpa dentro desse prazo, D. Maria I confirmou o principio por alvará de 1790. Aonde é que ficava a liberdade teórica das declamações salivosas de 1820?

Mas ele ha muito mais ainda. «Esta casa é de vinte e quatro, não cabem cá vinte e cindo!» — respondera o juiz do Povo de Lisboa a um emissario de D. Pedro II. Nada, porém, valia de ponderação! Chegava a Liberdade, — a bem ou a mal a teriamos de receber e festejar. «Não me obrigueis a empregar a força para vos libertar!» — proclamara do Porto o Dador. Numa furia macabra de inovação, nada resistiu á *«moda de França»*, como dizia o prefeito de Viseu, falando do registo civil. Mutilamo-nos, dividimo-nos, foi uma delicia pegada o bolo repartido pelo *Ministerio dos Ladrões*. Enquanto durou o delirio do festim, ninguem cuidou do terreno movediço em que nos afundavamos. Em face da complicação crescente da máquina administrativa, Portugal já não vivia. A Liberdade matára-nos. Eramos sómente um pretexto para a comesaina dos bandos. Não sou eu quem facciosamente o denuncía. Denuncía-o Luz Soriano que se bateu pela *Carta* e a serviu como um valente. Os sinceros bradaram cedo a desilusão que os surprehendeu. E' um deles Garrett, que não hesitou em reputar criminosa a sua colaboração nos reformismos insensatos da Terceira. Ha gente honrada que se retira, que se aposenta. Resignavamo-nos á derrocada. Retarda-la seria agora o nosso empenho. E á volta de 1851 o *Iberismo* surge professado por nós outros que, sem tradição nem finalidade, já não nos podiamos explicar autónomos por nós proprios.

Eis os resultados evidentissimos do *«livre-exame»*. Não é sem motivo que as estatísticas fornecem uma percentagem mais numerosa de suicidas entre protestantes do que entre católicos. Por outro lado, a inteligencia protestante conclúe sempre no negativismo, ao passo que a inteligencia católica conclúe na necessidade do Dogma. E' o mal da análise, são os efeitos corrosivos do criticismo. Pois semelhante caso de psicologia individual verifica-se nos países que sofreram essa especie de *«livre-exame»* colectivo que é a mania constitucionalista.

E' olharmos a nós, ao estado de ruina em que nos encontra-

Digitized by Google

mos, para nos certificarmos da verdade da afirmação. Somos uma terra perdida por causa da Liberdade. A Liberdade é filha do espirito protestante. Fixe-se o facto e não olvidemos que com a Liberdade se engeitou a natureza foraleira de Nacionalidade nos becos sem saída de toda uma incrivel literatura legislativa.

Reduzidos a menos que pó os organismos intermédios, em que a soma dos diversos interesses regionaes e económicos se formalisava e graduava perante a acção coordenadora do poder central, nós tivemos num país que perdera o seu aferro centrípeto, duma parte, a imponencia abafante do Terreiro do Paço, da outra, uma sombra tristissima de patria, arrastando o viver das existencias subalternas.

O justo diagnóstico da nossa decaída pertence a Eça. Perante os estragos produzidos pelo sofisma monárquico-constitucional, as *Farpas* anunciavam logo no começo, com entono profético, que não passavamos dum povo fadado para a conquista. Como o pensador que o vicio da análise arrasta ao suicidio, tambem nós, não nos podendo explicar por nós proprios e já com as ideologias do Progresso-Indefinido a transtornarem-nos, — tambem nós, meus Senhores, nos atiravamos irremediavelmente para a morte voluntaria!

O nosso suicidio revestia-se de linhas resignadas com o *Iberismo*, que, falida a experiencia cartista, se apossou de certos elementos com predominio nos circulos reputados por cultos. Portugal olvidara a integridade do seu «*meio-vital*». Como é que um país, sem norte nem mais consciencia dos seus destinos, havia de prosperar e de seguir virilmente o caminho dos fortes, se, de alto, na governação, o pedantocrata o atraiçoava, se o profissional da politica o desmentia a cada hora?

E' deste modo que, por volta de 1851, se emite em público a doutrina da nossa fusão. Traduzido por Latino Coelho, D. Sinibaldo de Mas pontifica arvorado em doutor do novo credo. Avança-se tanto para um programa de realizações imediatas que até já Santarem se aponta para capital da Iberia unida. A base de aproximação é o projecto de casamento de Isabel II com D. Pedro V. O vento de insania esconjura-se, porem, um instante, fracassadas todas as tentativas diplomaticas que se empenhavam naquele enlace.

Mas, caixeiro viajante da idéa iberista, não tarda que apareça em scena Fernandez de los Rios com *Mi mission en Portugal*. El-Rei D. Fernando II nos salva então, quando no entusiasmo dos propagandistas já as armas nacionaes do velho reino de Afonso Henriques se sumiam ingloriamente para cederem o campo a outras inverosimeis armas de Portucal-condado (1). E' a crise de

(1) «*Uma Cidade branca em campo azul sobre um mar de ondas verdes e douradas*», em memoria de Porto de Cale. Assim descreve Antonio de Vilas Bôas e Sampaio na *Nobiliarchia Portugueza* as primeiras armas do Reino, que os iberistas perfilharam.

Digitized by Google

Espanha com a abdicação de Amadeu e o advento da republica, de passageira trajectoria. Fala-se, discute-se, e mais uma vez o perigo se esconjura, conquanto uma vergonhosa tendencia unitarista se continue a manifestar entre nós, com o general Prim animando-a secretamente por intermedio de agentes de confiança.

Se um dia se quiser informar o processo do Constitucionalismo em Portugal, não carecemos de recorrer a outra fonte de instrução. A questão iberica é bastante. Porque eu, meus Senhores, vindo aqui falar da nossa anexação a Castela, não me devo pasmar das ambições absorcionistas dos nossos vizinhos. O que eu stigmatizo é o cinismo repelente que se ergue em doutrina politica nas falencias da nossa historia, para acobertar os desaires de aventureiros dum momento com a alardeada incapacidade da nossa infeliz raça.

Castela cubiça-nos desde que é Castela. As suas aspirações nunca satisfeitas são naturaes, são consequentes, como um centro de gravitação procurando submeter a parte desgarrada do todo. Elas são tão velhas, pelo menos, como o nosso separatismo que sobe do negro das idades. Garcia de Resende encontrar-se-ia com as indicações da natureza e da historia, ao escrever na sua sempre moça *Miscelanea:*

«Vimos Portugal, Castella,
«quatro vezes ajuntados,
«por casamentos liados
«Principe natural d'ella
«que herdava todos reynados.

«Todos vimos fallecer
«em breve tempo morrer
«e nenhum durar tres annos.
«Portuguêses, Castelhanos,
«não os quer Deus juntos vêr.»

No entanto, apesar de ser emendada a redondilha, na edição de 1622, para

«Portuguêses, Castelhanos,
Já os quer Deus juntos vêr,»

o que é certo que durante a guerra da Aclamação mantida por mais dum quartel de seculo, a diferença dos dois povos extrema-se bem a fundo. Em verdade, Deus não queria ver juntos portuguêses e castelhanos! E congregados para côrtes em 1668, os Tres Estados do Reino, a seguir a tanto sacrificio e a tanta dôr sofrida, ele

Digitized by Google

proclamariam bem alto a sentença definitiva. «*Por serem de secu-*
«*los immemoriaes tam oppostos os animos, e tam diversos os intui-*
«*tos d'uma e outra nação, era impossivel unirem-se em tempo algum*
«*sem total ruina da nação portuguesa!*» Assim o bradaram os avós de Seiscentos, rematando um movimento brilhante de emancipação que atinge as cumiadas do heroismo nas planicies luminosas do Alentejo e assinala um grau superior de patriotismo culto em toda a actividade mental que se desenvolve da *Monarchia Lusitana* aos tratadistas do nosso direito público, com João Pinto Ribeiro, Francisco Vaz de Gouvêa, Antonio de Carvalho Perada, Antonio de Sousa Macedo e tantos mais, igualmente notaveis.

As posições de Portugal em frente do desejo irreprimido de Castela não significavam para nós nada que nos surpreendesse por inesperado ou por extraordinario. Achavam-se estabelecidas no esforço colectivo da alma lusa, consumindo-se sempre na defesa desse perigo que nunca lhe deixara uma hora sequer de descanço. «*A*
«*guerra de Portugal com Castella he tão antiga que começou jun-*
«*tamente com o mesmo Reyno, e seus primeiros Principes, e ha*
«*mais de 500 annos que dura,*» — observava o chantre Manuel Severim de Faria, enquanto se desenrolavam os sucessos da nossa libertação. «*Pelo que nem esta guerra se deve ter por cousa nova*
«*nem se deve de fazer de nossa parte por modo novo; mas termos*
«*por certo que, seguindo-se os meios, por onde se conservarão os*
«*nossos Reys, teremos na ocasião presente a mesma segurança e*
«*bons successos contra Castella, que por tantos seculos tivemos.*»

Era como se pensava dantes, cheia a patria das suas razões de existir, com um fim a orientar-lhe a jornada. Na maré-alta das nossas energias, a ameaça permanente de Castella vertia-se para nós na continuidade dum estimulo, de que é bem a prova a politica sabia dos nossos Reis, preguntando para a autonomia nacional na aliança ingleza aquele ponto de apoio que na Peninsula lhes faltava.

Cessaram talvez as condições especiaes de tempo e de espaço que nos obrigaram a contraír pactos de amizade fóra dos nossos limites, com prejuizos graves para a prosperidade de Portugal, — acrescente-se. A formula de amanhã em politica exterior ha-de ser, sem duvida, não *união-iberica,* mas *aliança-peninsular.* Nós não teremos deste modo a vergonha de Olivença! Não terá a Espanha a ignominia de Gibraltar!

Mas tão funestas que se nos revelem as resultantes das nossas preferencias externas, representam um mal necessario que, a evitar-se, importaria a nossa queda irreparavel, dada a situação inferior de Portugal perante o resto da Peninsula unificada.

Assim o julgava a consciencia da Nacionalidade, enquanto a Nacionalidade se possuia e sentia bater com força o coração!

Digitized by Google

Entramos, porem, a esmorecer, tão depressa o internacionalismo maçónico toma conta de nós. Aí, meus Senhores, é que está o terrivel inimigo de Portugal!

Não o diz a historia oficial, que é encomenda bem remunerada das Lojas. Mas desde que a historia oficial classifica de fuga o golpe certeiro com que D. João VI inutilizou os planos de Napoleão, executando a tempo, na retirada para o Brasil, uma hipótese já prevista pelo Padre Antonio Vieira e pelo proprio Pombal, — como é que ela, a bôa historia, com o triangulo simbólico tão á mostra, nos ha-de dizer a verdade, nos ha-de ensinar a comprehensão exacta do que seja o interesse supremo da Patria, se, posta ao serviço do extrangeiro do interior, distingue com a palma do martirio os supliciados de 1817 e os venera compungidamente como os maiores dentre os maiores?!

Nós, os que chegámos depois da República, é que já não toleramos nem mais equivocos nem mais calunias. Embora nos acusem de praticar a historia ás avessas, tomamos por nosso lema o exemplo erguido de Fustel de Coulanges. «*L'histoire imparfaitement «observée nous divise: c'est par l'histoire mieux connue que l'œu-«vre de conciliation doit commencer*», — aconselhava o autor respeitavel de *La Cité Antique*. Por isso, saltando por cima dum século inteiro de falsificações e embustes, eu aponto o internacionalismo maçónico como a causa mortal da nossa ruina.

A Maçonaria é ré de lesa-patria. Cada santificação que parte dos seus gremios representa nada mais, nada menos, que um declino no prestigio augusto da Raça. Nos judeus defende uma etnia inimiga contra a integridade precaria da Grey. Nos Jesuitas ataca a unica organização que ainda lhe mete receios. No Livre-Pensamento enfraquece a disciplina católica, que é e foi sempre a melhor garantia da unidade moral da Nação. Nas lutas intestinas que ateia e alimenta é á anulação da idéa nacional que tende empenhadamente, para que mais um passo se avance no caminho que leva á Cidade-Futura, em que não haverá nem deuses nem chefes.

A prova mais irrefutavel dessa grande conspiração contra Portugal é justamente o assunto que aqui me trouxe. Com a esperança na queda da Realeza em Espanha, a Maçonaria tem sido uma servidora desvelada da fusão ibérica. Sabe-se como Gomes Freire figura de mártir da Patria. Pois Gomes Freire, grão-mestre da Maçonaria-Portuguêsa, é o primeiro que consente aproximações com revolucionarios espanhoes, no sentido, decerto, duma federação republicana.

Não o diz a historia oficial, — a tal historia que desacredita os nossos Reis, mas que é toda um hino ao ideal cosmopolita da Revolução. Contudo, o que a historia oficial não diz, digo-o eu! Se Beresford apanhou a meada da conjura de 1817, foi porque rece-

Digitized by Google

beu aviso de Madrid de que se achava em Lisboa o general Cabanes, encarregado duma missão junto de Gomes Freire por parte dalguns clubs secretos. De facto, quando se examinam os documentos apreendidos aos conspiradores de 1817, por mais que se disfarcem as suas intenções debaixo dum lealismo hipócrita para com D. João VI, não nos é dificil perscrutar a disposição em que trabalhavam de meias com elementos estrangeiros. Dois tópicos bastam para prevenir logo o espírito: — é o «*patriotismo português*», do barão hanoveriano Eben, e é a existencia daquele «*Supremo Concelho Regenerador*», que mata o gigante imediatamente pelo dedo,

Estava, de resto, na tradição da familia. Os maçons de 1807 tinham saído a cumprimentar Junot em Sacavem, pedindo-o depois para rei. Os de 1817 preparavam-se talvez para nos oferecerem de presente aos *tragallistas* de Cadiz em nome do patrimonio de Hiram. Mais tarde, o patriota Fernandes Tomás não se alimparia da acusação de haver aceitado cinco milhões de reales da Maçonaria espanhola. O encarregado de negocios em Lisboa, D. José Pando, seria o intermediario. Vitoriosa a revolução em Portugal, a mira era dividir-se a Peninsula em nove repúblicas independentes, mas confederadas. Se nos lembrarmos agora do livro do senhor Magalhães Lima, *La fédération ibérique*, mais do programa do jantar de Badajoz, não necessitamos de invocar outros testemunhos para descobrir diante de Deus e dos homens o trama tecido com cautelas miudas pela irmandade tenebrosa dos de avental e trolha.

Coincide, dessa fórma, a vinda da Liberdade, de maiuscula aparatosa, com as nossas simpatias sacrílegas pela absorção. Bem dizia já em 1879 o malogrado Antonio Pereira da Cunha que «o principio da fusão peninsular é, no século actual, completamente oriundo da revolução europeia».

«Enunciado, em Cadiz, por um português, em 1812, desenvolvido em Londres, diplomaticamente, depois de nós perdermos o Brasil, recebeu, afinal a sancção pública, no manifesto, bem claro, assinado por Kossuth, Ledru-Rollin e Mazzini, — esclarece ele.

«O espirito iberico, solapado, não extincto, onde se acha encarnado é nas diferentes fracções do gremio revolucionario, que, por caminhos opostos, imaginam lá chegar; no resto, que é a maioria, pode-se afirmar que não» — acrescenta de seguida.

Toda a psicologia do Constitucionalismo a esse respeito se exprime nas conhecidas afirmações do Antonio Rodrigues Sampaio em 1854, ao tratar-se da construção do caminhos de ferro hispáno-português: — «Se nos colocassem na alternativa de sermos miseraveis com a nossa independencia, mas sem caminho de ferro, ou de sermos felizes com ele, ainda que com perigo para a nacionalidade, nós não hesitariamos sequer um instante, optando antes pela nossa prosperidade.» Ha na estranha declaração do panfletario de *O es-*

Digitized by Google

pectro alguma coisa como o culto maçónico da Humanidade e do Progresso. Morresse a Patria, mas os principios que se salvassem! E' este um episodio que, na verdade, sintetisa uma época e um pensamento.

Não podendo, todavia, nada os manejos sórdidos do clubismo cosmopolita, puderam até a um dado ponto os efeitos enfraquecedores da ideologia liberalista. Tão cedo a soberania se repartiu por todos nós, todos nós discutimos, todos nós tivemos opinião. E vai daí. com a quebra crescente da unidade colectiva e o avanço lento da desagregação que se nos pegara com os geometrismos hirtos de Mousinho da Silveira, o espirito critico acabou com o resto. Esquecera-se o voto das côrtes de 1668. E com Alexandre Herculano, — que Deus lhe perdôe! —, abate-se uma diferencial poderosa, como é a da Raça, apenas a autoridade do historiador assevera categoricamente que nós, portuguêses, não tinhamos nada que ver com os Lusitanos e que não buscassemos outras origens que não fossem as do condado portucalense, concedido ao Borguinhão pela munificencia larga do sogro. Correu de bôca em bôca na nação visinha o conceito que de nós fazia o pai da nossa historia. Glosaram-no publicistas e camarilhas. Deu a volta aos passos-perdidos da imprensa e a cada hora nos chega aos ouvidos, vazado em castelhano purissimo, nas exortações intervencionistas dos mais inflamados. «*El proprio Herculano comienza su obra monumental borlandose «de la Lusitania y de los Lusitanos. Portanto tal dotrina no puede «ofender a los portugueses, pues suya es.*» Eis uma passagem ligeira do escritor G. Reparaz, que fala por quantas recolheriamos dos jornais e dos livros. Assim, acompanhados duma *dotrina* que não pode ofender-nos porque é nossa, compreende-se como tomam relevo e energia os periodos sabidos de Lafuente e de Fernandez de los Rios. «O direito de Filipe II, — afiança o primeiro —, não fez senão confirmar a lei geogràfica que o dedo de Deus parece ter traçado desde o principio á grande familia iberica.» Pontifica o segundo: — «A nacionalidade portuguêsa é uma evidente e terminante rebelião contra as leis geogràficas que a Criação impôs á Peninsula.» E nós aceitamos. E nós concordamos. Se os nossos rios é de Espanha que veem, se é de Espanha que as nossas serras partem. Sem raça, nem territorio, que somos nós? porque é que vivemos? Não somos mais que um improviso, — somos apenas o erro das circunstancias. E a teoria do Acaso se engendra, engendra-se o pessimismo histórico de Oliveira Martins, que é, sem que ele imaginasse que o era, o doutor entre os doutores do iberismo contemporaneo.

Com Alexandre Herculano e com Oliveira Martins, se abona o livro do senhor Don Juan del Nido y Segalerva, *La union ibérica*, no actual minuto o alcorão das miragens unitaristas de Castela. Doe,

Digitized by Google

põe vermelhidões de vexame na face, o virem do sangue do nosso sangue, da alma da nossa alma, os mais fortes argumentos com que as pretensões de conquista pacífica se acreditam hoje em Espanha. E ainda por cima, com pontoadas cínicas de ironia, se sublinha que não temos de que nos queixar, pois a *dotrina* é nossa! E' o fruto colhido em quasi cem anos de sistemática desnacionalização! São as consequencias insanaveis do desvio sofrido pelo País no rumo das suas tendencias naturais! Tratados em público e raso como filhos tristissimos das hervas, sem outra genealogia que a das aguas correntes, somos nós que armamos o gesto que nos denega a legitimidade do nosso nome. Nós mesmos entornamos uma mancha de tinta obscurecedora por cima dos nossos pergaminhos olvidados. Portugal, terra livre, nação áparte! Quem ha aí que creia nisso, se Alexandre Herculano nos chama um povo moderno, confeccionado á pressa pela ambição dos principes afonsinos, — se Oliveira Martins menciona unicamente o Acaso como o factor omnipotente que decidiu da nossa autonomia? Cubramos a cabeça com a ponta do manto, meus Senhores, e deixemo-nos ir para o fundo resignadamente! E' a hora do *requiem* derradeiro, — é o fim dos fins, a derrota definitiva de Alcacer!

II

Seria, meus Senhores, se o genio da Patria não acordasse temperado por uma semente de resgate, germinada por milagre nestes dias espessos de crise! Seria, se a consciencia da Nacionalidade, revivendo na aspiração generosa dos moços, se não alevantasse de súbito e surgisse diante de nós, como Lázaro das sombras do sepulcro. Somos um povo livre, — e somo-lo sem que em nada o Acaso, erguido em deus supremo, nos haja inventado, nem o imprevisto das circunstancias nos furtasse áquela incorporação fatalista que, com base logo nos motivos geográficos e étnicos, nos subalterniza á hegemonia governativa de Castela. Precisamente, a geografia e a antropologia, o Meio e a População, o Territorio e a Raça, nos tornam, tão longe que so possa remontar, uma realidade inconfundivel por força dos mais antagonicos determinismos físicos e históricos. As nossas montanhas, os nossos rios, veem, é certo, do coração da Espanha. Porém, se a origem é a mesma, porque é que a paisagem se transforma, de súbito, de certo ponto em diante, e porque é que, a partir daí, variam as modalidades do clima e da cultura e chega a ser inteiramente outro o tipo comum da habitante? Ha uma causa permanente de diferenciação que não escapa á

Digitized by Google

mais superficial das observações. Cansem-se os unilateralismos da opinião-feita a proclamarem o contrario, tentem embora escurece-lo as conveniencias inconfessaveis de tantos teóricos de ida-e-volta, o facto não se sofisma, ele oferece-se bem ao nosso mais rapido exame. «Portugal constitue, na Peninsula, uma unidade geomorphologica, escreve Silva Teles na *Introducção geographica* ás *Notas sobre Portugal*. A sua fórma rectangular, a distribuição dos seus degraus continentaes, os caracteres das suas redes hydrographicas, os aspectos climáticos ao norte e ao sul do Tejo, imprimem ao nosso paiz uma feição especial que o torna differente do resto da Peninsula. Exceptuando a Galliza, que é um prolongamento geographico do norte de Portugal e com este tem maior semelhança do que com as outras provincias hespanholas, o continente português, embora geologicamente deva de ser considerado como uma parte da Peninsula Iberica, é, no ponto de vista dos seus caracteres geomorphologicos, bem diverso do reino vizinho. E' justamente esta autonomia geographica que mais influiu na sua formação politica e, em grande parte, para a expansão mundial que teve durante os seculos XV e XVI.»

Não enumera Silva Teles os factores que promoveram a distinção do nosso territorio do territorio da Espanha unida, embora repute identica a estrutura de ambos os países. No entanto, quem reparar num mapa geológico da Peninsula verifica que cabe proporcionalmente a Portugal uma percentagem maior na distribuição dos terrenos arcaicos (macissos primitivos e rochas hipogénicas antigas). E' curioso recordar nesta altura que a sabida existencia dos lagos terciarios da Peninsula implica, com a necessidade do alongamento da terra firme no sentido de oeste, a existencia, cada vez mais realçada, da legendaria Atlantida submersa. Esses lagos ocuparam, durante a época miocénica, mais da terça parte do solo da Iberia. A sua alimentação requeria a afluencia constante de rios muito mais extensos e muito mais fartos que as correntes actuaes do Ebro, do Douro e do Tejo. Do lado dos Pireneus não podiam eles provir, pois desde o começo do mioceno que a linha pirenaica se alevantara. Os mares que hoje banham a Peninsula já então a banhavam como agora. Todavia, as despesas da evaporação que os referidos lagos tinham de satisfazer sem se consumirem, exigiam um volume de agua, cujo abastecimento, dado o espaço que a região lacustre apanhava, dependia forçosamente de cursos fluviaes dum desenvolvimento que se não comportava dentro dos limites históricos da Peninsula. Ou outra seria a configuração da Peninsula, o que não é admissivel, ou então não é licito duvidar da continuação da sua parte ocidental, em modo a reconhecer-se a realidade do fabuloso continente afundido. O facto tem bastante importancia, tanto mais que eu considero o habitante mais

Digitized by Google

antigo da vertente oceânica da Iberia como um sobrevivo dessa Atlantida de maravilha.

Mas contava eu que Silva Teles não enumera os factores que promoveram a distinção do nosso territorio do territorio da Espanha unida. E' a mingua da nossa sciencia oficial que se contenta com afirmar coisas vagas em doutoralissimos ares de dogma. Pois professor duma faculdade que se diz de Letras, como se as Letras lá estivessem, — na ironia sempre exacta de Silva Pinto —, a Silva Teles pertencia a obrigação indeclinavel de acentuar os caracteres diferenciadores dos dois países, correndo como corre no nosso proprio ensino a versão falsissima de que em nada merecemos uma vida áparte da de Espanha. Abra-se, porem, a paginas 917 e seguintes o volume I da *Nouvelle Geographie Universelle* de Elisée Reclus. D'aí transcrevi o bastante para sustentar a minha tese. Oiçamos o sabio francês: «*Il semblerait d'abord que, par un résultat naturel des attractions géographiques, le Portugal dût faire partie intégrante d'un E'tat ibérique comprenant toutes les provinces transpyrénéennes; pourtant, ce n'est point un effet du hasard ni la consequence d'évenements purement historiques. Si le Portugal a presque toujours eu une existence nationale indépendante de l'Espagne, il faut remarquer en premier lieu que la partie du rivage devenue portugaise est à peu prés rectiligne, elle se distingue par l'extrême uniformité de ses plages et contraste absolument avec les côtes espagnoles. Les mêmes conditions de vents, de courants, de climat, de faune et de végetation, se retrouvent sur tout le développement du littoral lusitanien; et par suite les habitants ont dû s'accoutumer au même genre de vie, nourrir les mêmes idées, tendre naturellement a se grouper en un même corps politique. C'est par le littoral et de proche en proche que le Portugal s'est constitué en E'tat indépendant; le royaume s'est formé successivement d'une vallée fluviale á l'autre vallée fluviale, du Douro au Minho et au Tage, du Tage au Guadiana,* «d'échelon en échelon», *suivant l'expression du géographe Kohl, puis, aprés avoir été momentanément détruit, c'est de la même manière qu'il s'est reconstitué.*

«*La zone de largeur uniforme qui s'est détachée du corps de la péninsule Ibérique pour suivre la destinée des campagnes du littoral, était également limitée d'avance par les conditions du sol et du climat. Dans son ensemble, la zone lusitanienne est formée par la déclivité des plateaux espagnols s'abaissant de terrasse en terrasse et de chaînons en chaînons vers la côte océanique. La limite naturelle des grandes pluies que les vents d'ouest apportent sur les collines et les monts du Portugal, coïncide prècisement avec la frontière des deux pays: d'un côté, l'atmosphère humide, les averses fréquentes, la riche végétation forestière; de l'autre, un ciel*

Digitized by Google

aride sur un terre déssechée, des roches nues, des plaines sans arbres. L'abondance des pluies sur le versant portugais accroît aussi brusquement l'importance des cours d'eau qui descendent des plateaux de l'intérieur; en Espagne, c'étaient de faibles rivières au cours obstrué de pierres; en Portugal, ce sont des fleuves abondants ou même navigables. En outre, les bornes naturelles, posées par les défilés et les rapides à la navigation du Minho, du Douro, du Tage, du Guadiana, se trouvent dans le voisinage de la frontière politique. Tous ces raisons expliquent suffisamment pourquoi le Portugal, en se séparant de l'Espagne, a pris une forme d'un quadrilatère régulier. De même que dans un précipité chimique un cristal prend une existence distincte et se limite par des arêtes précises, de même le Portugal s'est détaché du reste de la Péninsule, en se donnant des frontières presque rectilignes. Le port si bien situé de Lisbonne a été, pour ainsi dire, le noyau qui a servi de centre à ce cristal. Il se développait une force propre, independante de celle qui faisait graviter vers Tolède ou Madrid le reste de la Péninsule. La partie vivante, active, du grand corps ibérique s'est élancée hors de la lourde masse de l'Espagne trop lente à la suivre dans son mouvement.»

Eis a teoria completa do nosso separatismo geográfico. Traçava-a Reclus antes de 1875, quando ainda mal Fernandez de los Rios acabara de exclamar que a nacionalidade portuguêsa era uma evidente e terminante rebelião contra as leis geográficas e topográficas que a Criação impôs á Peninsula. E enquanto de boca em boca se propaga entre nós a aria estafada de que, vindos de Espanha os nossos rios, de que vindas de lá as nossas montanhas, nós somos mais espanhoes que portuguêses, que Portugal não vai além dum pobre e ridiculo artificio, sem raizes na natureza nem agarras na raça, é para assinalar vigorosamente o depoimento que se recolhe de *Reseña geografica y estatistica de España*, publicada em 1912, debaixo da invocação do Ministerio de Instrução e Belas-Artes, pela Direcção Geral do Instituto Geográfico e Estatístico. Escutemos na *Introduccion* o engenheiro D. Antonio Garcia del Real discorrer acerca do territorio espanhol: «*El centro de la Peninsula es una elevada meseta, com 600 metros de altura media, que forma uma especie de peninsula secundaria dentro de la principal. En efecto, si el nivel de las aguas del mar se elevase 500 metros, quedaria sumergido el valle del Ebro quasi totalmente, lo mismo que el del Gualdalquivir; desaparecerian bajo las aguas la mitad ocidental de los valles del Tajo y del Guadiana y la peninsula que resultase, que es lo que denominamos meseta central, estaria unida al continente europeo sólo por el estrecho istmo de las Provincias Vascongadas.*

«*Dos vertientes tiene nuestro suelo, una hacia el Oceano-Atlan-*

Digitized by Google

tico y outra al mar Mediterraneo, rápida esta última y mas suave la primeira, sobre todo en la parte del centro de España, pero dada la altitud media de nuestro suelo, la corriente de los rios es en general rápida y la desecacion del terreno es rápida tambien. Los rios corren, en general, sin prestar grandes servicios ni á la industria ni á la agricultura por las grandes variaciones que su caudal experimenta y por lo escabroso de sus orillas.

«La linea que separa la vertiente del Mediterráneo de la del Atlantico puede comparar-se á una S inscrita en la mitad oriental, resultante de cortar el trapecio que representa en esquema el contorno de la Peninsula por la linea que une los puntos medios de las bases.

«El extremo NE de esta S será el cabo de Creus, extremo oriental de la cordillera Pirenaica: el trazo del S representará esta cordillera; su inflexion central la cordillera Ibérica y su rasgo inferior el que traza la cordillera Penibética hasta la Punta de Tarifa.

«Todas as aguas que caen en la Peninsula al O de esta linea van al Oceano Atlantico. Por conseguiente, la vertiente ocidental es mucho mas extensa y de menor pendiente que la opuesta vertiente del Mediterráneo, en la cual solo hay um rio de largo curso que es el Ebro cuyo cauce coincide com el diametro superior de la S divisoria y los restantes son de poco curso y de mucha pendiente. Para salvar desniveles de 1:800 metros tienen el Ebro y el Guadalquivir desarrollos de 928 y 680 kilómetros, respectivamente, El Almanzona y el Guadalention, rios de la vertiente meridional, descienden de 1:926 y de 1:150 metros com desarrollos de 123 y 214 kilometros.

«La linea de montañas que señala la divisoria de la dos grandes vertientes espanolas tiene pendiente tan rápida hacia el Mediterráneo, y rodea de tal modo al centro, que realmente puede asemejarse á una muralla que aisla la meseta central, solo abierta hacia ocidente.

«Las comunicaciones del centro com el litoral son fáciles á lo largo de los paralelos y en sentido de E. á O., más dificiles hacia el Mediterráneo por la cuenca del Ebro y muy dificiles en otra cualquier dirección. Portugal ha separado la zona maritima más accesible desde el centro de Peninsula, y Espana ha conservado un extenso litoral sin outra comunicación fácil con el interior más que la que presta el valle del Guadalquivir. La vertiente ocidental se halla dividida en cinco fajas desiguales, por cuatro sistemas de montañas, qne limitan las grandes cuencas de los rios Duero, Tajo, Guadiana y Guadalquivir, quedando al N. una estrecha faja que vierte directamente en el mar Cantábrico, limitada por este mar e por la prolongacion de la cordillera Pirenaica, que tiene el nombre de cordillera Cantábrica.

Digitized by Google

«Todas estas cordilleras, lo mismo que los taluegs de las cuatro grandes cuencas de la vertiente ocidental, tienen la direccion fundamental de E á O mientras se desarrollan en territorio espanol, pero, todos estes acidentes geographicos cambian bruscamente su direccion primitiva para tomar la de NO a SE al entrar en Portugal, como obediciendo á la misma causa de deformacion, comparable á uma flexion colosal producida por una fuerza dirigida de N. a S. y aplicada en el extremo ocidental de la Peninsula.

«Esta deformacion nos prueba que el limite entre Espana y Portugal no es tan convencional como ordinariamente se cree, y no puede menos de ser asi, porque los hechos que determinan la aparicion de nuevas nacionalidades no se producin sin causa. Aunque esta frontera no tiene la importancia de esos limites que parecen destinádos á aislar los pueblos, no deja de tener realidad geográfica, siquiera en algunos trozos no siga ningún curso de agua ó linea divisoria bien caracterizada, pero esto mismo en la frontera hispano-francesa que, á pesar de la existencia de la cordillera Pirenaica, no sigue, sino en cortos espacios, la linea natural de divisoria de aguas y serpentea en muchos trozos por lineas convencionales, atravesando cuencas, dejando en una nacion valles que son de la vecina por su pusicion hidrografica, y cortando muchas veces predios de un mismo proprietario que labra en el mismo dia, sin levantar su arado, en dos naciones diferentes.

«Los recodos del Duero, los desfiladeros que tiene que pasar el Tajo al entrar en Portugal y la curva del Guadiana, son debidos á la existencia de macizos inclinados de NE á SO que constituyen la frontera natural del vecino reino. Tales obstáculos cerraron por el O toda la parte central de la Peninsula entre la cordillera Cantabrica y la Bética y, conteniendo las aguas, dieron lugar en la epoca terciaria á la formacion de los lagos de ambas Castillas. Hasta donde llegaron los lagos llegó Castilla próximamente. Las asperezas que constituyeron las orillas ocidentales de aquellos lagos, y que hoy impiden que los rios Duero e Tajo sean navigables fuera de Portugal, son las defensas naturales de una fuerte frontera que sólo desaparece entre el Alentejo y la Extremadura espanola por Badajoz y cuyo carácter explica la desmenbracion del suelo de la Peninsula.»

Transcrito na integra o testemunho insuspeito duma publicação do Estado, é o ensejo agora de se retorquir aos que de Espanha alardeiam que a doutrina fusionista em nada nos pode ofender, porque é toda nossa. Se-lo-á muito embora, em textos portuguêses que Portugal não perfilha e em que a verdade se perde através de espessos sectarismos de opinião. Se-lo-á ainda para as inteligencias maçonisadas, mesmo sem elas o saberem. Se-lo-á sempre para os covardes de aspirações e para os ciganos do pensamento. Para

Digitized by Google

nós, os moços, é que nunca ha-de constituir mais que o disfarce cínico duma abdicação a que a morte é preferivel cem mil vezes. E' tanta a força da razão que nos acompanha que até a propria sciencia espanhola reconhece ser a separação física de Portugal um facto evidente e inquestionavel. A subita direcção contraria, que sofrem os acidentes orográficos da vertente ocidental da Peninsula ao aproximar-se a nossa fronteira, é a prova plena de que Portugal, destacando-se por si do corpo iberico, não mais fez que obedecer ás leis geográficas e topográficas impostas á Peninsula pela Criação, — as taes leis invocadas com tanta solenidade por Fernandez de los Rios.

Elisée Reclus, afirmando que o reino de Portugal se originou por influencia fluvial e maritima, limitou-se a constatar a verificação da sabida *lei dos litoraes* no nascimento dos povos e das civilizações. A chave do problema reside, efectivamente, no poder da penetração oceânica que, enquanto se sente, ocasiona uma mesologia insular bem oposta á continentalidade cerrada do planalto castelhano. O antagonismo irreparavel dos dois países é aonde se entronca. As duas familias peninsulares são reciprocamente inconversiveis por via do duro regime continental em que o Ibero se conformou e da insularidade afabilissima que determina na vertente atlantica o tão diverso *ethos* lusitanista. A zona humida deu o ser á moldura especial em que a nação portuguêsa pelo correr dos tempos se veio a exprimir. A zona seca imprimiu fisionomia à Castela dominadora, que se assenhoreou das regiões sub-jacentes por virtude da posição quasi inexpugnavel que a natureza lhe concedera. Psicologias diferentes se constituiram em meios tão diferentes. As leis da Criação,convocadas a depôr pelos juizos faceis de Lafuente e Fernandez de los Rios, não se prestariam nunca a servir uma causa menos justa. São elas mesmas que se executam nas razões inatas que nos deixam coexistir, sem jamais nos misturarmos.

Detalhemos um pouco mais. A Peninsula Ibérica está situada aproximadamente entre os paralelos 36 e 43. O seu centro de gravidade é o planalto castelhano. «Antigo fundo lacustre, a planura castelhana, numa altitude de 600 metros acima do nivel do mar, é um verdadeiro eirado de solo nu, composto de areia e argila, enriçado de monticulos pedregosos ou espaçados em aridas planicies, — escreve José Augusto Coelho no livro *Evolução das sociedades ibericas*, rico de interesse e de subsidios para a nossa tése, desde que nos resguardemos do preconceito democrático que perturba a visão do autor. «Apenas fendido por escarpadas gargantas fluviaes, — continua ele —, costeiam-n'a os altos massiços montanhosos dos Pyreneus e Cantabrios, das serras de Lora e Demanda, de Cebolera, Moncayo e Morena, e, finalmente, as imponentes massas graniti-

Digitized by Google

cas da Extremadura: assim, o systema geographico das Castellas ergue-se realmente, no centro da Iberia, como se fora uma verdadeira fortaleza, — altiva, cintada de fortes muralhas, constante ameaça para as campinas e valles adjacentes, eternamente armada para as tremendas lutas da destruição e da morte.»

Deste modo, o planalto castelhano dota-se com uma continentalidade sua dentro da continentalidade peninsular. E' caracterisada essa continentalidade por uma zona seca, como já se disse, em que a temperatura se ressente dum equilibrio pouco constante. A influencia regularizadora do Oceano, facilitada pelas depressões periféricas da vertente ocidental, engendra, pelo contrario, a zona humida, ou insular, com que se individualiza a região galecio-asturo-lusitana. Não conseguindo transpôr e vencer a cidadela orográfica do centro da Iberia, as correntes aereas refluem para a orla atlantica e concedem-lhe uma natureza especial, visto conferirem-lhe uma temperatura equilibrada. Acha-se dado todo o motivo que afasta Portugal da Espanha, que torna a Galiza mais de Portugal que da Espanha e que nos deixa ver na Cantabria uma parenta bem proxima. E' o Oceano o principal elemento diferenciador, — a causa original que nos desintegra da Iberia central e nos congrega a nós, portuguêses, numa sensivel unidade geomorfológica. Mas a região murcio-valenciana? — perguntar-se-á. Mas o vale do Ebro? Mas a baixa região maritima da Catalunha? Formam, sem objecção, meios físicos particularistas, que nos ajudam a explicar a ferrenha indole foraleira do Aragão, gritando: «*Fueros! Fueros!*», e a chama sempre inquieta do irridentismo barcelonês. No entanto, nenhuma dessas hoje pequenas patrias provinciaes beneficiava da situação previlegiada de Portugal, que, alem de receber os bafejos da *Corrente do Golfo*, tirava assim os resultados duma magnifica posição entre o continente e o mar. O nosso caso é o caso da Holanda. A Holanda, país colocado igualmente entre o continente e o mar, resistiu e resistirá, por força de semelhante circunstancia, á desde sempre cubiçosa incorporação alemã.

A proposito da independencia geográfica da Holanda, observa Alfonso Esquiros que «os povos são os que as influencias exteriores os fazem ser, o que deles fazem a agua, o ceu e a terra. O valor destas causas aumenta mais, quando a nação se encontra colocada em condições unicas de posição entre o continente e o mar. A geografia desse povo é então o prefacio dos seus costumes, das suas instituições e do seu genio». Ora eram estes os predicados que concorriam a favor de Portugal. A Catalunha caiu, porque, assentando no mar a sua autonomia económica, o desvio sofrido na navegação comercial do Mediterraneo para o Atlantico lhe atirou um golpe fatal. A morte de Catalunha é a morte de Veneza. Quando a maior crise

Digitized by Google

para a nossa nacionalidade surgia na realização da unidade castelhana, salva-nos aquele desvio, precisamente. A descoberta do caminho maritimo para a India garante-nos pelo dominio dos mares o ponto de apoio que nos ha-de defender contra as fortes probabilidades unitaristas do reino vizinho. A constituição do nosso imperio ultramarino revestiu-nos bem cedo de prestigio militar e moral para que houvessemos de fracassar na primeira investida. A colonização da América espanhola distrái, por outro lado, as vistas de Castela. E quando Alexandre VI divide pelas duas nações o mundo a descobrir, sômos uma patria em frente de outra patria no conceito universal das gentes.

Ainda outras razões de diferenciação nos ajudavam a subsistir intactos. Insulado entre montes duros, o Aragão veio á posse de Castela por virtude dum casamento. Viria de qualquer modo, se não viesse desse. Faltava-lhe o mar para lhe fortalecer o dissidentismo regional. Rios não os tinha, de modo a imprimirem-lhe uma feição muito propria, muito sua. Porque, alêm de influencia oceânica, nós temos que contar infinitamente com os nossos rios. Elisée Reclus não se esqueceu de acentuar o papel que os rios representaram junto de nós. «*Le royaume s'est formé successivement d'une vallée fluviale à l'autre vallée fluviale, du Douro au Minho et au Tage, du Tage au Guadiana*, «d'échelon en échelon», *suivant l'expréssion du «géographe Kohl, puis après avoir été momentanément détruit, c'est de la même manière qu'il s'est reconstitué»*, — repito eu com o ilustre sabio. E' do Minho ao Tejo que o primeiro impulso libertador irradia, na verdade. A elaboração da nacionalidade efectuara-se entre as populações d'alêm Douro e um pouco de riba-Mondego. Quando o condado portucalense ganha vida juridica e administrativa, as galopadas christãs atingem o Tejo. Consuma-se em seguida a reconquista da mesopotamia transtagana. Está em poder da Cruz a concha hidrográfica do Tejo, Sado e Guadiana. O Algarve, debruçado já para as ondas, é a última palavra dos fundadores de Portugal. A traços breves vê-se, com efeito, que o País se teceu gradualmente «*d'une vallée fluviale à l'autre vallée fluviale, «d'échelon en échelon»* Do mesmo modo que estes factores contribuiram para a nossa formação, do mesmo modo eles contribuiriam mais hoje, mais ámanhã, para o nosso resgate, se numa hora aziaga a tutela do leão espanhol nos caísse em cima, como uma manápula de ferro.

Não dispunha o Aragão dum tão precioso concurso de elementos para perdurar autónomo. Perdida a base da sua influencia económica, tambem a Catalunha se não reconstituiria por si só, pois nem o Mediterraneo possue as qualidades diferenciadoras do Atlantico, nem um regime abundante de rios facilitava ao interior do Principado as influencias recolhidas do mar. O Mediterraneo é

Digitized by Google

um mar familiar,—é o *mare nostrum* da bôa tradição latina. Como um lago quiéto, nunca comunicaria a uma existencia politica subalterna os dotes necessarios para se emancipar. Eis o motivo porque nem o vale do Ebro nem a região murcio-valenciana propriamente dita se podiam transformar em nucleos de actividade separatista. Não vimos como o planalto castelhano cai quasi a prumo sobre o lado oriental da Peninsula? Outro impedimento poderoso que o mar por si não venceria. E depois a uniformidade climatérica? E a distribuição das chuvas? E os ventos? E os caprichos da orografia? Tal é o fatalismo que, impossibilitando a mais leve tentativa de desmembração da parte oriental da Peninsula, não consentiu ao mesmo tempo que a bacia de Guadalquivir tomasse o rumo que tomou Portugal. Do alto do seu plató, a sombra de Castela projectava-se até lá, como uma suzerania belicosa por sobre os vastos dominios senhoriais.

Compreende-se agora, duma banda, a reviviscencia regionalista daqueles provincias espanholas, e, por outro aspecto, os fundamentos do unitarismo absorvente que as sujeitou. Já não sucedeu outro tanto com a facha asturo-galecio-lusitana. «A zona asturiano-galecio-portuguêsa, escreve José Augusto Coelho, foi outr'ora nitidamente separada da alta planura central das Castelas pela série de massiços que, começando na região vasco-navarra, tomando a Norte o nome de Montes Cantabrios, recurvando-se para o sul ao tocar na provincia da Galliza, se alonga até á Serra da Gata e, ainda para lá e pela Serra de Ossa, até ao extremo sul da região algarvia; ora, esta longa muralha que, pelo lado do Atlantico, servia de dique, em tempos remotissimos, aos dois grandes lagos cujas aguas, dilatando-se na planura das Castellas, se escoavam para o Atlantico pelos leitos do Tejo e Douro, rompeu-se em muitos pontos desde o Gerez até á Serra da Gata e mesmo para o Sul, transformando-se, assim, numa extensa barreira composta de cadeias separadas ou de pequenas elevações independentes; mas nem por isso deixa ainda hoje de ser uma região de limites bem nitidos e bem definidos.» Por sua vez, Elisée Réclus assevera que «*les montagnes de la Lu-*«*sitanie se rattachent au système orographique de la Péninsule,* «*mais non pour former de simples contreforts s'abaissant graduel-*«*lemenle vers la mer*; *elles se redressent en massifs distincts, á* «*formes originales, á contours imprévus. L'individualité du Portu-*«*gal*, conclue Reclus, *se manifeste dans son relief comme dans l'histoire de ses populations.*» E', pois, a diversidade das duas zonas peninsulares sublinhada pela propria fisionimia do solo. «Comparando, entre si, estas duas grandes regiões da Iberia, — o plató das Castelas e a parte galecio-portuguêsa da depressão cantabrico-atlantica, o leitor terá de concluir conosco que se nos apresentam, pelo lado dos limites, situação e configuração, fortemente

Digitized by Google

contrastadas: o plató castelhano, todo altitude elevada, todo central, todo ladeado de serranias e contrafortes, todo armado para o ataque ou para a defesa, todo elle continentalidade, isolamento e incommunicabilidade; a zona gallecio-portugueza, toda depressão maritima, toda peripherica, toda aberta ao mar, notavelmente desarmada perante os ataques derivados da fortaleza central, toda insularidade, exteriorização, communicabilidade.»

Está já mais que estabelecido, pelo exposto, o divorcio eterno que as leis da Criação nos ordenaram. Ajuda-nos a confirma-lo a distribuição das chuvas, cuja média na zona sêca vai de 0,206 a 0,578, sendo as precipitações pluviais escassas e as evaporações intensíssimas. Pelo contrario, na zona humida, as evaporações diminuem e abundam mais as chuvas, cuja média cresce aqui de 0,578 para cima de 1 metro. «Por isso, quando as comparamos entre si, mais uma vez nos apparecem fortemente contrastadas: a zona secca, pronunciadamente continental e um pouco desequilibrada nas intensidades calorificas, é inundada de uma luz mais pura, banhada d'um ar mais secco, e, privada do liquido irrigador, estiola-se muitas vezes numa aridez esterilisadora; a humida, accentuadamente insular, muito mais equilibrada, está ordinariamente mergulhada n'um banho de humidade, nella a luz é mais velada, o solo mais abundantemente irrigado, menos a evaporação e, por isso, mais exuberante a vegetação». Não olvidemos que já Reclus faz coincidir com a fronteira dos dois países o limite natural *«des grands pluies que les vents d'ouest apportent sur les collines et les monts du Portugal»*.

E o nosso Alentejo? Não pertencerá o Alentejo á zona sêca que esmaga como um signo terrífico toda a actividade espanhola? Apesar de arrumadinho á Andaluzia na sua parte mais descoberta e com certas linhas físicas quasi comuns, o Alenteja desloca-se já da atracção desse enorme centro de gravidade que é o massiço castelhano, passando por outras variações climáticas, graças á penetração oceânica que o abrange sensivelmente e o subtrai ao açoite directo dos ventos de Africa. Se eles lá lhe chegam, veem-lhe através da Espanha com o *sudo* violentissimo. Rememora-o bem o velho ditado: — *«De Espanha nem bom vento, nem bom casamento!»* Quando o Alentejo não contasse outros pergaminhos a justificarem a legitimidade do seu separatismo, bastaria essa antiga sentença, saída de bem provada experiencia ancestral. Não resume ela toda a aprendizagem dum contacto secular de povos em regiões limítrofes que, por muito se conhecerem, muito se distanciam? Nas planicies do Alentejo é que as mais rijas demonstrações da nossa vitalidade tiveram logar. Nunca a pretensão unificadôra topou resposta como a que lhe deram em 1384, e, durante mais de um quartel do seculo XVII, os concelhos arrojados da bôa terra transtagana. Mas eu, meus Senhores, reputo escusada a pá de Al-

Digitized by Google

jubarrota, mais os caldeirões de Alcobaça, para alegarmos com vigor o vigor do nosso direito. O chauvinismo é um declive perigoso. Aumenta e diminue, conforme lhe apraz. E eu não sei de mal maior que as ilusões de certo patriotismo, — *patriotice*, diria o Eça, — que fala no cajado de Viriato e nos dentes duros do alferes-mór da bandeira em Toro!

Milita ainda em favor do Alentejo a circunstancia historica de não suceder ali o que sucede com a fronteira hispano-francêsa. Na fronteira hispano-francêsa, — é um geografo castelhano quem no-lo informa numa publicação oficial — , um lavrador, sem levantar o arado e sem saír da mesma propriedade, pode lavrar em duas nações distintas. Embora o regime da propriedade no Alentejo seja o regime latifundiario, é esse um facto que não acontece nunca. A propriedade corresponde em toda a latitude aos limites politicos e naturaes do país. Não é indiferente uma circunstancia destas em face do depoimento produzido, pois, remontando a organização dos latifundios alentejanos á epoca afonsina da Reconquista, entrevê-se bem como são quasi milenarias, pelo menos, as lindes que dividem a nossa provincia das provincias espanholas limítrofes. Eu recordarei que quem segue a linha ferrea do Léste não é sem diferença na vegetação e no *facies* do sólo que atravessa a fronteira. Para traz fica-lhe a colina sagrada de Elvas, entoando um hino heroico na pinha gloriosa das suas ameias e das suas torres. Rodeia-a um colar de morros airosos, cheios de olivedo denso, cujo azeite já aos classicos latinos de Quinhentos merecera elogios de nobreza. Ha verdura, ha manchas de agua na sede imensa da campina. Pois transpõe-se o Caia com uns pobres choupos exilados marcando-lhe o rumo. O terreno, que se viera abaixando, achata-se de subito. Toma-o uma desolação de pavor. Parece que assomou ali um vento bíblico de flagelo. Nem uma azinheira estorcendo a figura anã em atitudes dolorosas de enigma! Tudo queimado, tudo ardendo, como uma praga! Até as margens do Guadiana são despidas de arvoredo. O rio deslisa numa preguiça suja. Só ao fundo, sobre um recorte de serranias dubias, faíscam em sinal de vida as rosaceas incendiadas das igrejas de Badajoz. E' uma visão da infancia que eu aprendi de cór e que me ensinou o coração a ser português, quando nem a consciencia nem os livros m'o haviam ensinado ainda. Se aí ha alguem, meus Senhores, que nascesse como eu naquela prega de «Antre Tejo-e-Guadiana», dar-me-á razão no que evoco e não precisa de mais nada para se retirar convencido.

Mas, devolvendo-me ao fio da minha exposição, eu peço para assentarmos na insularidade lusitana e na continentalidade castelhana como condição basilar do antagonismo dos dois povos. Oiçamos de novo José Augusto Coelho: — «Assim, a aragem constante que sopra d'um

Digitized by Google

grande mar, tendendo a equilibrar mais ou menos as temperaturas, dá a toda a extensão da zona atlantica que comprehende a região asturiana, a Galiza e Portugal, um tom de equilibrio e, portanto, de insularidade, que são incontestaveis; obstaculos oppostos ao accesso das correntes que derivam do Atlantico dão, pelo contrario, a toda a vasta zona castelhano-murcio-andaluza-aragoneza um fundo de continentalidade, de desequilibrio nas temperaturas, de excessos de calor ou frio que fazem d'esta parte da Iberia um centro mesólogico essencialmente apto para o desenvolvimento das grandes energias explosivas, ao mesmo tempo intensas e irregulares, de momentaneos e extraordinarios arrojos e de promptos exgotamentos.» «Mas, acima de tudo, a humidade e a secura é que melhor ainda caracterizam estas duas zonas da Iberia. A zona asturiano-galecio-portuguêsa está, em geral, constantemente mergulhada num banho de humidade e, porque é abundantemente irrigada, são caudalosos os seus rios e é luxuriante a sua vegetação; a outra zona, mais isolada do vasto Atlantico, é acentuadamente sêca; são pobres os seus cursos d'agua e considerando as cousas em globo, mais enfezada é a sua vida vegetal.»

«Assim, se olharmos a Peninsula duma maneira geral pelo lado da distribuição das temperaturas e dos fluidos, ella apparece-nos dividida nas duas zonas acima indicadas; e isto como já anteriormente nos apparecera quando a consideramos pelo lado dos limites, situação e configuração. As duas regiões — a *secca* e a *humida* — são, pois, duas zonas ibericas bem definidas por contrastes nitidos e irreductiveis.» Versiculo novo da criação do Mundo: — fez o Sol á Espanha, fez o Mar a Portugal. E Deus nosso Senhor que promoveu a diversidade do meio, promoveu com isso a diversidade do habitante. De facto, o caracter castelhano, imperialista, duro, truculento, com solenidades que impõem e exageros que chegam á loucura, é bem a psicologia do planalto, sua mansão natal, com rochas a prumo e asperezas bélicas no aspecto contraído. A indole benigna do homem da vertente atlantica, emotivo e criador, entregando-se tanto ás vibrações arrebatadoras da Esperança, como aos soluços líricos da Saudade, outra coisa não é senão a riba maritima a transmitir-lhe ao feitio toda a doçura dum clima estavel. O modo por que Castela consegue suplantar a obsoleta monarquia leonêsa e atraír ao seu suzeranato as baixas circunvizinhas, é ainda o regime orográfico, expresso no massiço central da Iberia, quem no-lo explica suficientemente. Bem diversas se nos afiguram as veigas do Guadalquivir com agua bastante e verdura farta, gozando já duma certa humidade. Mas se nos lembrarmos de que semelhante humidade é a humidade da região marroquina e que, ao vir o estio, tudo desaparece, — agua e verdura, fica provada a natureza continental duma facha geográfica que parece á primeira

Digitized by Google

vista destruir a nossa tése pelas affinidades que nos sugere com a região oceânica da Peninsula. Enclausurada no seu planalto, como numa casa-forte, Castela tira da posição aguerrida que a natureza lhe deu o segredo profundo do seu genio nacional. Apanhando quasi o quadrilatero da zona galecio-lusitana, Portugal é determinado na sua psicologia pelos varios condicionalismos físicos que desde o intimo das idades o predestinaram para patria livre. Senão, vejamos.

Ferozmente exclusivista, vivendo da expansão guerreira por virtude do planalto que povôa, o Castelhano cinge-se em ferrenhas organizações aristocráticas, desenvolve um incompadecido espirito de casta, vai á hipertrofia da personalidade, é a exaltação, é a enfase, é o individualismo na sua excessiva forma egotêtica. Se tem um ideal colectivo, esse ideal é o ideal épico, marcado á perfeição nos poemas do ciclo do Cid. Cria a pintura e é grande no misticismo pela mesma projeção da personalidade de que derivam as visões dementadas do bom cavaleiro manchego. E' a propensão inata da familia ibérica que nunca se soldou ao solo, que foi sempre uma enorme banda conquistadora, mantendo-se em hegemonia por uma fechada constituição feudal. Castela assimila as sobrevivencias góticas que sobrenadaram por entre as oscilações da ocupação sarracena. E nem se compreende que a Epopeia significasse a qualidade madre do seu temperamento, se o castelhano não viésse, como vinha, duma familia errante de invasores, nutrindo-se pelo desfruto sôfrego da terra á custa dos elementos produtivos, que seriam no nosso caso as raras massas autóctones. Atalaiada no planalto central da Iberia, que lhe é como um ninho de aguia, Castela tributa e saqueia as extensões que abrange. Nas altas e baixas da sua energia frenética, é sempre altiva e fidalga, desperdiçada e violenta, intolerante, mas grave. Já Kant notava que o castelhano até dançando o fandango era magestoso. «*Yo soy castillano!* — eis uma frase que resume no seu entono um tratado inteiro de psicologia.

E' que Castela revive o fundo celtibérico da população peninsular, acrescido pela contribuição das aluviões barbaras posteriores. O famoso homem loiro de Chamberlain, Woltmann e Lapouge, passado á Espanha em épocas sucessivas e em sucessivos exodos, remanesce em Castela no seu gosto irreprimido de comando. A noção germânica do Poder, definida pela idéa da posse como um apanagio territorial, Castela a incarna, Castela a vulgariza. Não carecemos de mais prova que a historia da sua colonização. E' o exterminio do indigena e é o consumo, até ao esgotamento, das riquezas naturaes do solo. Ainda por aqui nos distinguimos, e fundamentalmente. Compare-se o Brasil, como obra do nosso genio, ás vizinhas republicas latinas da America. A estabilidade do Brasil repousa na unidade de raça e de sentimentos, de que é tão senhora a gente

Digitized by Google

da zona galecio-lusitana. A vida acidentada e contraditoria das outras nacionalidades neo-ibéricas, é o mais convencedor sinal da divergencia étnica e psíquica que impossibilita hoje ainda a Espanha duma verdadeira comunhão nacional. Não existe, realmente, em Espanha o que se chama o tácito consenso duma patria. Ha os varios particularismos provinciaes, ha lá profundas diferenças de tipo e de aspirações. «Na Espanha não existe um tipo senão em conjunto, — dizia Moret no Ateneu de Madrid, discursando sobre o Cinco de Outubro. Aqui ha Vascos, Castelhanos, Catalães, Levantinos, etc. O que não ha, é verdadeiramente um tipo espanhol.»

Transportadas para um sistema colonial, ainda mais heterogeneo, de taes diversidades, agravadas agora pela mistura com elementos inferiores, resultou o conflito constante em que as democracias espanholas do Novo-Mundo se debatem e afundam. Falta-lhes o agente de forte contenção centralizadora que evitou na Peninsula o descalabro do Estado pela preponderancia activa de Castela contra as tendencias dispersivas das demais partes do agregado politico.

Esse esforço exasperado de Castela individualiza-se na epopeia do Cid e é a grande qualidade historica da alma ibérica. E' ele que, ao adoçar-se em simples cavalheirismo, gera a comedia heroica, — a comedia de *capa-e-espada;* e, pelos claros-escuros dum espirito exarcebado em hipertrofias de visão, se traduz na admiravel escola de pintura, — das maiores do mundo, com que a Espanha gloriosa de Ribera e Zurbaran justamente se enaltece. E' este tambem o motivo principal da sua literatura mistica, uma das primeiras e das mais ricas.

Interessante é opôr na presente altura, minhas Senhoras e meus Senhores, á idiosincracia do genio castelhano um depoimento insuspeito ácerca da indole mais afectiva do português. E' de Elisée Reclus, tão ignorado como nosso amigo, o passo que transcrevo. Ele aí vai: — «*Les voyageurs se louent beaucoup des bonnes façons, de l'obligeance, de la bonté naturelle des campagnards du Portugal, non encore gâtés par les habitudes du commerce: quoique, ayant à l'étranger une réputation de barbarie, due sans doute au souvenir de leurs crimes de conquête dans l'Inde et le nouveau Monde, la plupart des Portugais ont une tendresse compatissante pour ceux qui souffrent. Ils aiment le jeu, mais ils ne se disputent point; ils ont la passion des courses de taureaux, mais ils ont soin de garnir de liége les pointes des cornes, et l'animal est épargné pour de nouveaux simulacres de luttes. Bien differents á cet égard de leurs voisins les Espagnols, ils traitent bien les animaux domestiques et se distinguent même par un talent spéciale pour apprivoisier les bêtes sauvages: sur les bords du Guadiana,*

Digitized by Google

ils élevent la fouine, dont ils se servent comme d'un chat contre les rats et les serpents. Dans leurs rapports mutuels. les Portugais sont doux, prèvenants, polis: dire d'un Lusitanien qu'il est «mal elevé» est offenser de la manière la plus sensible. On s'étonne aussi de l'élégance, seulement trop cérémonieuse, de leurs discours. Se distinguant á leur avantage des Galliciens, qui parlent un patois difficile á comprendre, les paysans portugais ont en général une grande purété de langage; ils s'expriment avec une facilité et un choix de paroles des plus remarquables chez un peuple si pauvre en instruction. On n'entend aucun jurement, aucune expréssion indécente, sortir de leur bouche! Quoique grands parleurs, bavards même, ils s'observent avec soin dans leur conversation.»

Muito favorecidos pelo que respeita ao cuidado da linguagem, embora não praguejemos como o castelhano clássico, duas coisas ha que destacar: — a acusação de criminosos na nossa aventura ultramarina e o reconhecimento das nossas virtudes de afectividade e do bom arranjo social. A nossa acção no Ultramar é uma bela pagina de proselitismo civilisador. Até uma das razões de queda do nosso imperio colonial é o termos sido mais missionarios que negociantes. Declara-o, por exemplo, o historiador inglês Stephens. Não encararei aqui a obra dos jesuitas portuguêses na India e na America. Quero unicamente levantar um juizo menos exacto. E quanto á afectividade da Raça, está nela, incontestavelmente, um dos traços que mais nos distanciam do espanhol.

Reclus alude ás touradas, á domesticação dos animaes bravios, ao respeito do português por si proprio. Fundamentalmente, tudo o que o ilustre publicista menciona é filho da nossa impenitente natureza lírica. Toca-se com o lirismo do português o ponto psicológico que mais autonomia confere á Raça. E' o problema das origens que nos surge de envolta com o problema do Romanceiro. O Romanceiro pressupõe a comoção anímica que, partindo da preferencia dada aos aspectos emocionaes, importa um fundo psíquico que não é o do Castelhano, em bôa verdade. Cotejemos dois fragmentos, arrancados ás *Lições de Philologia Portuguesa*, de Leite de Vasconcellos:

«Ferid los caualleros, por amor de caridad!
«Yo so Rui Diaz, el Cid Campeador de Biuar!
«Todos fieren enel az do está Pero Vermuez.
«Trezientas lanças son, todas tienen pendones;
«Seños Moros matáron, todos de seños colpes;
«Ala tornada que fazen otros tantos son.
«Veriedes tantas lanças premer & alçar,
«Tanta adagara foradar & passar,
«Tanta loriga falssa desmanchar,

Digitized by Google

«Tantos pendones blancos salir vermeios em sangre,
«Tantos buenos cavallos sin sus duenos andar.
«Los Moros laman Mafomat, & los Christianos Santi Yagu (e)
«Cayen en un poco de logar Moros muertos mil (ccc ya)...

Eis como num retalho dos poemas do Cid se vinca a linha primacial da Castela arrogante do planalto com o seu gosto incontido da aventura militar.

«Quando vos vi, fremosa mia senhor,
«logo vos soube tan gran ben querer,
«que non cuidei que ouvesse poder,
«per nulha ren, de vus querer melhor;
«e ora já direi-vus que mi aven:
«cada dia vus quero mayor ben!»

E' como, contrariamente, na facha atlantica se manifesta o genio lusitano. São as queixas profundas do amor, é a *gran coyta do coraçon.* Como o meio abrupto do plató central da Iberia levaria a um isolamento erriçado de casta, a depressão maritima da vertente ocidental causava por força das circunstancias uma comunicabilidade constante entre os povos que nela moravam. A predisposição para a convivencia e para o cultivo dos sentimentos delicados da alma é filha no Lusitano do seu equilibrado clima insular. Por igual razão a agricultura floresceria cedo entre os nossos remotos antepassados. A pratica da agricultura, aferrando-os ao solo, imprimiu-lhes preferencias sedentarias e elevou-os á compreensão poética da Natureza através dos ritos agrarios e da adoração internecida dos Logares.

Como derivante do sedentarismo e sendo a forma espiritual do instinto que prendia ao solo, — a religião dos Mortos concede ao homem primevo da região galaico-lusitana um sentido especial de existencia em que vivos e defuntos se solidarizam nos laços afectivos duma mesma comunhão. E' o *ethos* comunitario do Português, que o Municipio concretiza admiravelmente como celula primária da Patria. Dêsse bucolismo ingénito veio a nossa poesia do amor, tão ungida da compreensão das coisas simples. O nosso ascendente sente-se um todo uno com as realidades diarias que o ambiente lhe familiariza e de que ele não é mais que uma parte integrante. Mostra-o a riqueza incalculavel do nosso folclore, no qual reside, sem duvida, um dos maiores titulos da nossa independencia. Acreditou-se por muitos anos que era aos Arias, — a esses aposentados povos iniciadores, que nós deviamos os tesoiros poéticos dispersos na tradição oral. Assim se imaginava e o imagina ainda a sciencia oficial, que é, como toda a gente sabe,

Digitized by Google

do tempo em que apareceram as diligencias. Porêm, em face das conclusões rigorosas da arqueologia, admite-se hoje pelos trabalhos memoraveis de Martins Sarmento que a *Argonautica* não é mais que a reproducção aliteratada dum périplo fenicio, desenvolvido sobre as aguas do Oceano-Atlantico. Identico *substractum* se descobre para os poemas de Homero, reputados como uma adaptação ao Mediterraneo levantino dalgumas esmaecidas lendas maritimas, comemorativas das navegações fabulosas dos povos do Ocidente. O fundo real desse ciclo poetico parece alcançar o alto periodo bronzifero, de que a civilisação egenética é a consagração maxima, tanto mais que a arte nautica no oeste-europeu é mais antiga que as decantadas expedições navaes da Fenícia. Como sem o estanho se não podia fabricar o bronze e o Levante não possuia aquele metal, é deste ponto oculto da terra,—da misteriosa Tharsis da passagem célebre de Ezequias, que irradiam as grandes correntes civilizadoras, olhadas e ensinadas pelo gorduroso pedantismo universitario como advindas vagorosamente dos planaltos reconditos da Asia.

A navegação no Ocidente sobe á idade da pedra. A's Cassitérides (as ilhas Sorlingas, ou a peninsula de Cornwall, segundo uns, a Peninsula Iberica, segundo outros) se ia buscar o estanho, que os traficantes traziam para Tartessus, no sul da Iberia, acompanhando a costa amoravel de Portugal, então a *Ophiusæ frons* do texto enigmático de Rufus Festus Avienus na *Ora maritima*. Das travessias perigosas, com naufragios frequentes e acontecimentos de tragedia, se entreteceriam fábulas e narrativas ritmadas, mais tarde sujeitas a uma lição uniforme pela clara inteligencia helénica. Não é outra a genealogia da *Odyssea;* e, para o testemunhar, são suficientes os subsidios que o Romanceiro nos fornece. Na *Nau-Catrineta* temos os errores de Ulysses, temos na *Bela-Infanta* o regresso do heroi e a fidelidade experimentada de Penèlope. Tanto é como eu o cuido, que em Trás-os-Montes a *Bela-Infanta* é cantada ainda como a continuação da *Nau-Catrineta*. Num livro que acabo de publicar, O *Valor da Raça* (consintam Vossas Excelencias que eu me reclamize!) o problema é estudado com a largueza que estes limites me não consentem. Aponto eu nele, conforme a interpretação de Teófilo Braga, a sobrevivencia de diversos quadros fundamentaes da criação homérica em muitas das xacaras que embalaram a nossa meninice. O rimance da *Donzela na fonte* lembra o episodio de Nausica. No tipo popular da *Gayarda* transmontana nós vemos a perversidade de Circe. E no *D. Marcos* do meu Alentejo subsiste a dedicação do leal Eumeu.

A capacidade idealista do homem da vertente atlantica da Peninsula filia-se, pois, no fundo primitivo das populações oeste-europeias. No druidismo abrange-se a divinização dos segredos e

Digitized by Google

forças da Natureza, tão propria da alma ocidental. A beleza dos temas líricos que as festas do S. João e do Natal, das *Janeiras* e do *Maio-Moço*, ainda nos evocam, não são, como se julga, uma transmissão das Arias iniciadores. Geraram-se com as necessidades emocionaes do pequeno dolicoide, que, espalhado ao longo das ribeiras do Oceano, com o ser, como já se disse, um sobrevivo do cataclismo que enguliu a Atlântida, constitue o tipo fundamental da população portuguêsa. Nesse larguissimo quadro étnico se compreendia o trato geográfico que é hoje a zona asturo-galaico-lusitana. O eminente Menendez Pidal acentúa bem o parentesco destas tres regiões pelos depoimentos que recolheu da musa popular asturiana. O Romanceiro manifesta-se assim como um sinal de afinidade rácica. Silius Italicus já aludia na *Punica* ás canções que os galegos entoavam marchando para a guerra. Em versos duros como calhaus, eis como interpreta Filinto Elysio a passagem de Silius Italicus:

«Ricca manda Gallecia a Juventude
«Sagaz em fibras, vôos e chammas sacras,
«E que ora em patria lingua canções barbaras
«Uyva, ora açouta o chão com pés alternos,
«E folga c'os escudos resonantes
«Psalmear a compasso...»

São as *tripudiis hispanorum*, as *carmina barbara* dos escritores latinos. Apiano, descrevendo os funeraes de Viriato, fala dos canticos guerreiros que o celebraram. «Cavaleiros e infantes, — narra ele —, corriam, em diferentes direcções, á roda da pira, proclamando os feitos do desventurado caudilho, segundo era costume entre os hispanos.» E' o *bradar sobre finados* do alvará de D. João I, que persistiu até ás preocupações romanistas da época em sinal da poesia ingénita do Português. A inclinação melancólica do Lusitano revela-se de pronto nas toadas inspiradas pèlo motivo universal da Morte. E', afinal, o nosso lirismo de sempre, que, na psicologia clarissima de Grey, imprime o mais forte vinculo de individualidade. Será, porventura, alguma coisa que se aproxime das idealisações supremas da poesia castelhana?

Castela não conhece a linguagem branda do coração. Vibra e desfaz-se toda nas alucinações sangrentas da Epopeia. A Epopeia importa consigo uma origem guerreira, apenas verificavel numa raça ocupadora. Já não acontece o mesmo com o lirismo galaico-lusitano. Filho da terra, balbuciando queixas ingenuas, em que o fio corrente da emoção é esmaltado de delicadas comparações naturalistas, só uma comunidade que pratica a agricultura, e ama o *«verde pino»*, e sabe o regresso das Estações, é que o poderia sen-

Digitized by Google

tir e erguer-se a tamanhos vôos de sensibilidade. Essa comunidade tinha de ser forçosamente autóctone. Se o não fôra, o seu temperamento, em vez de agrario e contemplativo, havia de ser forçosamente truculento e enfático. Levava-se, não para as endeixas e pastorelas dos nossos Cancioneiros, mas para as declamações grandíloquas do verso heroico. De modo que, — resumindo —, Castela é a Epopeia, Portugal, o Poema de Amor. Não olvidemos agora que a depressão atlantica da Peninsula é naturalmente inclinada para a sociabilidade, enquanto o planalto central da Iberia se fecha com o seu habitante no mais aspero dos exclusivismos. Vê-se como o meio fisico promove, com efeito, o determinismo psicológico.

III

A' dualidade de psicologia corresponde o antagonismo de raça. Eu assinalei já o nosso lirismo ingénito como um indicio de autoctonia e as simpatias épicas de Castela como uma prova de alienigenato. O Lusitano, como fundamento da nacionalidade portuguêsa, é, ao que parece, indigena da Peninsula. Não acontece o mesmo com o tipo estrutural do castelhano. O Lusitano identifica-se mais ou menos com o grupo de Beaumes-Chaudes e pertence ao velho fundo pelágico, etiquetado de *Mediterranensis* ou *Meridionalis*. E' o *H.-Japeticus* de Bary ou a chamada raça *ibero-insular* da classificação de Deniker. Considerando esse velho fundo étnico como sobrevivo da Atlântida submersa, ou pelo menos inspirado pela extraordinaria cultura desaparecida com o legendario continente, eu qualifico o seu representante mais caracteristico de *H.-Atlanticus* contra a designação de *H.-Mediterranensis*, imposta por Broca. Abunda nos *long-barrows* da Grã-Bretanha e as suas diferenciaes antropológicas são as do dolicoide meão. Tem a cabeça longa, a estatura baixa, os cabelos são escuros e a côr morena. Tal é o homem de Mugem tido por nosso auctótone. O seu porte sofreu um acrèscimo sensivel em virtude de cruzamentos posteriores com individuos da familia dita de Grimaldi. Da aliança do tipo de Beaumes-Chaudes com o tipo de Grimaldi resultou o padrão fundamental da gente portuguêsa «Quando olhamos para o mappa das raças europeias de Ripley ou de Deniker, esta população ibero-insular salienta-se, no seu recanto da peninsula, á beira do Atlantico, como a mais dolychocephala e homogenea da Europa nos seus caracteres somaticos» — escreve Fonseca Cardoso. E' em semelhante homogeneidade que eu assento o sentido intimo da nossa historia e uma das razões mais directas da autonomia de Portugal.

Digitized by Google

«De tudo o que até aqui temos exposto se vê que, existindo em todos os distritos do paiz casos puros de brachycephalia e de dolychocephalia, não deixa por isso de ser a população portuguêsa das mais, senão a mais, regularmente fundida da Europa, — observa Sant'Ana Marques nos *Materiaes de Anthropologia Nacional*. E se d'aqui quizermos tirar prova do direito que ao nosso povo assiste de independentemente se manter, como desde seculos o tem feito com sorte varia, e se adoptarmos o criterio de que essa fusão representa o verdadeiro cimento da unidade nacional, não ha duvida de que se devem manter as fronteiras luso-hispanicas.» «Não o mesmo para a visinha Hespanha, continúa Sant'Ana Marques —, onde encontramos focos primitivos (dois pelo menos), um nas costas do Levante e outro nas do Cantabrico, que podiam ter aspirações regionaes com algum fundamento anthropologico.» Registemos o facto. Enquanto Portugal se assinala antropologicamente como um país de população homogenea, nós vemos destacarem-se do cunho geral da população espanhola dois núcleos divergentes que, segundo Sant'Ana Marques, justificariam muito bem todas as tendencias de diferenciação regionalista que porventura possam manifestar. Trata-se da mancha dolicocéfala da facha mediterrânica com expressão mais forte em Alicante, e da braquicephalia acentuada dalgumas provincias do norte e noroeste, com Oviedo por índice maximo. Oiçamos a tal respeito o catedrático D. Frederico Olóriz no seu notavel estudo, — *Distribuicion geográfica del indice cefálico en España*.

«*Comparando las columnas del cuadro IX con la cuarta del cuadro VIII*, diz o ilustre sabio, *se observa que en todas las provincias, exceplo Santander, Lugo y Oviedo, el grupo* de *mesaticéfalos domina sobre el de braquicefalos*, y *que en todas, sin excepcion, domina tambien*, y *en partes proporcionales, sobre el de dolicocéfalos. Resulta, pues*, prosegue D. Frederico Olóriz, *que, observando ahora la composicion de las series, como antes al examinar sus indices medios, aparece la poblacion mesaticéfala dominando en el conjunto de España* y *en casi todas sus provincias...*» Olóriz ressalva em seguida a zona de Alicante e confirma depois, num balanço final, os resultados do seu inquerito. Assim, acrescenta que «*el agrupamiento de los indices individuales de todos los españoles observados demuestra que la proporcion de los dolicocéfalos de menos de 70 y de los braquicéfalos de más de 90 unidades és depreciable, pues no alcanza ni a medio por 100; en tanto que és de 60 por 100 el numero de los mesaticéfalos, es decir, que las tres quintas partes de los españoles presentam el indice cefálico entre 75 y 80 exclusivé: los dos quintos restantes se distribuyen entre los subdolicocéfalos y los subbraquicéfalos con mucha desigualdad...*»

Digitized by Google

Estabelecida, dum lado, a maior dolicocefalia do português, e posta em relevo, do outro, a fórma mesaticéfala do espanhol, não caímos em falsidade se fixarmos, portanto, com Fonseca Cardoso e Sant'Ana Marques, nesta caracteristica antropológica, uma das principais caracteristicas que fisicamente distinguem os dois povos. E' certo que Sant'Ana Marques, possuído da lição de Olóriz, para o qual, como bom iberista, não ha fronteiras naturais entre as duas nacionalidades, — é certo que Sant'Ana Marques, ao estudar a distribuição do nosso índice cefálico ao longo da raia, pretende sustentar que a diferença existente entre as suas observações fronteiriças e as observações identicas de D. Frederico Olóriz não acusa mais diversidade que a verificada dentro da propria Espanha nas variantes recolhidas de região para região. No entanto, Sant'Ana Marques lá foi reconhecendo e aceitando que a nossa autonomia dispõe de razoaveis alicerces étnicos. Não se perde em taes hesitações o malogrado Fonseca Cardoso. Terminantemente afirma que «em tôrno dos seus limites fronteiriços vêem-se os indices mesaticephalos a fazer destacar o núcleo da dolychocephalia portuguêsa».

E' um problema grave este das nossas origens e principalmente no que respeita ás nossas afinidades com o castelhano visinho. Efectivamente, os caracteres antropométricos é que nos podem fornecer alguns dados essenciaes para o esclarecimento da questão, ainda antes dela se colocar no campo histórico e arqueológico propriamente dito. Fonseca Cardoso é dos melheres mestres para se seguir. Escutêmo-lo:

«O indice cephalico médio dos portugueses é de 76.4 — no craneo 74.5 (Ferraz de Macedo e Silva Bastos). Comparando-o com os da população europeia, é o mais dolychocephalo. O espanhol é de 78.2 (Olóriz) mesaticephalo; o italiano e francês brachycephalos, respectivamente 82.7 (Livi) e 83.6 (Collignon).

«Patenteando uma grande homogeneidade na nossa população, os indices médios pelos 17 districtos, variam apenas de 78.7 a 75.2. Os seus agrupamentos, confrontados com os das três nações que mais se nos aproximam, indicam que Portugal recebeu na sua composição éthnica a influencia dos dois elementos cephalicos: o dolychocephalo e o brachycephalo, como essas nações; porém, sendo mais forte a dosagem do primeiro e minima a do segundo. Por opposição á França, que é mais brachycephala, o nosso país é mais dolychoide, distanciando-se assim do hespanhol, que apresenta a forma intermediaria mesaticephala.»

O mesmo Fonseca Cardoso insiste numa diferencial antropológica em relação á Galiza e ao nosso Minho, que não será arriscado tomar-se como uma das causas que impediram, na devida altura, a fusão dos dois condados, tão parentes pelas inclinações e pelo genio. «A Galliza afasta-se, no agrupamento da côr, do mi-

Digitized by Google

nhoto, apezar dêste ser considerado como do mesmo ramo «callaico» pelos antigos, os quais no entanto distinguiam os do sul do Minho com os sobrenomes de limienses e bracaros e os do norte de lucenses. Em verdade, na população de Lugo destaca-se nitidamente uma influencia kymrica; as velhas muralhas que ainda hoje cingem a cidade guardam o tipo éthnico do velho gallego. A' medida, porém, que nos aproximamos da Corunha e da região do Cabo Ortegal, o typo torna-se mais moreno, brachyoide, de face larga. E' que esta parte da provincia soffreu a influencia dos antigos occupantes do Cabo Nerio, os celtas ou artabros, de raça brachycephala.

«A Galiza, pelo que observei quando a percorri, apresenta uma população mestiçada pelo elemento moreno e brachyoide e pelo louro dolychoide, em maior percentagem sobre a velha população neolithica, dolychocephala e morena; ao passo que o minhoto português é o producto mestiçado dessa raça de Beaumes-Chaudes, em percentagem mais forte com a nórdica loura e ainda com um resto da brachycephala. Taes são as differenças éthnicas dos dois povos que o rio Minho separa.» Costa Ferreira no estudo, — *A Galiza e as provincias portuguesas do Minho e Traz-os-Montes*, inclina-se, todavia, para opinião contrária, considerando a Galiza como um prolongamento étnico da população minhota. Ora, sendo o *substractum* desta o pequeno dolicoide de Mugem mestiçado com demoradas influencias braquicefalizantes, bom é recordar agora o testemunho de D. Frederico Olóriz. O eminente antropologista reputa o braquicéfalo como o elemento étnico mais constante no NO. da Peninsula, tendo o dolicoide como atenuado sensivelmente *desde Castilla hacia el Oceano*. Feita a pregunta natural sobre qual dos dois tipos assenta o tipo chamado galego, D. Frederico Olóriz, sem se pronunciar categoricamente, inclina-se a reputar o braquicéfalo como o que mais caracterisa a gente da Galiza. E' a lição professada por Fonseca Cardoso, que, como vimos, assinala ao galego uma percentagem maior de valores braquioides sobre um possivel fundo autoctone dolicocéfalo. Já não sucede outro tanto no Minho, onde a sobreposição do braquicéfalo não abafou tão compactamente o nosso pequeno homem moreno.

Quanto a mim, não se baseia em causa diversa o facto de a Galiza não se ter fundido nunca com Portugal, não obstante a identidade de procedencias e de destino comum que unificava as duas regiões no mais estreito dos parentescos. E' para reparar que já a *Chronica dos Godos* trata, em relação a nós, de alienigenas os habitantes da Galiza. Um instinto tão vivo de separatismo trazia com certeza as suas raizes de muito longe. Trazia-as da recuada noite historica em que o fundo jacente do homem de Mugem se vira suplantado mais numa parte do que noutra pelas correntes do

Digitized by Google

braquicéfalo imigrante. Assim se compreende que na epoca neogótica a Galiza padecesse como Portugal não padeceu a tutela custosa do barão leonês. Assim se compreende que se atrofiassem em mera divergencia regionalista para com o futuro politico da Galiza as belas aptidões de raça que fizeram de Portugal, ao depois, um país independente.

Quando uma simples alteração de equilibrio étnico bastou para cavar distancias irreparaveis entre povos gemeos em tudo,— em ascendencia e em finalidade, já por aqui se avalia como um factor de tamanha importancia não havia de actuar no divorcio eterno de Portugal e Espanha, sendo no caso mais complexo do confronto das duas nacionalidades o agente-Raça infinitamente bem mais dificil de congraçar. Provou-se já a homogeneidade impressionante do povo português. Ela é o cimento da nossa razão de ser como patria livre. Representa para nós uma qualidade tão segura e tão individualizante, que nós podemos quasi olharmo-nos como uma raça íntegra, tanto quanto uma raça historica se póde ter em semelhante conta. Claro que a consciencia nacional dispõe, deste modo, dum apoio solidissimo, logo que se veja restituida ao dominio de si propria e ao justo entendimento das suas grandes aspirações tradicionais. Ainda hoje a capacidade do craneo português vale quantitativamente o mesmo que os nossos craneos neoliticos. Sabe-se que o aumento ou a diminuição da capacidade craniana em nada afecta o desenvolvimento intelectual. E', portanto, mais um subsidio a confirmar-nos nos nossos pergaminhos de povo autonomo, que o é, não só por disposições expressas do meio geográfico, mas tambem por virtude da sua relativa pureza genealógica.

O que nos oferece, em contraposição, a Espanha? Diz Sant'Ana Marques que mais de metade das suas observações acusavam um indice oscilando entre 75 e 76 — «o que nos leva a concluir que em algum daquelles dois numeros assenta o typo ethnico dominante em Portugal». Em Espanha encontra-se, porém, um tipo etnico entre 77 e 78 e outro mais elevado de 80. E' o tipo secundario de Olóriz. Não carecem de justificação mais documentada os provincialismos irrequietos do reino vizinho, com a flamula irredentista da Catalunha por porta-bandeira.

No estado espanhol ha varias nacionalidades latentes que a supremacia unitaria de Castela evitou a tempo que crescessem para uma completa suficiencia orgânica. No estado português ha apenas a nação portuguêsa,— a não ser agora a conquista do estrangeiro do interior, reviviscencia étnica dos pretos e dos judeus, de que o Santo-Ofício nos não livrou inteiramente. Um invencivel fundamento de ordem rácica impede, pelo exposto, a realização da miragem iberista, já de antemão desmentida pelas leis

Digitized by Google

físicas que submeteram um dos dois países da Peninsula ao regime continental do planalto, enquanto condicionavam o outro na insularidade amoravel da depressão atlântica.

Ao argumento batido de que a raça é a mesma, nós respondemos com um desmentido insofismavel. Tanto assim é que «o português liga-se com o aquitano, o corso, o sardo, o siciliano e o habitante do sul do continente italiano da Puglie, Calabria e Besalicata e o tipo berbere do norte de Africa», — nota Fonseca Cardoso, mas não manifesta uma afinidade tão estreita, como essa, com o espanhol que lhe mora ao pé da porta. E' que o espanhol, dum modo geral, não é um descendente do pequeno dolicoide, ou *H. Mediterranensis*. Deniker incorpora-o com o português na raça classificada de *ibero-insular*. Contudo, não me parece rigorosa a sistematização do autor competentissimo do magnifico manual, *Races et peuples de la Terre*. A forma mesaticéfala do espanhol difere mais ou menos sensivelmente do tipo fundamental da familia portuguêsa, que é o typo de Mugem, alterado na sua estatura, por virtude de cruzamentos remotos com representantes da linha dita de Grimaldi.

Para alguns antropologistas de nome, como Georges Hervé, por exemplo, a raça de Mugem, (assim chamada no prefacio de Quatrefages ao livro de Cartailhac, *Les âges prehistoriques de l'Espagne et du Portugal)* não é senão a raça dolicocéfala de Laugerie-Chancelade, que, sucedendo á raça mais antiga de Néandhertal e atravessando-se talvez com ela, «*aurait également peuplé la péninsule durant la dernière époque quaternaire*». Primeiro ocupador da Iberia, como se vê, o pequeno dolicocéfalo não resistiu em toda a Peninsula á invasão do braquicéfalo, da raça cevénola naturalmente, que se lhe sobrepôs e o abafou quasi por completo. Acantonando-se nos *arduos colles* da facha ocidental, o homem-meão, repelido, manteve-se aqui num estado de relativa independencia. Lança as raizes do Lusitano futuro. E mais tarde, quando se quiserem estudar as origens da poesia popular no Ocidente, só por meio da sobrevivencia do pequeno dolicoide em Portugal, na Galiza, na Provença e na Sicilia, se explicará a extraordinaria similitude dos temas líricos que o folc-lore e a crítica teem recolhido em partes tão afastadas umas das outras. Os ensinamentos de antropologia, aparentando-nos mais com o aquitano e com o corso de que com o espanhol, ajudam-nos a restabelecer o quadro geográfico que o homem da raça de Mugem abrangia. Apanhava ele a bacia do Mediterraneo, donde a designação de *H. Meridionalis*, ou *Mediterraneus*. Quando, no declinar do neolítico, se produzem as grandes deslocações do braquicéfalo, são precisamente os pontos em que logrou resistir á subversão geral aqueles em que Fonseca Cardoso insiste como habitados por populações mais proximas da nossa que

Digitized by Google

a população do país vizinho. No sudeste da Espanha, o antropólogo belga Victor Jacques, ao examinar os restos humanos, recolhidos na necropole prè-histórica de Argar, determinou-lhes para o volume cefálico uma composição identica á da nossa gente de Mugem. E' uma prova de que a Peninsula seria habitada em globo pelo pequeno dolicoide. A forma mesaticéfala do espanhol actual, confrontada com a prevalencia no portuguêS dos caracteres fundamentaes do tipo de Mugem, demonstra-nos, pois, o predominio duma influencia estranha, que desde altos seculos lhe teceu a genealogia com outros elementos que não os da nossa velha arvore étnica.

Socorremo-nos agora das luzes da prè-historia para uma melhor colocação do problema. O homem chamado de Mugem descobriu-se-nos no vale do Tejo, praticando já o sedentarismo nesse recuado periodo mesolítico em que nós não conheciamos ainda a agricultura. E' um facto admiravel que nos entrega a chave da patria vindoira. As simpatias localistas do homem de Mugem geraram sem duvida as instituições agricolas que, ao depois, ao vir da proto-historia, se expressam nas citanias de alem-Doiro, d'aonde em seguida derivam as *arimanias,* ou federações militares, por meio das quaes o Lusitano se defendeu largos tempos do avanço das tropas romanas.

O Municipio, como necessidade da policia e do fisco imperial, define juridicamente esse nosso localismo instintivo. As ligas guerreiras cedem mais tarde o logar ás *behetrias,* ou mancomunidades agrarias da Reconquista, que se apoiavam no estatuto de vizinhança. Com a nossa sociedade historica já organizada, são finalmente as behetrias que atingem a plenitude duma consciencia una, como razão estrutural da nacionalidade, ao proclamarem um Principe seu regedor vitalicio e hereditario. A nação portuguêsa tirou-se de si mesma, — do embrião que o homem de Mugem representa para nós, nos seus decididos gostos sedentarios. Alexandre Herculano enganava-se, por isso, quando nos negava a raça e se sorria da Lusitania de Strabão, na qual supunha ver um pedantismo heráldico dos nossos humanistas de Quinhentos.

Comprehende-se já porque é que o Concelho é a lareira sempre animada da Patria. No Concelho reside o *meio-vital* da Nacionalidade, visto consagrar o gosto do nosso autóctone pelo arreigamento e lhe garantir a incorruptibilidade étnica, mediante a fixidez á terra, como resguardo seguro contra as mestiçagens perturbadoras, mais frequentes e de maior insistencia nos agrupamentos urbanos. *Trux et natura ferox,* — já dos Lusitanos escreviam os analistas latinos. Era a virtude esplendida do nosso indigena, cujo tronco se perde nas impossibilidades maximas da sciencia. Paleontologos ha como Ricardo Severo, um dos trabalhadores iluminados da *Portugalia,* que lhes confundem quasi o nascimento com os últimos arrumos

Digitized by Google

geológicos das bacias do Tejo e do Sado. Talvez que se suba de mais na afirmação. Mas que lindo não é, meus Senhores, concebermos um momento essa humanidade pre-adamita, que surge para a existencia de envolta com o proprio solo que ha-de povoar um dia! Alta e sagrada génese seria assim a da Patria Portuguêsa! Mas dum modo ou de outro, o que é certo é que, enquanto o pequeno dolicoide se nos mostra aborígene na vertente ocidental da Peninsula, o Ibero é invasor, tira as ramarias genealógicas tanto do braquicéfalo rotulado de alpino, como de provaveis êxodos asiaticos.

Iber, segundo Paniagua, significa «*o que vai vendendo e andando*». Teremos um feitio nómada, explicado pelo shamanismo ambulante das imigrações acádicas. D. Francisco Fernandez y Gonzalez na *Historia general de España* atribue ao Ibero uma ascendencia proto-semita. Hovelacque e Hervé no *Précis d'anthropologie* fazem coincidir a raça ibérica com a raça mediterranico-ocidental. E' a designação que aparece em Deniker, a que nós já nos referimos como menos exacta. D'Arbois de Jubainville quer que o Ibero nos viesse do noroeste de Africa, «*ou de terres actuellement disparues, dont Açores et Canaries seraient des témoins*». A mim afigura-se-me que se usa e abusa do significado historico e étnico da palavra *Ibero*. *Iberos* seriam indiferentemente todos os habitantes da Peninsula para os gregos e romanos que já lhe chamavam Iberia. Agora o tipo quə se procura mencionar especialmente debaixo daquela indicação nada tem, quanto a mim, com o pequeno delicoide, para que se haja de incorporar na raça com pouco rigor qualificada de *ibero-insular*. A mais antiga reminiscencia que se conhece dos Iberos é o exodo para a Sicilia, por volta do seculo XII antes da nossa era, dum povo natural de Espanha, que se retiraria diante duma invasão conquistadora. E' em Thucydides que se alude a essa deslocação dos Sicanos. Com Vacher de Lapouge, eu entendo que a assolação belicosa não podia ser senão a dos Lígures, — gente de meia estatura, robusta e braquicéfala. E' a imigração importante do declino do neólitico. Os Lígures seriam assim os verdadeiros Iberos que, entrando na Peninsula em som de guerra, conseguiram sobrepôr-se á população autóctone, que, recalcada fortemente pelos adventícios, ou desapareceu, fugindo, ou se deixou absorver, com reviviscencias aqui e alem, conforme se deduz das observações do antropólogo belga Victor Jacques na Andaluzia. A facha atlântica da Peninsula constituiu, sem duvida, um desses poucos focos de resistencia contumaz. E' aí que se filia decerto o antagonismo irreparavel dos dois povos. Estudando as diversidades fonéticas que separam o idioma português do idioma espanhol, Schleicher considera-as como consequencia duma diversidade fisiológica. Pois a diferença que vai do pequeno dolicoide

Digitized by Google

ao Lígure exótico, estabelece os fundamentos duma divergencia tão profunda. Estruturalmente é já a razão de psicologia que leva Castela para a Epopeia, enquanto nos comunica a nós o segredo do mais enlevado lirismo.

E' que mesmo no fundo de preferencias literarias tão opostas se descobre o eterno motivo do divorcio das duas nacionalidades. Nós somos autoctones no mais recuado tronco das nossas linhagens. Castela é inicialmente um povo de imigrantes. Dolicoides de porte medio, já vimos que os portuguêses aproximam-se mais do provençal e do siciliano que do espanhol, seu vizinho. Semelhante afinidade explica-nos a intima ligação que existe entre a lírica trobadoresca e os recursos poéticos do genio popular no ocidente da Peninsula. Sabe-se hoje pelos trabalhos dum notavel academico espanhol que o provençalismo tira as suas raizes da poesia galega, mediante a influencia do cancioneiro de Abencuzman, poeta hispano-arabe de Cordova. Não é uma tése para se debater aqui. Aproveitam-se-lhe unicamente as conclusões que tendem a proclamar a sobrevivencia duma admiravel riqueza de ritmos e de imagens nos cantos oraes da gente que demorava a noroeste da Peninsula. Os escravos christãos, daí transitados, como preferidos, aos bazares musulmanos da Andaluzia, transmitiriam aos centros cultos os segredos da sua musa tradicional. E' uma prova dessa corrente literaria, até agora obscurecida, o referido cancioneiro de Abencuzman.

Por seu lado, o elemento islamita, penetrando na Aquitania, reavivaria o fundo emocional do antigo habitante, provindo da mesma arvore que o nosso, quando lhe comunicasse, num meio excepcionalmente preparado, a herança recebida da velha alma ocidental, errante agora nos pobres dialectos locaes dos miseraveis postos em preço nas grandes feiras do sul da Peninsula. Resolve-se subitamente deste modo um embrulhado problema de critica de origens. Impressionava bastante o facto de a poesia provençal actuar com tanto vigor na côrte do nosso D. Dinís, sem deixar vestigios proporcionados em Castela e Leão, por onde naturalmente viria ter conosco. O ponto de vista étnico, estabelecendo como firme o parentesco do aquitano com o português, forneceu-nos já uma claridade inesperada. As investigações memoraveis de D. Julian Ribera y Tarragó equacionam de vez a questão. E' que tanto o provençalismo como a poesia doce dos nossos Cancioneiros não são, nem um nem outra, o resultado duma literatura de importação. São reviviscencias poderosas duma raça soterrada que teve como ninguem o sentimento das coisas naturaes e a posse das mais profundas contemplações poeticas, — é-me grato acentua-lo sempre.

Aqui demos nós outra vez com o nosso pequeno dolicoide. O pequeno dolicoide é, sem sombra de incerteza, o pelasgo do Ocidente. Pertence ao amplo quadro populacional que, abrangendo as costas do

Digitized by Google

Atlantico, se elevou ás criações maiores do druidismo, tão perto ás vezes dos melhores ditames da sabedoria cristã. O pelasgo era autóctone. Praticava a agricultura. Por isso a poesia da natureza e com ela as queixas doridas do amor não tardariam a amanhecer para o espirito duma raça sedentaria e pacifica, a quem o culto dos Mortos elevou depressa ás mais altas crepitações do animismo. E' o pelasgo que, pelo seu feitio constructivo, desenvolve a admiravel civilização do periodo bronzifero, indo ganhar as expressões imorredoiras da Arte no esplendor sem rival da civilização egenética. Povo maritimo, teve tambem como poucos a compreensão patética dos misterios do grande Oceano, que ele atravessava em barquinhas rudimentares já desde o descaír da idade da pedra. A *Odyssea* parece desta forma gerada nos seus traços essenciaes pelo profundo genio pelágico. Ainda hoje na tradição do nosso romanceiro se guardam traços vivos desse facto. Recordarei novamente duas xacaras:— a *Nau Catrineta* e a *Bela Infanta*, que em Trás-os-Montes se cantam como o complemento uma da outra. Não teremos nelas, em delicioso embrião, todo o drama palpitante dos errores de Ulisses e do seu regresso à suspirada Itaca?

Ora é o que não sucede com o factor capitulado do Ibero. Antes da divulgação dos ritos incineratorios, o homem meão do oeste da Peninsula enterra os seus defuntos na pratica religiosa dum preceito secularissimo. O Ibero, segundo Silius Italicus, abandonava os cadaveres á devastação das aves de rapina, para que elas conduzissem os espiritos mais depressa aos céus. E' um rito terrifico em que se advinha um forte sabor asiático, como que um começo de moloquismo fenicio. Denuncia-nos bem a ascendencia proto-semita de Ibero. E não se precisa de mais nada para se assentar historica e etnograficamente na divisão que desde sempre separou os nossos dos vizinhos de ao pé da porta.

E' o Ibero, como se disse, o Ligure invasor dos ultimos arrancos do neolitico. «*Il est certain que les ligures ont formè un pèuple important dès une époque ancienne, la legende des Sicanes nous montre les ligures faisant acte de conquèrants à une époque de beaucoup antérieure au 12^e siècle*,— escreve Vacher de Lapouge. *Ils faisaient encore bonne figure au 8^e siécle, car Hesiode les cite parmi les grands peuples habitant les confins du monde.*» No entanto, para Vacher de Lapouge os verdadeiros Iberos, os historicos, «*ceux qui portaient ce nom à titre ethnique et non comme habitants de la péninsule, apparaissent seulement vers l'an 500*».

Seja como fôr, nós perante o exodo dos Sicanos temos que aceitar uma deslocação de povos peninsulares diante duma raça invasora mais forte. E' nessa raça que repouza principalmente o *substractum* étnico do castelhano. Tão cedo as irreductibilidades do tipo adventício se definiram para com o autóctone da Peninsula, fo-

Digitized by Google

ragido nos alcantis da depressão ocidental, que não é para desprezar a semelhante respeito a opinião dum dos maiores arqueólogos portuguêses. «A actividade commercial entre os povos do sudoeste da Hespanha e da Inglaterra, que o periplo do seculo VI acentua (Avieno, *Ora maritima*, 113-114), contrasta singularmente com a ausencia quasi completa de relações ontre os primeiros e os povos da costa oriental da peninsula», — repara Martins Sarmento a páginas 223 de *Os Argonautas*. Dir-se-ia que a gente das duas regiões nem se entende, nem se quer entender». Ajudam-nos a utilizar este facto em favor da nossa tése as conclusões antropológicas a que chegou Victor Jacques, depois de examinar os restos humanos recolhidos na estação andaluza de Argar. O pequeno dolicoide permanecêra ali. E se nos recordarmos da civilização turdetana, velha de seis mil annos no tempo de Estrabo, com as suas leis escritas em verso e os seus poemas antiquissimos, apanhamos mais uma prova da presença do homem de Mugem pela alta capacidade lírica e constructiva dos seus descendentes. E' irrecusavelmente o pelasgo do Ocidente, tão bem caracterisado por Salomon Reinach como o legitimo pai do druidismo.

Já não ocorria outro tanto com o Ligure ou Ibero. Entrado aqui como conquistador, como conquistador haveria que continuar. Assim o deixa entrever o passo transcrito de Martins Sarmento, — sem nos perdermos em esmiuçamentos da *Ora maritima*, de que obteriamos os melhores resultados. A situação dificil de ocupador em que o Ligure se manteve e ainda a sua decidida predileção fusionista levam-no a misturar-se com o Celta, em seguida a combates preliminares em que ambas as forças se medem sem se debelarem. Eis como nasce a nação celtibérica. E' natural que o Ligure, de origem semita, ganhasse a Hespanha pelo norte de Africa, coincidindo, desta maneira, a sua marcha com um exodo saído da Mesopatamia, em que o elemento shumero-acadiano dominava em absoluto. Não disponho de espaço para descrever as jornadas dêsse exodo, que, segundo muitos, se bifurcaria, convergindo para a Peninsula, uma ponta pelas gargantas pirenaicas, até onde caminharia desde as portelas do Caucaso, a outra ponta, atravessando o Estreito, depois de passar ao sul do Egito e vir dar consigo ás raizes do Calpe. Na Peninsula, realizado o acto de conquista, pelo cruzamento com o Celta mais belicoso ainda, nós já sabemos como o Ligure funda a nação celtibérica. E' interessante reproduzir aqui uma opinião de Diez. Para o eminente sabio, as palavras do vocabulario peninsular que designam assuntos e objectos guerreiros, guerra inclusivamente *(Wera)*, são de exclusiva precedencia germânica. O homem loiro assinalava-se depressa no seio das populações sedentarias, cuja autoctonia brigava por natureza com o sentimento aristocrático do comando e da expoliação.

Digitized by Google

A conformação mesaticéfala do espanhol ilumina-se agora para nós, em vista do casamento do Lígure com o Celta. Vem a proposito destacar mais uma diferencial profunda dos dois tipos, — do Ibero e do Lusitano. Marcou-se já a sociabilidade franca do português e o individualismo ferrenho do espanhol. Não será demais destacar a inversa resistencia étnica do Lusitano e as intimas simpatias alogénicas do Ibero. Oiçamos Teofilo Braga, por acaso verdadeiro na sua observação. «As duas raças peninsulares, *iberica* e *lusitana*, somaticamente diferenciadas nos seus tipos, eram, pelas tendencias sociologicas, ainda mais divorciadas. O *Ibero* unificava em si todos os povos adventicios, alargando o seu poder e conformando-se com a unidade politica, fosse ella imposta pelos conquistadores romanos, germanicos e arabes, ou pela auctoridade religiosa da intolerancia catholica em uma quasi theocracia; o *luso*, sempre apoiado nas suas liberdades locaes, nas garantias municipalistas, embora se enfraquecesse pelo isolamento, tirava da pureza da sua raça a resistencia com que persistia através de todas as invasões que sofreu a Espanha, conservando todos os seus caracteres ethnicos.» Efectivamente, se um fechado isolamento aristocratico impede que o Ibero se misture com as populações anónimas subjugadas, a mesma inclinação da sua natureza o leva a pactuar com todos os ramos ocupadores que a Peninsula conheceu, com o fim unico de manter as posições de desfruto sofrego, em que sempre se conservara pora com o resto dos povos peninsulares. Assim alia-se ao Celta sem relutancias de maior, colabora mais tarde com os visigodos e aceita as facilidades que os arabes lhe oferecem, auxiliando-os na extensão dominadora e colocando-se o proprio Ibero á frente do muito emirado. O casamento do filho de Musa com Egilona, viuva de Rodericus, é mais que um episodio politico de aproximação, — vale bem como o melhor dos simbolos.

São inegaveis, como se expõe, as predilecções fusionistas do Ibero debaixo do ponto de vista rácico. Já não sucede o mesmo debaixo do ponto de vista social, em que o unitarismo teocrático de Castela não cede nunca, nem ás circunstancias do meio, nem ás conveniencias do momento. E' um testemunho disso a violenta historia colonial da Espanha. Pelo contrario, o individualismo étnico do Lusitano é mais que notorio, embora o solicitem para uma sociabilidade aberta, não só a sua indole comunitaria, mas tambem as contingencias da situação geográfica, colocando-o entre o continente e o mar. De facto, pelo apego localista, expresso nas instituições municipaes ao depois, é que o Lusitano se defende sempre e se aguenta intacto. O *estatuto territorial* é o fundamento da sua existencia colectiva, enquanto o genio castelhano, dominando no planalto, se apoia inteiramente no *estatuto pessoal*. Uma a uma, houveram os romanos que escalar as citanias do nosso Minho e Douro. Anterior-

Digitized by Google

mente acompadrados com os Iberos, os Celtas tinham-nos devastado, mas não assimilado. E aqui se revela para nós, na preponderancia do tipo loiro na Galiza sobre o tipo moreno do autóctone, um dos mais fortes motivos que impossibilitaram aquela região peninsular de seguir com a autonomia de Portugal o rumo natural do seu destino historico. Segundo Gayangos, a *Crónica* do moiro Rasis aponta as cidadelas do ocidente da Peninsula como em continuas sublevações contra a supremacia musulmana. Esse motivo local, traduzindo a aptidão sedentaria do homem de Mugem, é o motivo primario da nossa existencia de povo-livre, — não me farto nunca de o repetir. São as behetrias da Reconquista, saídas das antigas comunidades agrarias da Raça, que lançam os alicerces da Nacionalidade e se reconhecem na magistratura suprema de Afonso Henriques. São, seculos volvidos, as vilas da fronteira que em 1384, no florescer da alma concelhia, aclamam o Mestre e o sustentam no trono contra o pendão mais forte de D. Beatriz. São os municipios do Alentejo que fazem frente com as suas ordenanças a vinte oito annos de luta pegada, durante a extraordinaria guerra da Aclamação. São ainda as vilas de 1384 que, erigidas em *juntas* em 1808, expulsam os francêses e tratam de organizar a defesa da nossa autoctonia constituida em razão medular da vitalidade patria.

A virtude da homogeneidade étnica do Lusitano é aonde se revela. A sociabilidade dele manifesta-se, por exemplo, na nossa aventura colonial. O inglês Stephens chama-nos mais missionarios que conquistadores. Tanto esse predicado nos dirigiu o caminho, que a propria integridade da raça esteve compromettida sériamente, se não fôssem as disciplinas sanitarias da Inquisição. O imperialismo famoso de Afonso de Albuquerque repousava-se no entrelaçamento do elemento português no Oriente com o elemento indígena, para que o nosso dominio se estratificasse assim, nos vinculos mais sólidos do parentesco. O que fazia, porém, a Espanha na America? O libelo do frade Las Cazas que me sirva de resposta. Não é sobeja no entanto, uma transcrição do escritor brazileiro Pereira da Silva. «E' prima ainda, — escreve ele —, uma distincção notavel entre as duas nações conquistadoras: se apparece entre os Portuguezes um Maciel Parente ou Pedro Coelho que praticam arbitrariedades contra os Brazis do Norte, castiga-os a Corôa, e não passam elles de uma quasi imperceptivel excepção na ordem dos chefes portuguezes; emquanto que inventam os castelhanos os mais descommunaes supplicios para se alagarem no sangue dos Americanos, e extinguir-lhes a raça, não lhes bastando as caçadas por meio de cães de fila, e o exterminio no meio e fóra dos combates. Diversa é a historia de conquista do Brasil da historia das colonias do Peru, da Columbia, do Mexico, do Chile e de Guatemala, onde quasi nenhum effeito produziam as fulminações de Las Cazas».

Digitized by Google

Quanto ás nossas instituições civis e economicas, a sociabilidade caracteristica da Raça traduz-se vigorosamente pelo mais enraizado comunitarismo. E' como se criam as Misericordias e os celeiros-comuns, os *maniagos* e as *mercearias*. Não ha outra nação no mundo que como a nossa se chamasse Grey, e Grey se sentisse em todas as horas dificeis da sua vida. Possuido desse formidavel sentido de solidariedade do presente com o passado e com o futuro, João de Barros deixaria nas *Décadas* meia duzia de palavras inspiradas, em que o espirito da historia portuguêsa se resume inteiramente. «*Grande gloria he morrer por nossa Lei, por nosso Rey, que são as mais justas causas de morrer,* — diz o varão insigne de Quinhentos. *A Grey que he a congregação dos nossos parentes, amigos e compatriotas, a que chamamos* republica, *celebra o nosso nome de geração em geração.* Não se encontra na historia de Espanha um sentimento tão nitido de comunhão nacional. A Grey «he a congregação dos nossos parentes, amigos e compatriotas», — repita-se ainda a definição admiravel de João de Barros. E seja para a comparar com aquela de Afonso o Sabio que secamente encara a colectividade *(pueblo)* como o «*ayuntamiento de todos los omes communalmente.*» São duas concepções sociaes bem opostas: — uma cheia da razão eterna do agrupamento, a outra firmando-se apenas atomisticamente no numero dos individuos existentes.

Havendo falado das Misericordias como um sinal maravilhoso do genio da Grey, não deixo de sublinhar o alto significado social que se desprende de tão piedosas corporações. E' que pelas Misericordias a assistencia tomou um aspecto novo de confraternidade, com o proprio rei inscrevendo-se como irmão e abolindo-se o antigo regime hospitalar em que as albergarias pertenciam exclusivamente ás classes que as organizavam. Com a instituição das Misericordias, nós vemos alguma coisa de parecido com o assombroso movimento franciscano da Idade-Media. Tão nossa é a instituição das Misericordias que eu encontrei num opusculo do cónego Ayres Varela, — *Successos que ouve nas fronteiras de Elvas, Olivença, Campo Maior e Ouguella, o primeiro anno da Recuperação de Portugal* (1), a seguinte passagem ácerca de Albuquerque: — «*esta vila é fundação de portuguezes, e por isso tem casa de Misericordia, com confraria ao nosso modo*»

Para fixar a psicologia amoravel do povo português e o seu juizo fraternal da sociedade, eu não me posso esquecer de aludir ao *Compromisso* da Misericordia de Evora, com data de 1516. E' vêr a delicadeza com que se recomenda a esmola aos «*envergonhados*» e a «*maneira que se ade ter cõ os que padecem per justiça.*» Porem, o

(1) Edição do meu amigo e ilustre bibliófilo elvense, sr. Antonio Torres de Carvalho.

Digitized by Google

que é unico é o capitulo sobre o modo de se fazerem as *amizades*. Ei-lo em parte:

«*O proueador e officiaes da dita cõfraria cõ ho capellão della sabendo que algumas pessoas antre ellas a desavenças ou odios trabalharão quãto for possivel de fazerem antre elles amisades ou quãdo quer que pera ysso forem requeridos e prouocaram huas ditas pessoas pera que perdoem por amor de ds* (Deus) *hons aos outros todo erro e enjurias que teuerem recebidas e outras quaesquer cousas ssemelhantes em maneira que todos vivã em paz e em amor do snôr ds e dos proximos e que não viuam em odios e malqerenças as quaes amisades se farã sanpre em os dyas de coresma por serem dias de pendença e assim pelo anno quando o caso acontecer...*»

Bom seria que meditassem neste trecho de verdade cristã os ingenuos que, indo atrás da calunia maçónica, julgam ainda o passado como um negrume denso de crimes, em que os padres e os reis se regalavam tiranizando meia humanidade e mandando a outra metade para a fogueira. Onde é que fica a fraternidade de agora, servida por espiões e pela cadeia, ao pé da fraternidade singela dos irmãos das nossas Misericordias, saíndo pela Quaresma a congraçar vila e termo? A obrigação que tinham de «*fazerem amizades*» indica uma vez mais o feitio brando e emotivo de português. Tão doce ele é e tanto contrasta com a dureza do genio castelhano, que o jesuita espanhol Cienfuegos, ao referir-se aos adeuses saudosos de Carlos V a sua esposa morta, D. Isabel de Portugal, escreve esta passagem eloquente: — *Las demonstraciones del Emperador en esta desgracia fueron iguales à la perdida, llorando tanto tiempo, y con tanta alma, que se conocia bien que con el amor, y el trato de la Emperatriz, se le havia pegado toda la ternura Portuguesa.*» (1) E' a ternura ingenita da Grey que enche os nossos nobiliarios de casos miserandos de amor, e que em D. Afonso IV, o *Bravo*, toma expressão singular, quando, doído da sorte de Briolanja abandonada, mandou retocar esse episodio célebre do *Amadis*.

Feita esta instrução psicológica, importa agora, com fundamento na diferença de raças, cavar o divorcio irreparavel da indole moral dos dois povos. O genio do Planalto, determinado e regido pela secura continental, opõe-se ao genio da Ribeira, todo submetido á amabilidade estavel dum magnífico clima insular. Correspondentemente, é o Orgulho a qualidade e o defeito do Castelhano, que se encarquilha e enclausura na mais cerrada hypertro-

(1) *La... vida del grande S. Francisco de Borja* — Madrid, 1717, lib. II — Cap. V, § 2, pag. 55.

Digitized by Google

fia do *eu*. E' a Vaidade o defeito estrutural do Lusitano, como consequencia dum largo trato social que o egotismo espanhol não pratíca. O orgulho nutre-se de si para si. A vaidade sustenta-se do aplauso dos outros. E' o «*fazer-figura*» consagrado do portuguesinho valente, — o tradicionalissimo «*vicio da basofia*», apontado já pelo Regente, precisamente em taes termos, ao caracter português. O humanista Nicolau Clenardo fala da nossa ostentação espectaculosa, contando de pessoas que em casa se alimentavam de rabanetes por não terem mais para comer, mas que na rua se conduziam entre cortejos vistosos de pagens e charameleiros. O orgulho castelhano é o eterno conflicto do *eu* com o ambiente, expresso na paranoia típica de *D. Quixote*. E' ainda o aprumo de Pizarro no poema de Heredia, *Les conquèrants de l'or*:

«*Pizarre, ayant jadis peu harté les écoles,*
«*Car en Estremadure il gardait les pourceaux,*
«*Sur le velin royal d'où pendait les grands sceaux*
«*Fit sa croix, déclarant ne savoir pas écrire,*
«*Mais d'un ton si hautain que nul ne peut rire.*»

Até nas deficiencias da psicologia, o individualismo do Ibero e o comunitarismo do Lusitano proclamam a cada hora a distancia irreparavel que os divide! Bom é insistir ainda na presente altura na Epopeia e no Lirismo como chave-mestra da minha tése. A Epopeia, dáda a essencia feudal que a caracteriza, é por via disso a expressão dum sentimento colectivo apenas verificavel numa raça belicosa e conquistadora, — como fica dito. Assim as origens exoticas do Ibero histórico provam-se admiravelmente pelo lado da Epopeia. No seu estudo notavel, *L'Epopée Castillane*, o grande Menendez Pidal demonstra-nos a gènese germânica dos poemas do ciclo do Cid. Na realidade o espanhol e o germano são primos muito chegados. O consorcio do Ibero com o Celta atesta-nos essa inclinação natural. E' a idéa barbara da posse, — é a idéa mediévica da terra que inspira toda a existencia tumultuaria da Espanha. «*Castilla, tierra de los castillos*», — eis tudo! E' que Castela incarnava bem o impeto imperialista do Aria, *raptor orbis*, sagrado por Chamberlain e Woltmann como antepassado do teutão actual. Poderão reparar-me, no entanto: — mas Castela desmembra-se da monarquia de Leão e queima em Burgos o código visigótico.

E' um constraste que mais auxilía as minhas vistas, porque, apesar do nome, o código visigótico era de precedencia romanista e eclesiástica. Contrariava, por conseguinte, o espirito germânico instalado no planalto central, já pela proibição de praticas violentas, como o duelo judiciario e os juizos-de-Deus, já pelo amparo

Digitized by Google

concedido nos concilios de Toledo ás pobres populações ruraes da Peninsula.

A facil aclimatação das gestas carlingias em Espanha corrobora a inclinação fundamental do genio do planalto para o espirito germânico. D. Carolina Michaëlis nota com felicidade que o Rimance não é nada uma expressão poética da alma espanhola. Representa antes, quando dá em aparecer, a degenerescencia da Epopeia, que, ultrapassado o ciclo feudal, se não ajustou ás necessidades e ás aspirações da nova era civil que surgia. Já não acontece conosco outro tanto.

O Romanceiro interpreta bem as altas qualidades liricas do português. Tão estranhas elas eram ao proprio idioma espanhol, que Afonso o Sabio compõe no nosso idioma as *Cantigas de Santa Maria;* e seria egualmente em linguagem galécio-portuguêsa que Afonso Onzeno rimaria os seus versos de amor.

Não está esquecida a filiação da poesia trobadoresca no lirismo popular das regiões a noroeste da Peninsula por intermedio da poetica hispano-árabe de Córdova. O factor étnico projecta uma luz extraordinaria na reviviscencia desses profundos dons de emoção, aqui, em Portugal, e além, na Aquitânia, — precisamente onde o nosso dolicoide conseguiu resistir ás sobreposições das familias invasoras. Lembremo-nos dos Sicanos, fugindo da Peninsula para a Sicilia diante da assolação ibérica. Tambem na Trinacria da bôa tradição latina o bucolismo florescia como patrimonio inato do povo. E' este problema das origens do lirismo ocidental um tema para largo exame, tanto mais que nele descansa uma das principaes razões da nossa autonomia. Não posso eu encara-lo como devêra. No entanto, assinalados já alguns dados essenciaes, recordarei ainda que D. Joaquin Costa, reconhecendo na poesia popular portuguêsa um caracter mais arcaico que em nenhuma outra dos restantes povos hispânicos, assevera algures que na Lusitania existiria uma região não muito extensa que oferece ao historiador uma importancia excepcional, porque lá se conservaram mais tempo «o culto, a lingua e os costumes dos primitivos hispanos». São os descendentes legitimos da raça de Mugem, que nós encontrámos no Minho prevalecendo contra a influencia turbulenta do homem loiro e que na Andaluzia se revelou aos estudos de Victor Jacques na necrópole de Argar.

A região privilegiada, que D. Joaquin Costa consagra como o refugio da velha alma autóctone da Peninsula, era a «metade inferior da Lusitania extremenha, a NO. da Tartesside», com umas vinte e tantas leguas em quadrado. Segundo Plinio, os Lusitanos dominaram do Guadiana ao Promontorio-Sacro, sendo constrangidos pelos Romanos a irem habitar na margem direita do Tejo. Aluda-se agora aos Cinetos e aos Cempses, — aqueles vizinhos dos Tartessios,

Digitized by Google

demorando sobre o *Sinus Atlanticus*, conforme a lição do périplo fenício que Rufus Festus Avienus plagiou na *Ora Maritima*. Aos Cinetos pertenceriam os lendarios reis Gargoris e Habis, heroes-civilizadores dos Lusitanos. Como fr. Bernardo de Brito tinha razão! E' que para lá do mito existia uma profunda verdade. O berço real da Lusitania ficava assim perto do mar, ao que parece, — para áquem do Tejo. Não nos regulemos pela «Lusitania», circunscrição romana. Essa é já arbitraria, obedecendo apenas a necessidades simétricas de administração. Em datas apagadas, mais altas que as alvas da historia, os lusitanos viveriam na orla marítima do sul português. As suas moradas no interior da mesopotamia transtagana manifestam-se ainda hoje nos cumes designados por «*Castelos-velhos*». A vinda de outras gentes em som de guerra ocasionou naturalmente a deslocação das massas indígenas para a zona mais montanhosa do país. E' daí que Viriato comanda a ofensiva aborigene, como fôra pela bacia aberta do Guadiana que os celtas entraram, constituindo uma mancha notavel junto a Evora.

Em auxilio da nossa tése acode a etimologia que muitos atribuem á palavra «Lusitania». O elemento radical topológico de Luso é para semelhante versão o termo *leχ*, que significa «*borda*» ou «*margem*» Os terrenos marginaes do Tejo chamam-se *Leχirias* ainda agora. Dá-se tambem o nome de *leus* a certos barcos costeiros, como depõe Antoine Conflans, falando do litoral andaluz. Na canção n.º 246 do Cancioneiro Vaticana aparecem empregadas as palavras «*leχ*» e «*lex*» como designando «*margem*». Teófilo Braga interroga se o mesmo radical não presidiria á formação do vocábulo «Lisboa». Interessante é frisar que, tendo o mar preparado um meio fisico especial no ocidente da Peninsula que serviria de patria a uma grei de lavradores e de navegantes, igualmente o mar lhe daria o nome—Lusitania—, em lembrança eterna do carinho das aguas pela linda riba de Portugal. «Portugal» lembraria tambem a ascendencia maritima da Nacionalidade, batizando-se com o apelido do pequeno castro a cavaleiro do Doiro, onde implicitamente a natureza foraleira da Raça se consorciava com a sua futura acção no Atlantico. Ha destinos a cumprir até nas coisas que mais casuaes se nos afiguram! *Castilla*, terra dos Castelos, — *Lusitania*, terra da margem, — uma, o dominio militar da Conquista, a outra, a expansão insensivel dos litoraes.

Mas, recorrendo ao fio da minha exposição, tão longa já, eu pregunto agora se, conservando-se na região do Guadiana ao Promontorio-Sacro o foco mais puro da autoctonia peninsular, não seria antes das gentes empurradas dali para o norte do Tejo com as sucessivas ocupações exoticas que teria partido o profundo impulso lírico que hoje se toma como filho do

Digitized by Google

genio galaico-lusitano? Não se encontrará na inversão dos termos do problema uma explicação bastante aos motivos porque a Galiza se deixou mais facilmente contaminar pelas misturas célticas de que o Minho, o Minho bem mais que Trás-os-Montes e as Beiras? Não haverá aqui um fundamento ignorado da reviviscencia étnica do Lusitano no tipo historico do português, — reviviscencia que o galego não poude acompanhar por causas mais intimas, afinal, que as que se supõem? Não se nos mostrará de futuro a Galiza como uma esfera de influencia da genialidade lusitana, nunca como um ponto irradiador dela? Eu não sei o que de positivo se pode assegurar em assunto de tamanha transcendencia. O que sei,—e é o que importa —, é que os temas liricos do cancioneiro da Vaticana apresentam vestigios mais arcaicos do que em nenhum outro país romanico, não sendo os personagens, tomados da sociedade cavalheiresca, mas do povo, nem o amor dos nossos trovadores pautado pelas teorias cortesanescas da Provença. Ha que contar com uma qualidade tão poderosa, como é a do nosso lirismo, para nos opôrmos em frente da hegemonia castelhana como um povo livre, com perpetuos direitos a uma independencia incontestavel. Castella não conhece a lingua branda do coração. A prova está em que as *Cantigas* a *Santa Maria* se compuseram em idioma galecio-português. Confirma-o dum modo geral o marquês de Santillana na sua celebre *Carta* ao *Condestavel* de *Portugal*: «E depois acharam esta *Arte*, — escreve ele—, que *maior* se chama, e *Arte commum*, creio, nos reinos da Galliza e Portugal, onde não ha que duvidar, que o exercicio desta sciencia mais que em nenhumas outras regiões e provincias de Espanha se acostumou, em tanto grao, que não ha muito tempo quaesquer dizidores ou Trovadores destas partes, ou fossem castelhanos, andaluzes, ou da Extremadura, todas as suas obras compunham em lingua galega ou portuguêsa.» A' luz da critica tambem Bouterweck assim o entendia, ao afirmar que «Portugal pode ser considerado como a verdadeira patria da poesia pastoril».

E' um titulo inquestionavel de autonomia esta capacidade idealista do Lusitano. Que encontramos nós em Castela que se lhe assemelhe? O Romanceiro é já uma degenerescencia do estado anterior da Epopeia. E os arrebatamentos misticos de Santa Teresa e de S. João da Cruz são ainda a mesma alma exaltada, passando da cavalaria ardente do Profano á cavalaria mais ardente do Divino.

Como o lirismo nos distingue immorredoiramente, assim nos distingue o fundamento autóctone que ele denuncia no nosso arreigamento bucólico á terra. Bem pelo contrario, o intenso genio èpico de Castella indicía-nos mais um termo da irreductibilidade dos dois povos vizinhos, mas nunca irmãos. No ciclo do Cid o espirito castelhano clama a sêde de carnificina, o exaspero do mando, o grito

Digitized by Google

assoberbante do senhor feudal. Nós, por nossa banda, vivendo em solo nosso, não conheciamos a sensação violenta da Conquista. Ha, é certo, a xacara galega do Monte Medulio, ha a lenda do abade João de Monte-Mór, ha o éco da canção trobadoresca, referente á tomada de Santarem:

«Ay sentirigo! Ay sentirigo!
Al Alfanx e al seserigo!»

Porém, uma das poucas vezes que fomos em arrancada pela Espanha fóra a debandar o poder da Moirama, logo apareceu conosco a necessidade do desabafo épico. Refiro-me ao poema perdido de Afonso Giraldes. E' que só então viveramos as extraordinarias circunstancias em que a Idade-Média concebeu a Epopeia. Porque o rimance do Monte-Medulio, a lenda do abade João e o estribilho comemorativo da tomada de Santarem não passam duma superexcitação do nosso temperamento lirico diante da terra invadida. Assim se compreende porque as gestas carlingias em nada nos influenciam. Já nos perturba e encanta a *Materia-bretã*, de que o nosso romanceiro anda cheiinho, e que apenas impressiona a Espanha, quando o periodo do Cid se extingue e á sociedade feudal se substitue uma sociedade mais pacifica e construtiva. O que é em Portugal uma tendencia inata da poesia popular representa para a Espanha a queda de todo o impulso heroico que entregou ao planalto castelhano a preponderancia da maior parte da Peninsula. Os motivos da aclimatação imediata da *Materia-bretã* entre nós, comparados com os da sua influencia tardia e mesmo indirecta na literatura espanhola, estão implicitamente dados na natureza emotiva daquela e no arremesso bélico que inspira a poesia tão caracteristica do ciclo carlingio. «A fantasia tão viva, tão livre, tão encantadora, que anima as historias do ciclo bretão contrasta com a gravidade inteiramente marcial, estrictamente historica das melhores gestas» — observa Golther. E' em torno de Arthur que a *Materia-bretã* gravita, possuida do ardor cavalheiresco e do culto cristianissimo da lealdade. Artur, dormindo em Avalon, havia de tornar para expulsar o estrangeiro e resurgir a antiga grandeza morta. Trata-se duma resistencia sentimental á ocupação pesada do homem loiro, incarnado no seu tipo completo de saxão. A exaltação melancolica que entre nós se exprime individualmente na Saudade, exprime-se para a consciencia comum no mito irredentista do Encoberto, — é o prestigio religioso da Esperança, conferindo um destino imortal ás raças caídas em cativeiro. A Esperança agita a clarividencia profética dos bardos bretões. Artur é irmão de Sebastião e ambos descendentes do mito atlântico de Saturno.

Digitized by Google

Com os olhos postos na *Materia de Bretanha,* Gaston Paris pondera: — «Podem descobrir-se ali vestigios de uma antiga mitologia, geralmente mal entendida, quasi impossivel de se reconhecer...» E' no caracter humano e contemplativo dessa mitologia que assenta a diferença a estabelecer entre a epopeia castelhano e o romanceiro português. O romanceiro português filia-se no fundo poetico de que brotou a *Materia-bretã. Silvaninha, Claralinda,* a *Conde da Alemanha* não são figuras importadas, — são figuras mitológicas do Ocidente. Não admira por isso que a degenerescencia da epopeia castelhana em rimance em nada contribuisse para a criação duma outra forma literaria do nosso genio: — a novela de cavalaria. O *Amadis de Gaula* é hoje pelos estudos do meu chorado amigo Antonio Tomás Pires (um nome que Vossas Excelencias devem saber de cór!)—o *Amadis de Gaula* é hoje pelas laboriosas investigações do primeiro folc-lorista português, — não o esqueçamos, minhas Senhoras e meus Senhores! —, uma gloria absolutamente nossa. Pela novela de cavalaria o Lusitano mostra-se inclinado mais ás seduções do ideal bretão que ao reflexo rubro das proezas dos Doze Pares de França. E' na escola de Galaaz que Nun'Alvares segue o aprendisado do heroismo. Ruy Dias de Bivar não o conforma, nem de leve lhe fala á alma. Ha que acentuar nos dois modelos de bravura lendaria o divorcio que sempre separou o aristocratismo de casta do guerreiro-germânico, da solidarieddde devotada dos cavaleiros da Tavola-Redonda. A escolha de Nun'Alvares no exemplo a imitar não cava ainda fundamentalmente as aspirações irreconciliaveis dos dois povos? E, — coisa singular, que é obrigação não deixar no olvido! —, dada a nossa recusa ingénita para as expressões supremas da Epopeia, somos nós exactamente na hora fatal de Quinhentos a unica nacionalidade que se imortalisa no poema da acção maxima, como a Renascença a sonhava através da utopia do *Uomo-universale.* Enclausurada no particularismo ferrenho do mundo gótico, Castela, que tanto sentira a Epopeia, não podia agora concebê-la, porque ela excedeu já o aro limitado duma gesta mediévica, para se verter na linguagem ritmada dum grande sentimento cosmopolita. Precisamente, a sociabilidade nativa do Luso levava-o ao encontro desse sentimento pela pagina inexcedivel das Descobertas, em que a vida dum povo minúsculo se ampliava e fundia na aspiração mais vasta duma nova época da historia.

Estão mais que delimitadas as diversidades irreductiveis do Ibero e do Lusitano No duelo eterno dos dois elementos antagónicos reside a principal condição da nossa existencia secularmente autónoma. Povo comunitario, não é demais repetir qne sempre permanecemos inassimilaveis. Não nos dominou por isso o Celta, engrossado pelo gosto fusionista do Ibero. E' o habitante do

Digitized by Google

planalto que para cá se transfere no acompanhamento do conde D. Henrique. A' viva força o barão leonês quer-nos impôr a quadratura feudal. A sociedade indigena não a suporta, já está aqui organizada por meio das mancomunidades agrarias. A luta que entrecorta a dinastia afonsina, travada entre os *ricos-homens* arrogantes nos seus privilegios jurisdicionaes, e os *homens-bons* dos concelhos é o divorcio etnico do Ibero com o Lusitano a manifestar-se irreparavelmente. Venceu o Lusitano personificado no homem-meão. E quando a morte de D, Fernando abre a questão sucessorial, é ainda o barão leonês que se levanta com o estandarte de Dona Beatriz.

Sacode-o o homem-meão para alem das fronteiras, opondo-lhe o Mestre como rei. Vossas Excelencias, minhas Senhoras e meus Senhores, recordam-se como ganhámos a batalha dos Atoleiros? Dum lado, luzidissima, a cavalaria de Castela atira-se com garbo, escumejando. Do outro lado, espera-a a sebe erriçada da nossa peonagem, unida pelo esforço três vezes santo do Condestabre. E os peões ganharam a sorte da batalha. Cavalos e cavaleiros rolaram esmagados contra essa obscura muralha humana, com as puas adiantadas em defesa, como uma parede crivada de picos. E' um simbolo, como Vossas Excelencias advinham, a acção dramatica dos Atoleiros. Postos em frente, duma banda, o habitante do planalto central com todos os seus dotes de comando e de arremesso, da outra banda, o morador da vertente atlantica, pacífico, mas resistente e indebelavel, coube a vitoria ao segundo, porque estava em sua casa e o distinguia, mais que áquele, o amor entranhado ao torrão. Não nos esqueçamos que, antes da peleja romper, Nun Alvares apeou-se da mulinha e beijou a terra comovidamente. E se nós quisermos verificar nos proprios dominios do campo mistico o separatismo que não consentiu nunca, nem consentirá jámais que Portugal seja de Castela, ainda aí o contraste é soberano. Se S. Domingos de Gusmão, salvando a disciplina da Igreja da anarquia obscurantista e anti-social dos heresiarcas, é o espirito militante de Castela, S. João de Deus, fundando hospitaes e recolhendo pobresinhos, é o espirito comunitario do Lusitano.

Expostas as circunstancias de meio e de raça que nos dividem para sempre, lancemos mão dum exemplo bem palpitante para a última demonstração. Nós tambem temos a nossa Alsacia cativa, minhas Senhoras e meus Senhores! Na outra margem do Guadiana, Olivença, ha mais de cem anos no poder da Espanha contra a fé dos tratados, não deixou obliterar os vinculos do sangue e da lingua que a prendem á mãe-comum. Entrada para a corôa portuguesa no reinado de D. Dinís, foi tal a penetração do nosso genio que, tomada em Seiscentos pelo duque de S. Germano, Olivença deu-nos uma formidavel lição de lealismo e sacrificio. Eu lh'a conto,

Digitized by Google

minhas Senhoras e meus Senhores. Caída debaixo do jugo inimigo, não se opôs o general ocupador á saída dos vizinhos, certo de si para si que nunca a praça se despovoaria. Mas o exodo alcançou proporções tão grandes que, para evitar um abandono total, o duque de S. Germano mandou prometer por pregão aos que ficassem os bens e a mais fazenda dos que iam abalando. Imediatamente, á uma, num só movimento, toda a gente de Olivença a abandonou sem hesitar,

Recuperada logo depois, viemos perdê-la definitivamente em 1801,—na vergonhosa guerra dos Quinze-dias. Pelas decisões do Congresso de Viena pertencia nos a sua restituição. Mas os nossos homens-públicos, preocupados com os Imortaes-Principios e com uma constituição «*mais liberal que a de Cadiz*», não curavam de coisas minimas. E Olivença lá ficou. Lá ficou fiel, lá ficou leal, falando ainda agora o português. Bebe-se com o leite materno, herda-se nas transmissões do sangue a dedicação assombrosa de Olivença. Quando o curso de Direito valia indiferentemente para os dois países, era á universidade de Coimbra que os filhos de Olivença, já espanhola, se vinham formar. Existe um velho advogado desses tempos. E o português não morre em Olivença, — continua-se lá a falar, como se fôsse a lingua patria. Ponha a Espanha a sua meditação neste singelissimo exemplo. Se em mais dum século, com todos os agentes desnacionalizadores de que um Estado ocupante dispõe, como é a escola primaria, como é a burocracia, como é o serviço militar, como é a compressão administrativa, a Espanha não conseguiu até ao presente estrangular a vitalidade portuguêsa duma simples cidadesinha da provincia, como é que ela absorveria uma nação inteira, anarquizada embora, mas com a consciencia dos seus destinos intacta, posto que adormecida?

IV

Vou terminar, meus Senhores. O assunto é largo, daria para um curso. O dificil foi pô-lo dentro dos justos limites duma conferencia. Tão pobres, tão desvalidas, que as minhas palavras sejam, elas terão ido direitas ao coração de Vossas Excelencias. A todos pertence um quinhão nas responsabilidades deste duro momento. Fugir a elas é o mesmo que deitar um baraço ao pescoço, que morrer de morte de ignominia! Em minha casa dorme no berço um filhinho de dez mezes. E' essa criança, meus Senhores, quem, mais que ninguem me ordena que cumpra o meu dever presente. Na deserção de brios e iniciativas que vai á nossa volta, a poste-

Digitized by Google

rioridade, da qual o meu filhinho é para mim o simbolo palpitante, nos chamará um dia a contas rigorosas. Se pelos nossos desatinos a Patria houver de ir remoçar-se no purgatorio duma invasão, eu não quero que o meu filho, quando o conhecimento lhe chegar, a si mesmo pergunte: — «Mas nesse instante, aonde é que estava meu Pai?» Quando outra recompensa não recolhesse da minha atitude inquebrantavel de combatente pela verdadeira tradição portuguêsa, bastaria a noite de hoje com a presença inolvidavel de Vossas Excelencias para que de futuro os factos dissessem ao meu filho onde se encontrava o seu Pai.

Encontrava-se aqui, confirmando, quasi tres seculos volvidos, o esquecido voto das côrtes-geraes de 1668. Eu o repetirei ainda, — ao velho titulo da nossa independencia, tão nobremente provada no conflito a que os Tres-Estados do Reino assim traziam a sentença final. «*Por serem de seculos imemoriaes tão opostos os animos, e tão diversos os intuitos de uma e outra nação, era impossivel unirem-se em tempo algum sem total ruina da Nação portugueza.*» Guardemos o grito dos procuradores dos concelhos! Seja ele a máxima que ande vincada na nossa memoria! Como moço que sou, consintam-me Vossas Excelencias que eu me dirija aos moços principalmente. E' á juventude que cabe o encargo religioso de descer a Patria da cruz e de acordar para a alva única da ressurreição. Em toda a parte é a mocidade quem agita hoje o grande facho de resgate. Elevai as almas, gente nova de Portugal! Nós não vimos ainda os cavaleiros inimigos galopando através dos choupos da courela natal, — como no prefacio célebre de Paul Bourget. Mas como o «*jeune homme*», a quem ele é endereçado, temos sobre os nossos ombros todo o peso dos tempos vindouros.

A Patria será, moços do meu País, o que fôr ámanhã a soma das nossas energias. Olhai para a França retalhada. São os rapazes do inquerito de Agathon, são «*les jeunes gens d'aujourd'hui*» que se batem pela *riba patrum* ameaçada de hasta publica. A terra e os mortos os alevantam ás cumeadas supremas do Heroismo. Só de tradição lhes veio o dom que imprimiu finalidade e sentido unanime ás suas existencias vibrantes.

Façam os rapazes lusitanos o mesmo emprego generoso do seu entusiasmo. Um belo instinto conservador os põe em repulsa perante o leilão tremendo em que a Patria se vende como uma escrava sem nome. Consagradas aos moços franceses, são bem para nós as palavras de Gustave Le Bon no livro, — *La vie des verités*. «A evolução da juventude, escreve o ilustre sociologo, é notabilissima. Tendo visto a Patria atravessar horas sombrias e as ruinas materiaes e moraes acumularem-se de dia para dia, compreendendo emfim para que absurdo nos conduziam os negadores e destruidores, a mocidade afasta se dêles e solicita outros mes-

Digitized by Google

tres. Aos metafisicos estereis ela opõe as realidades, a vida, a necessidade de acção. Saída dos livros, a mocidade contempla o mundo. A observação dos povos que se extinguem lhes mostra que decadencias irreparaveis se não provocam pela diminuição dos caracteres e pelas quiméricas tentativas de agitação social. Tendo verificado nas nações que dominam o mundo qual seja o papel da disciplina, da energia e da vontade, as gerações novas compreendem já que não pode haver civilização que dure sem resistencia mental e por conseguinte sem a pratica de certas regras universalmente respeitadas. As forças moraes lhes aparecem então como os unicos recursos solidos da vida.» Assim se exprime um alto preceptor da inteligencia contemporanea. Oiçamo-lo nós, moços lusiadas, a quem a lição dos acontecimentos já desviou dos perigos romanticos da liberdade de maiuscula faustosa!

O exercicio das forças moraes só a tradição no-lo confére. Escute-se apenas o verbo que edifica. Confessemos um acto de fé no porvir. O homem só é grande quando submete o seu capricho dum momento ao interesse superior da colectividade. Se o velho das historias não plantasse nogueiras para os netos colherem os frutos, os netos não lhe lembrariam a memoria, — a sua passagem terrena, ditada exclusivamente pelo seu egoismo, seria inutil seria vã. Elevai as almas! Elevai as almas! O Portugal Maior espera por nós, para romper as pedras do sepulcro e sentir a gloria do Terceiro-Dia. Cavaleiros da Grey, ajuramentai-vos debaixo da invocação de Nun'Alvares! Nun'Alvares pertence-nos, — é o nosso eponimo tutelar. Ele tem uma espada para nos defender na terra e um rosario para nos guardar do Ceu. Erga-se-lhe uma estatua, faça-se-lhe uma festa!

A festa a Nun'Alvares deve ser a nossa velada de armas. Eu conto convosco, moços portugueses. Não deixareis ficar por falso o vosso irmão mais velho! E a Patria ha-de saber o que são tempos melhores! Dorme-se hoje o sono secular do Encoberto. Mas como os grãos de trigo desenterrados em Pompeia floresceram em seara farta, a alma, sempre forte do luso renascerá. Se, porém, o Deus de Afonso em Ourique se não recordar mais das suas promessas e o fim dos fins se aproxima, nem mesmo assim desanimemos. Portugal é na eternidade Portugal.

O esquecimento não pode nada contra a «pequena casa lusitana». Desfeitos na poalha algida da sepultura, nós proclamaremos ainda a reviviscencia admiravel da Grey no sacrificio em que os nossos anos ardentemente se consumirem. E' Castela quem o afirma, é Calderon de la Barca quem o afiança. Tão fundo o insigne dramaturgo lêra na nossa fereza de povo livre que no *Principe Constante* obrigou o castelhano vernáculo de seiscentos a ceder deante dum verso seu moldado em pura lingua de Camões.

Digitized by Google

Esse verso meus senhores, somos todos nós, — é toda a Patria amada que estremecemos. Ele, o verso de maravilha, reconhece as razões invenciveis que sustentam Portugal de pé, por muito que os vendavaes se desencadeiem sobre as nossas cabeças, como outr'ora em cima das casquinhas de noz em que dávamos a volta á Esfera. Ele, o verso formidavel, reconhece o direito sagrado de Portugal a ser senhor dos seus caminhos e manter-se com honra na assembléa das nações. Saiba-se de cór o verso vingador, — o verso como o qual outro não ha, bradando tão alto a nossa vitalidade de assombro! A Patria não morrerá, meus Senhores! E não morrerá, porque nós somos taes, — lá diz Calderon de la Barca.

«Que ainda mortos, sômos portugueses».

Tenho dito.

Antonio Sardinha.

Nota:

A complexidade da tése que me foi distribuída na série de conferencias realizadas pelo *Integralismo Lusitano* na Liga Naval Portuguesa, obrigou-me a produzir apenas afirmações de caracter geral para não abusar da condescendencia do auditorio que me escutaria. Sendo eu o primeiro dos conferentes, não podia deixar de aludir ao *Iberismo* como doutrina politica. Esse facto engrossou o assunto que me pertencia desenvolver, já de si de bastante peso pela reunião dos dois temas, — *Territorio* e *Raça*, na mesma conferencia. Pensou-se primeiro em separar a parte geográfica da parte étnica. Não houve, porem, quem se encarregasse daquela, porque das competencias convidadas não se obteve senão a resposta de que não existiam na natureza da Peninsula motivos palpaveis que justificassem fisicamente a nossa independencia...

A's costas com uma responsabilidade medonha, reduzi-me o mais que pude, limitando-me durante a exposição, a simples afirmações gerais, como dizia. Todavia, hoje que as conferencias proferidas e as não proferidas saiem a publico em volume para documentar quando mais não seja, o esforço duma geração que se não vendeu, eu, sem alterar uma linha na estrutura da minha palestra, entendi fundamentar e alargar algumas das razões apresentadas, por irem infelizmente contra as detestaveis idéas-feitas por que se rege a mentalidade dominante no nosso pobre País. Devia esta explicação a quem me ouviu e agora me leu. Formulada ela, resta-me apontar as principaes fontes bibliograficas de que me socorri:

— *Reseña geografica y estadistica de España.* Publicação oficial.

Digitized by Google

— *Notas sobre Portugal,* vol. I.
— José Augusto Coelho, *Evolução das sociedades ibéricas.*
— Abel Hovelacque e Georges Hervé, *Précis d'anthropologie.*
— Vacher de Lapouge, *Race et milieu social.*
— *Portugalia, Materiaes para o estudo do povo portugués.*
— Martins Sarmento, *Os argonautas.*
— D. Juliaan Ribera y Tarragó, *Discursos leidos ante la Academia Española.*
— S. Deniker, *Les races et les peuples de la terre.*
— Teófilo Braga, *Historia da Literatura Portuguesa.* I. *Idade Media.*
— Costa Goodolphim, *As misericordias.*
— Elisée Réclus *Novelle Géographie Universelle,* vol. I.
— D. Juan del Nido y Segalerva, *La Union Ibérica.*
— Fernando de los Rios, *Mi Mission en Portugal.*
— Antonio Sardinha, *O valor dà Raça.*
— H. Morse Stephens, *Historia de Portugal,* tradução de Silva Bastos.
— Manoel Severim de Faria, *Noticias de Portugal.*
— D. Frederico Olóriz, *Distribuicion geográfica del indice cefálico en Espana.*
— Sant'Anna Marques, *Materiaes de antropologia nacional.*
— Leite de Vasconcelos, *Lições de Philologia Portuguesa.*

Digitized by Google

A Lingua e a Arte

Conferencia feita na Liga Naval Portuguesa, em 21 de Abril de 1915.

Digitized by Google

Digitized by Google

SUMÁRIO

I — A lingua como índice máximo da civilização hispano-romana. Invasões dos bárbaros e esquecimento da cultura literária. Os arabes e a reacção neogótica. As linguas neolatinas da Peninsula: diferenciais no vocalismo e consonantismo, na epoca da transição. O galego-português. Espressão literária de Portugal e Castela: o poema del Cid e o lirismo dos trovadores; romances de la «Doncela de Francia» e da «Donzela que vai á guerra»; o lirismo de Juan de Mena e os poetas palacianos portugueses. Literatura de acção: as novelas e o teatro espanhol; caracter lirico dos autos de Gil Vicente; significação universal dos *Lusiadas*.

II — Arte primitiva na Peninsula; influencias orientais. A mesquita arabe e a basilica dos cristãos. Epoca romànica: Sant'Iago de Compostela e a Sé de Coimbra. Periodo Gotico: Catedral de Burgos e Santa Maria da Batalha. Significação politico-social das fundações religiosas em Portugal. Urbanismo castelhano e as vilas portuguesas (ruralismo); influencia na produção das obras d'arte. Pablo Vergós e Nuno Gonçalves: sua interpretação e sentido. Preferencias por motivos violentos na arte castelhana; as scenas familiares, os milagres e virtudes dos Santos nos nossos pintores. *Platteresco* e *Manuelino*, exprimindo uma crise de transição estética: seus contrastes. O seculo XVI português: mestre de Tarouca-Cristovão de Figueiredo, Grão Vasco, Sanches Coelho. Esplendor da arte espanhola; os grandes pintores Ribera, Zurbaran e Murillo. O sangue português de Velasquez. El Greco, um caso de exilio em Espanha. Goya na continuidade da escola espanhola. Os Vieiras e Sequeira em Portugal. Divorcio de duas nações. A voz de um destino.

Digitized by Google

Digitized by Google

Minhas senhoras, meus senhores:

O mais incompleto conhecimento da civilização peninsular logo conduz á certeza de que vivemos num ocidente historicamente romano.

Dizem-no-lo os despojos dos mortos na cinza das sepulturas, eternamente o proclamam as inscrições rememorando votos religiosos, façanhas guerreiras ou preceitos de lei.

Aqui se amontoam as ruinas de um templo ou se desmoronam de cansaço as muralhas de uma cidade, gloriosa de trinta assédios; pelos caminhos velhos, em toda a vastidão do território das Espanhas, marcos, fontes musgosas, arcarias de pontes atestam a duração de um dominio que foi forte e soube ser fecundo.

De século em século, a picareta do arqueólogo não cessa de cavar e o seio da Terra parece inexgotavel, nunca está completa a colheita de tão vasta sementeira civilizadora.

São esculturas de mármore e de bronze, expondo ao sol numa ressurreição de milagre, o esplendor da sua nudez ou a gloriosa majestade dos seus vestuarios; vidros, ceramica de formas robustas, objectos de adorno, moedas rebrilhantes — todo esse despojo opulento de um povo-rei que á Espanha trouxe deuses e heroes, os escudos dos soldados e os editos dos Imperadores, nos convence dé que o domínio romano não se fez para comerciar, á maneira dos Fenícios, nem simplesmente para submeter gentes, no pensamento de Cartago.

Na Espanha seguiram os Romanos a sua politica de assimilação pela tolerancia: reconhecendo a diversidade das nações dos costumes e das leis, nunca deixaram de mostrar, desde a India ao Cabo da Roca, que entre todos, o maior, o mais poderoso e amigo da justiça, era aquele cuja cabeça se chamava Roma.

Todos sabem como foi feita a conquista da Peninsula, os meios empregados para submeter as populações remotas que estanciavam na orla do mar e que inquietavam o Senado e zombavam dos pretores mais ardilosos e valentes.

Digitized by Google

A ocupação da *terra-patrum* foi dificil e conseguida por ultimo á custa da traição dos companheiros de Viriato que já agora temos de considerar o chefe da grande dinastia de heroes que recortam os seus perfis de aço em todo o horizonte da Historia.

Dos ribas do mar e dos reconcavos sombrios das montanhas, a energia oculta da Raça, erguida á voz de Viriato, defronta-se com as legiões e corta o vôo ás aguias de Roma. Mas o destino era mais forte, tinha de cumprir-se, e aos Lusitanos, dizimados e surpreendidos com a morte traiçoeira do seu maior caudilho, só restavam os direitos de funeral para chorarem á volta da pira em que se consumiu o corpo do Heroi, a liberdade da Terra amada e cantarem sôbre a gloria triste daquelas cinzas, a grandeza sobre-humana dos seus feitos.

Mais de cinco seculos vai durar a dominação dos Romanos a quem a Peninsula delimitava o Imperio pelas bandas do Sol-Poente E agora, com todo o aparato civilizador da sua ocupação, vinha tambem a língua que deveria sobrepôr-se definitivamente aos falares primitivos da Ibéria.

A cultura literária hispano-romana foi intensa e brilhante, com filosofos, poetas e historiadores; mas não é este o momento, nem o lugar para tratar dela. Teriamos de ir muito longe.

A lingua que as populações peninsulares aprenderam dos Romanos, não foi o latim classico de Cicero ou de Vergilio: do mesmo modo que hoje a gente do povo não fala como as pessoas cultas, tambem ha dois mil anos, os soldados, colonos e mercadores que vinham do Lácio para a Espanha, não sabiam exprimir-se com correcção gramatical; nem pronunciar as palavras a rigor.

Todos nós verificamos, a cada momento, a distancia que nos separa do nosso criado ou de qualquer trabalhador analfabeto.

Numa palavra, o latim que veio a generalizar-se na Peninsula. era o chamado latim vulgar — *sermo vulgaris, sermo rusticus* — e foi dele que se originaram os idiomas modernos, sendo incorrecto dizer-se, por exemplo, que as linguas portuguesa e espanhola são filhas da latina, pois que a nossa lingua de hoje tem de ser considerada, no período da sua vida historica, como desenvolvimento e continuação do latim, através da fala de mais de cincoenta gerações.

Nenhum facto social acompanha tão de perto a vida politica dos povos como as linguas. Só pelo triunfo dos generais de Roma, o latim se propaga de um extremo a outro do mundo.

Aqui, na Hispania, tão completamente se substituia ás linguas originárias, ao celta, ao protobasco, ao ibero, que já no decorrer do seculo IV era o *romanço* ou lingua neo-romana, embora com diferenças regionais, a linguagem comum a toda a Peninsula, áparte o basco que permaneceu isolado.

Por serem bem conhecidas de V. Ex.as, dispenso-me de expôr

Digitized by Google

as c ndições historicas em que se produziu a queda do Imperio Romano do Ocidente, com as invasões dos bárbaros alastrando como um diluvio de fogo e de sangue, sôbre a Europa ocidental e meridional.

Esse turbilhão exterminador e fecundo ao mesmo tempo. em que se amassaram as populações submetidas á unidade imperial. foi o grande facto que nos separa do mundo antigo, pertencendo á Igreja, já triunfante do paganismo, a gloría de ter salvado os pergaminhos das velhas letras e de ter estabelecido, no meio da desordem geral, com a sua hierarquia e tradição do governo, o traço que nos liga ás idades clássicas.

Começa então a Idade-Média, o periodo mais criados de quantos a Historia reza. A' Peninsula, seguindo atrás do Sol, como era tradição dos mitos antigos, vinham povos sôbre povos, lutando uns com outros — Alanos, Suevos, Vandalos — e na sua sina errática de peregrinos do orbe, esta courela estreita os detinha, deante da vastidão furiosa do mar.

Vêm tambem os Visigodos: fortes e dominadores, nenhuma resistencia lhes conteria o impeto de avassalar. Trazem consigo um grande destino — restaurar o direito romano esquecido nos pergaminhos e nas inscrições e erguer ao alto a cruz de Cristo, depois das palavras solenes de Recáredo.

Mas, por ultimo, apagaram-se os esplendores da côrte de Toledo e amorteceram as energias do tempo de Leovigildo.

Os Arabes espreitavam, d'além do Estreito, o desfalecimento derradeiro, e quando a mão traidora de Julião lhes abre as portas, a hoste de Tarik é uma nova praga que pisa o solo de Espanha, avassalando-a á voz de comando dos enviados do Profeta.

Para salvar os ultimos filhos dos Godos dão-lhes abrigo as montanhas e é delas que ha de partir tambem o primeiro clamor dessa epopeia de sacrificio que foi a reconquista neogótica.

No meio da civilização vencida e ao contacto dos seus vicios e prazeres, os Mahometanos ultrajam o Korão, esquecidos dos terrores infernais que queimam as suas paginas, e tornam-se uns dominadores tolerantes, brandos, deixando ás populações os seus costumes e até as suas crenças.

O Kalifado de Cordova (1031) desmembram-no as mais ambiciosas rivalidades, enquanto a reacção cristã se organiza e fortifica, a ponto de Afonso VI de Castela e Lião se apoderar da cidade de Toledo e estabelecer nela a sua côrte.

Foi este grande rei que, acolhendo para a cruzada muçulmana os Condes Raimundo e Henrique de Borgonha, lhes deu duas filhas por mulheres e largas terras de senhorio.

E como as populações mozárabes não tinham perdido o seu caracter nem costumes, visto a conquista ter sido um dominio e

Digitized by Google

não uma fusão, os reis e condes da reconquista haviam de encontrar nelas o mesmo espirito de hostilidade ao estrangeiro invasor.

A terra era comum, sentimentos e tradições iguais, consciencia da mesma opressão, tudo estava unindo em aspirações redentoras, as massas do povo, preso ao labores da terra, por veigas e oiteiros.

Haveria na Ocidental Praia já mesmo o sentimento da diferença entre o Oeste e o Centro, entre o Lusitano e o Ibero, eternamente inconciliaveis e separados, segundo acusam os mais antigos testemunhos. Não era um casamento de principes que por milagre faria a a separação: esse facto politico apenas viria consagra-la.

A tantas energias abatidas faltava a direção que lhes desse unidade e sentido: o Conde Dom Henrique de Borgonha seria a providencia que as havia de suscitar.

Assim nasceu Portugal.

Todos sabem á custa de que esforços esta Patria se foi constituindo, já talhando as fronteiras em terra de infieis, flagelando a moirama de monte em fonte, já resistindo, em crises gravissimas, á tendencia centralizadora e absorvente do planalto castelhano.

Deixarei esse assunto, com o maior proveito para V. Ex.as, á competencia dos meus camaradas e vou ocupar-me já da diferenciação da lingua, um dos motivos da minha presença aqui.

As convulsões politicas que perturbaram o sossêgo destas populações de pastores e agricultores, não conseguiram romper a continuidade da evolução das linguas no territorio da Espanha.

A arremetida árabe, chegando a atravessar o Douro nos meados do seculo VIII, é sustada pelos soldados de Afonso I das Asturias, o tutor dos lares e altares da terra de entre Douro e Minho e dos senhorios da Galiza, onde estancionavam os elementos de energia com que o país todo se havia de libertar.

Por esse tempo, nas margens do Rio Minho, na mais linda região de Espanha, falava-se um dialecto romance, um dos varios da Peninsula, e talvez desde o principio diferenciado de uma para outra margem. Era o romance galego-português que se vinha formando. As linguas correspondiam á tendencia geral da diferenciação das nacionalidades, de que eram um dos maiores factores.

Separavam-se os habitantes da velha Galia em *langue d'oc* e *langue d'oïl*, o castelhano revela-se, afirma-se o catalão, aparecem o italiano e o rumeno, definem-se todas os linguas neolatinas com os outros caracteres das nações.

Tinha de ser assim. Perdida a disciplina gramatical, esquecida a tradição e a cultura literária, na Espanha como no resto da Europa, ficou o latim popular entregue ás leis das alterações fonéticas. A diversidade dos povos, o clima, as reacções de linguas estranhas, o isolamento em que outras viviam, foram marcando cada vez maiores diferenças entre si.

Digitized by Google

A falta de documentos escritos, mal suprida pelas inscrições em pedra ou bronze, não nos permite conhecer hoje com precisa segurança, a primeira estrutura dos diferentes dialectos peninsulares: castelhano, aragonês, catalão, galego-português.

Contudo, alguns documentos forenses, escritos em latim bárbaro do seculo VIII, já apresentam algumas palavras portuguesas que os notários por ignorancia do vocabulo latino correspondente iam buscar á linguagem do povo.

A esta fase do romanço galego-português é costume chamar português proto-historico e vai até ao seculo XII em que nos aparecem os primeiros documentos literários.

O vocalismo português, quando tónico, ainda hoje se mantém sensivelmente igual ao do latim vulgar.

Mas parece certo que ele se distinguiu, desde sempre, logo na epoca romana primitiva, do vocalismo castelhano.

Uma das mais importantes transformações desse período, foi a ditongação das vogais acentuadas *e, o* em *ie, ue: terra>tierra, corpu>cuerpo*. Assim aconteceu, com mais ou menos generalidade, na Italia, na Retia, na Galia.

Aqui na Peninsula, porém, a lição dos factos é diferente ou inversa: enquanto o Centro realiza a ditongação e diz — *piedra, fuero*, o Oeste mantem as vogais simples — *pedra, foro*.

Se a vogal é seguida de um elemento palatal, a ditongação castelhana já não se verifica, mas produz-se a portuguesa, por meio da vocalização da consoante: directu<$^{derecho}_{direito,}$ nocte<$^{noche}_{noite.}$

O ditongo *ai* (ay) do românico tornou-se *e* simples em Castela e *ei* em Portugal: fayto<$^{hecho}_{feito,}$ caballariu<$^{caballero}_{cavaleiro.}$

O ditongo latino *au* condensou-se na vogal *ô* em espanhol e deu em português o ditongo *ou (oi)*: tesauru<$^{tesoro}_{tesoiro.}$

Outra grande diferença a assinalar no vocalismo das duas linguas, é dada pelo caracter da vocalização portuguesa que é notavelmente complexa e atinge até as vogais extremas *i, u*, devendo remontar, segundo Bourciez, ao periodo prèliterário.

Muitos outros fenómenos haveria a notar, relativamente aos vocabulos dos tipos *lana, avena, fine, corona, luna*, se não me dominasse o receio de já estar abusando da paciencia de V. Ex.as com assunto tão árido, e não estivesse reclamando atenção especial o ditongo mais caracteristico e mais feio da lingua portuguesa, o ditongo — *ão*.

Definido depois do meado do seculo XV, quando a nacionalidade subia para o seu florescimento, aparece este ditongo com os seus tres plurais, a distanciar mais ainda o português do castelhano e das outras linguas co-irmãs.

Se V. Ex.as compararem as palavras *mão, razão* e *pão* com

Digitized by Google

o espanhol, o francês, o italiano, no singular e no plural, facilmente terão compreendido, melhor do que eu lho explicaria, como neste particular a nossa lingua daquelas se afasta, embora com desvantagem evidente para a sua beleza musical.

E como todas, o nossa lingua não cessa de se transformar, de geração para geração, embora insensivelmente.

Ha pouco mais de cem anos deixámos nós, por exemplo, de acentuar determinadas vogais, não pronunciando mais *àmor, nàmoro, sèguro, dècreto*, como ainda hoje dizem os brasileiros.

Se a diversidade das linguas espanhola e portuguesa não é tão notavel quanto ás consoantes, nas alterações da sua pronuncia encontramos factos inconciliaveis: em espanhol conservou-se o *c* (+ *e, i*) com o valor aproximado de *ts; célebre, ciudad*, ao passo que o português o reduz a *s* simples: *ceia, cidade*.

O *y* consoante, antes de vogal tónica, permanece, e antes de *e, i*, deu lugar a uma aspiração, fenómeno que em português se não regista, visto que no Oeste o mesmo fonema se reduz ora a *g* ora a *j*, conforme a vogal que segue: *yacer, jazer; yerno, genro*.

Enquanto no centro da Peninsula, a partir do seculo XVI, o *b* se confunde com o *v*, sempre em Portugal se fez a distinção das duas consoantes, embora no Norte haja a tendencia para as trocar: *binho, vùrra*.

O *f* inicial do latim dá em espanhol *h* (aspirado), enquanto em português se conserva com o mesmo valor: filiu $<^{hijo}_{filho}$.

O grupo *cl* dá um espanhol *ll* e em português normalmente *ch*: clamare $<^{llamar}_{chamar}$.

E' para notar que a pronúncia actual da consoante *ch* começou a preponderar nas classes cultas de Portugal, por influencia do francês, a partir do seculo XVIII, pois até então as palavras *chamar* e *chave*, por exemplo, diziam-se *tchamar, tchave*, como ainda hoje se exprime a população dos campos.

No seculo XI ou XII, o *l* intervocálico do romanço português, cai em regra, depois de guturalizado; *color* > *coor; palatiu* > *paaço*, e o *n*, já antes dessa época, ao caír, nasalizava por compensação a vogal precedente: *corona* > *corõa, donu* > *dõo*.

Em espanhol tais factos não se deram e, enquanto em Portugal o *l*, em certas circunstancias se palatiza, no centro da Peninsula passa a gutural; folia $<^{hoja}_{folha}$, mulier $<^{mujer}_{mulher}$.

Todos os fenómenos que apontei são uma curta enumeração de diferenciais irredutiveis, afirmadas desde as épocas da formação das duas linguas, e que a consideração do tempo e do lugar me obriga a não levar mais longe, para não cansar a atenção amavel de V. Ex.as

Caminhando paralelas e acompanhando o desenvolvimento his-

Digitized by Google

torico das duas nações, embora permutando os seus recursos, as duas linguas peninsulares foram sempre os elementos mais distintivos dos povos que fizeram gloriosa a civilisacão da antiga Iberia.

Não as acompanharei nas diferenças morfológicas, tão numerosas e profundas, entre as quais avulta a da existencia do infinito pessoal, especie de paradoxo que nenhuma lingua do mundo criou, senão a portuguesa, e contentemo-nos para o intuito que aqui me trouxe, com os caracteres já enunciados.

Muitos autores espanhoes pretendem que o portuguêS é um dialecto ou uma extensão do galego.

Ainda agora o veio repetir no seu recentissimo livro — *História de la lengua y literatura española*, o sr. D. José Rogério Sánchez. Trata-se de uma interpretação errada dos factos da historia das linguas. Dado mesmo que a identidade dos falares d'àlêm e d'àquem Minho fôsse sempre absoluta, nunca tal expressão seria exacta, porque foi o portuguêS que atingiu o grau de lingua nacional, enquanto o galego, separado dele por causas politicas ou mesmo étnicas, ficou reduzido á condição de dialecto, e na opinião de Fitzmaurice-Kelly ele não é mais *qu'une variété du portugais.*

E nós, com os melhores fundamentos, sempre reivindicámos a Galiza como nossa irmã, pois com ela, numa aspiração comum de beleza, procurámos seguir o sentido divino dos ritmos, escrevendo e cantando a poesia trovadoresca dos Cancioneiros que daqui, por intermedio de Cordova, seria comunicada á Provença, na opinião do sr. D. Julian Ribera y Tarragó, sustentada no seu discurso de admissão á Real Academia Española.

A propria bandeira regional da Galiza é azul e branca, côres iguaes ás da bandeira por que espera não só a convicção politica, mas o sentimento de harmonia e de beleza da maior e melhor parte da Nação.

Mas, quanto ao castelhano, a nossa diferenciação é reconhecida pelas maiores competencias, desde Diez, o patriarca da moderna filologia.

O sabio alemão Schleicher afirma: «cada um dêstes povos tem uma aversão profunda por certas combinações de vogais e consoantes... Esta diversidade fonético-acustica é baseada *sobre uma diversidade fisiologica.*

Bourciez, depois de atribuir a diferença que separa as duas linguas da Peninsula ao clima e ao caracter dos dois povos, acrescenta: «*Il y a dans la prononciation espagnole quelque chose de l'âpreté qu'ont le splateaux de l'Ibérie centrale, quelque chose aussi de la fierté des hidalgos; sous l'influence d'un climat délicieux, le portugais semble au contraire avoir subi une sorte d'amollissement progressif.*»

Podia multiplicar indefinidamente os testemunhos, se alguma

Digitized by Google

dúvida pudesse restar a alguem ácerca da individualidade da nossa lingua.

São os proprios espanhoes a acusa-la, quando reconhecem a doçura e a beleza do idioma que falamos.

Cervantes, querendo exaltar, em certo passo das suas obras, os encantos de Valencia e a graça harmoniosa da linguagem da terra, deixou-nos esta confissão insuspeita: «*Con quien sola la Portuguesa puede competir en ser dulce y suave.*»

Na sua descrição da Tapada, bosque celebre dos antigos duques de Bragança, Lope de Vega, introduzindo varias ninfas cantando louvores em diversas linguas, diz da nossa que se seguiu á latina e italiana, estes versos:

> Assi cantando fue la Portuguesa
> Con celebrado aplauso larga historia,
> A quien, por la dolçura, que professa
> Entr'ambas concedieron la victoria.

Estrangeiros ha que á nossa lingua não reconhecem direitos a semelhantes louvores.

Ludwig Tiek calunia-a deste modo: «E' essa uma curiosa linguagem que muito pueril me parece ainda. O português engole quasi tudo e profere e suspira internamente mais sílabas do que os que lhe soam pela boca e pelos labios. Mais ocupado, porem, é ainda o nariz; muito mais mesmo do que em francês. Isso dá ares, com efeito, do porco ou do leitão.»

Outro que nos quís mal foi o imperador Maximiliano do Mexico, cuja morte tragica nos move facilmente a perdoar-lhe as palavras mal-humoradas que da nossa lingua disse: «Quem não ouviu o português, não sabe como o diabo fala com sua avó; pois um tal pronunciar roufenho, sibilante, escabroso, composto de grunhidos, um tal nasalar lingual e palatal, através de um aglomerado de todos os sons grosseiros e desagradaveis, só o diabo encolerizado o pode inventar.» (Frankfurter Zeitung, de 7 de outubro de 1910).

Na lingua como no resto, raras veses os estrangeiros são justos para conosco, não correspondendo á hospitalidade mais que generosa com que no nosso país são acolhidos.

Quero ainda invocar o grande clássico João de Barros que tanto amou a nossa fala e que na curiosa obra intitulada — *Dialogo em louvor da nossa linguagem*, escreveu estas solenes palavras: «Esta perrogativa tẽ sobre todalas linguageẽs presentes: magestade pera cousas graues, e huã eficácia baroil que representa grandes feitos. E o sinal onde se isto mais cláro ue é na musica, que naturálmente acerca de cada naçám segue o módo da fála: linguagẽ gráve, musica graue, e sentida.».

E, por ultimo, esta decisiva opinião da muito ilustre Senhora

Digitized by Google

Dona Carolina Michaëlis de Vasconcelos, a benemerita editora do *Cancioneiro da Ajuda*: «A linguagem dos trovadores é um *português ilustre*, selecto, convencionalmente unitário e arcaico, mas perfeitamente organico e coerente, claramente determinado nas suas formas e tendencias, caraterizado por todas as feições peculiares que o distinguem do castelhano.

Português ou galego-português ilustre, pois havia identidade quasi completa entre a lingua da provincia do Noroeste da Espanha e a do reino de Portugal.» (*C. Aj.*, pag. XVIII-XIX.)

Mas todos estes testemunhos, como tantos outros adormecidos no pó de antigos calhamaços ou formulados á luz da mais serena critica — tudo quanto poderia aqui citar ainda seria pouco, ante o interesse que me solicita a comparar o espirito dos dois povos, expresso nos documentos das suas literaturas.

Nada mais eloquente do que esse confronto. E como seja a poesia a forma literaria em que a sensibilidade mais alta e delicadamente se patenteia, escolherei trechos em verso, comparando época a época as duas literaturas até ao seculo XVI, em que ambas as nacionalidades já definiram as suas feições.

A manifestação literária mais antiga da literatura castelhana passa por ser o *Poema del Cid*. Tem por assunto, como V. Ex.as decerto sabem, as *haʒañas* de don Rodrigo de Bivar, el Cid Campeador.

Como em quasi todas as nações, em Castela tambem a narrativa épica precedeu a historia e o Cid aparece logicamente como o primeiro heroi nacional: o flibusteiro é o simbolo da supremacia de Castela sôbre Lião.

O Poema é a crónica rimada, em versos duros e semi-barbaros, da lide famosa de Castela contra os moiros e contra os que ofendiam a honra da terra e da gente, o primeiro grito violento de uma nacionalidade que irrompe.

E' um documento de psicologia eloquentissimo, onde ha violencias, terrores de morte, campos ensanguentados, sortidas de devastação, ferocidade e extermínio. E' a grande canção de gesta de Castela.

Dele recorto alguns versos do episódio trágico que se refere á vingança que o Heroi tirou dos infantes de Carrion, seus genros, por terem ofendido gravemente suas mulheres, despindo-as, açoitando-as até as deixarem num lago de sangue, desmaiadas e entregues ás aves e ás feras das florestas de Colpes.

Trata-se do duelo entre os partidários do Cid e os dos infantes, num fragmento que a distinta actriz, senhora D. Marina Rodrigues vai ter a bondade de nos dizer:

«Pero Bermúdez, el que antes retó
con Fernán González de cara se juntó;
firiéron-se en los escudos sin todo pavor;
Fernán González á Pero Bermúdez el escudo le pasó,

Digitized by Google

prísole en vacio, en carne no le tomó;
bien en dos lugares el astil se quebró;
firme está Pero Bermúdez: por eso no se encamó;
um golpe recebiera, mas otro firió.
Quebrantó la bloca del escudo, aparte se la echó;
pasóselo todo, que nada no le valió;
metióle la lanza por los pechos, que nada no le valió;
Tres golpes de Loriga tiene Fernando, aqueste los prestó;
los dos lo desmangan y la tercera fincó;
el velmez con la camisa y con la guarnición
de dentro de la carne una mano se la metió:
por la boca afuera la sangre le salió.
Quebráronle las cinchas, ninguna no le hubo pro:
por la grupa del caballo en tierra lo echó.
Así lo tenian las gentes que mal ferido es de muerte.
El dejó la lanza y al espada metió la mano;
Cuando lo vió Fernán González conuvo á Tizón:
antes que el golpe esperase dijo: ¡Vencido soy!
Otorgáronselo los fieles, Pero Bermúdez le dejó.»

Enquanto esta fórma poética acendia o entusiasmo do povo e dos reis de Castela, cantando-se nos campos de batalha como um hino de guerra, em Portugal vibrava a lira trovadoresca nas mãos do primeiro rei-artista que tivemos e se chamou Sancho I.

Façanhas havia-as goriosas, do velho tempo do seu pai e já quando ele era infante e foi mandado pelo Alentejo a investir contra os moiros de Sevilha, porque Dom Afonso nele reconhecia «grande animo e partes de capitão».

Como um flagelo, Dom Afonso Henriques guerreava do Douro ao Tejo, tomava Lisboa e rechassava através da planicie transtagana, as hostes moiriscas em confusão que deante daquele duro inimigo do Profeta, iam levantando as tendas para o Sul.

Mas não ha um heroi nacional, porque na audacia da conquista todos o eram naquelas eras bárbaras.

Foi nos intervalos de paz em que ía povoando o Reino que Dom Sancho se revelou poeta.

«O sentimento da saudade, escreve a senhora Dona Carolina Michaëlis de Vasconcelos, já era familiar aos coevos de D. Diniz.

Em 1200, «morrer de amor» já era costume dos mimosos de alma atormentada. Já então os grandes olhos de criança das damas portuguêsas inspiravam pela sua meiga e dorida expressão, ao mesmo tempo sensual e soberanamente espiritual e casta, amores apaixonados, mais vezes de perdição do que de salvação.» *(Canc. d'Aj.*, I, pag. IX).

Foi o amor seguramente que inspirou a mais velha das poesias portuguesas (1189) e esse primeiro lamento literário foi inspirado na ultima das amantes do Rei, aquela «senhor branca e vermelha», a estonteadora Dona Maria Paes Ribeiro, a *Ribeirinha*, filha de Paio Monís e sobrinha de Martim Monís, o heroi da porta do castelo de Lisboa

Digitized by Google

Ausente de Coimbra, porventura na Guarda que então andava reconstruindo, não se esquecia o Rei da *Riberinha*, que lá ficara na alcaçova do castelo, olhando para o Mondego, e para ela escreveria, como um namorado fiel, a seguinte poesia, toda feita de suspiros:

Ay eu coitada, como vivo
eu gran cuydado por meu amigo

que ei aongado! Muito me tarda
o meu amigo na Guarda!

Ay eu coitada, como vivo
eu gran desejo por meu amigo

que tarda e não vejo. Muito me tarda
o meu amigo na Guarda!

Mas o mais autentico poeta do amor, e que primeiro ardeu no fogo do ciume, foi Paay Soares de Taveiroos, já infeliz como todos os poetas apaixonados e que amava, por maior desventura, a propria favorita do Rei Dom Sancho que parece se comprazia em martiriza-lo com os mais crueis desdens,

Pelo mesmo tempo, João Soares de Paiva, o trobador, exila-se na Galiza onde morre apaixonado por uma infanta de Portugal e acima de todos, cumpre não esquecer o mais glorioso dos protomártires do coração, Pedro Rodrigues da Palmeira — *o que morreu de amor*, por Dona Maria Paes de Valadares.

A poesia trovadoresca castelhana, representada quasi toda nas 420 *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X, o Sabio, tem um caracter religioso exclusivamente, são louvores a Nossa Senhora para cuja composição o Rei se serviu do galego, ao mesmo tempo que mandava escrever em espanhol a lei das *Siete Partidas*.

Até então, a literatura castelhana era puramente narrativa e foi o talento deste rei que lhe deu a forma lírica.

Inutilmente procuraremos paralelo entre o espírito da poesia galego-portuguesa e a castelhana.

As musas da nossa poesia alvorescente ou são a *senhor* nobre, palaciana, desprezadora de galanteios e adorações, ou a rapariga do povo, branda, doce, cheia de castidade, vigiada pelo cuidado da mãe que a defende dos perigos da inexperiencia.

Os seus prazeres mais confessados são ver o seu amigo (namorado), bailar deante dele, encontrarem-se nas romarias em ermidas ou santuarios da serra e do mar, em Santa Maria das Leiras, em San Servando, em cujos terreiros os bailados seriam apenas de raparigas, de mãos dadas, debaixo das avelaneiras floridas ou mesmo nos adros das igrejas, como ainda agora acontece nas aldeias mais remotas das nossas provincias.

Digitized by Google

Sempre os portugueses tiveram fama justa de bons bailadores e a dança muito querida foi dos proprios soberanos.

Basta lembrar as sortidas de Dom Pedro I da Alcaçova para o Rocio de Lisboa, dançando no meio do povo, entre archotes, num delirio semi-louco, e ocorre-me ainda aquele caso de regosijo nacional, quando do casamento do Principe Dom Afonso, filho de Dom João II, em que velhos e velhas honrados «com o sobejo prazer foram juntos cantar e bailar deante del-rey e a rainha». Saindo o monarca da Sé, veiu ao seu encontro Briolanja Anriquez, cantando e tangendo um pandeiro. Vendo-a, «el-rei com prazer a tomou nas ancas da mula e a levou assim com muita honra onde a rainha estava».

Esta passagem da cronica de Resende alguma prova nos traz da tirania com que tratavam o povo escravo os reis absolutos de Portugal...

E não estranhem V. Ex.as que a propósito da poesia eu me detenha em referencias á dança, pois muitas vezes as poesias (bailatas) eram escritas no ritmo da dança e quasi sempre proprias para serem cantadas com acompanhamento de instrumentos musicos. Era a expressão integral do ritmo que se verificou na infancia de todos os povos. Mas, antes de deixar a época dos trovadores, quero aqui revelar duas admiraveis composições: uma cantiga de romaria e uma bailata, ambas do Cancioneiro da Vaticana.

A primeira pertence a um trovador chamado Mendinho e é a fala de uma namorada que fôra á ermida de San Simion, á beira-mar, e ali ficara esperando tempos esquecidos, o seu amigo que não vinha, enquanto as ondas, crescendo, subindo sempre, ameaçavam enguli-la.

E por ultimo, sem ninguem que a salve, sem barqueiro, nem remador, a pobre donzela com resignação ou desespero deixa-se afogar, esperando, esperando até á morte o amigo que nunca chega.

A formosissima poesia das mais belas deste ciclo literario, é a melhor, quasi a unica produção deste grande poeta trovador. A outra é a bailata de Joan Zorro.

A distinta actriz, senhora D. Beatriz d'Almeida, vai ter a amabilidade de nos recitar uma e outra:

Sedia-m'eu na ermida de San Simion
e cercaron-mi-as ondas que grande son!
eu atendend'o meu amigo!
eu atendend'o meu amigo!

Estava na ermida, ant'o altar,
e cercaron-mi-as ondas grandes do mar
eu atendend'o meu amigo!
eu atendend'o meu amigo!

Digitized by Google

E cercaron-mi-as ondas que grande son!
e nen ei barqueiro, nem ei remador!
eu atendend'o meu amigo!
eu atendend'o meu amigo!

E cercaron-mi-as ondas grandes do mar
e nem ei barqueiro e nem sei remar!
eu atendend'o meu amigo!
eu atendend'o meu amigo!

E nem ei barqueiro, nem ei remador.
e morrerei fremosa, no mar maior!
eu atendend'o meu amigo!
eu atendend'o meu amigo!

E nem ei barqueiro e nem sei remar
e morrerei, fremosa, no alto mar!
eu atendend'o meu amigo!
eu atendend'o meu amigo!

Bailata

Bailemos agora, por Deus, ay velidas.
so aquestas avelaneiras frolidas,
e quen fôr velida como nos, velidas,
se amigo amar
so aquestas avelaneiras frolidas
verrá bailar.

Bailemos agora, por Deus, ay loadas,
so aquestas avelaneiras granadas,
e quen fôr loada, como nos, loadas,
se amigo amar,
so aquestas avelaneiras granadas
verrá bailar.

Deixemos agora a poesia trovadoresca para atender documentos mais directos da sensibilidade inculta nas duas nações.

Interroguemos o povo, o poeta errante e cego como Homero, e confrontemos as suas criações mais belas: os rimances.

Em poucas nações como em Castela, a literatura de acção terá sido tão lógica e seguido mais natural destino. A canção de gesta, quando as sombras dos heroes se apagam, degenera no rimance, e quando ao espirito já não basta a simples narrativa, o *romancero* alimentará o teatro.

Eis aqui a síntese da evolução literária de Castela, depositária da tradição heroica dos Visigodos.

Tomando dois rimances de duas antologias, procurei que o assunto deles fôsse quanto possivel aproximado, pelas circunstancias que revestem a acção em que se desenvolvem.

Num e noutro o motivo do amor aparece: importa saber agora como cada uma das mulheres procede.

Digitized by Google

O espanhol pertence ao ciclo dos *Romances viejos* e chama-se *Romance de la Infanta de Francia;* o nosso é o bem conhecido romance da *Donzela que foi á guerra.*

O primeiro é a historia de uma infanta que, dirigindo-se a França e tendo errado o caminho, se encosta a um carvalho á espera de alguem que a guie na jornada.

Logo aparece um cavaleiro que, a pedido dela, se presta a leva-la consigo no mesmo cavalo.

No meio do caminho, longe, o cavaleiro fez-lhe propostas de amor que a donzela recusa, declarando-se filha de um malado, e não podendo porisso ele tocar-lhe sem descer á condição dela, tornando-se malado tambem. O apaixonado detem o seu impulso.

Entrando em Paris, já a salvo do perigo, a donzela moteja da covardia do cavaleiro que, tendo la *niña en el campo*, deixára perder a ocasião...

Com um pretexto ingenuo, pede-lhe agora que volte, mas ela recusa-se, declarando-se filha do rei de França e ameaçando orgulhosamente todo aquele que no seu corpo tocasse.

E' á senhora D. Marina Rodrigues que eu peço a fineza e o prazer de nos recitar este rimance:

De Francia partió la niña,
de Francia la bien guarnida:
iba-se para Paris.
do padre y madre tenia.
Errado lleva el carmino,
errada lleva la guía:
arrimára-se a um roble
por esperar compañia.
Vió venir un caballero
que á París lleva la guia.
La niña desque lo vido
de esta suerte le decia:
—Si te place, caballero,
llévesme en tu compañia.
—Pláceme, dijo señora,
pláceme, dijo, mi vida.
Apeóse del caballo
por hacerle cortesia;
puso la niña en las ancas
y el subiérase en la silla.
En el medio del camino
de amores la requería.
La niña desque lo oyera
díjole con osadía:
—Tate, tate, caballero,
no fagáis tal villanía:
hija soy de un malato
y de uma malatía;
el nombre que á mi llegase
malato se tornaria.—
El caballero con temor
palabra no respondía.
A' la entrada de París
la niña se sonreía.
¿De qué vos reis, señora?
¿de qué vos reis, mi vida?
—Ríome del caballero,
y de su gran cobardía:
¡tener la niña, en el campo
y catarle cortesía!—
Caballero con vergüenza
estas palabras decía:
—Vuelta, vuelta, mi señora,
que una cosa se me olvida.—
La niña como discreta
dijo:—yo no volvería,
ni persona, aunque que volviese
cu mi cuerpo tocaría:
hija soy del rey de Francia
y la reina Constantina:
el hombre que á mí llegase
muy caro le costaria.

O romance da *Donzela que vai á Guerra* é a bem conhecida xácara que todos os lares portugueses conhecem e que nós, os

Digitized by Google

provincianos, em lentos serões, ouvimos contar desde o berço ás criadas e á gente das debulhas.

Um velho cavaleiro, saudoso da sua valentia, lastima-se de não poder ir á guerra, nem dar um filho que o substitua, visto que na sua descendencia apenas tem filhas.

A mais velha, porém, toma a resolução de se vestir de homem, resistindo a sorrir ás objecções do pai quanto ao perigo de vir a ser descoberta, e apresenta-se armada na hoste onde batalha sete anos, com o nome de D. Martinho.

Um moço guerreiro que era o capitão, começou a desconfiar do sexo de D. Martinho pelos olhos que ao seu desejo de amar se afiguram de mulher. Manifesta as suas duvidas á experiencia do pai que o aconselha a usar de varios artifícios de que a donzela triunfa sem dificuldade.

Por ultimo, sendo convidada para nadar e tendo-se começado a despir, por discreta, levando até ao extremo a ilusão da sua pessoa, providencialmente um pagem lhe vem entregar uma carta com más novas: a morte da mãe, a doença do pai.

Partem ambos cavalgando por longos caminhos até chegarem aos altos paços do pai da donzela que lhe apresenta o pretendente e lhe declara que só ele a conhecera pelos olhos, *que por outra coisa não.*

E' para notar o contraste destas duas composições: uma cheia de malícia, de intenções reservadas de pecado; óutra um documento de nobreza, de finura, de castidade, que a sr.ª D. Beatriz d'Almeida vai ressuscitar aqui:

«Pregoadas são as guerras
Entre França e Aragão.
Ai de mim que já sou velho,
As guerras me acabarão!
De sete filhas que tenho,
Sem nenhuma ser varão.»
Responde a filha mais velha
Com toda a resolução:
«Venham armas e cavallo
Que eu serei filho varão.»
«Tendes os olhos mui vivos,
Filha, conhecer-vos-hão.»
«Quando passar pela armada,
Porei os olhos no chão».
«Tendes os hombros mui altos,
Filha, conhecer-vos-hão».
Venha gibão apertado,
Os peitos encolherão».
«Tendes as mãos pequeninas,
Filha, conhecer-vos-hão.»
«Venham já luvas de ferro
E compridas ficarão.»

«Tendes os pés delicados,
Filha, conhecer-vos-hão.»
«Calçarei botas e esporas,
Nunca d'ellas sairão.»

«Senhor pai, senhora mãe,
Grande dó do coração,
Os olhos de Dom Martinho
São de mulher, de homem não.»
«Convidae-o vós, meu filho,
Para ir comvosco ao pomar.
Que se elle mulher fôr
Á maçan se há-de pegar.»
A donzella por discuta
O camoês foi apanhar.
Oh que belos camoeses
Para um homem cheirar.
Lindas maçans para damas!
Quem lh'as podera levar!»

«Senhor pae, senhora mãe,
Grande dó do coração,

Digitized by Google

Os olhos de Dom Martinho
São de mulher, de homem não.»
«Convidae-o vós, meu filho,
Para comvosco feirar,
Que se elle mulher fôr,
A's fitas se ha de pegar.»
A donzella por discreta
Uma espada foi comprar.
«Oh que bella espada esta
Para com homens brigar!
Lindas fitas para damas;
Quem lh'as podera levar!»

«Senhor pae, senhora mãe,
Grande dó do coração,
Os olhos de Dom Martinho
São de mulher, de homem não.»
«Convidae-o vós, meu filho,
Para comvosco jantar,
Que se elle mulher fôr
No estrado se ha de sentar.»
A donzella por discreta
Cadeira mandou chegar.

«Senhor pae, senhora mãe,
Grande dó do coração,
Os olhos de Dom Martinho
São de mulher, de homem não.»
«Convidae-o vós, meu filho,
Para comvosco nadar,
Que se elle mulher fôr,
Desculpa vos ha de dar.»
A donzela por discreta
Começou-se a desnudar.
Traz-lhe uma carta um pagem,
Pôs-se a ler, pôs-se a chorar.
«Novas me chegam agora,
Novas de grande pesar,
De que minha mãe é morta,
Meu pae se está a finar.
Os sinos da minha terra.
Os estou a ouvir dobrar,
E duas irmans que eu tenho
D'aqui as ouço chorar.
Monte, monte, cavaleiro,
Se me quer acompanhar.»

Chegam a uns altos paços,
Foram-se logo apear.
«Senhor pae, trago-lhe um genro
Se o quiser aceitar;
Foi meu capitão na guerra
De amores me quiz contar;
Se ainda me quer agora,
Com meu pae ha-de fallar.
Sete annos andei na guerra
E fiz de filho varão,
Ninguem me conheceu nunca
Senão o meu capitão!
Conheceu-me pelos olhos,
Que por outra coisa, não.»

Eu podia ampliar os confrontos desta natureza, passando do amor a outros sentimentos, á crueldade, á vingança, á honra ofendida, que para tudo ha exemplos elucidativos.

Lembraria, por exemplo, a historia triste do Conde Ninho e da princesa que por ele se deixou matar e o romance tão português e cristão, chamado a *Nau Catrineta*.

Tenho, porém, de pedir a outros poetas as razões do que venho afirmando, para ficar bem demonstrado que no periodo de formação das duas nacionalidades, o sentimento poético de uma e outra divergia inconciliavelmente.

No decorrer do seculo xv, as influencias italianas eram já decisivas na poetica espanhola, ao passo que os melhores poetas que Resende reuniu no *Cancioneiro Geral*, mantinham fidelidade á tradição dos trovadores.

Mais que os portugueses, os poetas espanhoes são conceituosos, moralistas e difusos na expressão.

Abunda neste periodo a poesia narrativa de caracter religioso, o marquês de Santillana nacionaliza o soneto, mas o lirico espanhol mais ilustre dêste periodo é Juan de Mena, médico e favo-

Digitized by Google

rito do rei de Castela João II e geralmente considerado naquele tempo, o principe dos poetas da sua terra.

Entre as mais afamadas poesias de Juan de Mena, conta-se a que é dirigida *a una dama*, décimas bem rimadas. daquela frieza palaciana que tambem invadiu muitos dos nossos poetas quatrocentistas.

Peço á senhora D. Marina Rodrigues a bondade de nos recitar algumas estrofes dessa celebre composição:

.....
.....
Yo vos he visto sañosa
yo vos he visto pagada,
mas jamás hallé tal cosa
por do menos que fermosa
vos faga ser alterada;
tal me vos siempre mostráis
por mi ventura fadada:
cual aunque vos no queráis,
fuerza es que padezcáis
desamando ser amada.

Dudo que pueda el pesar
vuestra gran beldad partir,
ni que vos pueda parar
menos bella le gran llorar
que fermosa el buen reir:
ni calor más la enciende
vuestra imagen extraña,
ni frior más la reprende.
ni la noche la ofende,
ni la mañana la daña.

Siempre sois en un estante
y jamás en una tema:
siempre es vuestro semblante
en una forma constante
no común á más extrema:
como es el norte firmeza
sobre todas las estrellas,
asi vuestra gentileza
nos es norte de belleza
sobre quantas nacen bellas.

Solamente con cantar
diz que engaña la sirena,
mas yo no puedo pensar
cuál manera de engañar
á vos no vos venga buena:
ca vos me engañáis riendo
y engañáisme llorando,
engañásme vos durmiendo,
y más me matáis no os viendo
que me penáis en mirando.
.....
.. ..

Em contraste a tão refolhuda admiração, em que ha mais formalismo literário do que verdadeiro sentimento, lembro-me da pequena poesia do *Cancioneiro* de Resende, de que é autor João Rodrigues de Castelo Branco, simplesmente intitulada — *Cantigua partindo-se.*

Pela ultima vez, a senhora D. Beatriz d'Almeida vai dar-nos o prazer da sua recitação nesta noite:

Senhora, partem tãtristes
meus olhos por vós, meu bẽ,
que nũca tam tristes vistes
outros nenhũs por ninguem!

tam tristes, tam saudosos,
tam doentes da partyda,
tam canssados tã chorosos;
da morte mais desejosos
cem myl vezes que da vida!

partem tam tristes os tristes,
tam fóra desperar bem,
que nũca tam trystres vistes
outros nenhũs por ninguem!

Digitized by Google

Se não fosse o respeito que me impõe a provada e generosa paciencia de V. Ex.as, poderia ainda comparar duas poesias elegiacas, quasi contemporaneas: uma de Jorge Manrique — *A la muerte del maestro Don Rodrigo, su padre,* outra de Garcia de Resende — *Trovas á morte de D. Inês de Castro.*

Elas patenteiam eloquentemente o que é o convencionalismo de um e a profunda emoção do outro.

E se fôsse meu proposito entrar no seculo XVI, bem me parece que o lirismo de Bernardim, Cristovam Falcão e Diogo Bernardes é alguma coisa diverso de Garcilaso de la Vega, Fray Luís de Léon e Santa Teresa, embora nos ultimos tenhamos muito a descontar de influencia italiana.

Já não quero invocar o lirismo de Camões, trezentos sonetos eternos em que foi cantado o amor e que fariam d'ele o maior lírico de Portugal, se não tivesse escrito os *Lusiadas.*

Neste momento, já diferenciadas e para sempre inconfundiveis as duas linguas e as duas literaturas, a sua direcção futura não fará mais que distanciar-nos.

Sete seculos de cultura literária são um largo campo para seguir o curso de cada uma das directrizes.

Em Espanha, a epopeia é a primeira tendencia que marca a fisionomia intelectual e afectiva do povo; em Portugal é o lirismo, a poesia subjectiva, cortada de lamentos doridos, a *gran coyta do corazon* que ficou gemendo eternamente na letra confusa dos códices medievais.

O lirismo português toma a forma bucólica pelo sentimento da contemplação, tão proprio da nossa indole scismarenta e saudosa, essa sensibilidade de criança que todos temos e já tivera o Infante que foi depois Dom Afonso IV, para mandar cortar no romance Amadis de Gaula, algumas passagens de crueldade para com a donzela Briolanja.

E' ainda o lirismo nacional que na forma regular dos autos vive na obra sempre moça de Gil Vicente, quando cria a *Mofina Mendes* e o *Auto Pastoril Português.*

O mais imperfeito conhecimento da nossa historia literária, denuncia ao primeiro aspecto uma triste verdade que não reconheço vantagem alguma em disfarçar: a pobreza da nossa literatura teatral.

Desde o momento em que este género alcançou em Portugal a consagração dos escritores, subindo das naves e adros das igrejas para os salões dos reis e dos nobres, num ciclo bem amplo de quatro séculos, as letras portuguesas foram honradas por nomes famosos na historis, na poesia, no romance, nas viagens, mas para citar duas excepções, temos de passar de Gil Vicente a Garrett e esperar ainda o terceiro grande escritor de teatro a quem vamos

Digitized by Google

pedir a certeza de uma continuidade tradicional que garantir possa ao teatro foros de nobreza iguaes aos dos outros generos literários.

Qual será a causa desta grande deficiencia?

Nós que em tres seculos de ambição e dominio, por conquistas e descobrimentos, fomos, na verdade, um povo de acção, cobrindo com lágrimas de tragedia a Terra que era nossa; que soubemos ser donos de homens e sofrer a servidão; nós, o povo que melhor sabe chorar, que temos o coração á flor dos labios e sempre na alma o nodoa do luto pela dôr do nosso vizinho: este povo sensivel amoravel, todo extremos nos seus lances, não tem no teatro a expressão da sua vida.

Por outras palavras, o teatro português não tem sido um aspecto definido do nosso modo de ser literário, uma função reveladora da nossa tendencia, em que a raça, a lingua, a violencia, a doçura, o sangue e as lágrimas, as crenças, as superstições, todas as ideias e sentimentos que se fundem para o caracter de um povo — tenham expressão de realidade.

A mais verdadeira interpretação de Gil Vicente é a que o reputa, embora na forma dramática, como um dos mais altos poetas liricos de Portugal.

Criou a sua imaginação uma vasta galeria de figuras, bem portuguesas e verdadeiras, mas em todas as suas obras, quarenta e tantas produções conhecidas, falta o conflito dos caracteres, aquilo que verdadeiramente constitui o drama ou a comedia.

Gil Vicente, um dos quinhentistas a quem mais deve o nosso amor de portugueses, não fez escola digna da sua iniciativa.

Antonio Ferreira, escriptor de plena Renascença, só póde prender-se á terra em que nasceu por ter escolhido para assunto de uma tragédia de forma clássica, uma tradição da nossa Idade-Media, a morte de D. Inês, e por ter empregado intencionalmente nas suas obras, sempre a lingua portuguesa.

Para explicar a surpresa da rapida decadencia do teatro e dos outros generos literários de Quinhentos, nós aprendemos nas escolas a atribuir a causa de todos esses males á influencia nefasta (é este o adjectivo) da Inquisição e dos Jesuitas.

Este processo, revelador de uma deploraxel deficiencia crítica, aproveitado para servir intuitos sectários e odientos, simplifica a questão e evita o trabalho honesto de uma análise justiceira.

Abstraiamos por momentos da Inquisição e dos Jesuitas, quer dizer, suprimâmos, por hipótese, estes dois chamados elementos ou factores de decadencia literária e facilmente teremos compreendido que, sem eles, a nossa ruina era tambem inevitavel.

Eu bem sei que, no ponto de vista estético, a acção dos Jesuitas foi nula e até prejudicial em todos os aspectos, pelo seu excessivo intelectualismo, mas não creio, porque a verdadeira historia mo

Digitized by Google

ensina, que fôssem eles e a Inquisição os antecedentes de uma doença anterior ao seu aparecimento.

A propria grandeza importava a decadencia.

Que outro destino poderia ter um povo de pouco mais de um milhão de habitantes, que tinha por senhorio meia esfera terrestre e que pela aventura ou pelo dever, abalava da ribeira de Lisboa nas armadas de guerra ou de comércio, abandonando os arados e as enxadas sôbre a terra inculta?

O Velho do Restelo tinha razão: ele era um símbolo vivo, profetizando a imensa ruina que ha seculos estamos contemplando. A sua figura que o génio de Camões alevantou na praia á hora do adeus, era o Portugal do esforço obscuro que tinha erguido as aspirações e provocado o florescimento milagroso de uma Patria, o povo mourejador dos pastores, agricultores e pescadores — *os homens bons dos concelhos* que conheceram a paz fecunda das horas de trabalho e o estremecimento heroico da hora da abalada para a defesa dos lares e dos tumulos ameaçados.

Não foi a Inquisição, nem podiam ser os Jesuitas que diabolicamente vieram abafar a voz da Patria, perdendo a sua literatura.

Os indices expurgatorios (que tantas vezes fazem saudades nos dias de hoje), a opressão, o sectarismo religioso, traduzindo a definição da unidade e força do Catolicismo post-tridentino que evitou na Peninsula a dissolvencia do livre-exame luterano — são elementos quasi exclusivamente destinados á concretização de juizos pouco conscienciosos.

Querem V. Ex.as a prova desta heresia da historia dos compendios oficiais? Intolerancia, maior ainda, houve-a em Espanha onde a Inquisição, a serviço de uma feroz politica do imperialismo, causou um numero de vítimas proporcionalmente superior ao dos nossos tres ou quatro tribunais, e foi justamente esse periodo, *el siglo de oro* da literatura espanhola.

Pois foi á luz vermelha dos autos-de-fé, como diria qualquer liberalista de coração sensivel, que Lope de Vega, Calderon de la Barca, Tirso de Molina e Cervantes escreveram as mais gloriosas paginas da literatura espanhola.

E já que a lógica para aqui me arrastou, não me dispenso de assinalar essa caracteristica da literatura castelhana — a abundancia e excelencia do seu teatro, em todas as épocas da sua historia, enquanto, como aliás fiz notar, o nosso teatro é episódico, sem continuidade tradicional, incaracteristico, porque aceita servilmente a lição traduzida do estrangeiro. Bem sabem V. Ex.as que não temos teatro de costumes, nem comedias de caracteres, nem violentas tragedias. E' a indole lirica a dominar sempre, a impôr em todas as peças o episodio da ternura amorosa.

As maiores tempestades domésticas podem terminar num beijo

Digitized by Google

ou na intervenção amiga de qualquer conhecido ou parente. Mesmo nos bairros de vicio, raro é o fadista que mata a amante e não chora o arrependimento do seu crime sôbre a folha ensanguentada da navalha.

Neste momento, o nosso teatro reduz-se ao esforço isolado de dois ou tres cultores bem conhecidos, mas como que vive fóra de nós, desorbitado de uma intenção nacional que o vivifique.

Em Espanha, ele está florescente, é a mais alta afirmação da sua vitalidade intelectual e os seus dramaturgos afiguram-se-me dos maiores do todo o mundo.

E já tarda a esperança de saírmos da miséria da nossa vida de teatro, uma especie de *feira da ladra* das letras, um grande balcão á volta onde elogiadores mercenários dizem nas gazetas que trabalha pela arte o homem de negocios que é o empresário, a quem a gente pode comprar o direito de se divertir e de mostrar os fatos novos á assembleia, a pretexto de ouvir uma coisa traduzida de França, por qualquer jornalista faminto e analfabeto.

Se do teatro passamos á epopeia, não é licito, em boa crítica, opôr os nossos *Lusiadas* á carencia desse género em Espanha. Os castelhanos tiveram epopeia quando a deviam ter, no ciclo de formação da sua nacionalidade. A idade heroica tinha passado quando a Renascença chegou, e o grande livro de Camões é a expressão cosmopolita de uma acção que nós tiveramos a glória de realizar, mas que pertencia ao mundo inteiro. Na verdade, a nossa expansão ultramarina não intensificou o espirito nacional, nem coordenou as energias da Raça em ordem a um grande destino histórico, adentro dos limites europeus. Ao contrário, a inquietação pela aventura, o vôo da alma portuguesa por outros climas e latitudes, produziram-nos a decrepitude de que até agora não pudemos ainda refazer-nos.

Os *Lusiadas*, a maior das epopeias neoclássicas, com motivação e antecedentes no mundo antigo, não se tornaram até hoje o cantico da Raça, tendo ficado inacessiveis á compreensão do povo, como elemento literario de sentido nacional.

Os traços que tenho esboçado, parece-me autorizarem a afirmação de que, na formação das respectivas linguas, e nos caracteres das duas literaturas, Espanha e Portugal se revelam com fisionomias próprias, de indole, sentimentos e realizações diversos e, portanto, com sentidos inconfundiveis, capazes de reforçar dentro do seu aspecto, as razões para a autonomia politica que aqui estamos defendendo.

E para amar a nossa língua, das mais vigorosas, ricas e belas que se ouvem sôbre a Terra, que em cada manhã nos canta na música suavissima dos pregões — lembremo-nos de que por ela nos podemos fazer entender nas cinco partes do mundo aonde chegou

Digitized by Google

a nossa audácia e o nosso dominio, conforme já notára orgulhosamente o velho Duarte Nunez de Lião: «E manifesto he que como entre todas as nações que no mũdo ha, nenhũa se alõgou tanto de sua terra natural, como a naçaõ Portuguesa, pois sendo do ultimo occidente, & derradeira parte do mundo, onde (como Plinio diz) os elemẽtos da terra, agoa, aar, fazem sua demarcaçaõ, penetraraõ tudo o que o mar Oceano cerca, & consigo leuaram fua lingoa.» (*Origem da Ling. Port.*).

E aonde quer que a lingua portuguesa se fale, nos dialectos crioulos d'Africa, ou nas grandes cidades da America, em todos os povos e latitudes, no seu timbre canta ou chora a alma da Pátria, e enquanto para a falar houver um português, Portugal não morrerá!

II

Ninguem poderá esperar que nestes curtos momentos, eu vá fazer a história geral da arte na Península Hispânica.

Seria impossivel e desnecessário ao fim que aqui me trouxe. O que mais importa averiguar é se, depois da cristianização da Espanha e nos períodos que imediatamente proclamaram pelas armas, pelos costumes, pelas leis e pela língua, a independencia e a diversidade das duas nações, alguns índices de diferenciação pela arte foram acusados.

O caracter da arte primitiva da nossa Peninsula tem desorientado os juizos da critica mais competente e não se passa um lustro, sem que novas conjecturas se formulem, ácerca da sua origem significação e destino.

Perante os vestígios de diversas civilizações mortas, até á vinda dos Romanos, parecem acusar-se influencias do Egito, da Persia, da Fenicia, de Micenas e Creta.

E á vista dos despojos que cada ano aumentam, umas vezes o juizo dos sabios concede á Espanha a glória da autoctonia da sua mais recuada civilização, outras a velha Península é apenas um campo de penetração, aberto a todas as procissões de povos, nos seus roteiros incertos.

Hoje é a Espanha o ponto de convergencia das ambições comerciais ou da acção dos herois que decairam da graça dos deuses nas margens do Mediterraneo, amanhã será esta região do Sol-Poente a patria dos primeiros homens da Prèistoria, mãe-criadora das proprias civilizações, vizinhas da Grécia.

Creio que, neste momento, a mais recente revelação sôbre a

Digitized by Google

genealogia da arte hispânica é a de M. Dieulafoy, atribuindo a estrutura dos velhos monumentos da Peninsula á influencia da arte persa do tempo dos Sassanidas.

A arte arabe que aqui triunfaria depois da batalha de Guadalete, acabaria de afeiçoar pelos modelos do Oriente, as construções dos novos senhores da Espanha, tanto mais que no seculo VIII a arte cristã ainda não estava bem caracterizada.

Mas, a par destas importações forçadas, as velhas esculturas de homens e animais, o guerreiro de Ossuna, o busto de Elche, (1897) a porca de Murça, o toiro de Avila, as pinturas nas grutas de Altamira e outras, os *despoblados* espanhois e as nossas *citânias* testemunham claramente a antiguidade da arte na Península.

Deu-se naturalmente com a arte o que aconteceu com as raças e, portanto, com as civilizações: a contínua sobreposição e fusão de influencias diversissimas que tantas vezes anulariam com as melhores aparencias, a primitiva individualidade da civilização hispânica.

Assim falam os exemplos dos gregos, fenicios e romanos.

O domínio visigótico, posto que duradoiro e forte, não se assinalou, a não ser por alguns ensaios de arquitectura rudimentar para as bandas das Asturias, como Santa Cristina de Sena, San Miguel de Lino e pela existencia de algumas esculturas e coroas votivas.

As duas civilizações em contacto, posto que em luta quasi permanente, os arabes e os cristãos — a arquitura religiosa dos neogódos aceita a lição das mesquitas, solidamente construidas, com abóbadas de pedra, e então logo a linha dos arcos se modifica, renovam-se os elementos decorativos e as pequenas igrejas cristãs vêem levantar-se ao lado o seu minarete muçulmano, por todo o territorio: San Pedro de las Puellas, San Miguel de Escalada, San Juan e San Pablo in San Juan de las Abadessas.

Mas enquanto a Espanha, avassalada por inimigos de raça e religião tão diferentes, permutava com os invasores os seus recursos construtivos; enquanto a mesquita se tornava basilica e a pequena basilica de origem romana, recebia os elementos moiriscos para a sua segurança e adorno, a Europa central, unificada agora pelo sceptro de Carlos Magno, repoisava do cansaço de tantas guerras, robustecia a organização feudal e criava a arte românica.

Na Península, a mesquita de Córdova, apropria-se do plano das tres naves da basílica, e das influencias que a arte cristã levou ás mesquitas, não é menor aquela que induziu os construtores a transgredir o preceito do Alcorão, reproduzindo a figura humana.

Assim se dava o divorcio entre a arte arabe e a arte moirisca, do mesmo modo que os kalifas de Espanha se rebelariam contra a hegemonia do Oriente.

A arquitectura romanica, comunicada de França ás regiões

Digitized by Google

orientais da Peninsula, encontrou a sua mais bela expressão na catedral de Sant'lago de Compostela, mandada reconstruir por Afonso VI.

Pela semelhança das linhas interiores deste templo e do de San Vicente de Avila, é verosimil que a Sé Velha de Coimbra descenda da arte românica do norte da Peninsula, não havendo nada de especial a caracterizar a sua arquitectura, senão talvez o destino que lhe foi dado, de reforçar as muralhas de defesa junto da Alcáçova.

E aqui temos a significação social da Sé Velha de Coimbra, um dos mais belos exemplares do românico de áquem Pireneus: era a consagração religiosa da cidade tomada aos moiros pelo primeiro Rei de Portugal e a utilização da sua fábrica para a resistencia, sob a protecção imensa de Deus.

Mas, qualquer que tenha sido a razão (brevidade ou economia) o arco românico português da Sé de Coimbra e das pequenas igrejas que dela descendem, Sant'lago, San Salvador e outras, apresenta-se desprovido de esculturas e mais liniar do que decorativo, ao passo que o românico norte-espanhol é ornado geralmente de esculturas nos timpanos das portadas.

Alcobaça, doada com largos dominios por Dom Afonso Henriques aos filhos de San Bernardo, talvez como reconhecimento dos serviços que o grande Santo lhe prestara junto do Papa — Santa Maria de Alcobaça, reconstruida tres vezes, é um exemplar de estilo romano-gotico, pelas modificações que os cistercienses de França lhe trouxeram.

Veneravel para todos os portugueses, bastaria que sôbre as lages do seu templo repoisassem as maravilhosas arcas de pedra que guardam os despojos de Dom Pedro e Dona Inês, para que esse mosteiro se tornasse um lugar de peregrinação e devoção saudosa.

Dom Pedro, mandando lavrar á cabeceira do seu Tumulo a legenda de um adeus eterno de amor — *Até a fim do mundo*, não previra que a rapina dos soldados de Napoleão (todos artistas, como por muito bom dinheiro veiu dizer a Lisboa entre os mais inconscientes aplausos, Mr. Jean Richepin), haviam de violar o tumulo da mãe de seus filhos, arrastando-lhe o cadaver pelo chão.

O seculo XIII espanhol é rico de empreendimentos de arte.

E' durante ele que se levantam, no todo ou em parte, as tres grandes catedrais de Burgos, Toledo e León, comparaveis, segundo Dieulafoy, aos mais belos exemplares contemporaneos da França de onde os modelos foram trazidos.

Ainda não era tempo de as nacionalidades intervirem na caracterização das artes maiores: a existencia das maçonarias medievais, enviando mestres e obreiros para toda a Europa, a pedido de reis e abades de mosteiros, determina a universalização do mesmo

Digitized by Google

estilo que normalmente irradiava de França. Assim foi com o românico, dopois com o gótico, mais tarde para a Espanha e mais ainda para Portugal com a Renascença.

Com os arquitectos, vinham imaginários, pintores, decoradores, um intenso formigueiro humano que vivia durante duas ou tres gerações, á sombra das grandes catedrais.

De um lado, o castelo símbolo da hierarquia militar e civil; do outro, a catedral, centro da vida espiritual e estética da Idade-Media. Como as condições dos paises eram semelhantes, revelava a vida social uma face bastante homogenia.

Em relação a Portugal, Castela diferia notavelmente: a organização feudal aclimou-se no planalto, por virtude da persistencia da tradição gótica. Entre nós, a vida social reduzia-se a uma federação de comunidades agrarias, de base familiar, a que os reis afonsinos iam conferindo foros e privilégios de uma grande amplitude.

Esta observação sôbre o caracter unitário, centralista, de Castela, e a nossa organização concelhia, de pequenos nucleos económicos, é necessária para determinar as condições do desenvolvimento da arte em Espanha e Portugal.

Lá, muitas e populosas cidades, riqueza acumulada, grandes senhores territoriais; entre nós, numerosissimas vilas de pequena população, divisionismo da propriedade e, relativamente mesmo, pequenos domínios e jurisdições senhoriais.

Numa palavra, urbanismo de um lado, ruralismo do outro. Acrescente-se agora á pequena população do país o caracter dispersivo da sua vida, a falta de riqueza, e teremos surpreendido o segredo das razões que levam, em exclamações de desanimo, certos compatriotas nossos, a lamentar a inferioridade da nossa arte, em relação á espanhola.

Não se trata de pôr em equação a realização estética dos dois países: seria desde logo comprometer a solução do problema. E' pueril discutir, como já tenho visto fazer, qual dos dois patrimónios vale mais: o nosso ou o dos nossos vizinhos. Como não posso deixar de considerar a obra d'arte, senão em relação com a vida social e, portanto, com o país de origem, claramente se depreende que as obras d'arte, a meu ver, salvo para estudos de técnica, só devem apreciar-se dentro de cada nação, como valores concorrentes, e nunca sujeita-las a confrontos, sem base nem fundamento.

Sendo o índice mais elevado das civilizações, as artes não podem avaliar-se em abstrato, mas como expressões derivadas de motivos sociais e politicos que em cada nação são diferentes.

Suponhamos que os Estados Unidos da America, por uma extravagancia nacional, se lembravam de mandar construir numa pla-

Digitized by Google

nicie, uma catedral modelada pela de Reims e até mais grandiosa do que esta, ou que queriam erguer ali a nossa Batalha, tal como ela nasceu do entusiasmo pela vitória.

Facto semelhante não traria a mais pequena parcela de aumento ao património artístico dessa riquissima nação e o monumonto resultaria numa monstruosidade sem sentido.

Esta divagação era-me necessaria para afirmar que, no ponto de vista do seu significado social, a arte portuguesa é verdadeira, logica e muito mais eloquente do que a espanhola.

Isso é o que mais altamente interessa o fim que me propús, quando tomei este encargo.

Alcobaça e a Sé de Coimbra consagram factos históricos da ocupação política dos primeiros tempos, o Castelo de Almourol e o Convento de Tomar marcam o dominio da terra pelos Templários, no mestrado de Gualdim Paes, e assim a Sé de Lisboa, a da Guarda (primitiva), a de Viseu, a de Evora.

A Batalha proclama a definitiva posse da Terra, os Jeronimos, o completo senhorio dos Mares.

Em vão procuraremos apenas na piedade religiosa dos antepassados as grandes iniciativas e empreendimentos dos nossos reis.

Na Espanha pelos seculos XIV e XV, a arte mourisca impõe-se á arte cristã e torna-se nacional, continuando sempre a favorece-la os monarcas sucessores de Afonso X (1253-1284).

Segovia, Saragossa, Toledo, o Alcazar de Sevilha, a capela Vilaviciosa da Catedral de Cordova, a Alhambra de Granada, proclamam bem alto o que foi, em tres seculos, a arte do centro da Peninsula, enquanto o Oriente e o Ocidente se mantinham na tradição romano-gotico-bisantina.

Quer dizer, a arte moirisca que foi arte nacional em Castela, na Andaluzia sobretudo, nunca foi em Portugal, mesmo na Sé de Evora, senão um subsidio de caracter decorativo, quasi exclusivamente.

As artes menores no nosso país revelam notaveis influencias moiriscas no mobiliário, na cerâmica, nas alfaias de toda a especie, nos tectos das casas em alfarge, na estampagem dos tecidos, etc., mas nunca a arte mudegar substituiu as tradições da arte portuguesa que é preciso ir buscar ao fundo das idades.

Quem ensinou os Lusitanos a ornamentar a pedra dos sacrificios da cividade do Sabroso, a chamada *pedra formosa* pelos arqueólogos?, a decorar os jugos dos bois e os cajados dos pastores, a escolher os modelos dos adornos de oiro e prata filigranados que em Guimarães e cercanias ainda hoje revestem um aspecto verdadeiramente inconfundivel de originalidade?

Na mesma região aonde se diferenciára a lingua, talvez por ser diversa a raça, a arte vivia do seu proprio esforço, de pais a fi-

Digitized by Google

lhos, dando origem e razão de vida a todo o prodigio da nossa arte ornamental e religiosa.

Aqui se nos oferece o esplendor de uma arte bem nacional, individualizada nos seus recursos, e superior á de toda a Espanha — a ourivezaria, de que saíram as maravilhas dos museus de Coimbra, Guimarães e Lisboa, a Custodia dos Jerónimos, arte que ainda hoje encontra impulso, com a melhor direcção e gosto no sentido tradicional, nas oficinas da Casa Leitão.

Comparavel á ourivezaria, só a cerâmica, a graciosa arte do do barro, a que José Queiroz tem consagrado trinta anos de estudo benemerito e fecundo, e que, desde os púcaros de barro das olarias de Estremoz, por onde Dom Sebastião bebeu deante dum legado do Papa, até aos azulejos de San Roque, do Palacio Fronteira em Benfica e da Quinta da Bacalhoa, e ás faianças riquissimas do Rato, das Caldas, do Porto e de Coimbra — está patenteando nobremente a nossa capacidade plástica e o nosso senso da policromia.

No seculo xv, a construção da Batalha, em memória das armas gloriosas de Aljubarrota, e cuja porta principal foi medida pela altura de uma lança de um guerreiro — é um facto do mais alto significado politico que perpetúa as vitórias da independencia e afirma o bendito esforço dessa era de Quatrocentos em que a Nação tomava consciencia do seu sentido de viver.

Que importa que tenha sido estrangeira a traça do gótico florido que lhe rendilha as pedras, se tantos mestres e obreiros portugueses lá deixaram as suas siglas ou os seus apelidos nas lages sepulcrais?

Os nomes dos estrangeiros, ou viessem de Inglaterra por oficios de Dona Filipa de Lencastre, ou de França, a pedido do proprio Rei, esses nomes perderam-se em incertezas, mas os que a nossa memoria sempre guarda são os de Afonso Domingues e Mateus Fernandes que não podem ter maior cunho de nacionalização.

Quando Espanha sepulta em tumulos de maravilha os seus fidalgos, reis ou herois e os cobre com estátuas jacentes dos mortos, Portugal deixa pelos edículos das catedrais os mesmos monumentos de devoção; e quando o seu pintor Pablo Vergós pinta Santo Antão, Abade e Exorcista e a vida de San Vicente, num intuito meramente piedoso, Nuno Gonçalves, com o mesmo motivo de culto a San Vicente, padroeiro da cidade de Lisboa, erguia os seus tripticos que são o mais legítimo motivo de orgulho da pintura portuguesa e a mais bela expressão da nossa vida social do seculo xv.

Pablo Vergós, que aliás era catalão, tratou a vida de San Vicente no seu aspecto mais doloroso, nos transes do martírio, nas grelhas ou no cavalete; enquanto o nosso pintor, para o mesmo as-

Digitized by Google

sunto, cria um Santo cheio de meiguice e bondade, abrindo o Evangelho aos reis, aos principes e ao povo, num dos paineis, e recebendo noutro as homenagens do clero e dos nobres cavaleiros, tocando com a mão o peito valente de um deles.

E é para notar que no painel em que estão reunidas as maiores energias da Dinastia de Avís, Dom Henrique, Dom Afonso V, o futuro Principe Perfeito, apareçam tambem os homens do povo, a arraia-miuda que era o braço do Infante na empresa dos mares.

As taboas de Nuno Gonçalves, cuja milagrosa ressurreição nós devemos agradecer ao grande investigador da historia da arte nacional, Joaquim de Vasconcelos, a Luciano Freire e José de Figueiredo, são o retrato da Sociedade Portuguesa do seculo XV, um retrato autentico, de uma eloquente mudez para quem o souber interrogar.

Em vão procuraremos entre os primitivos espanhois, sejam discipulos de Flandres ou da Italia, um documento mais sentidamente da sua raça, mais homogenio e expressivo do que estas seis taboas.

Elas vieram revelar decisivamente a nossa capacidade estética e provar que, para alêm de Grão Vasco e da sua escola, a arte da pintura se exercitava ha longo tempo em Portugal, muito antes de Van Dyck vir á côrte de Dom João I.

O caracter de brandura e suavidade que do clima e da tepidez da atmosfera nos penetrou a indole — lá se eternizou essa doçura lirica que tanto contrasta com os tons vigorosos dos pintores espanhois da ultima metade do seculo.

Outro aspecto geral da nossa arte, em face da espanhola, é a religiosidade sem violencias, nem excessos, um sentimento de ternura familiar diante de Deus, da Virgem e dos Santos, sem terrores, nem incertezas pela hora extrema.

Com verdade faz notar o Dr. José de Figueiredo que os nossos pintores aproveitam dos Santos de preferencia a sua vida gloriosa, os milagres e as virtudes, poupando-se normalmente á reprodução das scenas de martirio, ás atitudes violentas, aos movimentos desordenados e sanguinários de que está cheio o agiológio cristão.

Segundo o mesmo crítico e ilustre director do Museu Nacional de Arte Antiga, os calvarios dos pintores portugueses, na disposição e interpretação da grande tragedia, afastam-se dos flamengos, alemães e italianos da mesma epoca, os quais são mais para sugestão artistica do que para efeitos de emoção.

Nos nossos, a dor surda da tragedia dá a única razão de ser ás figuras que ali vivem só por ela e da qual são inseparaveis.

Enfim, nunca uma vista educada poderá deixar de distinguir, áparte as diferenças de escola, o espanholismo dos quadros de Gallegos e de Antonio del Rincon, dos de Cristovão de Figueiredo e Jorge Afonso, pintores do principio do seculo XVI.

Digitized by Google

A escultura, tanto na Espanha como em Portugal, existia nas formas iconográficas para adornar os portais, os altares ou cobrir os túmulos: era a escultura gótica, de caracter bastante uniforme, que andava quasi um seculo atrazada dos artistas florentinos.

Na arquitectura da Peninsula produz-se por este tempo um facto importante que marca a transição do gótico florido da última fase para a sobriedade de linhas da Renascença.

Em Espanha, esse estilo de excessiva composição, pela sua semelhança com as peças de ourivezaria, denominou-se *plateresco,* pois foi de facto um ourives, *platero,* que para lá o trouxe.

Aqui em Portugal, essa *nacionalização do gótico,* caracterizada pela introdução de elementos portugueses, motivos maritimos e exóticos, vegetalismos do continente e da Africa, cordas, conchas, redes, velas, tudo sobrepujado da esfera que os nossos mareantes percorriam, chamou-se o *estilo manuelino.* E' a arte que se admira nas *Capelas Imperfeitas* da Batalha, no Convento de Cristo, nos Jeronimos, em Santa Cruz de Coimbra, na Torre de Belem e noutros monumentos, quasi todos trabalhados pelos mesmos mestres.

O *plateresco* de Valladolid, Segovia, o *crucero* de Burgos, Salamanca, Toledo, embora combatido por influencias contrárias, pelo gótico de um lado, pelo clássico do outro, obteve bastante favor, mas foi de curta duração e empregou-se de preferencia na arquitectura civil.

Dieulafoy, apezar das suas notaveis qualidades de observador e crítico que ás vezes não excluem a leveza com que os franceses costumam tratar o que lhes não pertence, afirma que o estilo manuelino é uma hipertrofia dos estilos gotico, *mudejar* e *plateresco.*

Como bom francês, teria sido mais patriota e talvez mais justo, procurando-lhe influencias da sua pátria, semelhanças do tumulo de Margarida de Bourbon, nas igrejas de Brou e da Madalena, em Troyes. De França nos vieram dois grandes mestres, João de Rouen e Nicolau Chartranês, o primeiro dos quais por cá constituiu familia.

Mas, proxima ou remota que fôsse a semelhança entre o *manuelino* e o *plateresco,* os elementos decorativos que caracterizam aquela fase da arte no nosso país, dão-lhe uma individualidade impressionante, denunciam a confusão da vida social *portuguesa* nesse periodo de ambição e loucura que arrancava *as lastimas ao* Senhor de Basto dirigidas por Sá de Miranda, porque via o Reino a despovoar-se com o cheiro da canela e atrás das maravilhas contadas das torres de Narsinga.

Se o *manuelino* nada mais nos deixasse do que a janela do Convento de Cristo e a Custódia dos Jeronimos, isso bastaria para lhe dar carta de naturalização.

Digitized by Google

Aconteceu nas artes plásticas o que na literatura se deu com os autos de Gil Vicente, sobretudo.

Duas solicitações, a tradição e a moda, mantiveram os artistas numa contínua indecisão, e quando a pura Renascença acabou por triunfar, logo o *manuelino* foi esquecido, como se vê na propria capela-mór dos Jeronimos, impedindo assim que esse estádio estético chegasse a ganhar fóros de estilo nacional, na curta duração de vinte a trinta anos.

E' conhecido o entusiasmo com que em Portugal foi acolhida a renascença italiana. Dom João II e Dom Manuel mandavam vir artistas de Roma e de Veneza, cidade com a qual Lisboa começou a entreter relações permanentes, depois da mudança da rota das Indias.

De Lisboa para Roma partia tambem a embaixada que o Rei Venturoso enviava á côrte de Leão X e que deslumbrou o opulento pontifice, á vista da riqueza do presente que o monarca português lhe punha aos pés: um pontifical bordado a oiro e recamado de pedrarias, porventura trabalhado por artistas nacionais, visto essa arte ter atingido entre nós nesse seculo um notavel desenvolvimento e perfeição.

No curiosissimo livro — *Miscelanea*, especie de gazetilha jocosséria em que Garcia de Résende nos deixou um largo testamento de bom-humor, assim é descrito esse movimento artistico:

> Pintores, luminadores
> Agora no cume estão.
> Ourivezes, escultores
> São mais sotis e melhores
> Que quantos no mundo são.

Esta passagem traduz bem o entusiasmo pelas artes e certifica a gloria do seu florescimento na primeira metade do seculo XVI de que nos chegaram os nomes de Vasco Fernandes, de Viseu, Eduardo, Vaz, o *Velascus* de Santa Cruz de Coimbra, e artistas estrangeiros, alêm de Sansovino, Cristovão de Utrecht e Frei Carlos.

As obras dêste periodo, com um caracter de homogeneidade que a Espanha não conhecia, influenciada ora pela Flandres, ora pela Italia, desapareceram na sua maior parte, como se deduz dos numerosos documentos escritos que a elas se referem.

E' sabido que Portugal foi sempre *lauta boda* não só para a Espanha, mas para toda a Europa e agora até para a America que ha anos aqui envia risonhos embaixadores para nos levarem a troco de algumas libras esterlinas, quadros em madeira e cobre, antigas telas, colchas, marfins, rendas, loiça, esmaltes, porcelanas e tudo quanto a geral ignorancia ha por bem entregar-lhes.

Digitized by Google

A transferencia de quadros nossos para o estrangeiro começou com o dominio dos Filipes e hoje por toda a Espanha existem eles espalhados, sem possivel identificação.

A nossa escola de pintura tinha tanto caracter que por seculos se atribuiram a Grão Vasco, ao pintor de Viseu, inumeraveis quadros que não podiam ser dele apenas pelo parentesco insistente dos modelos e decorações.

Mas o que dele nos ficou, autêntico, bem como do mestre de Tarouca que para a igreja da mesma vila pintou um *San Pedro* e um *San Miguel* e foi mestre de Vasco Fernandes, basta para documentar preciosamente o grau de esplendor a que fôra levada a pintura no decurso do seculo XVI em que ainda brilha a fama de Sanches Coelho que a Espanha nos tem pretendido usurpar.

E agora que a decadencia se vinha anunciando com os mais negros presagios, quando subiam o Tejo as naus carregadas de riqueza e de pestiferos, a Espanha ia entrar no seu periodo de florescimento e preparava-se para nos receber a herança.

Com a sua unidade politica assegurada, dominando em Italia e nos Paises-Baixos, um imperio tão extenso que dentro dele o sol nunca se punha, a arte espanhola, desenvolvendo-se numa epoca de relativa tranquilidade, ha de ser no seu século a primeira da Europa, depois da decadencia italiana.

Mas, antes de mais nada, cumpre advertir que não podem ser considerados pintores espanhois, todos os que em Espanha exercitaram a sua arte: os que lhe vieram de Flandres, de Italia, el Greco e o português Sanches Coelho.

Nesta hora má que a minha fé de português quer chamar de espiação e de resgate ao mesmo tempo, porque a Patria deve valer mais para o culto do nosso afecto do que aqueles que sôbre ela têm tripudiado numa cabra-cega tragica e sanguinária — neste momento em que tantos perigos rumorejam agoiros funestos, eu não quero relembrar a miseria que foi a fatalidade histórica do fim do seculo XVI, a catástrofe em que todas as energias antigas desfaleceram e só em abundancia se mostraram a traição e a desvergonha.

V. Ex.as todos bem conhecem, a fraqueza dêsse periodo lutuoso que ao estrangeiro nos entregou, como um corpo inerte, vindo a nação a sufocar as melhores aspirações, os mais largos empreendimentos, e tendo-nos os usurpadores tirado tudo, até o direito de levantar a voz em queixumes, só nos deixaram abertos os olhos para ver e chorar na propria terra, a ruina de um triste cativeiro.

E como a Nação entrava num eclipse que podia ser de morte, a arte morria tambem: onde não ha sentimentos e aspirações colectivas, onde falta a unidade moral, a arte fica reduzida a uma habilidade de paciencia, sem um sentido superior que a dignifique, na comunhão geral de um afecto duradoiro.

Digitized by Google

Os quatro nomes eternos do grande seculo de Espanha são bem conhecidos de todos: Ribera, Zurbaran, Vellasquez e Murillo.

Ribera trouxe da Italia a luz violenta de Caravaggio e a inspiração de Corregio e, apezar de tudo, o pintor francês Bonnat assim caracteriza o seu espanholismo: «*. . . il est toujours d'um réalisme intense qui, dans l'exécution, dans l'expression de la forme, touche parfois à une sorte de férocité instinctive. Il se complaît dans la représentation des supplices, des martyres. Les mendiants, les vieillards aux rides profondes, sont se modèles de prédilection*».

Aqui teem V. Ex.as, em poucas e autorizadas palavras, bem definido o caracter preponderante de um dos mais celebres pintores de que a Espanha merecidamente se orgulha.

Basta citar os quadros — *Martirio de San Bartolomé* e *A Santissima Trinidad*, para relembrar até que ponto o sentido do trágico palpitava no grande pintor de Sevilha.

As predilecções de Zurbaran a quem a crítica muito cedo chamou o Caravaggio de Espanha, vão para as scenas religiosas intensas, para o atormentado misticismo de Santa Teresa e San Juan de la Cruz.

E' o pintor dos visionários, dos monges extáticos, dos quais é o melhor exemplo o célebre *Frade rezando* que V. Ex.as daqui a pouco terão ocasião de ver.

Neste tempo e já antes, a escultura religiosa é uma expressão bem fiel do temperamento espanhol, realismo violento, angustiada tortura de que são principais interpretes Montañés e Afonso Cano.

Foi o ilustre escritor, Dr. Coelho de Carvalho, a primeira pessoa que, ha quasi trinta anos, reivindicou para o génio português uma influencia particular nos quadros de Velasquez.

Tendo procedido a demorados confrontos, durante as suas viagens em Espanha, assim diz ele: «A influencia da hereditariedade do sangue português de Vellasquez na sua obra, alleguei-a para explicar a ausencia completa da sentimentalidade ascética, e o equilibrio de faculdades de analyse crítica que Vellasquez revela na comprehensão psychologica dos seus retratados; qualidades que aliás já em Sanches Coelho se haviam revelado.»

Toda a crítica, quasi unanimemente, considera Velasquez como um pintor á parte, sem antepassados nem discípulos, quanto á maneira de compreender a luz e á escolha dos motivos para os seus quadros. Podemos, por isso, reivindicar para a sensibilidade portuguesa, a melhor parte do génio do maior dos pintores da escola espanhola.

Já antes do nosso país saíra para trabalhar em Espanha o notabilissimo pintor, Afonso Sanches Coelho.

Digitized by Google

Para o nacionalizarem, os nossos vizinhos chamaram-lhe Alonso e alteraram-lhe o ortografia dos apelidos,

Mas a verdade está hoje vitoriosamente esclarecida para o que concorreram, na maior parte, as investigações do Dr. José de Figueiredo, e já não pode ser considerado por ninguem espanhol, um pintor que em Portugal cresceu, se fez homem e artista e que só muito tarde passa ao país estrangeiro, na qualidade de pintor da Infanta de Portugal Dona Joana, tendo aqui deixado bastantes retratos, entre eles o *Dom Sebastião*, do Paço de Cintra, e o de uma *Princesa* que está no nosso Museu,

Resta, por ultimo, referir-me a Murillo (1618-1682), o outro grande mestre da escola de Sevilha, o mais vulgarizado e querido pintor, pela ternura e piedade com que criou as suas Virgens, penetrando-as do mais doce e remontado idealismo que nunca excluiu as preferencias do artista pelos motivos realistas que ele amava simultaneamente.

E' o pintor da *Imaculada Conceição* e das scenas de rua mais vulgares. Salomon Reinach aprecia assim os dois aspectos da arte de Murillo: «*Murillo a été l'interprète le plus éloquent de cette piété tendre et sensuelle qui s'associe, dans le pays des contrastes étranges, au gout des spectacles sanglants et à l'indifférence dédaigneuse des hidalgos.*»

Deixei para uma referencia áparte, embora sem respeito pela cronologia, a arte tão exquisita e perturbadora do *Greco*, aquele misterioso Domenico Theotocopuli, da ilha de Candia, que tendo vivido e estudado na Italia Ticiano e Tintoreto, Corregio e Miguel Angelo, á Espanha passou com perto de trinta anos e aqui produziu uma vastissima obra á volta da qual andam brigando as mais adversas opiniões.

O *caso-Greco* tem uma bibliografia opulenta e decerto não é das menores a contribuição da monografia do Dr. Ricardo Jorge.

Como nota o distinto professor, nos quadros do *Greco* em que o humano e o divino tem de ser representados, o pintor afirma-se realista e idealista, ao mesmo tempo.

A seguir, atribui as formas alongadas das figuras a um defeito de visão e alega em seu favor razões scientificas que a sua competencia medica abona.

El Greco está na moda, mas creio que de tanto estudo, só ficarão para a Espanha os retratos de espanhoes que ele pintou e a ventura de possuir o tesoiro de Toledo.

Quero dizer que o autor do *Entierro del Conde de Orgaz*, da *Sagrada Familia*, de *San Francisco de Assis*, de *San Sebastian*, jamais poderá ser legitimamente considerado um pintor nacional.

E' um caso de exilio, mais estranho talvez, do que o do nosso Afonso Sanches Coelho.

Digitized by Google

E quanto á discutida morbidez do pintor, lembro-me de formular uma hipótese que poderá ser temerária, mas que é inofensiva.

Como *El Greco*, ao pintar a realidade era realista no seu processo e representando o suprasensivel era de um arrojo estravagante — não poderia ele ser um *medium*, pois que não são senão fantasmas as figuras cinzentas dos anjos e dos outros santos, como aquela que V. Ex.as vão ver? A anormalidade visual do pintor não pode explicar tudo e é preciso que um julgamento final venha pôr termo á incerteza da crítica, cada vez maior.

Nunca se quebrou depois a tradição da grande arte espanhola e no seculo XVIII Goya é o artista supremo que, por entre o convencionalismo frio da época, consegue ser sempre do seu país e afirmar á Europa que a nobreza da arte de Rafael e Vinci, tinha um mestre para ser contado entre os maiores do mundo no seu tempo.

A pintura portuguesa do periodo correspondente era honrada principalmente com os dois Vieiras e Pedro Alexandrino, a escultura com Antonio Ferreira e Machado de Castro, autor do monumento de *D. José* e chefe da escola dos *presepios* em que o pinturesco e a bondosa simplicidade do nosso povo para sempre ficaram vivendo no gracioso barro das suas figurinhas.

Mas o maior de todos, aquele desenhador imortal que se prodigalizou em maravilhas como o *Juizo Final*, a *Ascensão do Senhor*, o *Calvario* e o *Natal*, chamou-se Domingos Antonio de Sequeira e é a gloria de uma raça.

Sem querer já entrar em confrontos com artistas do periodo contemporaneo que V. Ex.as decerto conhecem tão bem como eu, vou terminar aqui a longa e bastante tumultuária exposição do vastissimo assunto da minha conferencia.

Reconheço que muito disse; mas muito mais ficou por dizer e ha de ser dito neste lugar pelos meus companheiros.

Para a minha boa vontade, seria compensação suficiente se de V. Ex.as, ao menos, aqui tivesse vindo buscar algum novo motivo para o seu orgulho de ser português.

A terra e a gente, pela palavra persuasiva de Antonio Sardinha, já aqui se confessaram com outra luz e outra alma.

No planalto de Castela, o sol passa como o castigo de uma brasa viva requeimando a terra, sem arvores nem fontes.

Através dos ceus de Portugal, ele corre o arco do horizonte, como uma custodia derramando um presente divino de esplendores, sôbre o altar da terra florida.

Castilla é, pelo proprio nome, a terra dos castelos, dos grandes dominios, da tradição senhorial; Portugal para cuja designação fundira duas palavras a sua predestinação historica, pediu ao mar o seu baptismo, a glória da sua vida e quasi lhe ia devendo

Digitized by Google

o túmulo, quando da jornada marítima voltou cansado aos pés de Santa Maria de Belem.

E' a cantilena dos nautas, perdidos na volta do mar, a repeti-lo para sempre, como uma toada de agoiro:

Sobe, sobe, marujinho
Aquele mastro rial:
Vê se vês terras de Hespanha
Areias de Portugal.
.....
.....

E de todo esse error de tragédia, naus perdidas e corpos boiando sinistramente, por entre gemidos de *almas-de-mestre* nas solidões do ceu e do mar — ficou-nos o testamento, ditado pela dor dos que morriam ao coração dos naufragos que os milagres salvavam: esse testamento que olhos portugueses nunca poderão ler sem lágrimas, chama-se *Historia Tragico-Maritima* e é o livro mais triste de todo o mundo.

A gente das duas nações, porisso que era diferente, criou diversa a sua fala para nela muito cêdo chorar lágrimas de amor, enquanto nos versos heroicos, ainda meio bárbaros, do *Cid*, clamam pragas sanguinolentas, atrozes vinganças de que as nossas letras não dão conta. São os próprios castelhanos que reconhecem e aplaudem a doçura da nossa língua e a sua aptidão para traduzir as mais delicadas aspirações de sentimento e não tenho notícia de iguais juizos nossos a respeito da língua espanhola.

E se algum filho de Portugal, com desprezo da justiça, de outro modo haja feito, deve ele pertencer á familia de Cristovão de Moura que a Espanha comprou por bom preço.

A arte espanhola, em toda a sua gloriosa opulencia, conhece expressões, atitudes violentas, gritos de côr, torturas e tragédias da alma e do corpo que em vão buscaremos na doce serenidade e tristeza dos nossos pintores de Quinhentos, quando o ascetismo atormentava de pavores a exaltação religiosa de Castela. Sempre a emotividade lírica ou uma familiar ternura comove a alma dos nossos artistas e ilumina a atmosfera dos seus quadros, quando eles ficam fieis ao amor e ao espirito da sua terra.

Através de todos os periodos, a heráldica em seus símbolos, dá expressão á índole divergente dos dois povos, no reflexo do seu poder supremo: o leão do escudo de Castela e o pelicano de Dom João II, rasgando o peito para dar o sangue aos filhos e inscrevendo-se *pola grei*.

São ainda as danças e cantares do povo, as touradas, a própria cozinha, as côres dos fato das mulheres a denunciar diferenciais irrudutiveis e clamando que só nos parecemos na côr da pele.

Digitized by Google

Se erguermos um galeria de tipos nacionais, grandes índices da alma das duas raças, nos diversos sentimentos e acções que as suas maiores personagens encarnaram, nós nunca poderemos aproximar El Cid Campeador de Gonçalo Mendes da Maia, Nun'alvares de Gonçalo de Cordoba, San Domingos de Gusmán e San João de Deus, Frei Bartolomeu dos Mártires e Torquemada, Pizarro e Afonso d'Albuquerque, Santa Teresa e Sorôr Mariana, Don Juan Tenorio e Bernardim Ribeiro.

Para dar realidade ao sonho ibérico que seria um pezadelo eterno para os portugueses, seria necessario refundir a alma da nossa raça, roubar-lhe os excessos da sua sentimentalidade lírica, o seu espirito de aventura, a luz nunca extinta da Esperança no Encoberto, e anula-la depois de encontro ao ardor violento, á dureza da gente castelhana.

Era conseguir o absurdo de fundir uma gota de sangue com uma lágrima, não distinguir um abutre dum rouxinol que morre cantando, juntar na mesma bôca uma súplica e uma praga.

E já que o Acaso, Deus da Historia, não quís que assim fôsse, não quereremos nós jamais que assim seja!

Hipólito Raposo.

NOTA. — No fim da conferência, realizaram-se as seguintes projecções:

Espanha

Catedral de Burgos.
Allambra.
Palacio do Infantado (Guadajara).
Frade rezando — *Zurbaran.*
Filipe VI
Rainha Mariana d'Austria } *Vellasquez.*
Cristo na Cruz
San Sebastian — *El Greco.*
Rapazes comendo melão
Virgem com o menino } *Murillo.*
Imaculada Conceição
La Maja vestida } *Goya.*
Baile de Santo Antonio

Digitized by Google

Portugal

Sé Velha de Coimbra.
Batalha.
Janela do Convento de Cristo.
Torre de Belem.
Custódia dos Jerónimos.
Painel do Arcebispo } *Nuno Gonçalves.*
Painel do Infante }
Deposição de Cristo no tumulo — *Cristovão de Figueiredo.*
Virgem das Neves — *Jorge Afonso* (?).
San Francisco — *Anonimo.*
San Pedro — *Grão Vasco.*
Retrato de Princesa — *Sanches Coelho.*

Principais obras consultadas

I

Diez — *Grammaire des langues romanes.*
Meyer-Lübke — *Grammaire des langues romanes.*
E. Bourciez — *Eléments de Linguistique Romane.*
José Rogério Sánchez — *Historia de la Lengua y Literatura Española.*
Menendez Pidal — *L'Épopée Castillane à travers la Litterature Espagnole.*
Fitzmaurice-Kelly — *Littérature Espagnole.*
D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos — *Cancioneiro d'Ajuda.*
Leite de Vasconcelos — *Lições de Philologia.*
Teofilo Braga — *A Patria Portuguesa.*
» » — *Historia da Literatura Portuguesa.*
» » — I. *Edade Media.* — II. *Renascença.*
J. Joaquim Nunes — *Chrestomathia Archaica.*
Ricardo Severo — *Origens da nacionalidade portuguesa.*

II

Marcel Dieulafoy — *Espagne et Portugal.*
Salomon Reinach — *Apollo.*
André Michel — *Histoire de l'Art* (art. de Bertaux).
V. Lampérez — *Historia de la arquitectura.*
Cossio — *Historia de la pintura española.*

Digitized by Google

Maurice Barrés — *Greco ou le Secret de Tolède.*
Ricardo Jorge — *El Greco.*
Raczynski — *Les arts en Portugal.*
Ramalho Ortigão — *Culto da Arte em Portugal.*
» » — *As Farpas.*
A. Haupt — *A arquitectura da Renascença em Portugal.*
Coelho de Carvalho — *A Lingua e a Arte em Portugal.*
José de Figueiredo — *Evolução da Arte em Portugal.*
» » » — *O Pintor Nuno Gonçalves.*
José Queiroz — *Ceramica Portuguesa.*
Leite de Vasconcelos — *Religiões da Lusitania.*
Joaquim de Vasconcelos — *Arte Religiosa em Portugal* (em publicação).
» » » — *Varios artigos avulsos.*
A Arte e a Natureza em Portugal.
Portugalia.
Notas sobre Portugal.

Digitized by Google

Musica e Instrumentos

Conferencia feita na Liga Naval Portuguesa, em 5 de maio de 1915.

Digitized by Google

Digitized by Google

SUMARIO

Tempos primitivos — Os Moiros — Jograis e trovadores — Trovadores provençais — Sua verdadeira origem — Canção do Figueiral — Danças, canções e instrumentos na Idade Média — Musica religiosa e musica profana — Aymeric d'Ebrard — D. Dinis. — D. Pedro I — A côrte de D. João I — A musica na tomada de Ceuta — D. Duarte — D. Pedro d'Alfarrobeira — D. Affonso V — Fundação do teatro nacional — Gil Vicente e a musica — Verdadeira nacionalidade do compositor Alonso Lobo — Um grande contrapontista português — D. João IV, o Rei musico — D. João V e a influencia da opera italiana — A mulher portuguesa e a musica — A modinha — Musica espanhola e musica portuguesa — Sua diferença através dos seculos — O folclore português e a sua distribuição em diversas zonas. — O fado — Conclusões.

Digitized by Google

Digitized by Google

Minhas senhoras e meus senhores:

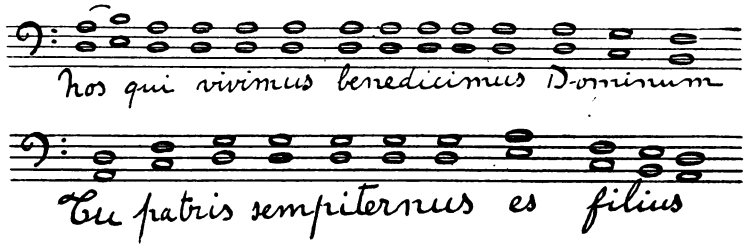
Sobre as origens da musica existem as mais variadas hipóteses; não caberia dentro dos limites deste estudo a discussão, mesmo superficial, de tão espinhoso problema, que, pelo caracter de conjectura em que são formuladas as opiniões, e pelo desencontrado delas, ameaça nunca mais se resolver. Sôbre os primitivos tempos na Peninsula não possuimos tambem dados seguros; parece contudo certo que os nossos antepassados tiveram cantos amorosos, guerreiros e religiosos e que havia cantos das estações e dos trabalhos agricolas. A influencia musical do cristianismo foi imensa. Os primeiros cristãos, como és abido, caminhavam para o suplício entoando salmos e nas catacumbas deixaram toscos desenhos representando instrumentos.

Embora o facto que passo a narrar não se relacione directamente com o fim desta série de estudos, porque o reputo interessante para o nosso ponto de vista e por não ser geralmente conhecido, não o quís omitir. Um frade de Saint Amand, chamado Hucbald, que viveu nos fins do seculo IX, passa por ser o iniciador da diafonia. Ora já dois seculos antes. S. Isidoro, bispo de Sevilha escrevera o seguinte nas *Sententiae de Musica:* «a musica harmonica é uma modulação da voz; é tambem a concordancia de varios sons e a sua união simultânea.» Portanto a raiz da polifonia moderna era conhecida entre nós muito antes de o ser em paises setentrionais hoje peoneiros da civilização. Este sistema da diafonia ou organum consistia em acompanhar a melodia á quinta ou á quarta. A desafinação é de tal maneira horripilante que o musicografo Kiesewetter na sua obra *Geschichte der europäisch abendliechen oder unsrer heutigen Musik*, contesta a existencia prática do organum. Está porém demonstrado que se enganou e que as quintas e as quartas eram tão apreciadas na Edade Media como hoje o são

Digitized by Google

embora trabalhadas por outros processos, um pouco menos primitivos.

Dou a seguir dois exemplos: um de organum á 5.ª, outro á 4.ª:



Hucbald referindo-se a este género de mûsica escreve com entusiasmo: «Vous verrez naître de ce mélange un suave concert.»

Vemos pois, segundo o testemunho de Santo Isidoro, que este suave concerto deliciava os nossos antepassados da epoca do império visigótico. Com a vinda dos moiros, tomou a Peninsula uma nova feição musical.

Se ainda no seculo XIX a musica arabe tem importancia estetica suficiente para produzír uma comoção artistica como a causada pelo *Désert* de Félicien David, o que seria nesse tempo em que o prestigio do islam estava no apogeu e em que a nossa cultura artistica era tão inferior á dos sarracenos!

A musica árabe era rigorosamente homófona d'aí a abundancia de instrumentos, tinham escalas de intervalos mais pequenos que o meio tom e enchiam a melodia de *fioriture*.

Os principaes instrumentos arabes são:

O alaúde, a viola, o rebab, rebébe, ayabeba, ou arrabil, — especie de sanfona maior — o tambur mais pequeno que o alaúde, embora com o braço mais comprido e só tres cordas afinadas unisono, os anafís ou trombetas direitas, o adufe, o pandeiro, os atabales e os atabaques.

O mais antigo documento de música portuguesa foi ha pouco descoberto pelo bibliotecario snr. P. Candido Teixeira. E' um hino a Santa Luzia, escrito em neumas primitivos, notação lombarda, quadrada, contendo o *Punctus*, a *Virga*, a *Apostropha* e a *Distropha*.

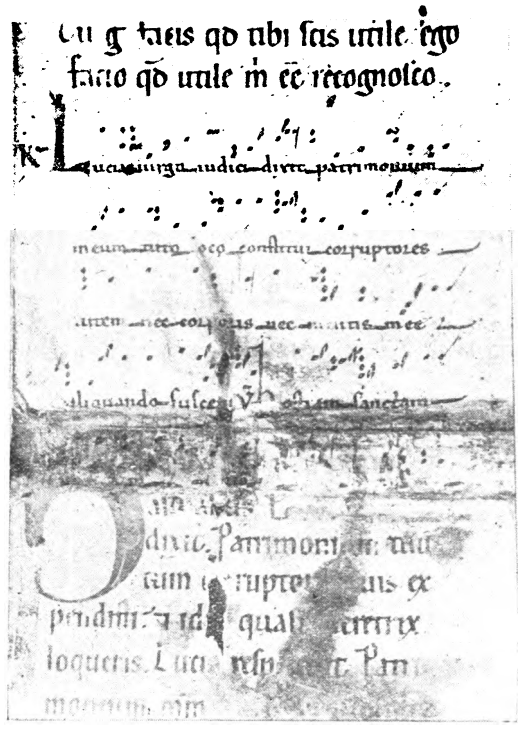
E' naturalmente dificil determinar ao certo a data deste hino. Póde ser no entretanto do seculo X, porisso contemporaneo da dominação arabe.

A segunda fotografia foi já publicada na *Capital* acompanhando um artigo em que o snr. Dr. Julio Dantas revelava a

Digitized by Google

existencia deste precioso manuscrito; a primeira estava ainda inédita.

O meu camarada Dr. Antonio Sardinha aludiu a um facto importantissimo, na sua conferencia, a primeira desta série. Disse que a poesia provençal tinha tido a sua origem na Península. Isto não é



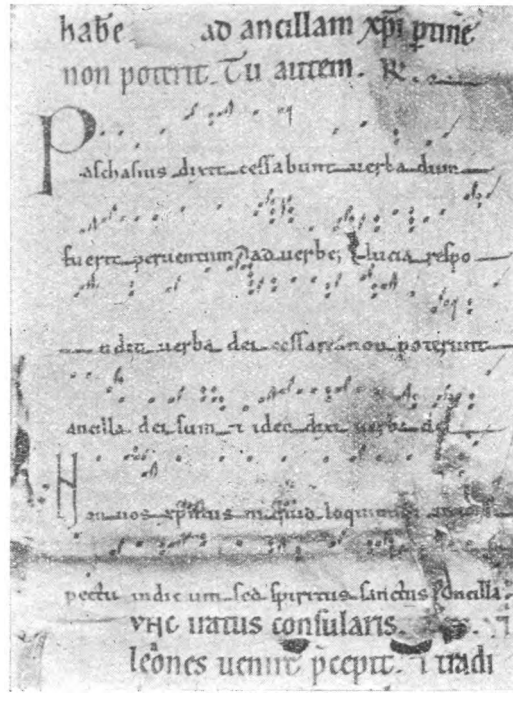
Hino a Santa Luzia (Neuma da Bibliotheca de Lisboa)

positivamente a teoria que estamos costumados a ouvir. A opinião corrente é como VV. Ex.as sabem que a poesia provençal originou a nossa. A afirmação de Antonio Sardinha é plenamente confirmada por Ribera e Tarragó no seu notavel trabalho apresentado em sessão da Academia Espanhola. Este trabalho que veio completar as observações de Jeanroy (1) e Hartmann (2) baseia-se no testemunho irrefutavel de um velho cancioneiro da Peninsula,

(1) *Les origines de la poesie lyrique en France.*
(2) *Das arabische Strophengedicht.*

Digitized by Google

existente na biblioteca de S. Petersburgo. Na parte puramente musical, encontramos argumento de peso no facto de ter o trovador francês recebido um dos seus instrumentos, a *guiterne*, directamente da Peninsula (1). Estas verdades historicas que tanto nos dizem respeito e tão desprezadas teem sido pelos nossos historia-



Hino a Santa Luzia (Neuma da Bibliotheca de Lisboa)

dores, são de resto admitidas com toda a naturalidade pelo professor Nohl da Universidade de Heidelberg na sua interessante *Musikgeschichte*.

Juntando estes factos com o que acima dissemos a proposito de Santo Isidoro, não me acusarão decerto V.as Ex.as de cegueira nacionalista, se eu deduzir que nessas epocas remotas nós fomos em musica (perdôem-me VV.as Ex.as a expressão já que estamos em tempo de guerra) uma potencia de primeira ordem.

---

(1) Lavoix, *Histoire de la Musique*. Cap. II, pag. 105.

Digitized by Google

E' aqui, na epoca da fundação da monarquia que muito propositadamente coloco a primeira referencia ao fim destes estudos: a diferença das raças portuguesa e castelhana. Essa diferenciação encontramo-la marcada na musica desde os tempos mais afastados, confirmando assim, talvez com mais intensidade pelo valor psicologico excecional do elemento musica, as razões etnicas apresentadas na primeira conferencia e já aplicadas á Arte em geral pelo meu camarada Hipolito Raposo.

A ignorancia da lingua latina criou a *farça popular*, em que as classes inferiores misturavam frases da linguagem vulgar com as palavras do rito sagrado; nasceu portanto, com todas as variantes que a ingenuidade popular lhe emprestou, em plena igreja.

Os jograis não devem ter sido estranhos a esta transformação.

Desta origem humilde vieram os *misterios* e até os dramas biblicos e oratorios dos tempos modernos.

Temos falado de jograis e de trovadores. Estes dois tipos musicais da Meia Idade nunca se devem confundir.

O trovador era o poeta fidalgo. O jogral que era ao mesmo tempo instrumentista, cantor, dançarino, equilibrista e compositor, tinha a categoria de um servo ou de um saltimbanco.

Nascidos da maneira que acabamos de dizer, os *vilancicos* ou *mistérios* eram adoptados com o consentimento das autoridades eclesiasticas; apareceram porém abusos de tal ordem aí pelo seculo XIII, que os bispos recorrendo ao poder solene dos concilios e das bulas, proíbiram que se bebesse, se comesse e se dançasse nos logares sagrados.

A Igreja representou na musica um valor estetico incalculavel. Durante seculos e seculos, ela foi depositária de todos os conhecimentos de estilo e tecnica, das descobertas que se faziam neste ramo d'arte e que espalhava por todo o mundo por intermedio das mestrias e dos conventos. Assim vemos desde Santo Ambrosio a Palestrina e Vittoria, passando por S. Gregorio, Hucbald, Jean de Meurs, Josquin Després, Okeghem, cinco seculos de formação musical debaixo da influencia da Igreja, levando a arte ao grau de aperfeiçoamento em que os grandes mestres alemães a receberam, trazendo-a ao estado actual.

Por toda a historia da musica encontramos a luta entre as autoridades eclesiasticas e o gosto profano. Nestas ocasiões tambem tem sido benefica a intervenção da Igreja, como vimos ha doze anos com o *motu-proprio* do Papa Pio X contra a musica religiosa, genero Donizetti.

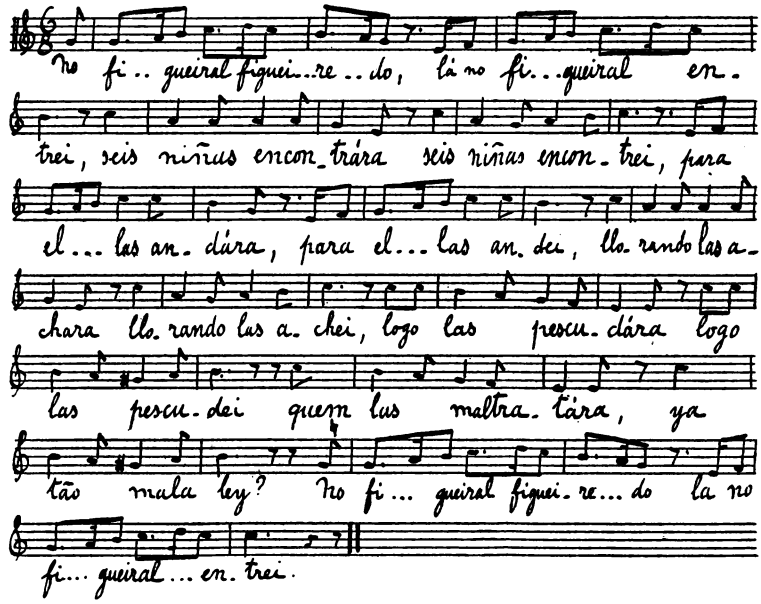
Perdoem VV. Ex.as a digressão e voltemos aos nossos trovadores.

Infelizmente, sôbre os tempos trovadorescos em Portugal faltam documentos musicais. A parte literária foi melhor conservada do que a melódica.

Digitized by Google

Contudo, no *Cancioneiro* do conde de Marialva, D. Francisco Coutinho, existe uma canção do tempo dos nossos primeiros reis, recolhida da tradição oral e escrita no seculo xv.

E' a canção do Figueiral atribuida a Goesto Ansures:



Na Idade Média as canções portuguesas eram além da *lôa* que já mencionámos, a *endeixa*, canto funebre, a *barca* e a *celeuma*, cantos maritimos, as *maias*, *janeiras* e *reis*, canções religiosas e da natureza, o *soláo*, a *xácara*, recitação dramatica, e a trova. As dansas eram a *chacota*, a *folia*, a *gitana*, os *bailes de terreiro*, o *mochachim*, o *terolero* e o *vilão*.

El-rei D. Afonso III era de genio sedentario e tinha o gosto das artes. Mandou vir de Cahors, em França, o sabio Aymeric d'Ebrard, profundo conhecedor da poesia provençal, confiando-lhe a educação do joven principe D. Dinís. De facto, este rei cujo talento artistico era grande, tornou-se mais tarde um excelente trovador. E' considerado o primeiro compositor português; a parte musical da sua obra perdeu-se infelizmente.

Vê-se por uma gravura do *Cancioneiro d'Ajuda* que os instrumentos usados nesta época, eram a viola d'arco, a viola, o saltério, a harpa e diversos instrumentos de percussão.

Digitized by Google

Na crónica de Fernão Lopes encontram-se dados interessantes sôbre o gosto musical d'el-rei D. Pedro I.

Diz o cronista português:

«As dansas eram ao som de humas *longas* que entonce husavam sem curando d'outro estormento, posto que o hi houvesse e ce alguma vez lh'o queriam tanger logo se enfadava d'elle e dizia que o dessem ao demo e lhe chamassem os trombeiros...»

Conta Pinheiro Chagas (1): «Era el-rei muito folgasão, e apaixonado de danças populares, em que elle mesmo entrava. Assim, por exemplo, quando vinha de Almada para Lisboa, iam, segundo o antigo costume, esperá-lo ao desembarque os mercadores da Rua-Nova com as suas danças e folias, conforme o uso do tempo. O bom rei D. Pedro, apenas via isto, saltava dos batéis para terra, metia-se na dança, e ahi vinha elle até ao paço dançando e foliando com o maior desembaraço d'este mundo... o povo gostava de o vêr tão familiar...»

Outra anecdota de D. Pedro, é que se encontra na obra de Emile Travers: *Les instruments au* XIV*eme siècle.*

Quando o embaixador Mathieu de Gournai foi recebido por el-rei, viu ao lado do soberano, dois servos com sanfonas ou *chifonies*, como se lhes chamava naquele tempo, penduradas ao pescoço.

Perguntando D. Pedro se achava bons os seus musicos, respondeu-lhe o embaixador com franqueza pouco diplomatica, que, na sua terra só os mendigos usavam aquele instrumento. A anecdota existe em verso da epocha.

Et li ij menestrez se vont appareillant
Devant le Roy s'envont ambdui chifoniant
Quand Mahieu de Gournoy les va apercevant
Et les chifonieurs a ouy prisier tant.
A son cuer s'en aloit moult durement gabant
Et li Rois il a dit amprès le gieu laissiant
«Que vous semble dit-il sont ils bien suffisant?»
Dit Mahieu de Gournoy ne vous irai celant
Ens ou païs de France et ou païs normant
Le vont telz instrumens fors qu'avugles portant
Ainsi font li avugle et li poure truant
Et quant li Roy l'ouy s'en at le cuer dolant
El jura Jhésu Christ, le père tout poissant,
Que ne le serviront jamais en ler vivant.

Tanto que os dois *chifonieurs* são expulsos pelo rei, *moult durement courroucié* de ter junto de si instrumentistas reprovados pelo bom tom francês.

(1) *Hist. de Port.*, Cap. XXVIII, pag. 439.

Digitized by Google

A côrte de D. João I destaca-se das outras côrtes europeias da época pela importancia musical das magnificas festas por ele organizadas. No Porto, por ocasião do seu casamento com D. Filipa de Lencastre, acompanhou-o uma orquestra composta de *trombetas, pipias, charamelas, atabaques* e *sacabuxas.*

Este principe tinha uma orquestra particular, composta de *laudes, guitarras* (1), *harpas, ayabebas, rabecas, charamelas, anafis* e *orgão.*

Não esqueçamos que em Aljubarrota cantava e dançava o cavaleiro Antão Vasques, trazendo ao nosso rei o pendão real de Castella.

No *Te-Deum* celebrado em Ceuta depois da tomada d'esta cidade aos moiros, apareceu uma orquestra de mais de duzentos trombetas. Notemos que ainda hoje uma orquestra de mais de duzentos executantes não é coisa vulgar.

Os musicos da capela de el-rei D. Duarte eram excelentes e era tal a sua fama, que muitas vezes o rei de Castela reclamou com ofertas generosas os mais distintos de entre os artistas portugueses, para a sua côrte. Estes casos repetiram-se tanto (eram tão numerosos os bons musicos) que o monarca português entendeu dever protestar numa carta, interessantissima para a historia da musica portuguesa nessa época.

El-rei D. Duarte deixou-nos mais este testemunho do seu interesse por coisas de musica. Lê-se no *Leal Conselheiro*: « ... Que os cantores aprendam o *salteiro*, que quando lhes na mão veher algum beneficio que o saibam, que nom pode seer boo clerigo se nom souber o *salteiro*».

O infante D. Pedro, duque de Coimbra, quarto filho de D. João I foi excelente trovador. Compunha versos e musica e tocava varios instrumentos. Constou até a seu respeito um facto importante: ter sido ele o inventor da viola com tastos. Está porem provado que foi exagero do bom frei Francisco de Santa Maria no *Anno Historico.*

A respeito de D. Affonso V lemos na *Monarchia Lusitana* de Francisco Brandão o seguinte: «Succedeo a D. Duarte el-rei D. Affonso V seu filho e herdando a deuação de tal pay, procurou accrescentar o culto da sua Capella com maior numero de capellães e cantores, para celebrarem os divinos officios, e cantarem a horas canonicas solemnemente. Para este fim impetrou hum breve do papa Eugenio IV expedido no anno de 1439 e mandou vir hum treslado de cerimonial dos Reys de Inglaterra, por onde se dispusessem e regulassem seus Capellães nas materias, que entre

(1) Não confundir com o instrumento moderno de que mais adeante trataremos.

Digitized by Google

nós pudessem accomodar-se. Isto que el-rei D. Affonso V intentou, pôz em execução seu filho el-rei D. João II, ordenando nos paços de Evora anno de 1494 a Capella na fórma em que agora está nos paços de Lisbôa, que no apparato, numero de capellães, e perfeição nos divinos officios, representa a magestade de qualquer cathedral.»

Diz Barbosa Machado na *Bibliotheca Lusitana:* «Igualmente foi perito na Mathematica que na Musica, de cuja suavidade summamente se deleitava.» E Ruy de Pina: «Folgou muyto de ouvir musica, e de seu natural, sem nenhum artificio, teve para ella bom sentimento.»

Não alongarei mais esta palestra com a descripção do grande acontecimento musical do reinado d'el-rei D. João II: as bodas do principe D. Affonso. Ao papel importante que a musica representou nestes festejos, já fez Hippolyto Raposo condigna referencia.

Os esplendores da côrte manuelina deviam necessariamente reflectir-se na musica: «Todolos dias jantava e ceava com musica de charamelas, sacquabuxos, cornetas, arpas, tamboris e rabecas e nas festas principaes com atabales e trombetas, que todos em quanto comia tangiam cada hum por seu gyro (1); allem destes tinha musicos mouriscos, que cantavam e tangiam com alaùdes e pandeiros, ao som dos quaes e assi das charamelas, arpas, rabecas e tamboris, dançavam os moços fidalgos durante o jantar e cêa; o serviço de sua mesa era esplendido como a rei pertence.»

Esta passagem da *Crónica de D. Manuel,* de Damião de Goes, demonstra a intensa cultura da musica no primeiro quartel do seculo XVI. O mesmo cronista era tambem um notavel compositor, como se vê do seguinte hino:

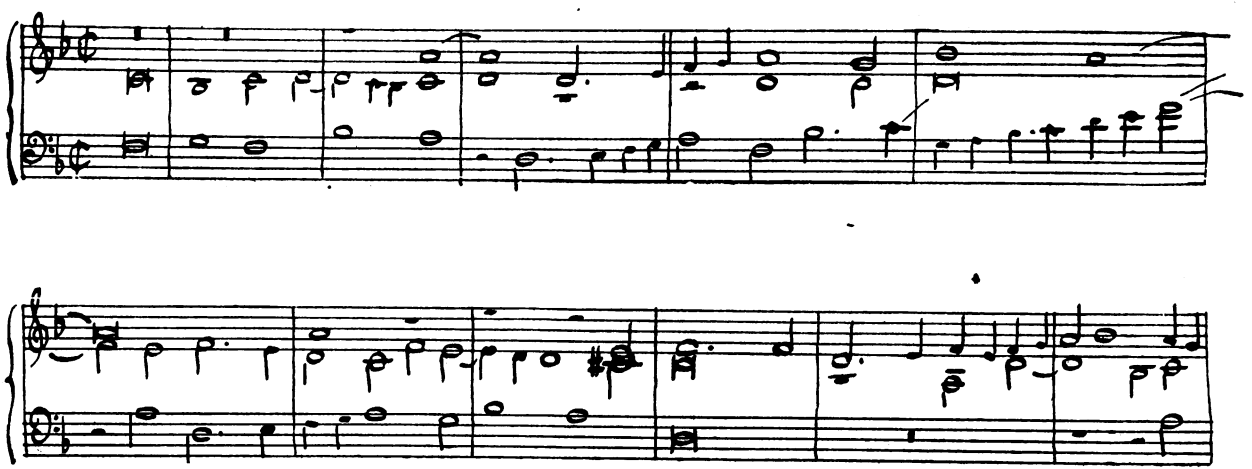
(1) Curiosa referencia á musica polifónica.

Digitized by Google

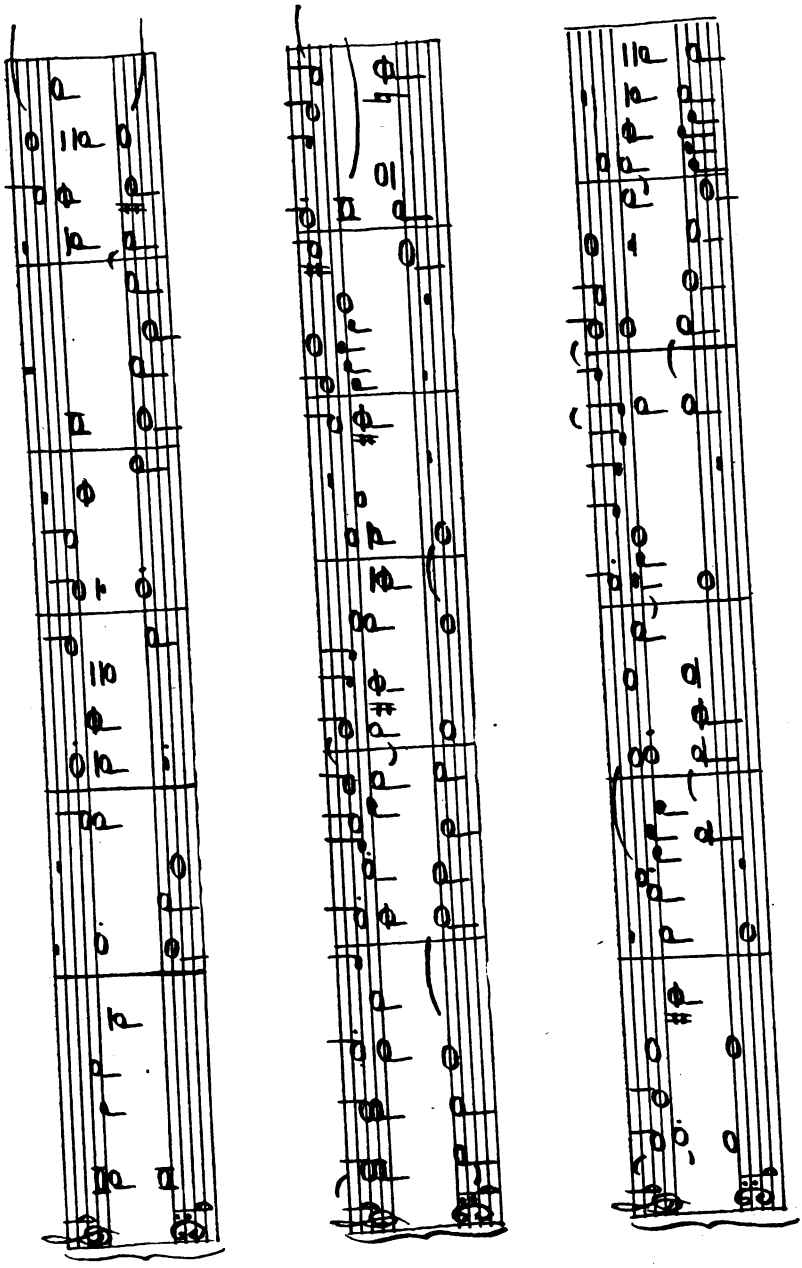
HINO

POR

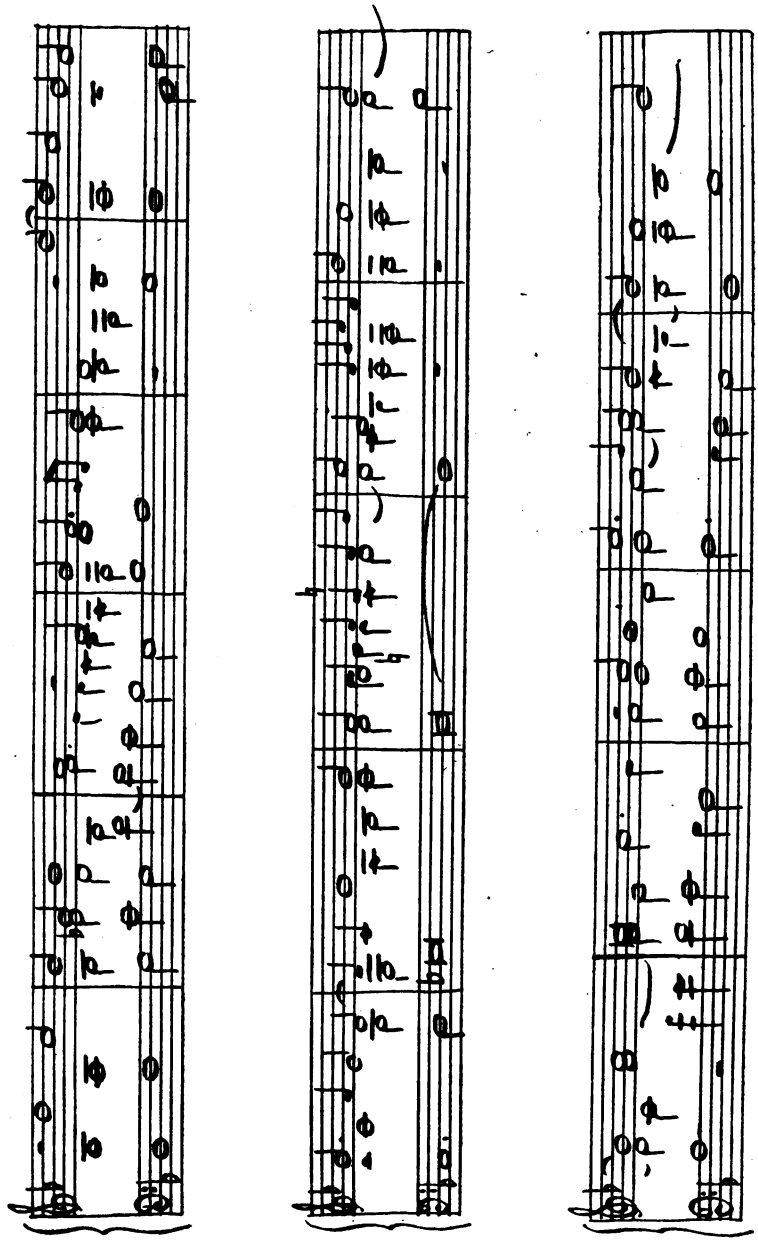
DAMIÃO DE GOES



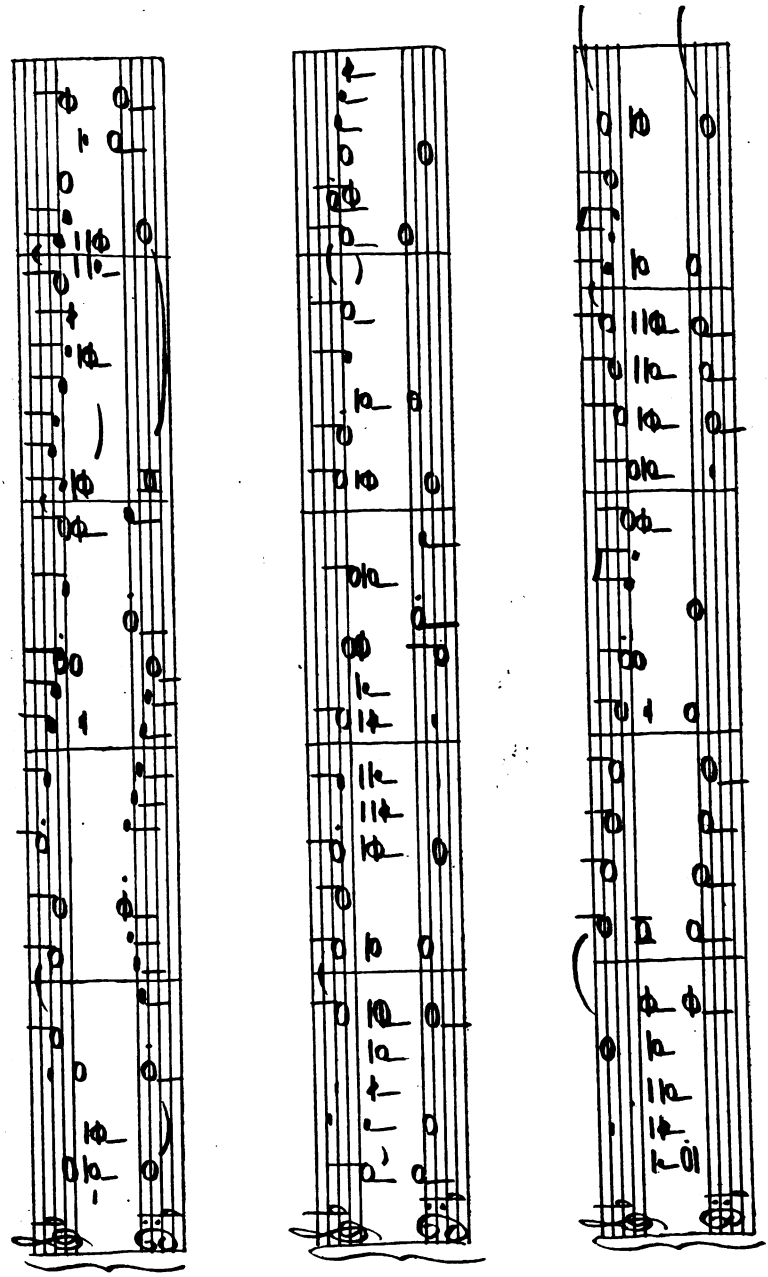
Digitized by Google



Digitized by Google



Digitized by Google



Digitized by Google

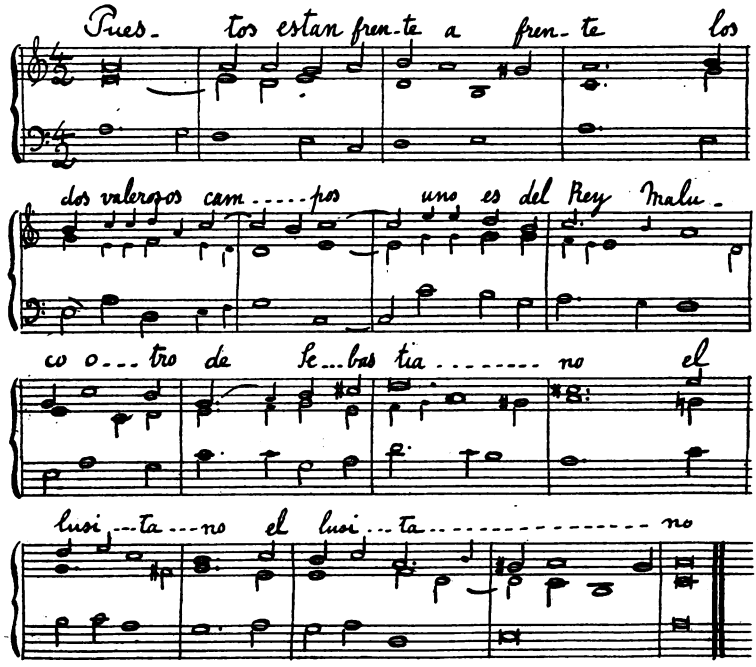
Digitized by Google

O reinado de D. Manoel distingue-se tambem por um facto de grande importancia musical: a fundação do teatro nacional por Gil Vicente. Digo de grande importancia musical pela intima ligação dos autos de Gil Vicente com a musica popular.

Gil Vicente fala constantemente nas suas obras das canções e rimances populares do seu tempo colocando-os na boca dos seus personagens com a simples indicação das primeiras palavras do texto, dando a entender que as melodias eram de todos conhecidas.

No reinado de D. Sebastião houve como acontecimento musical de importancia, uma entrevista deste soberano com Filipe II, seu tio, em que os nossos tangedores brilharam ao lado dos espanhoes, sendo estes aliás nesse tempo dos melhores do mundo.

Eis o canto de Alcacer Quibir, *Puestos estan,* curioso exemplo de contraponto português do seculo XVI, por mim transcripto para piano, orgão ou harmonium, para mais facilmente ser executado:



A dominação espanhola tirou-nos um compositor, Afonso Lobo. Eslava publicou na *Lyra Sacro-hispana* uma peça deste autor dizendo-o o espanhol e chamando-lhe Alonso Lobo. O mesmo erro

Digitized by Google

se encontra no *Dicionario* de Riemann e em quasi todas as obras de referencia.

Ora Afonso Lobo é português e bem português e o snr. Ernesto Vieira dá para isso estas duas razões: «Veio de Lisboa onde foi mestre de capéla, para Toledo, onde adquiriu fama.

Ora, começar uma carreira em país estranho e ir completá-la no proprio, é caso muito raro; o contrario é que é natural e frequente.

O vilancico deste auctor, existente na bibliotéca de el-rei D. João IV, é em português. Vilancicos escritos por portugueses sobre letra castelhana era materia corrente e de uso quasi exclusivo; mas que nesta época um espanhol escrevesse musica para versos portugueses, seria caso unico se podesse dar-se como verdadeiro.»

Por esta época viveu tambem um dos maiores compositores portugueses, Duarte Lobo. A seu respeito encontramos no Dicionario de Ernesto Vieira o seguinte: «Contemporaneo de frei Manoel Cardoso, competiu com ele na sciencia do contraponto.» Escreveu missas a cinco, a seis e até a oito vozes.

Chegámos agora ao periodo aureo da musica portuguesa: ao reinado de D. João IV, o rei-musico.

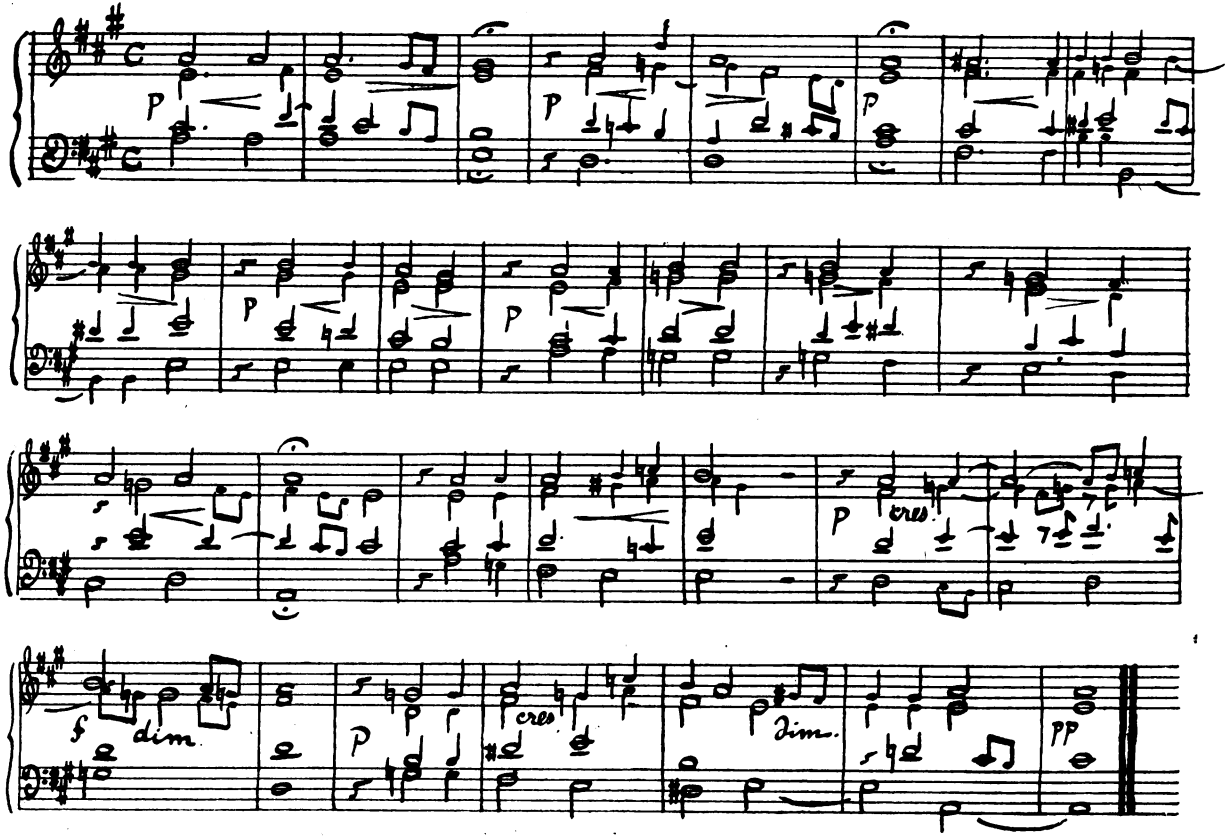
Creio ser costume entre nós apontar este monárca como um amador mais ou menos habil, mas como amador; esta opinião é errónea. Tanto Riemann no seu *Dicionario*, como Naumann na *Historia da Musica*, fazem-lhe as mais honrosas referencias, que não são lisonjas vãs, nem mesmo estes escritores teriam nisso interesse algum; esses elogios são apenas o resultado da analise técnica feita á obra do fundador da dinastia de Bragança. Riemann diz que el-rei D. João IV era em musica, *grundlich gebildet*, profundamente instruido.

Naumann entúsisma-se a ponto de transcrever um motete d'el-rei, classificando-o de «exemplo muito notavel do estílo palestriniano», o qual a seguir reproduzimos:

Digitized by Google

And.te molto sostenuto.

Crux fidelis Motete por El-rei D. João IV



Digitized by Google

O reinado de D. João V marca o principio da influencia da opera italiana, influencia que pesou sobre nós até hoje.

A primeira opera de que ha noticia em Portugal é: *La pazienza di Socrate*, musica de Francisco Antonio d'Almeida. Um violinista italiano ao serviço da côrte de D. João V, chamado Paghetti, armou um teatro junto ao convento da Trindade, obtendo o privilegio de ali apresentar operas italianas. Pouco depois Paghetti passava a emprêsa e o privilegio para Antonio Ferreira Carlos que foi estabelecer-se com a mesma companhia no *Pateo dos Condes*. Este teatro popular. renovado em 1770 com o nome de *Teatro da Rua dos Condes*, recebeu frequentemente companhias de opera italiana; os teatros do *Bairro Alto* e do *Salitre* tambem cultivaram este genero.

Em 1793 inaugurava-se o teatro de S. Carlos.

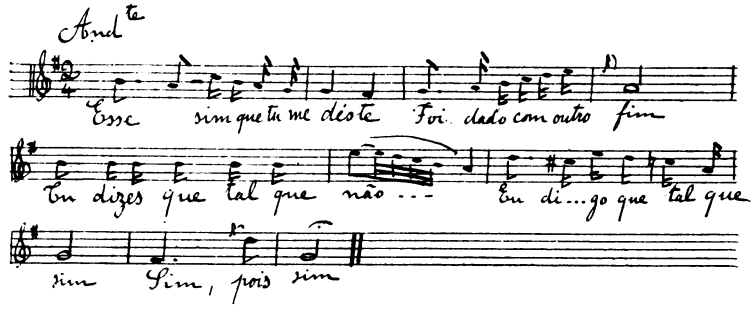
As mulheres portuguesas distinguiram se muitas vezes na musica. Colocaremos em primeiro logar Luisa Rosa de Aguiar Todi a primeira cantora do seu tempo. Tivemos as monjas Catarína da Gloria, organista habilissima e cantora que viveu no seculo XVI, e Brites da Gloria que mereceu pelos seus dotes de cantora que a «Academia de Singulares» lhe consagrasse uma das suas sessões.

Fr. Manoel da Esperança diz-nos na *Historia Saraphica*, a respeito de outra freira, a irmã Inês do Menino Jesus, que ela tinha sido «na brandura e muita suavidade com que cantava hum verso, o assombro do seu tempo e quando se dizia que cantava não cabião na Egreja os que a vinhão ouvir».

Outras notaveis artistas foram as irmãs Luiza e Angela Sigeia mestras de musica da infanta D. Maria, filha de D. Manoel.

A *modinha* é como se sabe a romanza de caracter geralmente sentimental que teve grande voga no seculo XVIII. Teófilo Braga atribue-lhe origem religiosa e que depois teria passado, sucessivamente modificada para a tradição popular.

Dou a seguir um exemplo de *modinha* extraída do livro de viagens d'um inglês:



Digitized by Google

Esta canção foi recolhida pelo proprio viajante que a ouviu numa sala acompanhada a viola. E' do reinado de D. Maria I e quanto a mim revela a influencia da opera italiana do tempo.

VV.as Ex.as não estranharão decerto se eu disser que a diferenciação musical das raças portugueza e castelhana, especialmente quanto ás origens, já foi feita pelo meu camarada Hipólito Raposo. VV. Ex.as viram como desde os mais antigos rimances os castelhanos cantavam as proezas do Cid ou dos guerreiros das Navas de Tolosa, com truculencia e exagero, emquanto nós modestamente cantavamos os olhos que choravam e musicavamos a canção do Figueiral que VV.as E.as ouviram. Como estes rimances tinham todos musica, as observações feitas na conferencia litteraria são perfeitamente applicaveis á conferencia musical, tão unidas andavam em tempos antigos a poesia e a musica.

Tão unidas, que hoje, perdida a musica, muitos versos antigos perderam a significação.

VV.as Ex.as conhecem tão bem a musica espanhola que se me afigura inutil gastar mais tempo a demonstrar a differença entre a nossa musica popular e as *jotas*, as *malagueñas*, os *zorzicos*, tão palpavel, tão aparente é ela. Citarei no entretanto um trecho interessantissimo do livro do ilustre musicografo Michel'angelo Lambertini, que parece feita de proposito para completar com a nota musical, a conferencia do meu companheiro Antonio Sardinha:

«L'Espagne notre voisine ne chante pas comme nous. Elle chante gaiement, avec vivacité ou bien avec l'accent des chansons arabes.

Le portugais est généralement douloureux et mélancolique. De caractère essentiellement affectif et amoureux il pleure la mort de ses parents et l'abandon de sa maîtresse; il a des regrets (saudades) pour le passé, des plaintes pour le présent. (1)»

No excellente livro de Fernandes Tomás (2) encontram-se varios rimances antigos. Apontaremos em especial dois dos mais caracteristicos e dos mais profundamente enraizados na alma portugueza: o conde d'Alemanha e a Nau Catrineta.

Para a classificação do *folclore* português dividiu Antonio Arroyo quatro paiz em 4 zonas.

1.ª Toda a parte alta do país ao norte do Tejo; limitada a poente por uma linha que partindo do Alentejo vai terminar no Porto.

Canção variadissima, danças vivas, alegres e rudes, ritmo simples e persistente.

---

(1) *Chansons et instruments*, pag. 11.

(2) *Velhas canções e romances populares portuguezes.*

Digitized by Google

2.ª As terras baixas que compreendem parte do Douro e toda a Estremadura. Canção suavemente ondulada como o solo. Leve e doce de expressão.

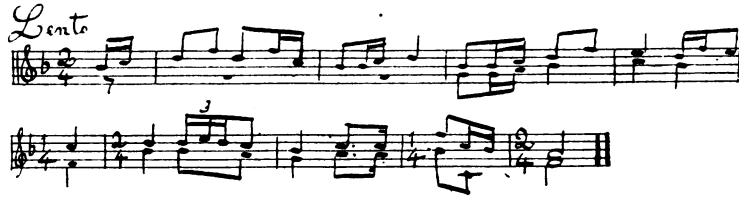
3.ª O Alentejo com as suas planicies.

Canção lenta, profunda, terminando sobre a mediante.

4.ª O Algarve. Canção viva, alegre.

No *Cancioneiro* coordenado por Cesar das Neves encontram-se exemplos d'estes diversos cantos. Os nossos musicografos notam todos o grande perigo para o folc lore português, que é a filarmonica levando a *Viuva Alegre* e o *Conde de Luxemburgo* á aldeia. A guitarra tambem em certas zonas, por exemplo no Alentejo, póde estragar a harmonização popular.

Cito um exemplo de cantiga alentejana por mim recolhida com a harmonização do povo e em que alternam compassos diferentes tal qual como nos mais originais cantos russos.



Antes de terminar a parte deste estudo relativa ao *folc lore*, direi ainda duas palavras sobre os instrumentos mais usados em Portugal.

No Minho a viola, em Traz-os-Montes o adufe e a gaita de foles, em Serpa o tamboril e por toda a parte a guitarra.

Este instrumento, modificação do cistro inglês, data apenas dos meados do seculo XVIII. Quanto ao fado que hoje passa por ser o canto nacional por excelencia, diz Michel'angelo Lambertini (obr. cit. p. 24) que em dicionarios anteriores á ultima metade do seculo XIX não encontrou a palavra *Fado* no sentido musical.

Um integralista não poderá portanto conceder fóros de nacional a uma canção popularizada nestes ultimos 50 anos, visto ela ter nascido e se ter desenvolvido exactamente quando nós nos desnacionalizavamos. E, para terminar, lançando um golpe de vista retrospectivo sobre os factos historicos e as razões etnicas aqui apresentadas, vêmos:

1.º Que tivemos epocas de grande esplendor musical e por vezes aqui se iniciaram factos importantes para a historia da musica.

2.º Que temos uma individualidade musical absolutamente distinta e independente.

3.º Que no nosso *folc lore* existe um filão riquissimo.

Digitized by Google

Trabalhemos, portanto, para bem escolher os motivos da nossa arte e esses motivos serão tanto melhor escolhidos quanto mais intimamente estiverem ligados á grande razão de ser do Integralismo: á Tradição,

Então e só então poderemos dizer ao povo portugues o que um grande compositor disse um dia orgulhosamente á sua patria: tendes uma arte nacional.

Disse.

Luís de Freitas Branco.

Digitized by Google

Digitized by Google

Aspectos económicos

Digitized by Google

Digitized by Google

SUMÁRIO

I — Patriotismo, Nacionalismo e Imperialismo — O direito e a fôrça — Povos comunitários e povos individualistas — Imperialismo político e imperialismo económico — Iberismo económico.

II — A nossa Terra — A nossa Grei — A nossa Riqueza — A nossa Fazenda — Nacionalismo económico.

III — O Iberismo económico e os direitos da civilização Função das nações pequenas — Concorrência entre nações — A nossa independência, condição de paz geral — A Inglaterra — Deveres económicos das nações.

IV — O Iberismo económico e os interesses da Espanha — Imperialismo financeiro espanhol — A Política de absorpção — União Aduaneira — As formas cordiais do Iberismo.

V — O Iberismo económico e os nossos interesses — Os nossos valiosos recursos naturais — A nossa decadência — País de lavradores e marítimos mudado em país de políticos — O Futuro.

Conclusões :— 1) O eterno divórcio entre iberos e lusitanos é confirmado pela economia; 2) a nossa independência, porêm, só pode firmar-se na regeneração económico-financeira; 3) o que só pode conseguir-se quando a *élite* portuguesa entregue a Política ás nossas Instituições Tradicionais e, regressando ao Trabalho, aproveite os nossos recursos naturais de Raça e de Terra; 4) á Espanha e a Portugal, supostos em estado de saúde política, convem a aproximação, baseada no principio do contracto sinalamático.

Digitized by Google

Digitized by Google

Minhas senhoras e meus senhores:

I

Herdou a nossa geração, dentre o vasto inventário dos preconceitos tradicionais, uma Questão Ibérica, urdida de equívocos e de erros, mal posta e mal resolvida, e — o que é singular — resolvida por mentalidades veneradas como representativas do nome português nas ultimas eras, resolvida exactamente contra a honra e a gloria legítima do nome português.

Firmaram com outros A. Herculano e Oliveira Martins uma teoria, segundo a qual Portugal deve a sua existência autónoma aos acasos da história ou ás obras de grandes-homens, que não a naturais diferenciações, e cujo corolário era logicamente a legitimação da União Ibérica, em que se comprazia a imaginação romântica, ora abandonando-se passivamente a esse fatalismo pessimista da nossa decadência, da nossa renuncia, ora no seu optimismo não menos romântico, sonhando as futuras grandezas ibéricas. Esta herança degradante, infamante, proveiu de uma lamentavel falha do pensamento português, só explicável como efeito da geral preversão intelectual do Romantismo e do Constitucionalismo, classificando-se como o mais nocivo dos *preconceitos liberais:* a nossa geração, que é profundamente reaccionária e revoltada segundo a luz da razão e do patriotismo, contra os *preconceitos* grosseiros que corrompem o espirito nacional, fará tambem justiça a este; e considere-se, prestada prévia homenagem aos altos espiritos que embora fragmentariamente resolveram o problema, considere-se esta série de conferencias como o primeiro esforço metódico e integral para definir essa importante questão nacional, reconheça-se que a elas preside uma finalidade de patriotismo consciente.

Sendo assim o patriotismo a finalidade máxima do meu discurso, devemos, minhas Senhoras e meus Senhores, sob pena de nunca nos entendermos, entendermo-nos préviamente quanto a patriotismo. A' nossa Raça, de viva sensibilidade, não lhe falta

Digitized by Google

aquele patriotismo sentimental, impulsivo e desordenado, que, podendo incarnar em criações de glorioso génio, as mais das vezes serve só para animar estéreis retóricas de comício, tumultuosos movimentos da opinião. Falta-nos, porêm, a idéa luminosa e disciplinadora, confinando esses impulsos sentimentais na inteligente direcção dos resultados activos e salvadores; carecemos de tomar do nosso patriotismo consciência lúcida e reflectida, raciocinando-o segundo os critérios sólidos da sciencia; esta o justificará com bases mais firmes do que a vontade dos heroes ou os caprichos do acaso; ela nos mostrará como na essência do Território e no valor permanente da Raça tem suas raízes e seu tronco a grande árvore da glória portuguesa.

Não que eu apele, ao falar de idéa, de razão e de sciencia, para aquele patriotismo *idealista* dos metafísicos revolucionários, que, levando essa nobre palavra para os domínios da idéa pura e dos debates doutrinários, lhe roubaram a sua essencia, mudando-a em miserável taboleta de partido; é de um bem triste idealismo esse patriotismo que exalta uma pátria sob condições, sob a condição *sine qua non* de que essa patria sirva a idéa, isto é, os interesses de uma seita; todos conhecemos essas histórias á Michelet, teorizando e romantizando o Passado ao sabor do preconceito, glorificando sempre, quasi desde a Prehistória, as façanhas da seita em seus antepassados ou precursores, supostos ou autênticos, monopolizadores do principio do bem nessa eterna luta concebida sobre o tipo da guerra civil; conhecemos tambem essa singular cronologia que revoga todo o passado de um país anterior a uma data chamada gloriosa, negando em blóco todas as seculares glorias nacionais.

Na nossa legítima aspiração de sublimarmos ainda mais a nobreza natural do sentimento do patriotismo, ilustrando-o com as luzes da razão, não caiamos em excessos metafísicos; que a idolatria da abstracção, na sua intolerância, na sua secura, na sua vacuidade, não deforme em nós a afecção patriótica, atrofiando-a em fanatismos sectários, em estreitas concepções de guerra civil; assim perderia todo o seu encanto e toda a sua verdade o patriotismo; seria preferível conservarmos este sentimento na espontaneidade e na integralidade da sua formação a desnaturá-lo e a enfraquecê-lo com presunções e vaidades de racionalismos críticos. Felizmente, porêm, não ha só essa Razão crítica, essa Razão que chamam Pura exactamente quando se perverteu; há uma fórma saudavel de razão orgânica e construtiva, que não divide, mas pacifica e une, que não edifica no vácuo e sobre areia movediça, mas sobre a integral natureza humana e a realidade dos seus ambientes; essa Razão dispensa qualificativo e póde chamar-se por excelencia a Razão, e mesmo a razão, visto que a letra

Digitized by Google

maiúscula na terminologia filosofica moderna é comprometedora; de resto a palavra é modesta e até se confessa próxima parente do *senso-comum*, essa tão nobre e *rara* faculdade que provavelmente estes metafísicos, que a não possuem, chamaram depreciativamente *comum* para a desacreditarem. Segundo essa razão que nobilita o sentimento sem o remontar a desastrosos exageros, do *banal* amor da Patria aos seus elementos concrétos induz-se para nós uma idéa elevada e unitária de realista patriotismo. Condensam-se numa síntese superior e raciocinada os sentimentos elementares que são o amor dos nossos montes e dos nossos rios, o amor do nosso chão feráz, em que os nossos mortos estão incorporados pelos seus cadáveres, pelo sangue generoso das conquistas, pelo suór das canceiras povoadoras e edificadoras que neste bom torrão cultivaram a seara pujante da raça, e elevaram templos augustos de religião e de arte; como natural extensão do amor da familia e do instinto da propriedade, alargados ao quadro da grei e do territorio, se géra o patriotismo, que, radicado em glebas tão humildes e tão rasteiras, fundado assim na verdadeira e comum natureza humana, depressa se sublima e exalta, tornando-se uma nobre religião com dogma, culto e moral, capaz de comunicar ao barro humano as formas do mais alto idealismo nos heroes que são os seus santos, capaz de produzir os mais desinteressados e nobres valores morais, capaz de inspirar arte, a mais integral e a mais perfeita, mas sem nunca perder com a realidade sólidas ligações — ligações de origem, pois que na natureza humana se radica — ligações de destino, pois á aproveitança comum, ao bem publico mira.

Segundo as regras desta religião, tenhâmos, pois, portugueses, um patriotismo realista, consciente e completo, um patriotismo que seja um *nacionalismo* e *nacionalismo integral:* como sentimento é a devoção ardentissima por *tudo o que é português,* como principio é a filosofía do valor da raça, do valor do território e do valor da tradição portuguesa, como tendência é o norte do Portugal-maior, do Portugal crescendo laboriosa e equilibradamente nas direcções das tradição, expandindo-se em saúde política, curado da febre imperialista pela experiência da India, da febre individualista pela experiência da República.

Afastando a ideia de imperialismo deste conceito patriótico, sou naturalmente levado a distinguir nacionalismo de imperialismo, a definir por via de um método positivo quais os limites do nacionalismo que o livram de degenerar nessa fórma doentía — o imperialismo. Os imperialistas politicos, ou sejam os anarquistas das relações internacionais, reclamam-se de realismo e positivismo: mostremos como tal realismo é de primeiro grau, ingénuo ou primário, como na autêntica realidade há limites á

Digitized by Google

á força material dos Estados, e bases para os direitos da civilização. E tanto mais necessário isto é quanto o imperialismo é doutrina sistemática e universal e os seus autores partindo da realidade política foram, por via de generalização e antropomorfismo, até arquitectarem uma teoria psicológica, ética e ontológica do imperialismo, que elevado assim a um grau de principio primeiro retorna á sociologia de onde partira em aplicações ampliadas e reforçadas. Há doutrinas imperialistas de todos os cambiantes; a maior parte tem bem aparentes marcas de morbidez nevrótica, mistagógica ou romântica; mais atenção merece o imperialismo de *Seillères* e de *Estève*, não só por ser o de mais vasta sintese, mas por ser incontestavelmente o menos mórbido, o menos romântico; e assim são penetrantes as suas críticas dos *imperialismos misticos ou irracionais;* ele mesmo, porem, afirma como axioma o *individualismo;* as limitações com que circunscreve o imperialismo explica-as pelo mesmo imperialismo, o que é explicar uma cousa pelo seu contrario; e não é aceitavel o processo de construir uma teoria dinâmica da vida — cousa conhecida — e baptizá-la com o nome ambicioso de originalidade — *imperialismo* que tem demais a mais o defeito de ser perigosa metáfora antropomorfista, generalizando arbitrariamente esta categoria politica da *luta para o poder* á universidade dos fenómenos; com esse falso axioma, essa logica nem sempre recta, e esta impropriedade da *palavra* essencial, afigura-se-nos inaceitavel o imperialismo na sua melhor fórma.

As primeiras restrições ao Imperialismo podem chamar-se de *auto-limitação*: são aquelas que o próprio Estado impõe a si mesmo, ou que aos governantes se impõem por lei de interesse nacional. As formações políticas tem certas leis de crescimento, taes como as dos organismos naturaes; e esse crescimento tem o seu limite, além do qual a expansão é doença, e conduz á morte.

Estes principios bem assentes na experiencia histórica, impõem-se decerto aos governantes que sejam avisados e patriotas; eles sabem que o imperialismo não póde deixar de ser considerado como a hipertrofia da nacionalidade que se expande sem regra, desabusadamente, para as aventuras que dão tanto os brilhantes triunfos, como as liquidações estrondosas. Limita decerto ao imperialismo esta ponderação dos seus perigos políticos que a história fornece; e exemplo não precisamos outro mais remoto do que o nosso Imperialismo marítimo, fonte das nossas desgraças, aviso solene da história a esse desvario que exagéra a moderada percentagem de *risco* que a vida essencialmente contém.

Muitas vezes é tambem o imperialismo uma inconveniência económica, por as suas expansões corresponderem ao desvio de actividade do campo produtivo da nacionalidade, para menos sólidas

Digitized by Google

e duráveis riquezas. O nosso imperialismo caracterizou-se bem por este traço: deu-nos especiarias, ouro e diamantes, que nos perverteram; desabituou-nos do trabalho económico do nosso sólo, unica fonte de riqueza compatível com a mantença da nossa alma nacional. E' certo que os governantes devem ser ministros do interesse nacional, e que o interesse nacional é um bem eterno e fóra do comércio: portanto não pode dar-se a uma ou duas gèrações um règabofe de arriscadas glórias e caras grandezas, sacrificando as gèrações por vir. E' missão suprema do governante a de mantenedor da raça e da tradição, do tipo étnico eugénico e das suas criações historicas; ora, embora o imperialismo se faça tantas veses em nome da Raça, certo é que nada ha para perder uma raça como o imperialismo.

Que o diga o sangue negro que a nossa contraíu, que o diga de mais longe o latino helenizado e barbarizado, que o digam todas as ruinas de tradições nacionais sobre as quaes se entronizam os imperios vencedores. Se o imperialismo é uma aventura perigosa quanto á propria raça, á propria economia e á propria politica, vê-se como o proprio interesse do Estado condiciona limitações fortes á sua expansão. Mas tambem do exterior forças inibitórias o influenciam, forças distintas do principio do interesse nacional. E mais do que todas, *as forças moraes*.

Prestar culto exclusivo á força material, não é ser-se realista, porque isso implica um defeito de visão — o impressionar-se o observador social sómente com as aparencias frisantes, com o lado ruidoso dos factos, o desconhecer o influxo, muitas vezes subtil mas tanto mais fórte, de fôrças de outra natureza.

Compreendendo a integridade dos varios factores, se tem da vida um perfeito e dinâmico conceito; e encontra-se no homem a sua complexidade e que não é feito só de vísceras e apetites, de músculos e de força bruta, mas tambem de nervos e de inibição. Tem o homem ideias e sentimentos, *ideias-fôrças* e *sentimentos-fôrças*, que sem retumbante e espectaculosa acção, contudo a exercem incontestavel no campo internacional, com a delicada trama das sugestões colectivas. O êxito do direito, nas conflagrações da fôrça, advem da solidariedade inextricável entre o individuo e a nacionalidade, em virtude da qual ás acções nacionais os individuos trazem o sentimento da justiça; a nação pelos seus orgãos coactivos, impõe o direito ás relações «*inter-individuais*»; por sua vez o individuo reáge, sugerindo ás nações e suas relações exteriores o direito. E' por isso que o individualismo e o anarquismo geram o imperialismo (e no campo doutrinario já vimos como o mesmo imperialismo de Seillères se funda em rasgadas afirmações de individualismo); a pouca sociabilidade no interior gera a política de agressão no exterior; e nações por hipótese perfeitas, com absoluto

Digitized by Google

desenvolvimento da sociabilidade, nunca fariam a guerra; o imperialismo alemão, que é típico, tem como causa profunda o individualismo da raça, que tem dado na historia, tanto a supuração anárquica do protestantismo, como a exuberante organização colectiva em que o individualismo se atenùa no misticismo do fim comum a cumprir; taes organisações de fundo individualista ou anarquista só podem fazer-se como *ententes* convencionaes de egoismos, só podem manter a sua coesão e unidade moral na politica imperialista e agressiv ı.

¿E como ha-de o direito das relações dos indivíduos deixar de infiltrar-se no trato dos povos, se é por meio de indivíduos (não confundir com o indivíduo abstracto da metafísica liberal) que se constitúem e governam as nações?

Mas dir me-ão que o imperialismo é já a regra das relações inter-individuais, que o individuo que governa, como todo o individuo, abunda em *vontade de potencia;* responderei com o caracter social dos indivíduos, sobre cujo fundo anti-social a educação, a tradição, a coacção gravaram o sentimento da justiça.

A idéa do direito ou não existe ou se existe deve ter repercussão grande ou pequena na política; a política internacional, se existe, deve considerar-se ligada a toda a realidade social e portanto aos factores morais. Mas acontece, dir-me-ão, que a idéa do direito servirá a força em vez de a guiar, será o instrumento do individualismo e do imperialismo; dirá o individuo — o direito sou eu; dirá o imperio — o direito sou eu. Mas os intercambios do espírito não teem fronteiras (embora por vezes as devessem ter); constituem-se mentalidades internacionais, e temos esses exemplos de cristandade na Edade media, da maçonaria na Edade contemporanea como afirmações influentes de direitos bem ou mal compreendidos, distintos entretanto do princípio da nacionalidade ou do princípio da raça.

Se os factores morais dominam na guerra, tambem dominam na diplomacia, sua filha. Se não houvesse forças morais em Politica internacional já ha muitos séculos o mais forte teria consolidado o único império planetário, e absorvido todas as nações por a estas faltar essa força moral que as mantem — o respeito dos mortos e o amor dos filhos; em suma, perderia a razão de ser o patriotismo das nações pequenas que muitas vezes significa abnegação a uma tradição.

Alêm de estas breves limitações de ordem sociológica ao imperialismo, ha outras de ordem histórica. Tal doutrina tem tido sucesso, porque na historia moderna se apresenta o imperialismo como um facto imponente, universal, essencial á nossa civilização, de valor por assim dizer, absoluto. Ora eu, não ignorando o que o imperialismo deve ao progresso material de armamentos colossaes

Digitized by Google

e técnicas scientificas, devo notar que a febre imperialista se encontra hoje em dia singularmente agravada por duas causas acidentais: o enfraquecimento do catolicismo, e a decadencia política e geral das nações latinas. O entibiamento do espirito católico causou com o abaixamento da moralidade interior dos Estados, o desregramento da policia internacional; além disso, apoucou esse precioso instrumento de arbitragem, a acção do Papádo. Quanto á decadência latina, ela significa, o enfraquecimento por via de contagiosas doutrinas politicas que se traduziram na inovação de incompetentes instituições. Com esse enfraquecimento perderam grandes potencias as instituições competentes da monarquia pura, que é não só capaz de preparar e dirigir a guerra, mas tambem e sobretudo de a evitar, não só porque a prepara, mas porque, sendo poder inteligente, usa de prudencia e de inibação, ao passo que são bem mais desastrosos os cegos militarismos da democracia, sobretudo quando revestem a formaplebiscitaria ou imperial. Esse contágio enfraquecedor veiu exactamente das nações individualistas — Suiça. Inglaterra, Alemanha, ganhando assim as raças nórdicas a sua hegemonia, e fazendo-o muitas vezes consciente e interessadamente, como quando o dinheiro inglês fomentava a grande Revolução, como quando Bismark patrocinava a 3.ª Republica de França. Com este enfraquecimento da latinidade transtornou-se o equilibrio europeu, gerou-se o imperialismo napoleónico, tão passageiro e tão devastador e tão inimigo da França, porque a ele se deve a unidade da Alemanha e por Napoleão III a unidade da Italia. Com esse enfraquecimento perderam força na *comitas gentium* as nações latinas menos individualistas, mais sociais e comunitárias, e que por essas qualidades de íntima formação traziam ás relações exteriores o direito e os principios da sua elevada estrutura. A França, na sua dinastia, perdeu o orgão de governo em que politicamente se manifestava a alta sociabilidade, a refinada cultura e o eurítmico e clássico genio francês e nela perdeu a sua politica externa tradicional que baseava o equilibrio europeu na existencia livre de pequenos Estados; assim desapareceu essa politica que era a prática negação do imperialismo.

Portanto, o grande movimento com que hoje em dia o catolicismo refaz as suas fôrças, juntamente com a formidavel reacção de nacionalismo integral, que por toda a parte reconduz as raças ás suas autênticas fontes, eis as duas grandes esperanças oferecidas á civilização em perigo. Por elas, espero-o bem, triunfará o espirito social, comunitário, católico, nacionalista do desencadear anárquico de imperialismos, o fruto mais recente da tão decantada civilização de raiz individualista, romantica, protestante ou bárbara. Esse triunfo assinála-se já em factos como a formação dos pequenos estados balkanicos, a separação da Suecia e da No-

Digitized by Google

ruega, a resistencia altiva da Bélgica, a separação da Italia da Tríplice Aliança, e certamente após a guerra, o restabelecimento da monarquia integral em França; este triunfo não será, é claro. a cidade da Utopia, nem a nação planetária, nem mesmo a Paz Romana; apenas a guerra como acidente, e não como modo de vida, com humanas e cristãs relações internacionais, com o reconhecimento dos direitos das nações pequenas numa fórma pratica de equilibrio.

Estabelecida assim uma regra de limitação á expansão da nacionalidade que excepções por numerosas só confirmam, ¿ por que razão nós, cidadãos de um país pequeno, apelemos embora para o nosso mais decidido esfôrço de armamento militar, devemos prescindir da fôrça, embora pequena, que o principio nacionalista representa contra o imperialismo moderno ?

¿ Porque havemos de abandonar esse principio, para nós excitante de força moral, e que para o inimigo pode ser quebra da sua ? ¿ Enfraquecemos com isso o nosso espirito prático de armamento, a nossa ofensiva militar ? Não, porque exactamente acrescemos a força moral em que ela se baseia — a consciência do nosso direito.

Não julgueis inoportunas estas considerações sobre imperialismo: o estudo da questão ibérica resolve-se afinal pela afirmação do nosso nacionalismo em face do imperialismo espanhol e pela demonstração da morbidez desta forma politica, mesmo em relação ao interesse espanhol (1).

O imperialismo moderno, facto imponente da contemporanea idade, que só as anteriores considerações limitam, tomou um caracter agudo com os armamentos modernos, com a nova organização financeira internacional, com o indiscutivel retrocesso do espírito diplomatico, o que tudo se agrava com o avantajado progresso material e o correlativo enfraquecimento das forças morais da sociede. Cabe-me falar sómente do imperialismo financeiro, visto que o imperialismo moderno é económico-financeiro nos seus meios, como nos seus fins: a anexação política é precedida pela pacífica intromissão dos orgãos da alta finança, comércio e indústria no país a conquistar, que é convertido primeiro á categoria de mercado e de campo de exploração em que tais agentes tomam as posições de grandes crédores, de detentores das grandes empresas dominantes. Acumulam, por vezes, com êsse papel de agentes da *avant-guerre* financeira, a propria função de agentes da *avant-guerre*

(1) Não contrariam as ideias expendidas a orientação da conferencia — *Aspectos militares*; todo este livro obedece a perfeita unidade de doutrina; pode a linguagem militar querer servir-se da energia do vocábulo imperialismo no seu apêlo para o esforço de armamento, mas não lhe repugnam decerto as limitações do imperialismo-forma doentia, acima deduzidas, do interesse nacional e de realistas observações.

Digitized by Google

militar, como espiões e organizadores de surpresas de guerra. Formam-se assim oligarquias financeiras de origem estranjeira sobre um determinado país e tão sólidas e absorventes são elas na sua função parasitária, de tal maneira se conciliam a docilidade da política e se instalam soberanamente na economia nacional, que deixa quasi de ter razão de ser a politica de absorção violenta, porque os mesmos benefícios são mais em conta auferidos por este processo de subreptícia intromissão. Chama-se a este regimen a politica de penetração pacífica e quando é o arranjo de varias Potências coligadas para explorarem em comum, chama-se a Politica da Porta Aberta e das Zonas de Influencia. Processo inteligente, dá belos lucros liquidos; não tem os povos dominantes despesas de soberania e de ocupação; e só se utilizam da força militar, para a ameaça, para a Demonstração, que quebra as veleidades de resistencia ou garante o exclusivo da exploração contra qualquer novo imperialismo concorrente; ao mesmo tempo a linguagem da Diplomacia acentua o motivo hipócrita dos Interesses da Civilização, da Polícia Europeia. De tão boa política se afigurou este processo que uma certa opinião se formou de que aos povos só cumpriam as lutas da concorrencia economica nos campos de Penetração Pacífica; certo é que num país assim invadido, encontrava o seu paraíso até o aventureiro da finança que pelo menos tinha fartos ensejos de montar uma empresa que, embora sem valor económico, pudesse dar-lhe qualquer pretexto de formular uma reclamação diplomática dirigida ao governo e que logo se traduzia em indemnização que de sobra o embolsava do capital e dos seus juros. Casos destes foram vulgares no Egito, sob as influencias conjugadas da França e da Inglaterra; em Marrocos, Espanha e Porgal não seria dificil notar factos significantes da disfarçada vassalagem a que as cadeias de uma plutocracia estrangeira podem sujeitar um país.

Apesar, porém, de todos estes sedutores aspectos, não basta a penetração pacifica ao imperialismo moderno. A anexação pura e simples ainda tem creditos dominantes de mais proveitosa, desde que os recursos do territorio a anexar possam pagar com saldo as despesas de ocupação e de soberania; e esta condição todos os países a aparentam; assim torna-se completo o domínio; e com maior latitude, com os meios de assimilação do Estado moderno, pode o conquistador abreviar a obra da expropriação da Raça vencida, ao mesmo tempo que com a maior perfeição dos seus recursos intensifica o aproveitamento das riquezas naturais. Desta maneira não temos, nesta revista esquemática de *ideiais* imperialistas, um imperialismo financeiro distinto do imperialismo político, mas sim um imperialismo financeiro a um tempo base e fim do imperialismo politico-militar: base, porque os grandes exércitos são pro-

Digitized by Google

ductos das grandes finanças, e a ocupação militar convem ser precedida da conquista económica; fim, porque a grande mola do imperialismo de absorção, nesta era materialista, são os exuberantes interesses económicos e a ocupação militar deve ser seguida da completa, sistemática *main-mise* financeira: o conquistador ao chegar, faz o cuidadoso inventário do Deve e do Haver, põe em ordem as finanças, garante o pagamento da Divida Externa (sobretudo quando seus nacionais são dela portadores), adeanta mesmo capitais á sua economia em obras de Fomento e trata de recolher nos seus cofres os proventos dessa Fazenda bem administrada, consignando parte deles a uma verba especial em que amortiza a despesa inicial da guerra e anual de ocupação, considerando o excelente lucro líquido; ao mesmo tempo ajuda os seus nacionais na conquistas dos bons lugares da Economia e orienta a sua Política para a expropriação, mais ou menos progressiva, da raça vencida.

Eis, em breve resumo, o tipo do imperialismo económico-financeirō moderno. Se o *iberismo* dos nossos vizinhos encerra tendencias que nesta fórmula se possam conter, adeante veremos. O que afirmo desde já é que, embora á primeira vista a Espanha, país pobre e atrazado, não pareça muito susceptível de exuberâncias económicas, certo é que ela as começa a ter e avança a passos largos nesse caminho. e graças á nossa incúria, se nos vai adiantando perigosamente. Se é possivel sustentar que o fundo da tendencia iberista é hoje ainda a consecução para o organismo peninsular de mais homogénea fôrça política, antes o ideal do bilateral acôrdo de dois paises em crise que procuram levantar-se pela união, entretanto a tendencia em face dos factos hodiernos, perante o avanço incontestavel da Espanha, é para a União Iberica importando a tutela castelhana, após o falado passeio militar até Lisboa.

E como os progressos espanhoes são singularmente os financeiros, eu vos previno que o iberismo, de tendencia de federalismo pacífico e bilateral, evoluciona, sob a pressão dos factos, para o imperialismo de conquista, de domínio, com o correspondente aspecto economico-financeiro que me cabe especialmente estudar.

Portugal independente é para a Espanha heterogénea, particularista, regionalista, a viva negação da unidade peninsular.

Compreende-se como apeteça á Espanha, com pouca unidade de raça, pouca unidade de história, pouca unidade de sentimento nacional, esse principio da unidade da Peninsula como quadro territorial politico, quando homogeneidade geográfica ela não tem nesse território de aparencia massiço, mas tão dividido por climas, rios e montanhas! E até isto que nós temos muito legitimo direito de responder ao *aplomb* com que certos geógrafos castelhanos começam a descrição da Espanha pela sentença de que Portugal não pode geográficamente apartar-se do estudo da Peninsula toda;

Digitized by Google

deveriamos responder-lhes que é a Espanha que não póde encontrar uma fisionomia geográfica que a distinga como nacionalidade; se a geografia acaso mostra que Portugal só tem caracteres de região, o que não é, mais claro ainda provaria que a Espanha não tem caracteres de nação e deveria ser desmembrada. Mas essa razão política do iberismo é no fundo ilusória e contraproducente, porque a inclusão de Portugal no sistema castelhano representaria antes um acréscimo de heterogeneidade, de separatismo do que o fortalecimento da sua precária unidade. E' certo que os iberistas partem da hipotese da nossa voluntária adesão; hipotese todavia errada, porque esta boa gente portuguesa, analfabeta e ignorante, *sente* as razões geográficas, étnicas e históricas da sua independência, repele com toda a fôrça da sua vontade prática, com toda a energia do secular instinto qualquer possibilidade de dominio espanhol. Com efeito, minhas senhoras e meus senhores, todos os discursos eruditos sobre a Questão Iberica, por mais que valham, não valem a eloquencia de um homem do nosso povo, de um alentejano da raia, a quem perguntardes se quer ser espanhol; responder-vos-á com um indignado olhar, em que verdadeiramente vereis fusilar toda a alma de um guerrilheiro chamado para o combate desesperado e selvagem, pelos atavismos remotos do sangue. A's classes cultas compete a missão de depurar e disciplinar essa opulenta veia de patriotismo e de nacionalismo que obscuramente se agita na alma do nosso povo; nela teremos a materia prima para todos os heroismos de que o resgate nacional há-de ser feito, a pedra de toque dos sacrificios e aspirações redentoras. Somos um povo felizmente dotado, quanto a raça e quanto a territorio; e da historia não podemos queixar-nos muito que com os males de que nos é testamenteira, nos deu a *experiencia* deles e dominios coloniais que pudéramos ter perdido. O que nos falta é vontade de viver, é patriotismo lúcido de acção: não falta á massa do povo que a ele não é obrigado, mas ás classes dirigentes a quem cabem as mais pesadas responsabilidades da crise presente. E, acabando este introito já demasiado longo, entremos propriamente no assunto, comparando Espanha e Portugal nos seus indices de riqueza.

*

A terra é o primeiro dos factores da produção económica; nas fórmas geográficas firmarei, pois, as primeiras bases das minhas afirmações: Tem a Espanha a superficie de 492:247 km.², isto é, 5,5 vezes a de Portugal, desigualdade que nos levará a fazer a comparação dos dois paises, referida á unidade de superfície.

Começam por ser diferentes as configurações gerais, pois a Espanha é pouco mais do que um quadrilátero massiço, aproxi-

Digitized by Google

mando-se da forma quadrada, ao passo que nós somos um rectangulo alongado, sentido Norte-Sul e litoral, em que a fronteira parece ter sido traçada como uma paralela á linha da costa. Mais alongado, Portugual ganha não só uma maior percentagem de litoralidade, mas ainda uma maior variação de latitude, o que importa diversificação de aptidões culturais; aos 5º da esfera que Portugal abrange correspondem na Espanha, cinco vezes maior, sómente mais 2º e 48'. Contudo a latitude é talvez o unico ponto em que Portugal ganha á Espanha em diversificação. Em tudo o mais dá-nos a geografia uma maior unidade e homogeneidade do que á Espanha, país essencialmente diversificado e heterogéneo, país compósito, *as Espanhas*, como lhe chamavam. O que nos diz a geologia? Que em Portugal predominam as rochas e os sedimentos antigos, mas de uma maneira absorvente, deixando ás outras formações geológicas uma percentagem relativamente reduzida e acessória, constituindo aqueles a fisionomía caraterística da geologia lusitana. Em Espanha ha maior heterogeneidade, porque os varios sistemas se encontram representados em menos desproporcionadas percentagens, embora os terrenos modernos sejam a maior parte, caraterizando-se assim globalmente a geologia lusitana como de terrenos mais homogéneos e mais antigos, e consequentemente como de incontestavelmente menor riqueza mineira e talvez como de mais imperfeita constituição química agrológica.

E falar d'aquela antiguidade sugére o lembrar a éra geológica em que nem os Pirinéus existiam, nem se tinham levantado as cordilheiras litorais do Mediterrâneo, tempo esse em que talvez a maior parte da Espanha estava ocupada por um mar — o *numulitico*, ao passo que o ocidente peninsular, que hoje o nosso território representa, emergia já. No principio do terciario comoções geológicas erigiram a barreira dos Pirinéus e os litorais ibéricos e o centro ficou transformado em enormes lagos — os lagos terciários das Castelas. Muito boa sciencia sustenta que esses lagos, para que a evaporação se pudesse compensar, deviam ser alimentados por muito maiores rios do que o Tejo e o Douro (a esse tempo ainda por nascer) e esses rios de outra parte não podiam correr senão do Ocidente cuja parte emergente devia, pois, ser maior, alargando-se num desaparecido continente pelo Atlântico.

Esta Atlântida da sciencia, sobrepondo-se á Atlântida da lenda abre-nos perspectivas de afirmação da nossa diferenciação geológica como representante que o nosso território seria desse continente morto; e reforça-se assim a doutrina de que foi a Atlântida o *habitat* primitivo da nossa raça (1).

---

(1) Vid. Antonio Sardinha — *O Valor da Raça*.

Digitized by Google

Mas como não precisâmos ír tão longe buscar as bases geográficas do nosso patriotismo, vejamos na muito aparente *orografia* novas razões: As cadeias e os *thalwegs* que em Espanha tem a direção geral Leste-Oeste, mudam bruscamente para NE-SO ao entrarem em Portugal.

O valor desta caraterística que, juntamente com o abaixamento de nível e a serie de cursos de aguas fronteiriços, todos na direcção Norte-Sul, nos marcam uma insofismável fronteira natural, é francamente reconhecido por geógrafos espanhoes e pelo nome conhecido de Elisée Reclus. Por outro lado a orografia espanhola é caótica e desordenada, isto é, heterogénea, ao passo que é constante entre nós a direcção NE-SO, só em poucos casos substituida pela perpendicular SE-NO; e a orografia que lá, na sua diferenciação, é uma razão de divisão e cantonalismo, pelo contrario aqui, na cordilheira carpetana, ligando Norte e Sul, concentrando em Lisboa a irradiação dos caminhos naturais e dando uma esplêndida plataforma de defesa militar, é por assim dizer, a espinha dorsal do país, precioso esteio da sua unidade.

Em Espanha a média da altura acima do nivel do mar é de 660^{m} em Portugal é muito menor: fica assim distinto o planalto — as Hespanhas, das encostas mais baixas voltadas para o litoral, que formam a nossa terra. E a forma orográfica geral é diversa, porque, sendo Portugal o suáve amfiteatro que morre para o mar, exposto ás suas boas influencias de clima, Espanha é a massa continental em que as montanhas se dispõem na periferia, sobretudo a Norte e a Oéste, deixando o planalto aberto aos ventos assoladores da Africa.

A hidrografía vem confirmar estes caratéres; não só os rios participam do movimento geral de flexão para o sentido NE-SO, que parece ter sido produzido pela acção de uma força actuando no extremo NO da Peninsula, na direção meridiana; a fisionomia geral dos nossos rios, agrupados num sistema de quasi homogénea e paralela direcção, é bem diferente da disposição das aguas espanholas, com os rios irradiando em diversas direcções desde o centro: mais um caso de diferenciação pela maior homogeneidade de Portugal.

E ainda os rios peninsulares que no interior são de débito muito escasso e irregular, por vezes apertados entre aspérrimas margens inaproveitadas para a cultura, obstáculos ás comunicações em vez de serem meios para elas, susceptíveis de fornecerem fôrça hidraulica nas suas quédas, estes rios ao chegarem a Portugal e tendo nos rápidos da região fronteiriça por assim dizer as despedidas da áspera paisagem hespanhola, alargam os seus leitos em margens irrigáveis ou tornam-se navegáveis, como a afirmarem a vocação agrícola e comercial nossa, oposta ao industrialismo mais

Digitized by Google

característico do vizinho. Por fim os nossos rios e seus afluentes não só bordam a nossa fronteira em deslindes naturais, mas tambem com o Tejo e o seu estuário, nos dão uma artéria vital, um factor de unidade territorial de grande valor.

O clima português todo penetrado de oceanismo, nisso tem o seu sinal de homogeneidade e por isso é mais benigno, regular, húmido, chuvoso, nebuloso, do que o hespanhol, que não goza tanto as benéficas influências do Atlântico, da corrente do golfo, dos ventos alisados. Esta deferenciação climática, em que vem concentrar a sua acção os factores já apontados, é predominante na estimação dos recursos e disposições económicas dos dois países, como na distinção física e psíquica dos seus tipos étnicos. Este segundo capítulo já vos foi exposto na demonstração que aqui se fez de como a paisagem castelhana, sêca, áspera, irregular, heterogénea, se encontra projectada no génio castelhano, individualista, austero, mistico, idealista. Tão somente me cumpre acentuar que a diferenciação climática importa uma maior capacidade agrícola da nação portuguesa; a Espanha, país tambem agrícola, é, porêm, naturalmente pobre por secura.

E' flagrante o exame de um mapa botânico da Peninsula: Portugal quasi só e integro forma uma região botânica acentuada perante a Hespanha que, sempre heterogénea, agrupa nada menos de cinco regiões (1).

Finalmente a nossa geografia inscreve como razão importante da nossa independencia a nossa situação sobre o mar, não já considerada como valor climático, mas no seu significado económico como predisposição para a expansão comercial e navegadora e para a especialização na industria da pesca. A nossa privilegiada situação de avançados a ocidente, á beira das grandes estradas marítimas, com optimos portos e mar piscoso, decerto nos dá uma autonomia em relação a essa Espanha que, tendo um respeitavel desenvolvimento de costas, as tem muito escarpadas ao norte e muito arenosas ao sul, com piores portos; certo é tambem que essa nossa privilegiada situação é um dos motivos graves da tendencia absorvente da Castela, que considera os nossos portos, e tem razão, a sua mais cómoda saída para o mar.

Em resumo: definiremos o nosso territorio em relação á Hespanha, como esta alongada faixa á beira-Oceano, de *substractum* geológico mais antigo e menos mineiro, de fraca altitude e declive uniforme, abundante em agua e humidade, de clima benigno, de fáceis comunicações interiores e exteriores, de estrutura homogénea e bem demarcada nacionalidade, em suma, um país natural-

(1) V. Reseña Geografica y estadistica de España.

Digitized by Google

mente votado a uma vida política unitária e intensa, baseada numa agricultura próspera, numa importante mas subsidiária actividade comercial, marítima e colonial: os dois fatores geográficos que para tal se conjugam, são, de um lado o *oceanismo* (posição, clima, geologia atlântica, portos, etc.). De outro o nosso sistema *hidro-orográfico* que nos dá fronteiras naturais, maior homogeneidade e à influencia atlântica nos expõe; como caraterística de ordem sintética e valiosissima razão a opôr ao iberismo a maior *homogeneidade* do nosso territorio, que faz de Portugal, geogràficamente considerado, uma *patria perfeita,* tanto mais que o norte e o sul português, duplo aspecto do nosso solo, não são mais do que diferenciações regionais que factores unitários, como o Tejo, a cordilheira e Lisboa agrupam e integram.

•

Não só a terra carateriza Portugal; tambem a população que dá a matéria prima do que se faz o trabalho nacional, aqui se acentua numa fisionomia própria e tem na economia uma acção que, não sendo tão fixa e permanente como a do solo, acompanha mais as alternativas da história, sobre a qual reage, excedendo por vezes os determinismos físicos e históricos de um povo na fixação dos seus destinos.

Caracteriza-se a raça portuguesa como a mais dolicocéfala e homogénea de toda a Europa, juntando-se a estes caraterististicos outros de menos valia, a tez morena, a estatura meã, etc.

Menos carateristica neste aspecto se apresenta a Espanha, com fraca unidade étnica, como é de sciencia corrente: sustentam os catalães que para si reivindicam o sangue latino, que o castelhano representa o elemento nórdico ou visigótico cruzado com a geração semita das judengas da edade-média; o castelhano, por sua vez, devolve esta ascendencia semita ao catalão, explicando por ela as suas aptidões comerciais.

O vasconço, o galego, o aragonês, o andaluz consagram nos seus regionalismos reivindicações de raças diferenciadas, e dão assim origem ao movimento cantonalista, que se vem a traduzír em conflitos de interesses e na negação da homogeneidade económica do organismo hispânico.

Etnicamente homogénea, a gente portuguesa deve dizer-se tambem eminentemente dotada de sociabilidade: o individualismo não é conhecido entre nós senão como importação exótica que entra com o prestigio das idéas novas e graças ao enfraquecimento das instituições de disciplina, exercendo, é certo, uma acção tanto mais destruidora e de mais violento contágio, quanto de mais forte compleição o nosso corpo colectivo é dotado; somos um

Digitized by Google

povo comunitário, desde o direito publico tradicional — que é municipalista e monárquico, até á nossa conformação psíquica — toda lirismo e sentimentos altruistas e simpáticos. Em economia somos tradicionalmente comunitários, proteccionistas, intervencionistas ; pouco do que nos fez grandes se deve á iniciativa individual e é um erro esperar dela a nossa salvação; só pelo estado de instituições sãs, pelo município ressuscitado, pelas formas associativas da profissão, se póde regenerar este povo comunitário por temperamento inveterado. A população espanhola, na sua media geral, póde diferenciar-se pelo maior individualismo; lá surgem com mais abundancia as iniciativas particulares; o maior misoneismo e o maior tradicionalismo espanhol indicam um mais alto grau de individualismo (1); note-se que lá o socialismo perde o terreno que vai ganhando o anarquismo, forma individualista mais conforme ao caracter da raça.

Distingue-se tambem a nossa população por um maior crescimento relativo: De 1900 a 1910 e 1911, a percentagem anual do aumento real da população é representado em Espanha por 0,62/100 e em Portugal 0,90/100.

Em resumo: nas suas qualidades naturais a nossa população, de maior homogeneidade, distingue-se por varios traços, entre outros a maior proliferidade, o espirito comunitário, etc.; nas suas qualidades históricas o estudo comparativo resume-se nos seguintes dados:

População espanhola em 1911, 19:588 milhares; população portuguêsa em 1910, 5:545, 3,5 vêses menor; mantinhamos 62,5 habitantes por kilometro e a Espanha tinha 39,5 na mesma superficie, sinal da menor fecundidade da terra e da raça hespanhola; a distribuição da população é mais regular (2), embora inda imperfeita, em Espanha: como é menos densa, não atingiu tanto como entre nós por assim diser o limite de saturação nas regiões de menor capacidade e assim não influem tanto na sua distribuição as diferenças regionais; como é de formação mais *urbana* a população foge mais á influencia do meio agrológico no sentido

(1) A maior frouxidão dos laços sociais nos povos tradicionalmente individualistas implica imunidade contra os contágios exóticos, apêgo exclusivo á tradição; e deste *individualismo tradicional ou historico*, embora fórma imperfeita, deve distinguir-se como inferiôr, o individualismo *adquirido* dos póvos comunitários em dissolução: este foi adquirido por copia desastrada e desastrosa dos póvos naturalmente individualistas, que assim ficaram imúnes e hegemónicos, ao passo que nós agonisávamos de doença que lá fôramos buscar.

(2) Densidades minimas: Cuenca—14,5, Beja —15,8; densidades maximas — Biscaya 162. Porto — 258,6: o maximo e o minimo espanhois afastam-se menos da densidade média; em Portugal a densidade entre 50 e 75, em que a nossa média está, abrange 13 % da superficie total; Espanha tem uma densidade até 50, abrangendo pois a sua média em 79,6 % do seu território.

Digitized by Google

da variação populacional por meio das industrias e da vida administrativa das vilas e cidades.

E' tambem muito notavel este maior *urbanismo* da Espanha oposto ao nosso *ruralismo*, não só como educação histórica, que deu aos hespanhois uma arte e literatura mais brilhantes, como mais próprias do *habitat* citadino e, visto que esse *urbanismo* era militar, um génio nacional feito de exclusivismo e individualismo, mas ainda como factor de economia, que ainda hoje se revela pelo predominio das cidades e cabeças de concelho na população geral (1); o *ayuntamiento* é muito mais pequeno em população e território que o nosso concelho; lá a população tendeu mais para a vida urbana e politica pela necessidade antiga de defesa por muralhas nessas regiões desabrigadas das invasões e tradicionalmente militares (2).

Por outro lado é de notar que a proporção da população da capital para a população geral, é maior em Portugal do que em Espanha, o que indica o caracter mais unitário e centralizado da nossa constituição demográfica.

A propria distribuição por classes profissionaes permite distinguir as duas populações: é um pouco superior entre nós a percentagem da gente agrícola, bastante superior a que se dedica á pesca e ao comercio, bastante inferior a que se ocupa em minas e manufacturas: distingue-se assim um país naturalmente agrícola, pescador e navegador, de um povo, que sendo tambem eminentemente agrícola, o é em menor grau, ocupando-se notavelmente de industria mineira e manufactureira.

Quanto á emigração, são pouco diferentes as respectivas percentagens sobre a população geral; em Espanha há tambem a carestia da vida, a má constituição agrária desde o minimifundio galego, ao latifundio andaluz, a má distribuição da população e até, na América espanhola, prestigiosos centros de atracção correspondendo ao Brasil; lá tambem se agrava dia a dia a debandada, e já se emigra por familias e até por casais: são forçosas estas semelhanças com uma emigração que é fenómeno doentío de economias desorganizadas: o descalabro comum oculta neste particular as diferenciações de natureza. Nas carateristicas *primárias* da população, naquelas em que a clareza dos seus traços resiste á acção das comuns e perturbadoras causas históricas, a diferenciação é sempre flagrante.

---

(1) As nossas cidades dão 15,8 % da população e as vilas-concelhos 16,5 %; em Espanha só as cidades de mais de 23:000 habitantes dão 16 % e as cabeças de *ayuntamiento* 69 %.

(2) Já na idade do bronze, o S. E. de Espanha era habitado por tres raças distintas, vivendo em aldeias fortificadas.

Digitized by Google

Resumindo ainda: a grei portuguêsa podemos definí-la contra o vizinho como população mais densa, de mais intenso aumento, mais irregularmente distribuida, de maior ruralismo, população de agricultores e maritimos, de homogénea constituição étnica e com elevado gráu de sociabilidade, por tudo destinada a uma intensa vida comunitária e nacional.

•

Temos a população definida sobre o território definido, marcados uma e outro por seus caractéres primitivos e naturais.

Vejamos como a história e as suas influências, em que o arbitrio humano conjugou inextricàvelmente a sua acção com aqueles providenciais determinismos, desenhou a estrutura económica do Portugal de hoje. Tomemos dela os indices mais significantes e comparemos-lhe a Espanha.

A agricultura constitúe em toda a Peninsula a mais importante forma de produção, avantajando-se Portugal na maior abundancia de agua, de humidade e de comunicações interiores, e sendo um pouco inferior, talvez, na constituição química agrológica.

A carta agricola atribue, respectivamente a Espanha e a Portugal, terreno cultivado 40 e 37 %, superfície inculta mas produtiva 48 e 43 %, incultos improdutivos 9,2 e 21,5 %. Estes indices dão-nos a terra espanhola como melhor aproveitada do que a nossa, o que é tanto mais estranhável quanto a nossa população é mais densa e o nosso solo mais irrigável e húmido: é que o esfôrço espanhól tem-nos superado nos ultimos tempos e é-nos superir em geral a sua organização económica; para esta inferioridade particular concorreu tambem a maior percentagem dos nossos terrenos de regadío que, fazendo-nos abandonar mais a cultura extensiva de sequeiro, deu por ahi uma razão de superioridadé á estatística espanhola; a menor riqueza química da nossa média composição agrológica, que na falta de precisas estatisticas nos é licito presumir atenta a maior antiguidade das nossas rochas e das nossos aluviões, é factor que entretanto não deve exagerar-se, sendo de notar o exemplo do nosso Minho, que apesar da sua indigencia em fósforo, é fértil pela irrigação; a dificuldade de comunicações defendeu sempre naturalmente a produção cerealífera do centro peninsular, a que ficava reservado o mercado interior; a nós mais facilmente nos invadiu o trigo de importação, mais difícil se tornou a obra do proteccionismo cerealífero, tanto mais que nos haviamos exclusivamente especializado na vinha.

Não é o nosso mínimo caraterístico económico a nossa previlegiada aptidão vinícola. A nossa superfície vitícola é relativamente

Digitized by Google

maior do que a da Espanha, que demais a mais, se vai reduzindo; o nosso rendimento por hectare é mais elevado; a nossa exportação é relativamente maior (em numeros aproximados 12 milhares de contos, para 20) e de maior importancia na balança comercial: é o nosso primeiro produto de exportação e «cobriria toda a superfície do país até 500m de altitude se a carestia da sua instalação e a saturação dos mercados a não limitassem» (1) até nos distingue demasiado esta cultura que se orientou para a produção superabundante e empata terra que mais conviria ter de cereais.

Com efeito temos um *deficit* cerealífero sobretudo de trigo, que desde há muito nos carateriza, desde que na quadra brilhante da India e do Brasil nos acostumámos a saldar o *deficit* de subsistencias com especiarías, ouro e diamantes; dessa era brilhante mas ruinosa, dáta a deformação da nossa economia tornada deficitária e excessivamente comercializada, como datam importantes influxos de perversão do nosso carácter nacional; e tambem então, exactamente desde D. João II, começámos a plantar com excesso vinha, cultura rendosa, e que, embora cara, teve desde esse tempo, em que o ouro começava a abundar, o mais proprio ensejo para a sua custosa instalação. E daí foi tomando o país a sua fisionomia agrícola tradicional em que a viticultura se exagerara á custa do cereal e até da indústria, que lhe era sacrificada nos tratados de comércio de colocação dos nossos vinhos.

Em nossos dias, temos anualmente um *deficit* de trigo que só em 1907 e 1911 não foi considerável, e isto apesar do proteccionismo energico que entre nós instituiu a legislação dos cereais: o seu resultado foi um grande desenvolvimento da arroteia no Sul, a elevação das rendas, dos salários e da população, o desenvolvimento do comércio e da indústria dos adubos, a melhoría das pastagens e do gado, e em certas regiões uma parcial esterilisação do sólo decerto compensada, em valor, pelo desenvolvimento dos montados expontâneos e das plantações olivícolas, etc.; como a cultura é aleatória no nosso clima de primavera sêca, quem menos ganhou foi o empresário agrícola; nos seus efeitos gerais considero esta lei mais útil do que nociva e o seu defeito foi não vir acompanhada da complexa obra do fomento rural, com govêrnos mais competentes e estáveis; temos assim importado ainda 4.000 contos anuais de trigo, o que junto aos 4.500 contos de diferença pagos pelo consumidor no trigo nacional e 1.400 contos de adubo importado dá 9.900 contos a inscrever no Deve de Economia nacional, á margem do trigo, na feliz expressão de um escritor (2).

(1) Vidè Sertorio de Monte Pereira—*Notas sobre Portugal.*
(2) Vidè Ezequiel de Campos—*A Conservação da Riqueza Nacional.*

Digitized by Google

A Espanha, que tem a sua lavoura num regimen de protecção menos intenso (de 1892 e 1906) apesar disso e do preço corrente de 24 pesetas por 100 quilogramas (entre nós mais 50 %), importa por ano sómente 35 milhões de pesetas de cereaes e cerca de 20 milhões de trigo; a sua produção por hectare de 840 quilogramas é superior á nossa; e progride nesta boa orientação, pois tende, não para a exportação do trigo, impedida pela dificuldade de comunicações, mas para se bastar a si mesma permanentemente. Este mesmo factor da carestia dos transportes, tem sido, porêm, uma garantia da produção do interior; a cultura da beterraba, em toda a parte reconhecida como melhoradora da técnica agrícola; o facto de se dedicarem lá á cultura dos trigos os terrenos ferteis, correspondentes áqueles nossos que, por termos mais agua e humidade, dedicâmos á cultura do milho, hortícola e vitícola; talvez uma certa superioridade das qualidades químicas da terra espanhola: eis causas que explicam em parte o mais elevado rendimento do hectare cerealífero espanhol, e que acentúam mais e mais a nossa diferenciação sob o aspecto agrícola. O milho, que há alguns anos nos tem faltado em centenas de contos, é, porem, cultura própria das nossas condições e devemos esperar de uma não difícil melhoría da técnica cultural o desaparecimento deste *deficit*; atinge ele pelo contrario em Espanha grossas quantias, sempre em aumento, porque a produção nacional não basta e avoluma-se o consumo com o desenvolvimento rápido da pecuária (1).

O arroz que nos falta no valor de mais de 1.500 contos anuais, sóbra á Espanha; produziu-lhe em 1913 um excedente de 8.049.000 pesetas e é cultura que lá tende a aumentar.

A pecuária dá-nos um saldo positivo de algumas centenas de contos, ao passo que é deficitária em Espanha em 12:000.000 de pesetas. Especificando: temos um *deficit* de gado vacum e suíno, que importâmos de Espanha, e por nossa vez para lá exportamos os excedentes da nossa produção caprina, lanígera, muár e galinácea, sendo até esta uma das intercambios principais sobre que se baseiava o tratado de comércio de 1893 já denunciado.

Ao nosso *deficit* anual de lã de mais de 1.200 contos corresponde exportação espanhola de mais de 2.000. A Espanha exporta linho, que temos de importar; tem em excesso assucar, queijo e azeite de oliveira de que nós temos tido falta.

Os nossos *superavits* são, depois do vinícola, a cortiça que produzimos em relativamente maior quantidade do que a Espanha.

(1) Importação de 18:000.000 pesetas em 1913.

Digitized by Google

o que tambem nos distingue; batatas e legumes, fruta verde e sêca, hortaliça e animais vivos.

Especialidades da exportação da Espanha são, alêm do vinho, da cortiça e da lã, a notavel massa de azeite produzido, mais de 40:000 contos de que exporta mais de 2:400, embora de qualidade inferiôr á do nosso; vai-se tornando notável a exportação de fruta que excede já 10:000 contos.

Uma grande inferioridade resulta para nós de que a grande massa da nossa produção se pode chamar espontânea ou quasi expontânea; são os produtos nos quais se redús ao mínimo o factor da indústria humana, culturas arbóreas e arbustivas, frutos por assim dizer bravos, pastos naturais; demonstração da grande liberalidade da naturesa a que se opõe a incúria dos homens. (1)

O produto bruto total da agricultura espanhola é calculado entre 4:000 e 5:000 milhões de pesetas; o nosso é calculado em 200 mil contos: se atendermos á porpoção com o território o nosso é mais elevado, se atendermos á população a alimentar é manifesta a nossa inferioridade; e deviamos avantajarmo-nos porque é maior a nossa taxa pessoal de trabalho por hectare, que é mais de 0,2, sendo a da Espanha pouco superior a 0,1.

Humilhantemente devemos concluir que temos aproveitado pior do que os espanhois o nosso território que ao deles é privilegiado; os dons da natureza escapam inertes á nossa acção; e tal desleixo é tanto mais grave quanto não temos como eles uma produção industrial que compensasse os nossos *deficits* de subsistencias: a agricultura é o nosso quasi exclusivo modo de vida.

O nosso primeiro atrazo é á primeira vista inexplicavel; a nossa terra tem optimas possibilidades, e outras deficiencias agrológicas são decerto compensadas pela maior humidade; certas condições de ordem geral são comuns a Portugal e a Espanha e não podem explicar a diferença; a má distribuição da propriedade dá de um lado o latifundio andaluz e o minimifúndio galego, como do outro a herdade alentejana e a pulverização minhota; revelam-se mesmos extraordinarios os excessos latifundiários de Espanha, com as numerosas *fincas* estremenhas de mais de 14:000 hectares, com esse dizer vulgar que afirma que de Cordova a Sevilha se póde fazer caminho por uma só propriedade; a abundancia de braços tambem nos privilegía, pois a sua falta é grave problema da Espanha, tanto que já lhe emprestâmos por temporadas bastantes trabalhadores pela nossa raia da Beira; lá os salários são mais elevados; a carestia da vida, é comum a ambos os paises, embora em Portugal os preços correntes, sobretudo de importação, dos ultimos

(1) Vide Ezequiel de Campos — *Conservação da Riqueza Nacional*.

Digitized by Google

anos sejam um pouco mais baixos e as curvas nos Index-numbers não coincidam totalmente; o capital não é tambem abundante, pois se está em pleno periodo de retraimento, tomando as economias espanholas o caminho do estrangeiro (antes da guerra) e dos fundos publicos, e embora lá, como cá, a economia esteja na fase de importação de capitais do estrangeiro por necessidades da sua agricultura ainda nova e da sua indústria em incremento.

Visto serem comuns estes factores, temos de buscar noutras cáusas a explicação do nosso maior atrazo: entre todas são de notar: a hipertrofia da nossa viticultura,a nossa qualidade de agricultura litoral mais exposta á concorrencia estrangeira; os nossos vizinhos tiveram para as suas lavouras do interior o proteccionismo natural das dificuldades de comunicação; o seu maior espírito individualista dispensou melhor os encorajamentos do Estado; tiveram a influencia estimulante de progressos técnicos das indústrias prosperas e sólidas (singularmente a da indústria açucareira); tiveram em certas regiões a proximidade da intensa cultura francesa, com o contágio dos seus mais avançados progressos culturais, tanto mais que a influencia estrangeira e francesa foi sempre grande; ela se afirma desde Carlos V, quando trabalhadores franceses emigravam para Espanha para temporários serviços agricolas; em 1860 havia na Peninsula mais de 77:000 franceses; e com Filipe V e os Bourbons reis de Espanha tal afluencia acresceu e se mostrou na elevada politica de fomento que lá empreenderam; em nossos dias, segundo confissão de economistas espanhois, o regimen economico é o da plutocracia estrangeira dominando a economia e a política e dando em agricultura essa sugestiva nota de que a ingleses pertencem vinhas importantes que dão os melhores vinhos generosos da Espanha; mais individualistas, os nossos visinhos estão sob uma constituição politico-económica definível como — *uma oligarquia financeira estrangeira, dominando uma oligarquia politica nacional apoiada por sua vez sobre uma oligarquia local de caciques eleitorais, no meio da nação indiferente*, que é bastante diferente da nossa mais comunitarista forma de perversão — a *nação absorvida na Politica, o trabalho desertado pela Politica, o comunitarismo providencialista com a mania dos empregos e o seu cortejo de males;* aquele maior individualismo traduziu-se num mais expontaneo desenvolvimento da técnica, e veiu em reforço desta causa de superioridade esse grande movimento de regeneração e de recolhimento nacional que em Espanha se seguiu á perda das colonias.

Em resumo: a nossa inferioridade não vem directamente de cáusas naturais; as causas, mèramente históricas, são remediáveis; urge pôr-lhes termo com um aliás não dificil melhoramento da nossa técnica. Pelo contrario as cáusas naturais até possibilitam á

Digitized by Google

agricultura portuguesa mais distintas condições de viver e um papel mais importante na integral actividade da nação. Entretanto a diferenciação pelos factores naturais, sejam eles aproveitados ou não aproveitados por nós, dá sempre a manifesta inconveniencia para Portugal de uma união ibérica, mesmo aduaneira, sob o ponto de vista agrícola; a abolição das aduanas estabelecendo a livre concorrencia entre indústrias de diferentes taxas de salarios, de capital e de renda da terra, arruinaria muitas, mas principalmente em Portugal; e assim o vinho espanhol, arruinaria o nosso vinho, o seu azeite o nosso azeite, os seus cereais a nossa lavoura.

Por outro lado, a união não pode tambem repousar sobre o criterio da grande divergencia de modos de ser económicos, especializando-se cada país em diferente produção, completando-se reciprocamente em nova e perfeita unidade economica: ¿com efeito como é facil juntar um país que procura mercados para os seus produtos agricolas com outro que os procura para produtos agricolas similares?

E' de mau agoiro que um país, cujos agricultores se queixam de serem sacrificados, pelo seu govêrno, aos industriaes, é de mau agoiro que a Espanha queira uma união economica com um país de agricultura em crise. Aconteceria provavelmente sermos sacrificados ao agricultor espanhol, como ele tem sido sacrificado ao industrial catalão, e em favor deste perderiamos esse valor de agenciação de bons tratados de comércio para a nossa agricultura —qual é o mercado interior de produtos industriais que, como país não industrial, nós temos largo e livre.

Com isto não condeno os tratados de comércio com a Espanha; o de 1893 representa decerto, ao mesmo tempo que uma obra prima de diplomacia comercial, fonte de incontestáveis benefícios para ambos os países; afirme embora a Espanha que da sua parte ele representava um largo favor intencionado a aplanar o caminho para a união aduaneira (1).

Baseado essencialmente na reciprocidade pela qual em troca da livre admissão da lã e do gado vacúm e suino espanhol, nós lá colocávamos o nosso gado exportável, as nossas pescarias e as nossas madeiras, consagrava um principio de interesse bilateral, não tendo nós culpa de que os espanhois tenham acaso liberalizado não compensadas vantagens, na mira de fantasiosos ideais federativos; subsiste sempre a base sã deste tratado, o principio de que entre dois países vizinhos e diferenciados como estes em importantes aspectos das suas aptidões produtivas, póde haver um entendimento aduaneiro parcial e contratual, restricto áquelas especiali-

(1) Vide Vicente Gay — *El imperialismo*.

Digitized by Google

dades, forçosamente limitadas em países por outros aspectos semelhantes, em que os interesses por serem diferentes se podem harmonizar e mutuamente combinar pela união. Após este tratado de comércio, apareceu até, como observa o notável economista nosso, sr. dr. Anselmo Vieira, um novo campo em que a parcial solidariedade económica dos dois países pode firmar-se: a Espanha perdeu quasi todas as suas colónias, mais facilmente poderia admitir como mercadorias francas os nossos produtos coloniais: outra diferença, em que se firma mais uma razão de tratado; isto deve animar-nos contra os iberistas; sempre que a *entente* com a Espanha se justifica, ela se baseia no mais categórico reconhecimento da nossa diferenciação.

Que os negociadores de um futuro tratado de comércio, tenham o patriotismo de se basearem intransigentemente no princípio da reciprocidade e de modo algum contemporizem com a tendencia para a absoluta união ibérica aduaneira, essa linda serenata que nos fazem de além-fronteira e que pode bem ser o toque de avançar da *Avant-guerre* financeira com que um imperialismo politico-militar em germen queira preceder a sua acção. Guardando o criterio da reciprocidade, o criterio firmemente nacionalista, que se vá tão longe quanto se possa, mas que se não fale em união aduaneira, não por ser aduaneira, mas por ser a União; é impropria esta ultima palavra, visto que, provadamente, a nossa *entente* comercial nunca póde chegar á supressão das fronteiras: é apenas o vocábulo que os doutrinários do imperialismo espanhol, bons sabedores de história e psicologia, nos lançam como forma cordeal de amolecimento do nosso nacionalismo.

Posto assim no futuro, como um *desideratum* quasi inocente, no campo dos *valores* em que os sentimentos pouco marcam, tal conceito representa decerto, uma *ideia-força* do imperialismo espanhól (1). Cumpre-nos ser vigilantes e repelir tão anti-patriótico ideal.

*

Pela indústria mineira se diferenciam muito os dois países: ao passo que Portugal não póde ser um país muito rico em minas, visto que na sua constituição geológica predominam os terrenos eruptivos e modernos, em regra pobres e sem ricos contactos, como diz o sr. Ezequiel de Campos, a nossa vizinha pelo contrário, tem uma riqueza mineira já famosa entre os antigos e que um escritor

(1) Os iberistas chegam a confessá-lo francamente, dizendo que da União Aduaneira viria em poucos anos a União Politica, assim como na Alemanha o *Zollverein* trouxe rapidamente a Confederação; Vicente Gay e J. Costa não reconhecem mesmo outro fim á União Aduaneira.

Digitized by Google

moderno significou por esta expressão: o solo da Espanha é o tecto de minas ininterruptas. Não quero dizer que seja despresível em quantidade, qualidade ou variedade a nossa riqueza mineira; afirmo sómente que os recursos da Espanha neste capitulo são muito maiores e a sua actividade mineira mais intensa e caracteristica.

Se em 1912 regulavam por 1.000 as nossas concessões, as espanholas passavam de 30.000; em exploração tinham lá 1.741 minas que em 1910 empregavam 122.000 operarios, produzindo sobretudo ferro, cobre e chumbo, para exportação, e a maior parte do carvão necessario á sua industria; valorisava-se lá a produção de minérios e a sua transformação em 454 milhões de pesetas, de que se exportara em 1909 mais de sete milhões de ferro e sete mil milhões de chumbo, tende a progredir esta grande força de riqueza, pois o capital empregado é ainda pequeno (150 milhões) e a transformação do mineral tende a nacionalisar-se, trabalhando hoje a siderurgia espanhola apenas meio milhão de toneladas de ferro, das nove que as minas produzem.

Ao passo que nós, com a producção mineira de 2.000 contos, a nossa pobreza de carvão, as dificuldades de aproveitamento do nosso ferro, o *deficit* de minerais que tanto pésa na nossa balança de comercio, as escassas 7.000 pessoas que de trabalho mineiro vivem, por tudo ficamos em manifesta relação de inferioridade com a Espanha mineira e tambem pela mesma via, com a Espanha industrial, pois nos faltam materias primas importantes e acima de tudo o carvão.

A industria espanhola, que tem na Catalunha o seu berço tradicional, propria como é do caracter dos seus habitantes, recebe das minas e da agricultura abundantes materiais e tem decerto na excepcional riqueza dos sistemas oro-hidrográficos em fôrça hidráulica, uma condição de futuro na qual, como nos do passado e do presente, muito nos excede e de nós muito se distingue: os rios peninsulares que em Espanha movimentam as poderosas turbinas, ao chegarem ao Portugal agrícola e mercantil avolumam os seus leitos, oferecendo-se para a irrigação ou pelo menos para a navegação.

Tivemos um mercado colonial maiór do que o da Espanha; mas pouco fomentou a nossa industria, em comparação com o incremento que na Catalunha produzia a absorção dos mercados sul-americanos. E' certo que esta indústria teve alternativas: o estagnamento da Idade Média; desde Carlos V a prosperidade da éra colonial, rápida porque foi seguida de uma depressão que o fomento esclarecido de Carlos III e as práticas modernas do protecionismo conseguiram remediar, dando-lhe uma prosperidade baseada sobretudo no mercado colonial; foi-lhe este arrebatado ultimamente, mas á indústria espanhola aproveitou em não com-

Digitized by Google

pleta compensação, a concentração e o repatriamento de capitais, o movimento de regeneração nacional e o agravamento de protecionismo a que tal crise deu logar.

A nossa industria tem uma história não totalmente diversa: alternativas de progresso e de decadencia, protecção desvelada dos governos e a mais absoluta incúria; desenvolve-se na segunda dinastia, mas sobrevem a India, e a nossa economia comercialisa-se exageradamente; veem os Filipes e — fixai isto, senhores, como sinál do aspecto económico dos imperialismos políticos — levantando os direitos de importação ao mesmo tempo que sobrecarregavam os impostos, arruinaram positivamente as nossas industrias, chegando a ter que se importar corda e velame para os navios; depois da Restauração temos o proteccionismo esclarecido do conde da Ericeira, em que as industrias respiram, mas como desde D. João III se exageráva a plantação de vinhas e desde D. Dinís se iam apertando vínculos diplomáticos com a Inglaterra, chegou em 1703 a data do tratado de Methwen, pelo qual, enfeudando á Inglaterra o nosso mercado industrial, obtivémos a aceitação do nosso vinho e consagrámos assim ao mesmo tempo a feição dominantemente vinícola da nossa economia e o caracter anglófilo da nossa politica externa; com o Marquês de Pombal, marca-se um curto período de fomento industrial que estava bem passado com o tratado do Rio de Janeiro (18-2-1810); em obediencia a modernas doutrinas económicas, temos hoje finalmente um proteccionismo industrial que, segundo autorizados economistas, sustenta pela artificial acção da páuta indústrias sem futuro, nem condições naturais, verdadeiramente parasitárias. Estas industrias, que entre nós se alimentam de matérias primas e combustível quasi só importados, e que só o mercado colonial garantido pela pauta e pelo cambio tem e não desafogadamente mantido, decerto não ombreiam com a forte industria espanhola que apesar de ter perdido o seu mercado colonial e atravessar por isso uma crise incontestável, ainda tem as vantagens de mais abundantes materiais e combustível, de melhores tradições e organização técnica, de mais esclarecidos progressos (soube por exemplo criar a industria do açucar que nós devêramos ter); a estas vantagens dá maior realce a tendencia, que se nota, da nacionalização da indústria espanhola, que vai pouco a pouco prescindindo da colaboração do elemento estrangeiro até hoje dominante. Sobre isto, a perda das colonias americanas teve o bom efeito de repatriar valioso capital que á industria aproveitou; e nas quedas de agua dos seus fortes declives alimentadas por neves consideraveis, riqueza em que muito se nos avantaja, mais outra razão de diferenciação pelo industrialismo da Espanha comparada ao Portugal agrícola. E tanto é acentuada a subsidiária feição industrial da Espanha que apesar de ser país

Digitized by Google

eminentemente agrícola, lá os agricultores se queixam de serem absolutamente sacrificados á indústria, por ser o proteccionismo industrial impedimento á negociação de tratados de comércio agrários: e assim tem sido e por uma razão de politica — em que aparece de novo essa dominante caracteristica da *heterogeneidade* na composição espanhola — a politica de acomodar por essas concessões proteccionistas o regionalismo catalão e o vasconço, dado que Catalunha e nordeste são os grandes meios industriais da Espanha.

E'-nos a Espanha superior pela sua indústria algodoeira, de lanificios, açucareira, electrica, corticeira, de armas, de vidros, de seda, de papél, de calçado, que constituem todas uma massa de trabalho industriál que excede o nosso, a olhos vistos.

Na pesca, no comércio, na navegação, na colonização, temos campo em que devia afirmar-se especializadamente a nossa pujante actividade. Como país maritimo, penetrado de oceanicidade, cruzado de rios navegaveis, com belos portos, um mar piscoso, uma privilegiada situação a ocidente e até, por sangue fenício, como pretendem alguns (1), uma étnica disposição mercantíl e aventureira.

Herdámos dos nossos antepassados descobridores um imperio colonial ainda vasto; e a Espanha já quasi não tem colónias, concentrando agora em Marrocos, com grandes sacrificios de sangue e de dinheiro, os seus esforços de expansão; é certo que as nossas, àparte esse padrão de capacidade colonizadora que é S. Tomé, e pouco mais, pedem os excessos da nossa emigração que não lhe queremos dar, e o dispendio de capital que não temos e sobretudo o tino administrativo que nos tem faltado; como sempre, ao afirmar as excelências da nossa economía, devo acrescentar que são naturais, inaproveitadas; como sempre aparece o enigma desta raça, que tendo incontestavel valor, há tanto tempo o não mostra: enigma, porém, de facil e animadora solução, pois está provado que a nossa decadencia não deriva do nosso fundo natural, mas sim dessa causa extrínseca que são as más fórmas de governo, as más instituições vindas de fóra.

Depois do enérgico e admiravel fomento naval com que os nossos antigos reis criaram a frota, com que fizemos os descobrimentos, a nossa navegação decaíu e é hoje, na sua diminuta tonelagem, uma das nossas maiores vergonhas, apesar do nosso comércio nacional, das nossas colonias, das relações com o Brasil, dos portos e da optima situação. Dos 16 milhões de toneladas do comércio espanhol, cabem á respectiva navegação na entrada

(1) Anselmo de Andrade — *Le Portugal au point de vue agricole.*

Digitized by Google

35 % e na exportação cerca de 30 %, ao passo que em 1910 o nosso pavilhão só cobria, em navios de longo curso ou de grande cabotagem, cerca de 6 % do nosso comércio marítimo metropolitano. O arranjo dos nossos portos não póde de longe competir com o aparelhamento de Bilbau, o maior porto de armamento espanhol. Enfim uma vergonha, porque tudo isto é contra a natureza, que nos deu superioridade de portos e de situação.

Na pesca se afirma uma feição menos pessimista do nosso estudo: a proporção entre a nossa tripulação e produto da pesca e os correspondentes valores espanhois, marcam a nossa superioridade relativa e indicam essa nossa vocação, que, para ser bem obedecida, deveria, entretanto, traduzir-se por algarismos muito mais altos. Contra 14.000 barcos espanhoes tripulados por 71.500 homens, temos mais de 8.200 barcos com 26.000 pescadores (45.000 contando Açores e Madeira); produzimos 5.900 contos de pescado, eles 12.000 e para lá exportâmos anualmente quantidades que em muito excedem o que da Galiza e Andaluzía importâmos. Entretanto temos *deficit* de pescarias: em 1905 exportavamos 2.202 contos, mas tinhamos de importar mais de 3.400, principalmente bacalhau; o mesmo acontece a Espanha, que faz dêsse peixe uma das bases da alimentação popular de que importa anualmente grande quantidade.

Devemos por tradição e necessidade alargar o ambito da nossa pesca ao mar alto, e ao mar longiquo, de modo a transformarmos este *deficit* em exuberante abundancia; é essa, até, uma das perspectivas a considerar no plano do nosso fomento.

O sal, de que exportâmos afinal pequeno valor, merece ser aqui lembrado pelo seu caracter de produto nosso, tradicional e por ter sido talvez com o vinho, o que mais persistentemente tem caraterizado a nossa exportação através da historia; e é produto maritimo, sinal da nossa vocação.

Da nossa agricultura, do nosso consumo, das nossas colonias deriva quasi exclusivamente o nosso comercio, pouco ajudado pela insignificante marinha mercante, vantajosamente dotado quanto a portos, situação geográfica e facilidade de comunicações no interior. Embora a decadência moderna deforme essa tendencia nossa, ainda hoje a percentagem da nossa população comerciante é superior á de Espanha; bem certo é que a tradição é uma fôrça e que se perpetuam diferenças entre um país que nunca foi, como diz Marvaud, «nação comerciante», tendo tido com a America na era colonial relações «oficiais», organizada burocràticamente, e este nosso Portugal, cujo defeito é tão grave que ainda nos pesam os seus feitos, foi a excessiva comercialização que a nossa economia assumiu na época marítima.

Notai que não quadra ao exclusivismo, ao individualismo do

Digitized by Google

castelhano, o espirito mercantil feito de maleabilidade, e que na sua função de ligar o produtor ao consumidor tem mais o caracter social e comunitário que nos é próprio. Na estatística do comércio de Marrocos, a distância de alguns kilómetros e com interesses políticos ligados, não ocupa a Espanha senão o terceiro ou quarto logar. Convençâmo-nos de que á vocação da Espanha para o comércio, corresponde uma nossa mais sensivel disposição, nascida das nossas condições naturais e históricas.

Quanto à estatística do çomércio geral, que mais representa o conjunto e o balanço de toda a actividade económica do que próprìamente a vida mercantil: é o da Espanha avaliado em 2:000 milhões de pesetas, cabendo a cada habitante cerca de 100 pesetas; o nosso é de cerca de 100:000 contos e a taxa para cada habitante é inferior, cerca de 16 escudos, Mas distinguem-se as duas balanças de comércio sobretudo porque a nossa é essencialmente deficitária, ao passo que a espanhola, tendo saldado quasi sempre negativamente, apresenta *deficits* relativamente pequenos e em 1912 um excedente de mais de 10 milhões de pesetas: calculando em menos de 50 milhões de pesetas o *deficit* médio espanhol ha alguns anos, e 30:000 contos o português, cabiam entre nós a cada habitante cinco escudos, mais de dez vezes mais do que em Espanha. Isto se deve a que o nosso saldo em substancias alimentáres é cêrca de 10 vezes maior que o correspondente espanhol, o que já vimos ser facto estranho num país de maiores aptidões agrícolas, e que só o desleixo nacional explica; e se ao *deficit* espanhol de gado vivo no valor de 35 milhões de pesetas nós respondemos com um *superavit* de algumas centenas de contos, logo temos o artigo minerais, metais e suas manufacturas em que a um excedente espanhól de 150 milhões de pesetas, sinal da sua aproveitada aptidão mineira e industrial, corresponde o nosso *deficit* de milhares de contos. Sendo o capital elemento dominante da economia, não podemos tratar de varios assuntos anteriores sem referencias a esta materia de que diremos agora uns genéricos índices elucidativos.

A historia moderna do capital espanhol resume-se nas alternativas que tem sofrido, após a guerra hispano-americana, em que ele acresceu em massa e actividade pela reimportação dos capitais coloniais e com a febre de especulação desenvolvida; após esse periodo de excepcional actividade, vieram as decepções com a decadência das empresas formadas e a baixa dos valores de bolsa; as economias espanholas, então começaram a procurar colocação em fundos de Estado e sobretudo no estranjeiro, havendo apenas em 1904 uma tendencia de mais aberta actividade que desde 1907 deixou de notar-se. Para isso tem contribuído decerto a agenciação e a propaganda dos numerosos estabelecimentos de

Digitized by Google

crédito estranjeiros, que na Espanha ha; eles tem sido os orgãos da importante e absorvente participação do estranjeiro na capitalização espanhola; eles *contrôlent* toda a viação espanhola, abundam nas indústrias electricas, exploram as melhores minas; possuindo da riqueza mobiliária espanhola, avaliada em 40:000 milhões de pesetas, cêrca de 4:000 ou a decima parte, abrangendo o que ha de mais importante no geral sistema económico espanhol, e sendo franceses na rasão de 60/100. Nestes factos temos um motivo de relativo maior desenvolvimento da economia da Espanha; a mais fecundante acção do capital estrangeiro, para a qual estava bem mais disposta pela proximidade da França, esse grande centro de economia e de formação de capitais.

Entre nós a capitalização não agrícola que é susceptivel de ganhar a confiança do capitalista estrangeiro é menos importante; se temos caminhos de ferro, temos menos minas e indústrias, e estamos mais longe dos grandes centros; para nós o dinheiro estrangeiro tem vindo, mais do que pela particular colocação de fundos, pelo empréstimo público, pelo nosso tradicional sistema que revéla claramente a nossa indole comunitária, em que a sustentação do país se faz, por meio do emprêgo e da obra pública, custeados pelo empréstimo, através do orçamento e da política; quando o empréstimo tarda, recorre-se ao aumento da circulação fiduciária, o que é ainda politica comunitária, pois corresponde á subscrição forçada e tão bem aceite, de todos aqueles que possuem notas na importancia da respectiva desvalorização.

Todos sabem que esta política tem sido o nosso desastre com os govêrnos essencialmente incompetentes que temos tido; ficou-nos mais caro o dinheiro estranjeiro pelas delapidações e parasitismos da política do que aos nossos vizinhos que, em maior escala, o importaram directamente para a sua economia através da iniciativa privada; e lá desempenhou melhor a sua função de fomentador do trabalho do que entre nós que mais o gastámos em consumos estéreis.

*

E eis-nos insensivelmente a falar de Fazenda, assunto tão intimamente preso á Economia. Parece que neste domínio não deveria haver diferenças entre dois países tão próximos, ambos modernos e, como tais, devendo obedecer uniformemente ás correntes internacionais do cosmopolitismo financeiro, ás regras de conduta que as hodiernas necessidades impõem aos Estados indistintamente e até ás más influencias de formas políticas doentias e anárquicas comuns a ambos os Estados. Mas há tambem diferenças: na capitação das respectivas dívidas públicas, a qual é para cada espanhol cêrca de 482 pesetas, dá entre nós perto de 131,60 escudos

Digitized by Google

por habitante, isto apesar do acréscimo de 3.000 milhões de pesetas, que a guerra americana trouxe á Espanha, sem correspondente entre nós; a politica orçamental, que há já muitos anos era em Espanha de *superavit*, parece que autêntico e crescente, que só nos orçamentos recentes a dispendiosa acção em Marrocos tem anulado, dá-nos *deficits* financeiros que se tornaram crónicos em alguns milhares de contos de média anual; em Espanha a grande vergonha da derrota, a amputação dolorosa das colónias, e maior individualismo fazendo menores os encargos do Estado, supriram em maior espírito de continuidade e de disciplina os comuns defeitos de política organização que entre nós deram a falencia, a breve praso, da politica de *salvação pública* de 92, cedo extraviada pelos vícios essenciais do constitucionalismo; das despesas públicas, exceptuado o serviço da dívida e a acção extraordinaria em Marrocos, cabem a cada habitante 34 pesetas e 7,50 escudos; dessas mesmas despesas, gastam Espanha e Portugal, respectivamente, no serviço da dívida 36 e 44 %, nas obras públicas 7,9 e 12 %, nas finanças 5,1 e 6,1 %, no interior 6,9 e 7,4 %; isto é, gastamos mais nos capitulos que maior relação tem com o emprego publico, a burocracia, o crédito; na guerra, na marinha, na instrução gasta a Espanha relativamente mais, o que mostra, alêm de menor grau de comunitarismo, a situação mais desafogada da nação que se afirma nos dominios da soberania externa e numa obra interna fundamental; e mostra tambem esta particularidade curiosa de que a Espanha, terra de *pronunciamentos*, de regionalismo, de heterogeneidade, precisa de garantir a sua unidade e estabilidade politica interiôr sobre a disciplina e o relativo predominio da classe militar, o que, segundo Marvaud, explica o maior orçamento militar e até a acção em Marrocos.

A taxa por habitante de imposto directo e indirecto é entre nós um pouco inferiôr, e como os encargos são superiores, vê-se ainda que entre nós se usa mais o recurso ao crédito e á circulação.

Sendo de ambos os países a má organização tributária, a péssima distribuição dos encargos prediais, é pior ainda em Espanha, a ser correcto o algarismo por Marvaud atribuido á propriedade que lá escapa totalmente ao imposto (15.000.000 de hectares); reservas feitas sôbre este algarismo, talvez exagerado, ele mostraria, o que de resto outros sintomas indicam, a maior importancia do «caciquismo» espanhol, especie de regimen de casta mais proprio de povos individualistas, atraindo-se os favores das matrizes.

O sistema monetário espanhol tem sido praticamente o regimen da inconvertibilidade da nota, quando muito convertível em moeda de prata depreciada: do primitivo bimetalismo e expulsa pouco a

Digitized by Google

pouco a moeda de ouro, exportada ou fundida para ser recunhada, derivou a situação dominante dos ultimos tempos: moeda de prata depreciada e notas do Banco de Espanha, praticamente inconvertíveis em moeda de ouro.

De graves críticas tem sido objecto este regimen e tem sido decerto fundamental, no descalabro espanhol, a sua crise monetária; não devemos tambem ignorar como em Espanha tem sido àsperamente discutido o Banco de emissão, acusado de ser o instrumento com que uma oligarquia plutocrática tem explorado o Tesouro e a Riqueza Pública, exploração que teria consistido, já na exportação gananciosa da boa moeda de ouro, de titulo elevado, que o Banco recolhia comodamente na sua função de arrecadador de impostos do Estado, já na refundição para cunhar segundo novos tipos legaes, de titulo mais baixo, essa moeda, já na função monopolizada da emissão de circulação fiduciaria praticamente inconvertível, já na sofismação das garantias desta circulação, já na operação de pagador remunerado das dívidas, já ainda em concessões monopolistas do Estado: o que tudo se resumiria em ter sido o crédor usurario de um Estado em crise financeira, em ter sido, em vez de exclusivamente fomentador da Riqueza Pública, mais «casa de emprestimos» aliás bem remunerados, ao Tesouro.

O regimen monetário português padece fundamentalmente dos mesmos vícios: crise metálica, exagêro de circulação fiduciária mal garantida; deformação das naturais funções do Banco emissor, etc.

Mas, entretanto, há diferenças a registar: a oligarquia financeira que os críticos do Banco de Espanha denunciam, e que na maneira incontestada como a dizem ter-se imposto aos governos e à legislação não tem pérfeito correspondente entre nós, reforça bem a definição de individualismo que démos do organismo espanhol, visto que as oligarquias são proprias de regimens individualistas; e apesar dos vícios comuns, qualquer anuario político inscreve a comparação entre os nossos 80.000 contos de circulação fiduciária com 12.000 de stock metalico, e os 1.800 milhões de pesetas de notas espanholas, representação não tão desproporcionada de 1.300 milhões em metalico, embora em parte depreciado; nos ultimos anos uma tendencia saneadora lá se revela através de leis como as que proíbem a cunhagem de prata, e retiram da circulação numerário defeituoso; e sabe-se como a Espanha, aproveitando a conjuntura da guerra, que trouxe prémio á peseta, se tem feito de ouro para o intento de regressar á plena convertibilidade.

Ultimamente o mau sucesso da tentativa de emprestimo publico interiôr deve interpretar-se como resultado de complicações

Digitized by Google

políticas ou de má preparação por parte do govêrno e não como sinal da indigência do capital livre espanhol.

Em resumo, desta incompleta resenha comparativa da vida economico-financeira dos dois países, conclúa-se pela incompatibilidade entre eles para o efeito da união; não se tente unir dois países ambos eminentemente agrícolas, mas diferenciados a ponto de que a livre concorrencia daria a ruina da agricultura e da indústria portuguesa; por outro lado, o Portugal marítimo, colonial e pescador distingue-se bem da Espanha industrial e mineira; o Portugal financeiro, o pobre Portugal da dívida e do *deficit*, do comunitarismo do emprego público, distingue-se bem da mais próspera *Hacienda* espanhola, com os orçamentos saldados e um pouco mais desafogada da pressão das clientelas, em que o parasitismo, reduzido ao predomínio de uma oligarquia, menos existe, porque as iniciativas individuais em vez de sugarem exâustivamente o orçamento, derivaram mais para a actividade económica, por espirito individualista nacional, sob a influencia do estranjeirismo e especialmente da região biscainha e da Catalunha, de afinidades conhecidamente francesas; o Portugal comunitário, até na perversão do seu modo de ser económico-financeiro, se distingue da Espanha mais individualista.

E assim, contra o conceito de *Poinsard,* que contem os dois Estados na definição de Povos comunitários de produção sobretudo natural, eu afirmo a diferenciação espanhola, econòmicamente, pelo maior individualismo e pelo maior industrialismo.

* * *

Quanto vale para a civilização o iberismo económico-financeiro ?

Como nem a Espanha, nem a Portugal considerados nos seus permanentes interesses de nacionalidades, tal forma convem, é claro que á civilização não convem o que representa um enfraquecimento de duas comunidades como essas a quem ela tantos serviços deve no decurso da História e de quem tantos póde esperar no futuro. Pelo contrário muito lhe convem a separação, para que na emulação, na pacífica disputa, as duas raças afirmem as suas energias e os seus valores.

Se a Espanha não existisse junto de Portugal, como sua rival, ter-se-ia, acaso, perdido a audacia de Cristovam Colombo, a façanha de Fernão de Magalhães. Se a ameaça de Castela não tivesse excitado a rebelião dos municípios e feito surgir a dinastia de Avís, talvez outro tivesse sido o nosso destino, mais pobre de glórias. ¿E não será exactamente o *perigo espanhol* que esteja

Digitized by Google

destinado a vencer o indiferentismo da massa para a obra da Regeneração?

A concorrencia entre os povos, mesmo não entendida como a condenação das nações pequenas, gera civilização pelo estímulo que representa.

Por outro lado são necessárias à civilização as nações pequenas. São mesmo necessários os interesses económicos das nações pequenas. Confundidas as duas nações, o bloco ispano-portugues seria uma tentação ao imperialismo politico-militar, nesta peninsula de enórme valor estratégico e sob a influência do espírito historicamente imperialista do castelhano.

Portugal, guardando a sua independôncia, guarda nela uma garantia de paz para o mundo. Esse interesse da civilização geral acontece até sobrepôr-se na actual vida internacional com o interesse da Inglaterra e em menor grau com o interesse da França, e sobrepôr-se-á com os interesses de todas as grandes potencias do futuro, que, não vizinhas de Portugal e afastadas assim das ideias de absorção que a Espanha tem, interessadas serão sempre na nossa independência.

Sob o ponto de vista económico, ainda, da mesma fórma que a pequena propriedade tem a sua função junto da grande, a pequena nação deve superar o grande império como mais própria para os processos perfeitos, rigorosos, de aproveitar os quadros territoriais; e da mesma maneira que a pequena propriedade diminui os seus defeitos pela associação, assim as pequenas nações podem ligar-se por factos defensivos. E' de notar, por conseguinte, que a pequena nação vale internacionalmente pela dignidade da sua vida interiôr, pela intensidade com que se firmou no seu quadro territorial e o aproveitou, na realização e no desenvolvimento da sua natural vocação. Livrem-se as pequenas nações de serem consideradas nações incompetentes, o que quasi sempre significando fraqueza militar, tambem muitas vezes quer dizer o mau aproveitamento da terra, o intimo desgovêrno. Comparados Portugal e Espanha nos seus méritos económicos com um critério de civilização, vimos que a Espanha nos excede sensivelmente no melhor aproveitamento do solo, na mais próspera economia. Vimos, porêm, e continuaremos a vêr que dessa inferioridade nós temos atenuantes e desculpa em causas históricas, sobretudo de origem estranjeira, perturbadoras da nossa vocação; influencias extrinsecas e institucionais, cuja acção desastrosa a nossa constituição *comunitária* mais intensa e absorventemente sentiu do que o *individualismo* espanhol, fórma menos perfeita, mas por isso mesmo mais resistente a esses contagios sociais; mas as condições naturais nos garantem ganhar essa dianteira, e pela normalização das situações fazemos valer a superioridade do nosso comunitarismo em relação

Digitized by Google

aos interesses da civilização, que, concluindo, podemos afirmar, não quer o iberismo.

Quanto vale no ponto de vista espanhol o iberismo económico-financeiro? Em absoluto, parece que a Espanha não está ainda madura para o imperialismo financeiro; vimos como ela não libertou ainda a sua economia e a sua fazenda do usurário estrangeiro: sabemos que, apesar de ter caminhos de ferro que quasi valem relativamente os nossos, não na barateza dos fretes, que lá são elevadissimos, e uma moderna rêde de estradas e varias grandiosas obras de irrigação, ela está muito longe ainda de se ter «adaptado ao seu quadro territorial», de ter valorizado os factores primários e naturais da sua economia. Sob o ponto de vista político, o emprego do capital espanhól a dentro das fronteiras, é mais rendoso do que o possivelmente obtido numa obra de expansão e penetração financeira. Mas já vimos os indices de prosperidade e crescimento da Espanha, sabemos que ela exporta anualmente cerca de 200.000 homens de emigração e 500 milhões de pesetas de capital colocado fóra, como sobretudo a conjuntura da guerra parece querer constituir para a Espanha uma verdadeira sorte grande, por dela ficarem datando o fortalecimento do seu sistema monetário, o enfraquecimento da influencia estrangeira desviando-se o capital emigrante dos seus exóticos destinos e um acréscimo de potencia internacional: devemos concluir que a hora presente, não sendo ainda a da expansão capitalista da Espanha, marca um salto decidido na preparação dessa atitude com que para um futuro proximo havemos de contar. Então a Espanha apetecer-nos-á, apetecerá os nossos portos, as nossas riquezas naturais, a nossa pobre economia, as nossas desorganizadas finanças. E tentará a obra da *penetração pacifica*. Suponhamos mesmo que tenta a obra da penetração militar e que a realiza como em 1580. Vamos formular o que sucederia como hipótese que o nosso sentimento repéle, mas que a nossa razão medita, fixando os seus ensinamentos:

Nos 60 anos dos Filipes, diz-nos o iberista Oliveira Martins, após os prelúdios de correcta administração que se acentuaram com Filipe III de Espanha (e que eu vejo claramente representarem a política de captação), com Filipe IV «começou a pôr-se em pratica a política de pilhagem, lançando-se novos impostos, augmentando-se os anteriores, e as somas tiradas de Portugal iam perder-se no sorvedouro de Madrid, sem utilidade para o reino; ficando ao abandono as colonias da India e da América, de que os holandeses e ingleses iam livremente tomando posse»; por fim, Olivares propunha transformar os novos impostos num serviço anual de meio milhão de cruzados, que os concelhos distribuiriam entre si livremente; «via-se, porêm, que esta soma montava ao

Digitized by Google

dobro do que podiam produzir os impostos e que a proposta de Madrid era uma nova extorsão e um escarneo». Ao findar a usurpação «quem viu Portugal, descreveu-o como uma região desolada e núa. Extensas campinas, outróra ferteis, reduziam-se a poucas folhas cultivadas em volta de pequenas aldeias de 30 e 40 vizinhos. O comum das terras estava coberto de urzes, roídas pelas cabras silvestres. Por toda a parte havia casas arruinadas, abertas á inclemencia do tempo; miseraveis choupanas de colmo, onde habitavam cretinos, como os dos Alpes, alimentados de peixe seco e pão de farelo» (1).

Estas notas sugestivas, mais sugestivas na pena de um iberista, completem-se com a afirmação de que a agricultura, que por vezes se ostentava proteger, caía carregada de impostos; a nossa indústria, levantados os direitos de importação e agravados os impostos, arruinou-se, de sorte que chegamos a ter que importar velame de navios; as nossas tradicionais salinas foram quasi abandonadas; a nossa frota comercial e de guerra destroçou-se.

¿E que teriamos hoje?

A Espanha encarregar-se-ia da questão financeira do país e cumpriria todos os compromissos nacionais, tanto mais que boa parte da Divida Externa diz-se estar em mãos de espanhois; e podia bem tomar esse encargo; Portugal é largamente solvavel; aumentaria os impóstos, como após uma conquista é natural; reduzindo a despesa, desatenderia o politico e o empregómano, que até hoje tem sido soberanos na matríz e no orçamento; convinha-lhe proceder assim, tentando justificar (especialmente á face dos portadores da Divida Externa) a intervenção violenta e pondo em condições de equilibrio produtivo esta nova colonia a explorar com prudência; o equilibrio orçamental e mesmo o *superavit* que até aqui os govêrnos pseudo-nacionais do interior não conseguiram arrancar às delapidações da politica, consegui-lo-ia um governo invasor, livre de protestos soberanos do contribuinte, dos parasitismos omnipotentes da burocracia. Regularizar e absorver a nossa circulação, organizar a nossa vida bancária e a percepção dos impostos, seria rápida obra.

Passar Portugal á categoria de mercado espanhol, seria empresa tão facil e inocente como facil e inocente é pronunciar as palavras união aduaneira. E assim, brusca ou progressivamente, começaria a pesar sobre a nossa agricultura, indústria e comércio a concorrencia da mais forte economia espanhola: para muitos, entre nós, era fatal a ruina.

¿Mas a Espanha perdia nos impostos portugueses? Não impor-

---

(1) Vide Oliveira Martins — *Historia de Portugal*.

Digitized by Google

tava, poderia resarcir-se no maior incremento da indústria espanhola. E nas liquidações dessa colossal liquidação, apareceriam os espanhois armados do seu capital superabundante e da protecção oficial a adquirirem por baixo preço a nossa terra e o nosso capital. Expropriar-se-ia assim, lenta, mas sistemáticamente o nosso país em favôr da Espanha; e para a nossa raça devolvida aos baixos lugares da economia, seria a pobreza e a miséria; dominando, nos melhores logares, fazendo a burocracia, o capitalismo, a indústria, o comércio, a lavoura, o alto clero, e os comandos militares, estaria a casta dos vencedores; num inverso movimento demográfico, e visto sermos um povo de bons trabalhadores e soldados, os nossos excedentes emigratórios seriam sabiamente dirigidos para a charneca espanhola, para os centros industriais, e até para as casernas espanholas e para Marrocos, no nunca esquecido imposto de sangue.

Este, meus senhores, o quadro tragico do destino que, embora de longe, ameaça esta gloriosa Nação. Não lhe chameis utopia pessimista; não me objecteis com o direito das gentes: já vimos o seu valor, mas sabemos que é relativo. Eu respondo-vos com a historia: o Egito conheceu vergonhas iguais e lembrai-vos de que a guerra actual, que, dizem, resuscitou já a escravatura e o corso, suspendeu, incontestavelmente, o direito internacional.

Nem eu vos digo que isto aconteça necessariamente; espero de Deus e do valor da nossa Raça a manutenção vitoriosa da nossa independencia; creio mesmo que o interesse bem compreendido da Espanha lhe não aconselha uma empresa, sempre aleatória, e que, na melhor das hipóteses, tarde ou cedo lhe sairia cara em impiedosa desforra, para o que nos forneceriam apoios as alternativas diplomáticas; á Espanha convém limitar as suas ânsias imperialistas; e o imperialismo de Carlos V e dos Filipes não só lhe acarretou glorias, tambem lhe causou ruinas; e como nos parece mais sã, embora menos ajudada da estrepitosa Fortuna, a politica dos Bourbons toda nacionalista, que menosprezando longinquas possessões, concentrava no proprio solo uma esclarecida administração.

Demais a mais a Espanha não está ainda financeiramente aparelhada para o imperialismo. Embora nos devâmos desde já precaver contra esse imperialismo, que, por definição, póde um dia irromper, *mesmo contra o interesse espanhol*, constatemos que hoje dominam ainda, o que eu chamo, *as formas cordiais do iberismo*. Por exemplo — a união ibérica aduaneira. Se isto é mais do que o tratado de comércio, é então inconveniente para os dois países, mas sobretudo para Portugal, pois é a reivindicação para Espanha do direito de nos penetrar pacificamente. Antes do que isso, a aliança política, para o que não há ao menos todos os

Digitized by Google

inconvenientes que anteriormente encontramos á união aduaneira.

Nas formas cordiais se pode incluir tambem o federalismo, que espera a união da previa desintegração da soberania castelhana, da republicanização de toda a Peninsula e da federação dos numerosos Estados: doutrina errada, porque prescinde das essenciais instituições monárquicas, e tende a destruir o nacionalismo espanhol e o nacionalismo português, ambos essenciais.

Debaixo do ponto de vista espanhól, pois, não deve desejar-se a união iberica, em nenhuma das suas formas.

Sob o ponto de vista português, quasi não preciso de afirmar o que implicitamente está nas minhas palavras anteriores: a diferenciação de Portugal, a *eterna divortia* inscrita no sólo e no sangue e traduzida em diversos modos de ser económicos, proíbe que sejâmos protectorado, colónia ou mesmo parte integrante da Espanha. A nossa própria inferioridade económica longe de ser razão para buscarmos na união ibérica um remédio que seria bem pago e visto que ela não nos é essencial, não nos vem nem da Raça, nem da Terra, deve levar-nos antes, a direito, à obra da regeneração e da salvação, à triunfante afirmação do nosso nacionalismo. Essa afirmação só a podemos fazer integrando-nos na Raça e no Territorio. Chamemos as nossas instituições tradicionais, fundemos sobre o firme terreno da nossa larga experiência histórica, os alicerces da nossa cidade de futuras grandezas. Povo comunitário, encontrariamos a nossa saúde e a nossa firmeza nesses dois polos da nossa história — a Rialeza e o Município.

Da Rialeza, imposta pelo consenso nacional, pelo assentimento das classes, uma vez varrido o partidarismo divisor, a politica parasitária, vir-nos-ia, com o risco dos erros, inerente a todos os sistemas, mas em menor grau a este, um governo uno, incontestado, contínuo, competente e enérgico, capaz da restauração rápida das nossas finanças e da obra do fomento económico; teríamos na Rialeza o orgão declarador, o símbolo inteligente e activo do nosso nacionalismo. Do município vir-nos-ia a exuberante vida cívica e popular, o pacífico quadro colectivo e político em que se expandissem as iniciativas económicas, emfim a base grande e sã do nosso nacionalismo. Entre o município e a rialeza, entre o Povo cuja Raça é boa ainda e os Reis, que não tem faltado á sua missão, está a *élite*, a aristocracia, que tem faltado á sua. E' á nossa aristocracia, a do sangue, a da riqueza e a do espirito, ás nossas classes dirigentes, que temos de atribuir a maxima responsabilidade da crise, mas tambem de quem mais temos a esperar, de heroico esforço redentor.

Tem a aristocracia a reconhecida missão de propagadora das invenções sociais: entre nós ela propagou, por acção ou por inac-

Digitized by Google

ção as terrives invenções exóticas do liberalismo e do parlamentarismo que, aplicadas a nós, povo comunitário, deram como resultado uma nação decadente, em descalabro, parasita do Estado, vivendo do empréstimo e dos expedientes. ¿ E porquê ? Porque as nossas *élites* desertaram da economia e concorreram tumultuàriamente á Política; e assim se estiolou o trabalho nacional por falta dos seus dirigentes e se tornou incompetente a política, porque o govêrno de muitos não é bom. Queixam-se os nossos vizinhos que á sua politica se tem mostrado indiferente a nação e que as competências trocam a política pela economia. E' esse o defeito e a virtude de um povo individualista, como o espanhol. Entre nós a incompetência do govêrno fazia-se, nos tempos pacíficos do constitucionalismo, da concorrencia superabundante, pletórica, das competencias que na luta política se inutilizavam, faltando á economia. Acabe-se a política parlamentarista e a guerra civil e volte a *élite* ao trabalho profissional e eu vos garanto que esta patria se salva.

Por toda a primeira dinastia e parte da segunda, a nossa comunidade cresceu vigorosa e sã, nutrida pelo municipalismo, informada pela Rialeza. Em certos pontos do país a nossa produção exuberava numa exportação cerealífera e pecuária que chegou a ser notavel; as horas vagas das guerras eram bem gastas no colossal esfôrço povoador; nesse vasto laboratório sociológico ia-se formando com pertinácia a preciosíssima criação dos nossos costumes e da nossa vida nacional. A acção dos nossos Reis sobre a nossa economia foi intensa e esclarecida; devemos-lhes a luta tenaz contra a amortização excessiva da propriedade, a fixação dos preços pelas *almotaçarias,* a luta contra o absenteismo e os incultos pelas *sesmarias* e contra o luxo pelas varias *pragmáticas,* o sabio povoamento, o fomento agricola e industrial, a protecção do consumidor, o estabelecimento das corporações.

Sobreveiu a tentação da India; nunca tão tentador imperialismo se oferecera á expansão de um povo forte, e nós, como era fatal, para ele lançamos o nosso são nacionalismo e nele o pervertemos. Começa daí o nosso grande mal económico e agrícola, o *absenteismo,* palavra tomada não só como deserção da terra, mas no sentido geral de que a *élite* portuguesa desertou de todo o trabalho, abandonou a economia, está ausente da profissão.

Ausentes das activas profissões, estivemos presentes, pelas quatro partidas do mundo. nos passos remotos e arriscados, onde gloria se podia ganhar, ou se arrecadavam lucros faceis de mercador, ou se adquiriam escravos que trabalhassem por nós; entramos tambem na festa pagã da Renascença, participamos da sua hipertofia intelectualista, por ela exportamos para Roma alguma gente e muito numerario, tinhamos em Coimbra sob D. João II 4.000 estudantes, precursão veneravel da nossa super-produção

Digitized by Google

de bachareis; estivemos presentes no Brasil, nas suas minas, e de lá trouxemos diamantes e ouro, que nos pouparam trabalho; mal sentimos o esfôrço enérgico, embora por vezes mal dirigido, do *estadismo* económico de Pombal e continuamos inertes; na era constitucional descobriu-se uma nova India ou um novo Brasíl, em que se ganhavam os louros dos triunfos oratórios e se arrecadavam os lucros faceis da política; continuaram desertas as profissões, continuou o *absenteismo*.

Mostrei-vos a vocação por lei da Terra e da Raça que a este povo cabe de ter uma intensa e gloriosa vida comunitária baseada na economia agrícola e marítima; mostrei-vos a nossa decadência e os perigos em que ela nos põe á face do crescente imperialismo do vizinho, de quem aliás estamos nacionalmente apartados por lei do Sangue e da Terra; mostrei-vos que essa decadência é remediavel, desde que tenhâmos vontade de aproveitar os recursos que a natureza nos dá. O orgão desta vontade reorganizadora tem que ser a *élite* e a sua missão é apelar para as nossas instituições tradicionais, o Rei e o Municipio, entregar-lhes o mando e, afastando-se da Política, apresentar-se na Profissão, no campo largo e belo da iniciativa privada que transforma e enriquece a Terra, de que há tantos seculos está ausente, por esse *absenteismo* que eu chamo o nosso grande mal, o nosso unico mal.

Uma vez fortes e regenerados, e tornados uma Raça forte com um govêrno forte, não implicam as glorias que o futuro nos promete, a hostilidade do vizinho; dotado um e outro país de saúde politica e de governos competentes, tudo aconselha a mais larga aliança baseada nos tratados de comércio e nos arranjos militares defensivos. Constituir-se-ia assim um blóco de invencivel valor internacional, forte sobre o Mediterrâneo e o Atlântico, e pudesse ainda fazer alguma coisa de belo para a Cristandade, a camaradagem das duas nações que já entre si repartiram amigavelmente o mundo para a obra nobilíssima da colonização!

Tenho dito.

José Pequito Rebelo.

Digitized by Google

Bibliografia

The Statesman's Year Book — 1913.
Notas sobre Portugal.
Portugal au point de vue agricole.
Anselmo Vieira — *A questão fiscal.*
Anselmo de Andrade — *Portugal económico.*
Esequiel de Campos — *Conservação da Riqueza Nacional.*
Dr. Ruy Ennes Ubrich — *Crises económicas portuguesas.*
Dr. Albino Vieira da Rocha — *A alta dos preços.*
Carneiro de Moura — *Historia politica, administrativa e colonial de Portugal.*
Dr. A. Lino Neto — *A pátria portugueza* (conferencia).
L. Poinsard — *Le Portugal inconnu — La production, le travail, et le problème social.*
Carlos Garcia Alonso — *In B. da Real Sociedade Geográfica — Valor geográfico y nacional de las fronteras.*
L. Victor Paret — *Encarecimiento de la vida en los principales paises de Europa y singularmente en España.*
Resena geográfica y estadistica de España.
Angel Marvaud — *L'Espagne an XX.ème siècle.*
» » — *La question sociale en Espagne.*
Leoncio Rodriguez — *La actual crisis financiera.*
» » — *Hacienda publica y reconstituition nacional.*
Vicente Gay — *El Imperialismo.*
J. Sanchez de Toca — *Reconstituition de España en vida de Economia Politica actual.*
Flores de Lemos — *Artigo in la «Lectura».*
Juan del Nido y Segalerva — *La Unión Ibérica.*
España económica y financiera, etc.

Digitized by Google

Digitized by Google

Colonizações ibéricas

Digitized by Google

Digitized by Google

SUMARIO

A colonização portugueza producto espontaneo do territorio e da raça; a colonização hespanhola obra facticia de imitação; os dois iniciadores: D. Henrique e Christovão Colombo; seu confronto. — Predisposição geographiça de Portugal. — Diversidade de condições sociaes nos dois paizes ao iniciarem a sua expansão. — A surpreza da descoberta da America; a desillusão do sonho oriental.

Caracter diverso da emigração, suas leis e effeitos. — As raças indigenas na America e no Oriente. — A preoccupação quasi exclusiva da descoberta de minas e o urbanismo na colonização hespanhola.

As restricções commerciaes e o seu exaggero em Hespanha. — O systema mercantilista.

Iniciada por aventureiros a colonização hespanhola é despoticamente absorvida pela Corôa. — As nossas instituições coloniaes originaes: a capitania; o prazo da corôa; Albuquerque mestre de Dupleix e da colonização ingleza; a imagem fiel da metropole na colonia hespanhola, a *encommienda*. — A incapacidade administrativa nas duas colonizações; a corrupção. — A desconfiança como base de governo em Hespanha: as audiencias, o *divide ut imperas*. — A comedia liberal.

O proselytismo nas duas colonizações; as religiões indigenas a subjugar. — O exaggero do clericalismo hespanhol.

A simpatia dos colonizados. — Exito respectivo das duas colonizações. — Relações actuaes dos dois paizes com as suas antigas colonias.

O moderno despertar da Hespanha prova da sua fallencia colonizadora; o rejuvenescimento colonial portuguez formula do imperialismo futuro. — Necessidade da reorganização nacional para a grande obra a emprehender. — A concentração de energias, a sua disciplina, o despertar da alma nacional pelo integralismo, condição unica de progresso.

Digitized by Google

Digitized by Google

Minhas senhoras e meus senhores:

No grupo interessante de rapazes, que em sucessivas e brilhantes conferencias teem vindo junto de vós tratar do problema iberico, cabe-me hoje a honrosa tarefa de vir colaborar estudando as colonisações dos dois povos visinhos. E' pois sobretudo do passado que eu vos venho falar, eu que sou quasi um velho ao pé dos meus colaboradores de agora, que já nos bancos das escolas me olharam como um enfadonho professor, mas que hoje commigo comungam em estreita fraternidade de idéas e de anceios patrioticos. E porque de colonização me ocupava nesses tempos saudosos da minha curta vida de professor, êles pediram-me tambem que dela tratasse junto de V. Ex.as, ao que accedi com a alegria que tenho sempre ao referir-me a essa manifestação suprema da nossa actividade social, excessiva e porventura funesta, mas para nós, povo sentímental e lírico, sempre digna de simpatica admiração, porque a éla devemos alguns dos mais rutilos florões que se engastam na coroa auri-luzente das nossas glorias historicas.

Confrontar a colonisação espanhola com a portuguesa é para mais sempre rasão de desvanecimento para um portugues apaixonado pela sua patria, porque neste campo mais uma vez se afirma a superioridade da raça lusitana e o caracter natural e espontaneo da nossa missão historica, a par da feição forçada e facticia da expansão espanhola. Natural e espontanea foi com efeito a colonisação portuguesa, que surge como um corolario logico da configuração geografica e como uma empresa penetrada do entusiasmo mistico da raça.

Decerto já V. Ex.as conhecem o classico paralelo entre Portugal e a Fenicia. Países ambos de reduzida expansão territorial e com uma fronteira bem caracterisada, que, como a V. Ex.as já ha dias mostrou o ilustre oficial do nosso exercito, Ex.mo Sr. Vasco de Carvalho, é uma garantia preciosa de independencia e de isolamento, mas é tambem e pelos mesmos motivos uma muralha oposta inexoravelmente á expansão continental, o mar era o caminho unico para a acção dos seus habitantes, quando as necessidades ou

Digitized by Google

a ambição os levassem a querer ultrapassar a área mesquinha do seu *habitat*. Assim como os audazes mercadores de Tyro e de Sidon iniciam a colonização da antiguidade, assim os portuguezes iniciam a colonisação dos tempos modernos, obedecendo uns e outros ao determinismo do seu meio territorial. O peso das cordilheiras fronteiriças parecia oprimir os hombros dos portugueses antigos e impelil-os para a costa e para o mar. Por este lado tudo convidava á aventura.

A extensão das nossas costas atinge em relação á superficie total do territorio uma proporção que não se encontra facilmente noutros países da Europa e o pendor suave por que finda em geral a nossa fronteira maritima é como que aperfeiçoado ainda pelo numero e admiraveis qualidades das suas aberturas naturaes. Refiro-me á abundancia dos nossos portos e á sua bem equilibrada situação: Lisboa, Porto, Setubal, Viana do Castelo, Vila do Conde, Caminha, Espozende, Figueira da Foz, S. Martinho, Lagos, Faro e Castro-Marim, são portos de facil acesso, propicios á defesa e que até nos seus defeitos impélem o português para a vida maritima. De facto pela sua abundancia mesmo e pelas dificuldades de comunicação terrestre no seu *hinterland* reduzido, não se prestavam esses portos a ser centros importantes de importação e exportação, não eram soberbos pontos de escala para o comercio com a Asia, Africa e America do Sul.

Uma vez embarcado, o portugues continuava a gozar dos favores da geografia, pois a disposição das correntes aereas muito facilitava a marcha das suas caravelas altivas e elegantes. O vento fagueiro impelia mais rapidamente essas frageis embarcações medievaes para as regiões trans-oceanicas nos portos deste baluarte avançado da Europa do que nos de outro qualquer país,

Pelo contrario, a Espanha tinha na sua compacta massa territorial uma pequena extensão de costas sobre o Atlantico; a parte principal e mais rica em portos da sua orla maritima defrontava-se com o velho Mediterraneo, como que chamando antes para o centro da Europa as energias da raça local. Quando se quizessem encaminhar para as regiões longinquas dos novos mundos, os espanhoes, não só tinham uma maior distancia a percorrer, mas para chegarem aos nossos pontos de partida ainda tinham de luctar com os nevoeiros frequentes da costa do Algarve e com a corrente violenta do estreito de Gibraltar.

E' por isso que mais do que o espanhol e antes dêle o português foi homem de mar, embora não tivesse as qualidades excepcionaes de marinheiro, proprias dum escossês ou dum normando, nem a sua pobresa e o atraso da sua industria lhe permitisse usar grandes e solidos navios. Todos estes males venceu a influencia decisiva do territorio, que, assim como impelia o português para

Digitized by Google

o mar, parecia dar-lhe facilidades especiaes de navegação, que supriam a experiencia e a sciencia das viagens.

A raça de boa-vontade atendia os impulsos do meio fisico. O dolicocephalo meão parecia dominado ainda pela saudade da sua Atlantida primitiva e impelido a sulcar com as quilhas dos seus navios as aguas profundas, onde repousava para sempre sepulta a faustosa civilisação dos seus maiores. Talvez esta propensão atavica explique a facilidade com que o luso, numa phase ainda rudimentar de progresso, se lança nas aventuras nauticas e no caminho dificil dos descobrimentos. Já no reinado de D. Affonso IV, segundo parece, se organisou uma expedição ás Canarias, então chamadas Ilhas Afortunadas, e de 1415 data a expedição de Ceuta. Só em 1492 se iniciam com Christovão Colombo as grandes navegações espanholas. Já então os estandartes portugueses se desfraldavam na Madeira e Porto-Santo, nos Açores, em Tanger, Alcacer e Arzilla, em S. Tomé e Principe e em Anno-Bom, já a costa Ocidental da Africa fôra explorada até Benguella, havia partido a expedição terrestre em demanda do celebre reino do Preste João, Bartolomeu Dias dobrára o Cabo das Tormentas e Pero da Covilhã visitára a India e a Costa da Africa Oriental. A' imitação reflectida e premeditada do que já nos cobria de gloria e que nós, originaes navegadores, tinhamos conseguido em 80 anos, se deve em grande parte o inicio da colonisação espanhola. Tanto basta para mostrar o seu caracter forçado e facticio.

Mas nada mais eloquente para salientar o contraste entre as duas colonisações do que o paralelo entre os seus iniciadores: entre as grandes figuras do Infante D. Henrique e de Cristovão Colombo.

Modelar e assombrosa figura essa do grande Infante, em que nenhum português deve poder falar sem sentir nas suas veias um frémito quente de entusiasmo, Nêle se consubstanciaram alguns dos mais sublimes dotes da raça e nêle se encontra em muitos aspectos o perfeito tipo do homem de estado e do condutor de povos. Eu sei que as grandes individualidades historicas, segundo uma teoria moderna, devem ser olhadas como um producto do meio social, em que actuáram, mas que por sua vez modificaram e orientaram decisivamente. Nada nos póde orgulhar mais, porém, do que este conceito, que faz brotar da alma nacional da epoca um tão grandioso e sublimado vulto.

Eu sinto não ter o brilho indispensavel para poder reconstituir deante de V. Ex.as, em todo o seu esplendor, a imagem prestigioza do Infante, mas não resisto ao prazer de sobre êle vos dizer modestamente alguma coisa. Português e colonialista não posso deixar de ter pela sua funcção historica uma comovida admiração. Como é proprio dos grandes homens, a êle coube galvanisar as

Digitized by Google

energias da raça e impeli-las numa direcção soberba de proveito e de gloria. Deve-se-lhe toda a grandesa colonial que Portugal atingiu. Como diz o bom Candido Lusitano, fantasioso na narração, mas por vezes judicioso nos conceitos: «Este famoso Principe deixou nos barbaros estabelecido um nome formidavel por seus triunfos, que quanto depois obrarão naquelas regiões os portugueses foi como gloria que deixára semeada a heroica mão do Infante para a recolherem seus sucessores.»

Corpulento e robusto, mas de estatura media, tipo normal da raça, e de figura grave, temperava D. Henrique na suavidade da fala a austeridade do semblante. «Na maior força de qualquer desprazer que lhe fizessem, escrevia o chronista João de Barros, estas eram as mais escandalosas palavras que dizia: dou-vos a Deus, sejaes de boa ventura.»

Fidalgo na mais nobre acépção da palavra, impunha-se como de justiça á veneração do publico pela magnificencia da sua ostentação nos atos solénes, como nos torneios e jogos pomposos, em que evidenciou a sua destreza, por ocasião dos desposorios da Infanta D. Leonor com o Imperador Frederico III; admirada foi tambem a riquêsa dos cortejos com que se fazia acompanhar, quer em ocasião de jubilo, como ao vir do Algarve saudar D. Affonso V pelo nascimento do seu sucessor, quer nas horas de triste dôr, como ao presidir á trasladação, por ele promovida, para o mosteiro da Batalha, dos restos mortais do seu infeliz irmão, o Infante D. Pedro. Mas do seu orgulho de fidalgo nunca quiz tirar privilegios indevidos e só nas muralhas de Ceuta, cuja conquista em grande parte se devera ao seu porfiado esforço de intemerato batalhador, consentiu em receber o grau de cavaleiro, que havia recusado antes, quando nenhum feito de guerra lhe dera ainda jus a merecer a alta investidura.

Como poucos ilustrado e sabedor, rodeára-se de sabios, alguns mandados vir de fóra, convivia intimamente com matemáticos, astronomos, geografos e cosmografos e dessa especie de academia que o cercava muitas invenções uteis resultaram para a sciencia da navegação. Dezoito anos porfiados estudára as matemáticas e outras sciencias e só depois dessa longa preparação, habilmente completada pelas informações que com cuidado inquiria dos mouros nas expedições africanas, iniciou a empreza difícil dos descobrimentos sob a sua alta direcção. A êle convergiam todas as noticias que, no seu regresso, traziam as sucessivas expedições e dêle exclusivamente recebiam ordens os que para os mares ignotos povoados de lendas temerosas partiam em demanda de novas terras. Investido no cargo de Grão-Mestre da Ordem de Cristo, era á custa desta e á sua própria, sem onerar o Estado, que organisava as constantes expedições. Na direcção destas revelou-se já colonisador distinto e pre-

Digitized by Google

vidente; assim mandava gente e gado para a Madeira e, depois dum terrivel incendio que devastára as riquezas florestais, que á ilha haviam dado o nome, logo providenciou para que todos os habitantes fossem obrigados a plantar mattas e para que se fizessem plantações de cana de assucar, expressamente mandada vir da Sicilia. Graças á decisão do Infante, dentro em pouco a ilha enriqueceu-se de modo nunca visto até então.

Para com os seus servidores e auxiliares eram extremas a sua bondade e as suas larguezas. Sabedor do falecimento de Nuno Tristão, ferido por uma séta envenenada nas paragens do rio Nuno, ele a si próprio se intitulou Pae de seus filhos. Pae dos soldados lhe chamavam tambem estes, que na frase interessante dum velho escritor português «sendo em todo o tempo gente nascida para carregar com os muitos males da pobreza, no Infante acharão sempre quem os aliviasse da carga».

Pelas viuvas e orfãos dos que morriam nas empresas maritimas profusamente espalhava socorros. «Escola de virtude da nobreza» denomina João de Barros a Casa do Infante; ser criado dêle era ao tempo, para todo o povo, diploma incontestado de ser homem de merecimento e de virtude. E porque ao serviço do Infante se adquiria gloria e fortuna todos queriam servi-lo, nunca lhe faltaram colaboradores prestantes, vindo até alguns do estrangeiro, que aqui se nacionalisaram e fixaram sua descendencia.

Religioso em extremo, na pureza da sua fé encontrava alento para as mais altas empresas e néla se escudava sempre, quando a sua voz autorisáda se fazia ouvir nos conselhos do Rei. Deu bens a varias Igrejas e no Restello fundou a celebre ermida, junto da qual criou um hospital. E neste tempo venturoso, em que ainda se não pretendera liberalmente criar um odioso e absurdo divorcio entre a religião e a sciencia, D. Henrique, o fervoroso crente, era um promotor incansavel da instrução. Para uma escola chegou a ceder o seu palacio de Lisboa e taes serviços prestou aos Estudos que, na abertura destes, em cada âno, era lido o seu panegírico.

Tal era o grande Infante, autentico produto da Nação Portuguêsa e que ao lado do Rei do continente foi verdadeiramente o Rei do imperio colonial português, que tão gloriosamente erigira!

Comparêmos agora com este principe, de descomunal grandeza, a figura do mercenario genovês, de Cristovão Colombo, a quem a Espanha deve o início da sua colonização.

Genovês de origem, tendo-se instruído bastante em Italia, Cristovão Colombo era um marinheiro ilustrado, mas vulgar, quando arribou a Lisboa. A Portugal e aos portugueses cabe a honra da sua apurada preparação scientifica, que no seu espirito gerou o vasto plano, levado a cabo com tamanha felicidade. Mais do que

Digitized by Google

a ninguem aos portuguêses, seus mestres e inspiradores, cabe um justo quinhão da sua imarcesivel gloria.

Com efeito, casado com uma filha de Filipe Perestrello, piloto italiano ao serviço do Infante D. Henrique, obteve Colombo da viuva daquêle, da sua sogra, a comunicação das cartas, diarios e instrumentos de navegação do falecido mareante e assim ficou conhecendo as navegações dos portuguêses. Fixando-se depois na ilha de Porto Santo, aí embarcou muitas vezes em expedições nossas, completando assim pela experiencia o saber que o estudo lhe trouxera. A Portugal, pois, tudo deveu Colombo.

Repelidos os seus oferecimentos pelo trono português, justamente incredulo na possibilidade de se encontrar pelo Ocidente caminho maritimo para a India, e por Genova sua patria, acolheu-se finalmente á Espanha. Nenhum entusiasmo aí encontrou a secunda-lo. Só com argumentos tirados da Biblia respondiam os sabios espanhois á sua hipotese de arrojado cosmografo, na celebre reunião de Salamanca. Por fim, mercenario e desnacionalisado a ponto de trocar por Colon á espanhola o seu nome italiano de Colombo, conseguiu este a proteção da Rainha Isabel, quando já quasi desanimava do seu acariciado intento. Só a ambição inteligente da Rainha o serviu, nenhum apoio lhe deu a nação espanhola. Até a indultos penaes foi necessario recorrer para se recrutarem as diminutas tripulações das suas naus, que tão mal se portaram na viagem. Que contraste com o animo com que tantos esforçados portuguêses se apressaram a oferecer ao Infante D. Henrique os seus serviços !

Ainda depois do triunfo brilhantissimo da sua jornada, o entusiasmo nacional pouco durou. Muitos o acompanharam na segunda viagem, mas só a custo encontrou companheiros para a terceira expedição. Não falo aqui já nas desventuras tragicas com que a ingratidão da nação visinha amargurou os ultimos ânos da vida do seu prestante servidor.

Colombo era, sem duvida, homem de raro engenho, de grande fé e de bondade sincera. Espirito de lealdade extrema, caracter pundonoroso e justo, apenas se lhe podem censurar as violencias de que usou para com os indigenas da America. Mas nunca deixou de ser um mercenario, ao serviço duma patria estranha. Contudo a êle se deve o inicio da colonisação espanhola, cuja artificialidade assim bem se demonstra, por inaugurada por um estrangeiro e sem o menor apoio na alma nacional. Quão diferente é a figura do Infante D. Henrique, filho dum Rei portuguez, de autentica estirpe nacional, nascido e educado em Portugal e tendo atraz de si a força duma nação inteira. E' certo que contra as suas expedições tambem a principio murmurava o povo receioso, mas esses protestos, que ainda mais realçam a grandesa

Digitized by Google

da iniciativa do Infante, em breve desapareceram e deram logar ao caloroso entusiasmo e á mais respeitosa admiração.

Como é significativo, pois, o paralélo entre os iniciadores das duas colonisações e como aqui ainda se manifesta a imitação de Portugal pela Espanha, pois entre nós se formou o espirito do primeiro navegador desta. Tambem foi em Lisboa que se recebeu a primeira noticia da descoberta da America; parece realmente haver ainda neste facto casual mais uma homenagem ao genio português!

De resto, a diversidade do modo por que foi acolhido em Portugal e Espanha o debute das navegações facilmente se explica pela diferenciação nitida entre as condições sociaes dos dois países na epoca referida.

Acima de tudo estava ainda por cimentar em Espanha a união nacional. Até então a união das provincias espanholas havia sido sempre mais acidental do que natural e forçada. Um estimulo de defesa exterior fôra o seu principal alicerce; virtualmente terminada a guerra contra o mouro invasor pela tomada de Granada, este alicerce aluía e perdia a rasão de ser. O fortuito casamento de Fernando e Isabel ligou os dois grandes reinos de Aragão e de Castela e foi a base futura da sua união definitiva, pois que então surgira pela primeira vez a acção forte dum poder central a contrabalançar a tendencia espontanea de desagregação dos diversos grupos sociaes. Exemplo bem convincente este, por tão claramente evidenciar a importancia da alta funcção coordenadora do poder Real!... Mas á data da partida de Colombo iniciava-se apenas esta evolução unificadora.

Economicamente a situação rudimentar da Espanha não se avantajava á de Portugal. O seu atrazo natural agravava-se pela cahotica e violenta regulamentação legal da industria e do comercio, propria da idade-média, pelas frequentes quebras de moeda e por outros absurdos governamentais, normais na época... o que não quer dizer que o não sejam tambem hoje!...

Comuns igualmente aos dois povos foram as restantes causas da sua colonização: o fervor do proselitismo religioso; o espirito de aventura e o desejo de gloria, que se havia herdado da luta tradicional contra os mouros e que o termo desta impedia de satisfazer; a avidez mercantil inspirada no conhecimento da opulencia soberba que á bela Veneza trazia o trafico do Oriente.

Todas estas causas atuáram nos dois povos, mas porque num mais do que noutro existia solidamente constituida a nação, elas influiam em Espanha mais sobre um pequeno numero de individuos isolados do que sobre a alma toda da coletividade, como em Portugal. A potencialidade colonizadora da Espanha estava, por assim dizer, adormecida e latente e foi preciso o acaso da intervenção

Digitized by Google

de Colombo para a começar a despertar. Assim se explica que tenha sido muito artificial e até de acaso o inicio da colonização espanhola, obtido a custo pelos porfiados esforços de Colombo e pelo auxilio insistente dum pequeno numero de pessoas, mais esclarecidas ou mais ousadas e aventurosas. O genovez não teve, como em Portugal, a acompanha-lo e auxilia-lo um impulso geral dos cidadãos. Por isso tambem foi maior a impressão causada em Espanha pela descoberta da America do que a produzida entre nós pelos triunfos progressivos e constantes dos nossos navegadores. Era um golpe feliz do acaso, não a coróação dum longo encadeamento de esforços. Comparem V. Ex.as a satisfação dum homem que alcança uma fortuna ambicionada, pelo seu trabalho inteligente, após muitos ânos de fadigas e de sacrificios, com a alegria estonteante daquele que recebe num bilhete de loteria uma riqueza inesperada. Tal foi a diferença entre os efeitos dos prímeiros descobrimentos em Portugal e Espanha. Nesta, como nos favorecidos do acaso, houve mais do que tudo a surpreza, não isenta dum mixto de deslumbramento e de confusão; em Portugal houve apenas o regosijo sereno de quem realisava um plano cuidadosamente elaborado e de ha muito em execução. O entusiasmo em Espanha foi febril, tendo Colombo tanta dificuldade em limitar o numero dos seus companheiros na segunda viagem, como a tivera em recrutar os indispensaveis tripulantes para a primeira, mas esse entusiasmo pouco durou. O reconhecimento de que na America não havia especiarias e de que por éla se não encontrava caminho para a India, o país das lendarias riquezas, desanimou os espiritos e a ferrea e pezada mão do Estado em breve veiu reprimir as esperanças de ventura rapida e facil, que a conquista do Novo-Mundo havia despertado na mente de tantos cidadãos!

Ficticia, pois, no seu inicio e nas suas primeiras condições, ficticia até nos efeitos produzidos na alma nacional, a colonização espanhola apresenta-se-nos nos seus primordios bem inferior á nossa—podemos dize-lo sem preconceito de faciosismo patriotico. Vejamos agora o que foram as duas colonizações no seu desenvolvimento, nos seus processos e na sua organização. E assim começaremos este ligeiro estudo pelo campo economico, comparando a população e o comercio.

* * *

Nociva embora, a emigração para as colonias portuguezas foi sempre livre e ampla. Era um caudal constante de energias que se furtavam á metropole e que faziam agonisar a cultura do solo e a exploração das industrias, mas era uma tendencia espontanea do povo e nunca os reis a contrariaram abertamente. Pelo contrario

Digitized by Google

em Espanha, sobretudo até ao reinado de Fílipe II, a emigração era severamente fiscalisada. Carecia de licença regia, só concedida a quem se mostrasse isento da condenação do Santo Oficio por si e nas duas ultimas gerações da sua familia e a quem alegasse um motivo legitimo para se dirigir ás novas terras, e só em Sevilha era permitido o embarque. Desta fórma a emigração limitou-se aos nobres, aos ricos, aos influentes e aos numerosos funcionarios. Estes nas Americas pululavam; escasseavam, porem, os verdadeiros povoadores, trabalhadores e activos. Não quer isto dizer que a emigração não fosse ainda excessiva, dada a fraca densidade da população da Espanha. A não ser no seculo XVII, em que éla serviu para desacumular das cidades o excesso de população que dos campos a elas havia afluido, a sua influencia em Espanha foi sempre depauperante. O esgotamento das energias indispensaveis ao bom aproveitamento de riquezas da metropole foi um mal que se fez sentir em Espanha como em Portugal, mas os nossos governantes tiveram o bom juizo de não pretenderem colbir por medidas legaes um fenomeno demografico natural, ao contrario do que fizeram os espanhoes, que neste capitulo mais uma vez revelam o abuso da ingerencia do poder central na vida nacional e o caracter regulamentado e artificial da sua expansão externa.

Fosse qual fosse, contudo, a díversidade do elemento imigrante nas colonias dos dois povos ibericos, o outro elemento da população, o nativo, o indigena, não era menos diferente numas e noutras. O nivel de civilização era na America o mais rudimentar e primitivo; e na India e no Oriente, pelo contrario, floresciam civilizações superiores e de muitas outras extintas permaneciam grandiosos restos e poderosas influencias. A' inferioridade enorme dos subditos novos da Espanha contrapunha-se nos dominios portuguezes a superioridade em varios aspectos dos dominados sobre os proprios dominadores. Tambem no campo religioso os espanhoes lutaram apenas com as idolatrias grosseiras da America, emquanto que o proselitismo dos portuguêses tinha de se defrontar com cultos admiraveis pelo espiritualismo e pela filosofia e senão inspiradores pelo menos precursores de muitos preceitos da religião católica.

Bem diversos eram, pois, os povos a colonizar. Num caso só havia a imprimir uma civilisação nova em quem nenhuma tinha, noutro havia que destruir primeiro a acção duma civilisação antagonica com a nossa e comtudo digna de admiração. E, todavia, foram os hespanhoes, cuja tarefa era bem mais simples, quem desde o principio mais se assignalou pelas violencias contra os indigenas. E' certo que logo apenas iniciada a conquista da America se assignalaram os esforços do jesuita Las Casas (pasmem V. Ex.as) pelo seu alto espirito de filantropía e até pela sua justa compreen-

Digitized by Google

são de boa sociologia colonial. Ainda foram promulgadas algumas leis nessa excelente orientação, mas a sua eficacia foi infima. Atraz de si os conquistadores espanhoes deixavam um rasto de sangue, derramado em mil crueldades inuteis, e o consequente odio inextinguivel que perdurou durante seculos. Violentos e brutaes foram os portuguezes, sem duvida, pois que a epoca era ainda de fereza e as guerras cruentas e cheias de ardis, mas contra povos submetidos e pacificos nunca o seu dominio foi barbaro e mau. O lirismo da raça temperava beneficamente a dureza dos costumes. Mais do que o português foi sempre o espanhol sanguinario e cruel.

Orgulham-se estes, porém, de nunca se terem dedicado a uma das praticas mais tristes, embora mais normaes, da colonização antiga. Refiro-me ao trafico dos escravos. Sem que eu veja nisso uma mancha indelevel para nós, tão normal era esse comercio em todos os povos e tão antiga a sua tradição, reconheço, é claro, que os portuguêses o praticaram na mais larga escala, abastecendo com o *marfim preto* não só as suas colonias, mas até as de outros povos e designadamente dos hespanhoes. Não se julgue, porém, que a ideias moraes obdeceu a abstenção dos espanhoes em exercerem este deploravel mas rendoso negocio. Sómente a falta de dominios em Africa e incapacidade comercial dificultavam o seu exito, mas nem as leis o condemnavam e proíbiam, nem êle repugnava á moral corrente. Inabilidade mercantil e nada mais é o que afinal se encontra nêste particular, em que á primeira vista parece evidenciar-se uma manifestação de superioridade do colonizador hespanhol sobre o português.

Ainda com respeito á população é de notar nas colonias espanholas a sua distribuição vicioza, toda aglomerada nas cidades, em vez de se distribuir pelos campos a faze-los frutificar. Tambem nisto se assinála a imitação servil da metropole, embora para o efeito muito concorressem egualmente o receio do justo resentimento dos indigenas, vingando-se nos colonos isolados dos maus tratos sofridos, e o carater não rural dos colonos espanhoes, todos eivados do virus burocratico. O proprio governo, que até dos colonos tinha medo, favorecia esta má tendencia, não fossem êles fundar uma população agricola importante, em que o apêgo ao solo fizesse esquecer o amor da metropole longinqua e dos seus interesses mal-entendidos. Lima, Mexico e Quito eram centros enormes em paises despovoados e inexplorados. E' sempre o carater artificial da colonisação espanhola, obra de ociosos e de funcionarios corrutos, não de produtores no bom sentido economico da palavra.

No aspeto material só a descoberta e a exploração de minas tinham o condão de entusiasmar o espanhol. Foi esta a feição predominante da sua colonisação e tanto basta para acentuar a sua

Digitized by Google

inferioridade. A riqueza das minas mais aparente e ostensiva deslumbra os imigrantes e desvia-os da unica fórma efetiva da exploração economica: a cultura do solo e as industrias. Tambem nós sofremos desse mal na crise mineira por que passou o Brazil. A' opulencia temporaria de cidades fundadas em poucos annos ao lado dos ricos jazigos sucediam em breve a devastação e o deserto, quando o esgotamento das minas determinava o exodo subito dos minerantes e de todos os que á custa dêles viviam. E, comtudo, a terra inviolada permanecia sempre ao abandono e ninguem ia buscar ao seu seio ubere a fortuna solida e permanente, que a sua fertilidade inexgotavel de sobejo garantia. Isto que foi, porém, uma fáse ruinosa mas passageira, na colonisação portuguêsa, limitada a uma curta duração e a uma pequena área dos nossos dominios, foi o traço dominante da colonisação espanhola. Era sempre o artificio e todavia... nem tudo o que luz é ouro, nem o ouro é sempre a fortuna — prova-o de sobejo a historia das colonias mineiras!

O regimen legal da industria era relativamente liberal (não tomando a palavra no seu sentido pejorativo) nas colonias espanholas. Provinha esta generosidade dos legisladores do seu desprezo pelas ocupações fabrís, quasi julgadas indignas da sua benevola atenção, e da ideia de que a exportação de produtos da metropole para as colonias só determinava naquelas o encarecimento dos preços. Foi esta pitoresca orientação que levou legisladores espanhoes ao curioso absurdo de proíbirem a exportação de mercadorias, procurando favorecer a sua importação.

Em compensação, todas as restrições eram poucas em materia comercial. Portugal e Espanha aproximam-se neste ponto; ambos foram os mais ferrenhos sectarios do systema do pacto colonial. Não só aos estrangeiros era vedado todo o comercio das colonias, mas até aos nacionaes, pois que constituia monopolio da Corôa. As mais severas sanções garantiam a obediencia a estas leis restritivas. Não me cumpre aqui pormenorisa-las, nem descrever os seus efeitos desastrosos, tanto economicos, como politicos. Economicos porque levaram a desprezar a agricultura e o comercio nas colonias e a exploração economica da metropole; esta, gozando da opulencia aparente que vinha da passagem por Lisboa das infinitas riquezas orientaes, adormeceu neste sonho de prosperidade e nêle perdeu o seu vigor. Politicos porque a exclusão dos rivaes estrangeiros deste comercio despertou a sua inveja e, iludindo-os talvez sobre o seu verdadeiro lucro, levou-os a prescindirem do nosso intermediario e a irem buscar à fonte, no Oriente, todos estes produtos preciosos, para o que acometeram as nossas possessões. E no entanto Portugal ia exportando ouro em abundancia para adquirir os objetos necessarios ao consumo dos seus habitantes e com frequencia recorria a emprestimos usurarios de estrangeiros para apres-

Digitized by Google

tar as armadas que partiam, tal era a mingua de recursos que se ocultava sob a fachada reluzente de ouro e diamantes!

Analogos pois os dois paizes nesta má orientação colonial, ha ainda talvez em Espanha uma pequena agravante no confronto com Portugal. Aqui, a principio foi o estrangeiro equiparado ao português até que as Côrtes de Coimbra em 1481 levaram D. João II a adotar medidas de rigor contra os mercadores estrangeiros. A seguir á descoberta do caminho maritimo para a India, julgou-se o capital português insuficiente para o respectivo comercio e permitiu-se a intervenção nêle de estrangeiros, chegando-se a organizar para isso uma companhia de negociantes florentinos. Em Marrocos e nas ilhas de Africa foram sempre admitidos os espanhois, como o foram no Brazil todos os estrangeiros católicos. De facto, embora ilegalmente, tambem os normandos e bretões, e mais tarde os ingleses comerciaram largamente nas costas de Africa. Em Espanha o rigor data do inicio da colonização e foi constante; ainda quando tardiamente se aboliram as peias legaes, as perseguições temerosas da Inquisição continuaram a afugentar os estrangeiros.

O monopolio da Corôa tambem em Portugal comportou muitas atenuações já no fim do seculo XVI, limitando-se a um menor numero de productos, e acabou quasi por completo com o governo de Pombal. Em Espanha, só nos fins do seculo XVIII, Carlos III tocou na arca santa do monopolio real com exito evidente para as colonias, mas não para a Espanha, inapta a concorrer com as outras nações europeias e que pouco depois perdeu grande parte dos seus dominios, revoltados emfim contra as suas violencias seculares.

Ainda para a navegação que só partia de Sevilha e em grupos ou caravanas de navios escoltados por barcos de guerra, o rigor da navegação espanhola foi superior ao nosso.

Pequena embora, ainda portanto no regimen do comercio colonial ha uma diferença a nosso favor. Não chegamos ao exagero de afirmar que a Espanha perfilhasse em absoluto o sistema mercantilista, visto que não contrariou o desenvolvimento das industrias nas colonias e reexportou para elas muitos produtos estrangeiros, mas do sistema tirou algumas normas e designadamente a regulamentação severissima do comercio de metaes preciosos e a proibição terminante da sua exportação.

* * *

A um reduzido numero de aventureiros se deve, sobretudo, o inicio da colonização espanhola. Homens de rara energia e de destemida coragem, admiraveis de audacia, verdadeiros super-homens no conceito nietzcheano, os Pizarros, os Côrtes, os Almagros e os

Digitized by Google

Alvarados eram, ao mesmo tempo, creaturas crueis e orgulhosas, féros dominadores, mixto de soldados e de bandidos, vêrdadeiras aves de preza, nobres pelo sangue, mas muitas vezes vis pelas acções. O predominio inicial d'esta classe marcou dum traço indelevel a colonização espanhola. A êles se subordinaram sempre as classes dos comerciantes, dos agricultores e dos industriaes, que só lenta e tardiamente se formaram nos dominios do reino visinho.

Ao lado e acima dessa classe de privilegiados surgiu, porem, a Corôa, anciosa de riquezas que refizessem os seus cofres exaustos pela longa luta contra os moiros, ingerindo-se em tudo e querendo dominar todas as atividades. Toda a terra das colonias pertencia á Corôa, que déla se serviu para constituir, em proveito dos favoritos dos reis ou em recompensa dos conquistadores, morgadíos extensissimos. Os fidalgos da America possuiam as maiores fortunas do mundo, mas era tal o seu fausto de orgulhosos e a sua ociosidade de ignorantes, que ainda se queixavam com frequencia de dificuldades de vida. Deste modo os indigenas eram espoliados das suas propriedades em beneficio de poucos privilegiados e nos dominios vastissimos e inalienaveis destes a agricultura mantinha-se no mais perfeito atrazo.

Na administração procurou-se reconstituir a imagem fiel da metropole. Acima de todos o vice-rei, chefe civil e militar, preferido para o provimento de todos os empregos, vivendo rodeado de aparato, recebendo enormes ordenados. Todo este brilho era, porem, ilusorio, pois cercava-o sempre a desconfiança, tão caracteristica do caracter espanhol, por parte do governo da metropole. Abaixo do vice-rei havia os capitães geraes e uma hierarchia infinita de funcionarios, tudo calcado sobre a organização continental. Diz Leroy Beaulieu que o aspecto caracteristico da colonização espanhola foi a fundação duma sociedade velha num paiz novo.

Em Portugal houve tambem em certo modo a reproducção nas colonias das instituições da metropole, pois a ideia de autonomia colonial só aparece no seculo XIX, mas houve, o que não se deu em Espanha, a formação de instituições originais para as colonias, algumas délas muitissimo interessantes.

Assim se criaram as capitanias e os prazos da corôa.

As capitanias são um tipo perfeito do regimen feudal — facto estupendo este, pois o feudalismo rigorosamente caraterizado nunca existiu no Portugal europeu. O que aqui não existira julgou-se, porem, adequado para as colonias e lá se creou.

E' para mim admiravel este procedimento dos nossos primeiros colonizadores, sem analogia nem precedente em nenhuma outra colonização da mesma época, e que revela, senão um conhecimento solido, pelo menos uma intuição exatissima e genial da diversidade de civilização entre metropole e colonias e, portanto, da diversidade

Digitized by Google

de soluções que numa e noutras devem ter os problemas administrativos. Acresce ainda para mais notavel tornar o facto que o regimen das capitanias se encontrava em aberta contradição com as leis do reino, onde já a Lei Mental de D. Duarte visava a restituir á Corôa os bens por éla imprudentemente doádos em tempos de crise.

Os donatarios das capitanias eram autenticos senhores feudaes, com direitos de propriedade e de soberania, que se transmitiam hereditariamente, e tributarios perpetuos da Corôa suzerana. A Corôa sómente cobrava nas capitanias certos tributos, como os direitos das alfandegas, o quinto das pedras e metaes preciosos e outros, mantendo apenas na respectiva área os funcionarios incumbidos de cobrar esses tributos. Todas as outras funções: civis, fiscais, militares e judiciais — estavam a cargo dos donatarios. Apenas a carta régia de doação ou foral que criava a capitania estipulava certos direitos em favor dos colonos — divididos nas tres classes: de fidalgos, peões e gentios — limitando assim os poderes do donatario, pois que tinha de respeitar sempre tais direitos. Como V. Ex.as vêm, o caracter feudal é evidente. E portanto, quando em Portugal já se achava travada a luta entre o Rei e os nobres, anterior mesmo de resto ao advento da dinastia de Aviz, e se procuravam ferir estes na base fundamental do seu poderio — a propriedade territorial —, D. João II veiu adoptar nas colonias a politica oposta, concedendo terras aos nobres, reanimando as suas aspirações e contrariando assim as leis do reino e as ideias da época. Compreendeu, porém, esse principe de raro engenho que a melhor fórma de estimular a colonização era a concessão de direitos soberanos. Verdadeira visão de genio, ainda imitada afinal em nossos dias, pela constituição de companhias coloniais com direitos de soberania.

Mesmo na sua dissolução progressiva, a historia das capitanias muito se assemelha á do feudalismo europeu. Lá temos igualmente os abusos e as violencias dos senhores feudaes, as lutas dêles entre si e com a Igreja, a exploração brutal das classes sujeitas e a consequente evolução centralizadora. Pouco a pouco aparecem nas capitanias funcionarios régios, uns incumbidos da defeza militar contra os estrangeiros, outros judiciais, como os ouvidores, e mais tarde os corregedores, a quem D. João II ampliou os poderes e que tinham jurisdição sobre os proprios donatários. Por fim vieram os delegados do governador geral, autoridade suprema em toda a colonia, e o donatario reduziu-se a um simples proprietario territorial.

E contudo, minhas senhoras e meus senhores, ao lêr as noticias das lutas frequentes intestinas, nos estados do Brazil, entre familias que sucessivamente ocupam por largo tempo as presidencias

Digitized by Google

dos diversos Estados e que dêles dispõem como verdadeiros feudos, eu já tenho perguntado a mim mesmo se não ha ainda aí uma sobrevivencia do velho regimen português? Se nesse país, o país por excelencia das capitanias, não ha aqui uma desforra esplendida da força da tradição contra os preconceitos palavrosos dos constituintes e se sob a camada ôca das constituições e das leis liberaes e republicanas não subsiste ainda nesses tiranos estadoaes a alma dos velhos donatarios? Seria assim mais uma vez a força invencivel da realidade das cousas a triunfar atravez de tudo, e não sem ironia, dos artificios legaes.

Falarei agora dos prazos da corôa.

Ou fosse islamica a sua origem, ou fosse indigena devida aos bantús e mocarangas, o certo é que os portugueses não inventaram esta instituição, embuida de principios feudaes. Mas tiveram o raro merecimento de a aproveitar e regular, em vez de a destruirem com a rasoira igualitaria propria das antigas colonizações. O prazo da corôa era uma área determinada de territorio, pertencente a um enfiteuta hereditario, que cobrava dos seus habitantes o imposto de mussôco e que se aproveitava do seu trabalho, dispondo dos braços dos indigenas para transportes, serviços de guerra ou de comercio; o senhorio administrava a justiça, tinha o monopolio do comercio de certos artigos e direito a uma parte de toda a caça. O prazo era instituido pela Corôa e transmitia-se pelas filhas, contanto que casassem com portugueses nascidos no reino.

A curiosa instituição dos prazos teve inegaveis vantagens. Foi um excelente processo de ocupação e de conquista e talvez o unico meio eficaz de obter o trabalho do indigena e de conseguir portanto o desenvolvimento da agricultura. Foi pois na Zambezia uma creação utilissima e pela sua originalidade e perfeita acomodação ás tradições locaes honra o criterio dos colonizadores que a adaptaram e déla se serviram. Poucos houve como estes na época antiga, que soubessem compreender e empregar uma instituição de natureza regional, tão diversa das conhecidas instituições da metropole. De novo o feudalismo serviu com exito de meio de guerra e de conquista, de novo aqui a concessão de direitos soberanos se justificou como um bom processo de expansão dos dominios coloniais.

Mas a verdadeira encarnação do genio colonial portugues aparece-nos na grandiosa e nunca assáz louvada figura de Afonso de Albuquerque. Orgulho dum país e duma raça, a sua gigantesca estatura parece pairar ainda hoje sobre os doirados horizontes da India e o influxo do seu assombroso espirito nunca mais deixou de orientar os que pretenderam dominar o vasto mundo, que é essa peninsula lendaria.

Digitized by Google

A êle se deve a primeira concéção do imperio da India, que os ingleses modernamente realisaram, e da sua organização, ainda agora vigente nas suas linhas gerais. Albuquerque só pretendia ocupar pontos estrategicos, designadamente os grandes portos, e apoiado nessas bases, formar um vasto Estado, com as suas provincias, o seu exercito, a sua armada e o seu tesoiro. Os portuguêses deviam manter pelas suas esquadras o dominio do mar e estabelecer em terra uma réde de fortalezas e de pequenos postos militares, fazendo irradiar a sua acção numa extensa área em redor destes estabelecimentos, por meio duma habil politica junto dos chefes indígenas, cujo poder se conservaria embora subordinado. Senhor de Gôa, de Ormuz, de Malaca e de Calicut, Albuquerque fundou o imperio indiano e consolidou-o pelo amor e pelo respeito dos indígenas. Desajudado, porém, pelo Rei D. Manuel e representante dum paiz pequeno e fraco, Albuquerque não realisou por completo o seu plano. Mas vejam V. Ex.as que fulgor de genio se desprende desta concéção portentosa, que tanto se destaca de todos os processos coloniais do seu tempo. Que outro povo teve, nesta Era de Quinhentos, tão grande colonizador e como a confirmação duma experiencia já quatro vezes secular veiu gloriosamente confirmar a elevação do plano e a perfeição do seu delineamento!

Abandonado pelos seus sucessores, o plano de Albuquerque veiu encontrar um efémero continuador no grande francês Dupleix. Tambem este quiz dar ao seu paiz o dominio da India e para isso teve em mira tres normas fundamentais: a constituição dum exercito indigena comandado por franceses, o dominio sobre os príncipes indigenas exercendo-se por seu intermedio o governo dos povos e a conservação, entre êles, das divisões e da hostilidade. Tudo isto estava já na obra de Albuquerque!

E não fizeram mais do que realisá-la fielmente os inglêses, desde os iniciadôres, como Clive e Hastings, até aos vice-reis modernos, como Curzon e Harding. A sua magnifica emprêsa coroou-se em 1887 pela atribuição á Rainha Vitória do titulo de Imperatriz das Indias. Nesse dia a gloria de Albuquerque adquiriu novo brilho. Um país estrangeiro, mestre supremo na arte de colonisar, consumára a realisação do seu plano genial, que a fraquêsa dos seus patricios infelizmente nunca lográra levar a cabo.

A estas concéções (em cuja análise, porventura fastidiosa, me demorei um pouco — perdõem-me V. Ex.as), que assignalam patentemente o génio coloniál do portugues, nada podia opôr o espanhol, reprodutor servil, em países novos cheios de energia a desabrochar, dos velhos moldes da carcomida metropole. Apenas criou uma instituição especial para as suas colónias: a *encomienda*, vasta extensão de terras, cedidas por duas, três ou quatro gerações, com a obrigação para o concessionario de proteger os indigenas, não os

Digitized by Google

vendendo e educando-os em ordem a alcançar a sua conversão ao cristianismo. Os indios em troca deviam ao senhor um tributo anual e um pequeno numero de prestações pessoais. Este regimen, nunca muito respeitado na pratica, pouco durou, não tardando a Corôa, sempre àvida, a reabsorver para o seu dominio imediato as terras e os respectivos habitantes. De resto, era uma instituição simpatica pelo seu intuito filantrópico, mas sem maior alcance, e que de modo algum podia ter os efeitos praticos das nossas capitanias ou dos nossos prasos da corôa; nem implicava como estes qualquer coisa de original ou de superior em organisação colonial.

Diversas no bem, as duas administrações, a espanhola e a portuguesa, aproximam-se no mal. Em ambas dominaram funestamente a corrução e a venalidade. Raro era o funcionario colonial, que se não enriquecia, quer pelo contrabando, quer pelo desvio dos impostos, que só em pequena parte chegavam a entrar nos cofres oficiais, quer pelo roubo sob as mais variadas fórmas. A tolerancia dos superiores para tais praticas era inexcedivel... Se êles faziam o mesmo... De resto, os funcionarios eram mal recrutados e geralmente duma grande ignorancia; só era, com efeito, nomeado quem tinha bons protectores. Mesmo os vice-reis mais probos, como D. João de Castro e Garcia de Noronha, não deixavam de levar comsigo e de colocar vantajosamente um numeroso séquito de parentes e amigos.

Grande era tambem a indisciplina nas colonias, chegando a havêr lutas á mão armada entre funcionários. Elemento pessimo era ainda a confusão das funções administrativas e do exercicio do comercio, a que todos se dedicavam por conta propria. O clima enervante dos tropicos, a vida luxuosa e móle das sociedades orientais pareciam dissolver as energias e liquidar as virtudes proprias do português antigo, austéro e rigoroso.

Neste ponto, pois, o mal é comum em Espanha e Portugal. Mas ainda na primeira houve um elemento peior que não existiu na segunda. Refiro-me á desconfiança tacanha e pequenina que caracterisa a administração colonial espanhola.

Assim para fiscalisar os actos dos vice-reis havia, além dos inspectores ou visitadores enviados casualmente ás colonias, as audiencias que funcionavam junto dêles e que eram conselhos de naturêsa politica e judicial. A audiencia correspondia-se directamente não só com o govêrno da metropole, mas até com funcionarios subalternos e com os proprios colonos. Que humilhante situação se creava assim aos pomposos vice-reis, á mercê da primeira denuncia dum inferior vingativo! E' certo que ainda nos nossos dias não será dificil encontrar a repetição do facto... Os membros da audiencia eram temidos e recebiam pingues ordenados, mas não podiam casar nem adquirir propriedades nas colonias. Nem estes escapavam á desconfiança doentia!

Digitized by Google

Tambem ninguem mais do que os espanhoes se serviu da velha maxima do *divide ut imperes*. Entre os diversos elementos da população crearam-se verdadeiras castas hostís entre si, e entre a classe superior e a inferior mantinha-se propositadamente um afastamento enorme. A protecção dos indios e das classes baixas não foi muitas vezes senão um expediente para a autoridade se apoiar nêles contra as classes mais elevadas. Entre os proprios emigrantes se procuravam acirrar os seus antagonismos provinciais. O abandono das estradas e dos meios de comunicação determinava-se principalmente por razões de ordem politica. Conseguiu-se, assim, em cada colonia, uma falta absoluta da união, que seria indispensavel para o seu progresso.

Tambem em Portugal se coarctou muitas vezes a acção benefica dos governadores, pelo acanhado criterio de poupar despesas ou pela pretensão do governo da metropole de se ingerir em tudo, até nas questões mais secundarias. Mas nunca a desconfiança se considerou como uma base aceitavel do regimen administrativo, nem se pretendeu desunir as diversas classes sociais. Por isso a população das colonias portuguesas foi sempre mais homogenea do que a das espanholas. Nova superioridade temos pois ainda aqui que referir em abono da colonisação portuguêsa.

Em conc'usão, portanto, não ha pois duvida de que a administração colonial espanhola foi mais imperfeita do que a portuguêsa e conservou sempre como traço dominante o da ficção e o do artificio.

Modernamente, um flagelo comum veiu assolar tanto as colonias portuguêsas como as espanholas — foi o da avariose liberal. Nunca o liberalismo, com o seu espirito absurdo de simetria, foi tão longe em monstruosidades como no campo colonial. Aqui já não é um sistema de governo discutivel, é um absurdo ridiculo. Os direitos do homem transformados nos direitos do preto das selvas são a eloquente caricatura duma doutrina, apenas recheiada de palavriádo vasio de sentido. O preto eleitor e elegivel no seu recondito sertão, igual ao mais culto habitante da metropole em direitos politicos e em influencia social, é dum pitoresco inexcedivel. Que melhor prova querem de que o sistema constitucional, na sua essencia, enférma do mais grosseiro desconhecimento da rialidade e da psicologia das colectividades! Esta comedia desopilante do preto-cidadão na sua palhota, acompanhando com batuques a eleição do *siôr* deputado, sái já dos dominios da sciencia para entrar nos da ironia alegre! Que admiravel sistema este. á sombra do qual as colonias não tinham de facto representação nenhuma, nem direitos riais e efectivos! Um simulacro descarado de eleição servía de pretexto para se negar a autonomia das colonias ou mesmo a sua justa influencia no governo, dentro do sistema, aliás reprovavel, da assimilação. Era a escamotiação liberal com todo o seu palanfrorio sem nexo nem sentido, na

Digitized by Google

sua mais perfeita expressão. Neste ponto, *arcades-ambo,* Portugal e Espanha novamente se equipararam para seu mal!!

* * *

Sem admitir que o interesse religioso tenha sido o elemento dominante da expansão colonial portuguêsa, reconheço que néla exerceu uma grande acção. As expedições ao Oriente, meio de grangear fartas indulgencias, foram tidas como verdadeiras cruzadas por muitos dos que nélas participaram. A cruz de Cristo foi o simbolo protector das nossas caravelas, nas suas mais arrojadas navegações. De resto, não só em Portugal como em outros Estados na mesma idade historica, estabeleceu-se um laço indissoluvel entre a civilização e o cristianismo. Entendia-se que a entrada no Gremio da Igreja bastava para transformar as ideias e os costumes dum homem, quaesquer que fôssem os seus sentimentos. Desta fórma, a evangelisação era considerada como a base da sociedade nova a fundar em que entrariam, confundidos já pela comunidade de espirito, os imigrantes ou colonos e os indigenas. Deste conceito evidentemente excessivo derivou em parte a exagerada e nociva assimilação do nosso sistema colonizador, mas a essa grande ideia moral se deveu tambem uma força poderosa. A auto-convicção da sua função de apostolos animava os nossos primeiros colonizadores e dava-lhes muitas vezes alento para proseguirem as suas temerosas empresas, nos mais infelizes lances!

Nunca a influencia religiosa foi um mal na colonização portuguesa, mas já o mesmo se não pode dizer da sua influencia na colonização espanhola. Nesta houve, com efeito, não a simples acção religiosa, mas o exagero do clericalismo. Nas colonias espanholas pululavam os conventos, que chegaram a ocupar metade da area da cidade de Lima, e os padres exerciam nélas as mais altas e as mais variadas funções administrativas. E' certo que êles foram sempre fieis serventuarios da Corôa e com éla viveram em estreita aliança, mas a sua acção economica foi nefasta, pela existencia de grandes bens de mão-morta, pelos encargos tributarios para o seu custeio e pelos abusos das ordens mendicantes.

As missões dos jesuitas com os seus aldeamentos, em que reuniam e educavam os indigenas, os quaes por sua vez cultivavam as terras em proveito da comunidade, tiveram uma importancia nas colonias espanholas sem analogia nas colonias portuguesas, nem mesmo no Brazil. A influencia destas missões sobre os indigenas foi geralmente benefica, mas tinha o defeito de os manter num isolamento absoluto dos demais habitantes da colonia, contribuindo assim para acentuar a divisão entre os diversos elementos da respectiva po-

Digitized by Google

pulação. Foi pois uma fórma artificial, mais uma vez o notamos, aquela de que os espanhois usaram para a civilização dos indigenas. E, facto sintomático, estas missões foram abolidas pelos portuguêses no Paraguay, sua terra de eleição, logo que esta provincia, no seculo XVIII, caíu em seu poder. Ha pois aqui mais um traço distintivo bem claro entre as duas civilizações.

* * *

A politica indigena dos portuguêses tem sido muitas vezes e ainda em nossos dias duramente calumniada. E' certo que êles não seguiram sempre a politica inteligentemente tolerante de Afonso de Albuquerque, mas foram geralmente justos e generosos para com os povos sujeitos e nunca os destruiram. Na India houve violencias contra os mussulmanos, mas porque contra estes a luta foi tenás e sem tréguas e porque nêle se via o inimigo da patria e o inimigo da fé. De atrocidades, de resto, podem ser acusados todos os colonizadores ainda modernamente; cometeram-nas os ingleses na India e no Transvaal, os franceses na Argelia e no Gabão, os belgas no Congo e escuso de falar dos alemães! Mas, a par destes actos isolados, aos portuguêses deveram os indigenas os primeiros rudimentos da civilização, o conhecimento e o consumo de novos produtos, emfim um aumento sensivel de conforto e de bem-estar. Povo essencialmente comunitario e sociavel, destituido de orgulho antipático, o português sempre teve facilidade em se aproximar dos indigenas e em confraternisar com êles, porventura até em demasia!

Mais duro e altivo, o espanhol nunca obteve a simpatia dos seus colonizados e foi sempre em consequencia de revoltas porfiadas e sangrentas que perdeu as suas colonias. Logo que encontravam em si ou no auxilio externo os indispensaveis meios de luta, as colonias espanholas apressavam-se em sacudir o jugo da metropole. Nós, a não ser pela força de países mais fortes, só perdemos o Brazil, que conseguiu a sua emancipação e esta foi suave e quasi amigavel. Que testemunho eloquente de enorme superioridade nós podemos reivindicar neste facto e como dêle se deve justamente orgulhar o nosso patriotismo!

A esta circunstancia se deve em grande parte o contraste frizante das relações que as duas metropoles mantêem com as suas antigas colonias.

O Brazil é o nosso país irmão, tem sido, na frase conhecida dum escritor nacional, depois de independente a nossa melhor colonia. Além da intima fraternidade intelectual que nos une e da comunhão quasi completa de idéas e de costumes, é êle a base principal da nossa economia, o objectivo quasi exclusivo da nossa

Digitized by Google

pavorosa emigração, o elemento essencial que permite á precaria balança economica nacional manter-se em equilibrio. Nada nele sucede que nos seja indiferente. Assim como as doenças dos filhos muito queridos abatem e consomem as mães, assim qualquer crise no Brazil tem entre nós imediata e cruel repercussão. Tudo isto é tão conhecido que não vale a pena insistir mais.

Por seu lado a Espanha mantem com as suas antigas colonias relações cordeaes, sem duvida, mas sem a menor intimidade. São para ela países estrangeiros, como quaisquer outros. Só recentemente a emigração para a Argentina se tem desenvolvido e o panIberismo tem procurado aproximar as diversas sociedades de origem espanhola.

As relações atuaes de Portugal com o Brazil representam a mais solene e gloriosa coroação da sua carreira e das suas aptidões coloniaes. Poucos factos como este podem despertar com razão o entusiasmo e o orgulho nacionaes. A separação entre a Espanha e as suas colonias, nos termos em que foi feita, envolve, pelo contrario, a lamentavel confissão da sua incapacidade organizadora.

Não disputamos á colonisação espanhola a honra de ter preparado e iniciado a civilização da America Central e Meridional, mas a nossa obra no Brasil não só não lhe é inferior em nada, mas até se deve considerar mais meritoria por ser devida a um paiz mais fraco e ter deixado uma influencia mais perduravel. Mas não foi só o Brazil. È preciso não esquecer os Açores e a Madeira, inicialmente tão selvagens e abandonados como o *far-interior* da Africa atual e em que a obra civilisadora foi perfeita, completa, acabada, transformando essas regiões em verdadeiros paizes europeus á portuguêsa, sem diferirem substancialmente de qualquer das nossas provincias continentaes. Ha ainda Cabo Verde tambem quasi europeanisado dentro do vicioso regimen da assimilação. E já não falo na exuberante exploração economica de S. Thomé, verdadeira perola das fazendas coloniaes, nas obras grandiosas de Lourenço Marques, no interessante aproveitamento agricola e industrial da Zambezia, emfim em tantos padrões de gloria que ao mundo altivamente atestam o genio colonial do português. Os dominios coloniaes da Espanha atualmente nenhuma importancia teem e nenhum progresso material nêles se assinála. E' pois bem superior o exito da colonisação portuguesa ao da colonisação espanhola.

E, comtudo, em ambas houve uma decadencia bem marcada e mesmo para nós os vastissimos dominios de hoje não são mais do que pequenas parcelas do colossal imperio de outr'ora.

Sob o ponto de vísta que nos ocupa não é destituida de interesse a análise das causas d'essa decadencia. Em Portugal a causa decisiva e capital foi a fraqueza da metropole. E' claro que Portugal não podia dominar ao mesmo tempo a India, de tão difficil

Digitized by Google

sujeição, o vastissimo Brazil e o seu imenso dominio africano. Dois ou tres milhões de portugueses manterem-se senhores de imensos territorios nas cinco partes do mundo, em luta com os seus habitantes e ao mesmo tempo com as mais ricas e poderosas nações da Europa, como a Inglaterra, a Espanha e a França, seria um prodigio inconcebivel. O imperio português estava pois condemnado a um desmembramento fatal. Houve sem duvida erros na administração das colonias e mesmo na da metropole, desorganisada e com os seus recursos por aproveitar, mas se isso apressou o desfecho, por certo o não motivou. Houve uma causa de força maior que a tudo sobrelevava e pela qual não fomos responsaveis: a nossa fraqueza.

A Espanha era bem mais forte do que nós, mas a sua preocupação absorvente foi sempre a Europa, em que concentrou e esgotou as suas energias; as colonias eram um apendice, sempre artificial e prescindivel. Porem, aqui muitos factos contribuiram para a decadencia: a formação nas colonias duma classe media hostil á metropole, a oposição nélas entre a classe superior faustuosa e a classe inferior miseravel, a má qualidade da emigração recrutada na escória do continente, a desunião entre os governantes e o seu espirito rotineiro e acanhado com os consequentes erros praticados. Todos estes factos revelam outros tantos erros dos espanhoes que muito os prejudicaram. Mas acima de todos ha, não uma razão invencivel como em Portugal, mas o carater artificial da colonisação, visto que éla era um accidente e um desvio da vocação e da atividade nacionaes, dominantemente absorvidas nos negocios europeus.

Aos espanhoes se deve mesmo, em parte, a decadencia da colonização portuguêsa. O periodo calamitoso da denominação filipina deixou quasi abandonadas as nossas colonias aos ataques dos inimigos da Espanha, que as preferiam ás proprias colonias espanholas por serem aquélas menos bem defendidas e mais ricas. Quando o seu dominio nos trazia novos inimigos, era ao mesmo tempo Portugal empobrecido, o Oriente desprezado em preito exclusivo á America, as forças navaes portuguêsas destruidas nas guerras europeas, os comerciantes portuguêses mais perseguidos ainda do que os espanhoes com restrições e vexames e a exportação de metaes preciosos, indispensavel para o comercio com a India, formalmente prohibida.

Portanto, a larga responsabilidade que á Espanha cabe na decadencia da colonisação dois Estados ibericos é indubitavel e só confirma o nosso juizo, já tantas vezes expresso, de que tudo é artificial e ficticio na colonisação espanhola, ao contrario do que sucede na nossa, produto natural das condições do meio e da raça.

Digitized by Google

* * *

Estudámos, pois, as duas colonisações ibericas no seu inicio, no seu desenvolvimento e na sua decadencia, mostrando sempre o carater artificial e facticio da colonisação espanhola. Mas a mais irrefutavel demonstração da nossa tése encontra-se em factos contemporaneos.

Senhora ainda de vastos dominios, a Espanha perdeu-os subitamente em 1898, deixando quase de ser uma potencia colonial. Quaes as consequencias? Admiraveis de bem-estar e de progresso. Essa data fatidica na aparencia marca o inicio do rejuvenescimento economico da Espanha. O seu comercio aumentou, neste periodo, enormemente. A agricultura aperfeiçoou-se e ampliou-se, poderosamente auxiliada por grandes obras de irrigação; a extração mineira intensificou-se, as novas fabricas multiplicaram-se. A todos os que conheceram a Espanha de ha 20 anos impressiona o seu aspecto presente de bem-estar e de riqueza, levada ao maximo no atual periodo da guerra. A perda das colonias foi pois uma verdadeira libertação. Perder tão vastos campos de atividade e alguns riquissimos, como Cuba, e em seguida a uma guerra parecia um golpe tremendo! Pois foi inversamente um beneficio! Este facto assombroso e talvez sem precedentes em toda a historia da humanidade mostra de fórma iniludivel quanto era artificial a colonização espanhola e quão pouco éla correspondia ás necessidades e ás tendencias da nação. Quem o poderá contestar depois de prova tão flagrante!

Pelo contrario em Portugal a perda das colonias, eventualidade que tem feito receiar sombrios planos de ambições alheias e monstruosos erros nossos, é considerada, e com razão, como uma invencivel ruina nacional. Na cifra total do nosso comercio a percentagem do nosso comercio colonial tem aumentado brilhantemente. Que seria da nossa balança economica sem o *apport* da reexportação do cacau de S. Tomé! Que seria das nossas fabricas de tecidos sem o mercado de Angola, quando a introducção do sistema da porta-aberta, absurdamente consentido por um governo incapaz, já provocou nessa industria uma tão grave crise! E a exportação de vinhos! E todas as multiplas fontes de riqueza que as colonias encerram e cuja exploração é infelizmente ainda rudimentar! Portugal, país pobre e sem autonomia economica possivel, que viveu da India e vive ainda do Brazil, tem nas colonias a unica justificada esperança do seu resurgimento proprio. Perdê-las era perder tudo e até a propria independencia. A colonização é, pois, bem um fenomeno nacional, ditado por imperiosas necessidades da patria e não uma mera creação artificial como em Espanha.

Digitized by Google

Felizmente, estas ideias vão-se incutindo cada vez mais na alma da Nação Portuguesa. Os ultimos ânos do seculo findo assinalaram um louvavel esforço colonial. As façanhas épicas das gueras coloniais desse periodo foram acompanhadas dum largo movimento de ideias e duma interessante producção de obras sobre assuntos coloniais, surgiram simultaneamente apreciaveis iniciativas economicas, emfim, a salutar febre colonizadora começou a assenhorear-se da alma portuguesa.

Mas para todo esse movimento simpatico e generoso é indispensavel fornecer-lhe o essencial substracto duma metropole unida, forte e progressiva. Não é com o Portugal corroído por longos ânos de indisciplina e de anarquia mansa, eivado de palavrite aguda, desmoralizado pela auto-critica mordaz, desalentado, sem ideais nem grandezas, que se pode tentar uma larga obra de colonização nos vastos dominios que ainda são nossos. A metropole, atormentada por quasi um seculo de constitucionalismo deleterio e quasi asfixiada por cinco anos de delirio democratico, nada pode fazer. Mal conserva a vida interna, como pode pretender expandi-la? A questão colonial é um corolario da questão geral da reorganização nacional do país. Efectuada esta, devem as energias da nação ter um fim, um ideal a conseguir, devem ter emfim o seu imperialismo. E este não pode ser outro senão a ocupação efectiva e a plena valorização das amplas regiões que ainda pertentencem á nossa patria. Este é o nosso futuro e a sua grandeza bastaria para nos animar á reconstrucção da metropole, quando a necessidade desta nos não fosse já imposta por interesses mais imediatos e por mais urgentes razões!!!...

Essa obra de reorganização nacional deve ter dois fios condutores. Por um lado éla deve visar a despertar a nação do seu torpor, a reerguer as suas energias adormecidas, a mostrar a todos que vale a pena viver e trabalhar. Mas, por outro lado, essa eflorescencia de energias assim provocada deve ser canalizada, orientada, disciplinada para ser proficua e salutar. Para isso nada melhor do que restabelecer os antigos quadros da civilização portuguesa, que éla espontaneamente elaborou e dentro dos quaes tanto se elevou e engrandeceu. Não é uma invenção que se propõe, é a restauração do que já nos fez grandes e felizes, nas linhas geraes acomodadas ás circumstancias da época. E' o integralismo portanto quem deve realisar a dupla funcção referida: acordar e orientar a alma nacional, libertando-a dos convencionalismos e das imitações absurdas. Só então a Nação poderá reviver e progredir e só então éla poderá colonizar!

E na colonização, defendendo o sistema da autonomia, hoje geralmente preferido aos demais, encontramos uma plena confirmação da doutrina integralista. A autonomia tende a educar as colo-

Digitized by Google

nias de fórma que élas se possam governar por si proprias, com instituições e leis por élas criadas e acomodadas ás suas necessidades. Pois que mais é isso do que a aplicação pura da doutrina integralista, toda fundada no respeito pela raça e pelo meio social!

Se um dia, como espero, vingar a nossa cruzada e Portugal fôr restituido á legitimidade da sua tradição historica, o progresso virá rapido e como base e efeito dêle dar-se-á uma ampla e bem orientada expansão colonial. Nesse dia, varridas as teias liberais e os preconceitos doutrinarios, Portugal restaurado impôr se-ha ao respeito do mundo e na sua corôa se engastarão, como florões preciosos, as suas colonias transformadas!

Minhas senhoras e meus senhores, confiemos nesse dia de gloria e de luz, que êle seja o objecto dos nossos anceios e trabalhemos desveladamente para que êle venha e depressa, como é mister, para salvação de tudo e de todos.

Tenho dito.

Ruy Ennes Ulrich.

Digitized by Google

Digitized by Google

O Direito e as Instituições

Conferencia realizada no salão nobre da Liga Naval, em 11 de Maio de 1915.

Digitized by Google

Digitized by Google

SUMARIO

I — O Direito considerado como regra da associação. Falencia da concéção revolucionaria dos Direitos-do-Homem. Causas historicas da desnacionalisação do nosso direito: — o Romanismo e a Ideologia Revolucionaria. O exotismo no Direito e nas Instituições.

II — As teorias negativistas da Nacionalidade, no seculo XIX. Sua influencia nociva na formação e desenvolvimento da consciencia nacional. Lusitanos e Ibéros: — diversidade da sua proveniencia étnica, das suas tendenciaes e consequente dissemelhança das suas instituições. O comunitarismo lusitano e o individualismo dos Ibéros do Planalto: — influxo destas tendencias na formação do Direito e no caracter fundamental das instituições dos dois povos. Continuidade das mesmas tendencias, através as invasões da Peninsula. Os romanos, os godos e os árabes.

III — A Reconquista e as Monarquias neo-cristãs. As *behetrias* em Portugal e em Castéla: — suas diferenças. *Fuéros* e forais. O direito foraleiro nas Nações peninsulares.

IV — A moderna fáse do Direito. O Codigo Civil Português e o Codigo Civil Espanhol. O direito familiar e patrimonial dos dois povos: — suas caracteristicas diferenciais. As Mesericordias, «*fructo próprio e natural déste Reino*».

V — A crise nacional da hora presente. O Resgate. O Milagre de Valverde.

Digitized by Google

Digitized by Google

Minhas Senhoras e meus Senhores:

I

Entre as múltiplas manifestações que exteriorízam a alma de um povo, o Direito é, por certo, uma das que melhor a tipam e definem.

Refiro-me, é claro, ao direito que nasce das relações familiares e patrimoniais da comunidade, que sendo a expressão das tendencias e aspirações mais fundamentais dos povos, com êles se identifica e conserva a marca da natureza não contrafeita por convencionalismos ou exotismos de diversa ordem.

Tratando-se, por isso, de definir e acentuar a diferenciação entre dois povos, indispensável se torna alargar o ambito dêsse estudo á sua vida jurídica e institucional. E se de tal estudo resultar uma nítida demarcação de caracteristicas diferenciaes, póde afirmar-se, sem receio de errar, que a fronteira que separa esses dois povos não é a resultante casual de um capricho histórico, nem a fórmula convencional de um interesse politico efémero.

Não: — essa fronteira será a barreira natural e insuperavel que scinde duas étnias diferentes.

Todo o homem, seja qual fôr a sua proveniencia étnica, tende naturalmente para a associação. A sociabilidade e a religiosidade são as primeiras necessidades da alma humana. Mas se essas tendencias são comuns a todos os homens, diversas e bem diversas são as fórmas por que élas se realizam; — e é nessa diversidade de fórmulas de arranjo social que, mais ainda do que nos estigmas antropológicos, podemos encontrar as lindes que profundamente separam os povos de diversa etnogenia.

Ora, sendo o Direito a regra da associação imposta na infancia das sociedades, pela força coercíva do preceito religioso, êle não póde deixar de ser o claro espelho do espirito dos povos que o geram e um seguro guia para a reconstituição do mais remoto

Digitized by Google

habitat espiritual e moral das sociedades em que se fórma e desenvolve.

Suponho que é já inutil a demonstração de que só a sociedade, a vida de relação originam o Direito.

Creio que dentre os que me escutam já não ha quem acredite nos *Direitos do Homem*, na *Bondade Imanente* e nessa série de sofismas com que o cerebro dementado de Rousseau anarquizou a Inteligencia do seu tempo, invertendo por completo os termos da equação social.

Já a velha sabedoria, pela voz de Aristóteles, proclamava que o homem, sem a limitação da Lei, imposta pela sociedade, não passaria de uma fera bruta e sanguinária, dominada, apenas, pelos impulsos da fome e do apetite carnal.

Nenhum homem aceitaria a limitação da lei se não carecesse, para sua defeza, de limitar tambem os ímpetos do egoismo alheio.

A renuncia individual só é possivel quando conta com a renuncia dos outros.

Não se compreende o Direito sem a sociedade, nem uma sociedade sem Direito.

Tal é o milenar conceito filosófico que a inteligência do século, felizmente liberta da utopia revolucionária, reivindica repondo, emfim, no seu verdadeiro lugar os termos da equação.

A Humanidade de hoje, sedenta de ordem e de disciplina, repudía a ficção revolucionária que, durante mais de um século, a transviou da estrada direita e iluminada da Inteligencia,

Não nos digam mais os declamadores da Revolução que o homem é fundamentalmente bom e que é a sociedade que o perverte; que o individuo nasce livre e revestido de direitos, sendo-lhe, por isso, lícito reconstituir a perversa sociedade, ao sabor da sua fantasía! Não nos repitam essa toada roufenha de *carmagnole*, porque nós não só a não acreditâmos, mas até a repelimos e detestâmos, como a causa mais funesta dos funestos males que ha mais de um século nos afligem.

Nós bem sabemos que é a vossa doutrina que fórma os espiritos de Ravachol e de Bonnot... para não falar de outros do interior... Entre êstes e Rousseau não ha diferenças essenciais.

Esses alucinados são menos criminosos do que quem deu pasto, com doutrinas sediciosas, ás suas imaginações doentías.

O que êles quizeram, afinal, foi realizar a *cidade do mestre*. Insurgiram-se contra a espécie, porque pretendiam aperfeiçoál-a.

Mas a Humanidade é tão iníqua que eríge estátuas e monumentos tumulares ao pai espiritual, e manda para os cárceres ou para a guilhotina os filhos que lhe conservam a herança e piedosamente executam o testamento!

Bem diz o alto espirito de Julio Lemaitre que se o alucinado

Digitized by Google

de Genebra tivesse visto realizada a sua *cidade*, seria o primeiro a fugir déla.

Escuso de vos recordar como o *homem fundamentalmente bom* começou a castigar e a corrigir a sociedade que o pervertia...

Não quero invocar neste lugar a memória sinistra dessas *messes rouges* do Terror, em que centenas de cabeças inocentes caíram no cesto da guilhotina, sacrificadas aos *Imortais Principios;* — não ouso deter-vos na arripiante evocação das *noyades* de Nantes, dos massacres de Setembro e de toda essa monstruosa orgia de sangue com que se festejou a outorga do *Contracto Social*....

Mas como não havia de ser assim? No passado, no presente e no futuro, repete-se sempre, com diferenças apenas de detalhe, a lição inflexivel da Historia.

Sempre que o homem-abstracto, o homem da Natureza pretende reivindicar os direitos que renunciou em favor da Sociedade, a luta, mais ou menos sanguinária, mas sempre feroz, surgirá, tendo como termo a dissolução social.

O individualismo revolucionario ensina ao homem direitos, apenas; — a Sociedade impõe-lhe deveres.

A Natureza opéra exclusivamente segundo o egoismo do individuo; — as leis sociais segundo o interesse da colectividade.

E assim, a concéção abstracta dos Direitos do Homem, põe o homem em guerra comsigo mesmo: — guerra absurda em que o individuo se insurge contra a Sociedade, porque esta lhe limita os impulsos da Naturéza, revoltando-se simultaniamente contra os outros individuos que, a seu lado, obedecem aos mesmos apetites de egoismo, sem se aperceber de que nesta revolta encarna a propria sociedade, contra a qual primeiro se insurgiu.

O Direito não é, pois, um predicado imanente ao homem, mas apenas uma necessidade social, a regra da associação, a defêsa do próprio egoismo pela limitação do egoismo alheio, a renúncia do individuo perante o interesse da espécie, porque este é tambem, afinal, o seu próprio interesse

E é porque o Direito nasce da associação e é a regra déla, que assume diversas modalidades estruturais, consoante os aspectos que as tendências étnicas e as condições do meio imprimem aos agregados sociais.

Efectivamente, os povos que têem uma finalidade histórica e uma consciencia colectiva, organizam-se segundo as suas simpatias de raça e as condições do seu *habitat*.

Se o não fazem, se se deixam penetrar pela febre do exotismo, falsificam-se e perdem-se irremediavelmente. O Direito não é *artigo de importação*.

Os povos que falsificam as suas instituições acabam por ser fal-

Digitized by Google

sificadas por élas. Quebrada a continuidade histórica, perdida a Tradição, a consciencia da Nacionalidade em breve se subverte e afunda num charco de miséria moral.

E' — com funda mágoa o digo — o que vem sucedendo entre nós de ha longos ânos: — Portugal começou de ha muito a falsificar o seu direito próprio e as suas instituições tradicionais e o resultado é que o Povo Português está hoje quase falsificado.

* * *

Vem de muito longe a obra lenta mas porfiáda da desnacionalisação do nosso Direito, que se iniciou com o pedantismo romanista da Renascença.

A paixão naturalista da época atira-nos para a India, em demanda do reino doirado de *Preste Joham* e desbarata, numa orgia cara e estéril, as virtudes rurais da Raça.

O Humanismo, com a sua visão unilateral do modêlo greco-romano, transvia-nos dos moldes literários que o espirito particularista da Nacionalidade havia criado. E no Direito, o Romanismo completa a obra de desnacionalização, substituindo ao particularismo regionalista do direito foraleiro, a rigidez das fórmulas gerais do direito romano.

Os *homens-bons* dos concelhos cedem a palavra a Acúrsio e a Bártolo. A antiguidade clássica ressurge como uma obsessão colectiva, viciando as virtudes ancestrais da Grei.

Sob o influxo romanista, reforma-se a Ordenação do Reino e reformam-se os forais.

O chanceler do Reino Rui Boto e depois o licenceado Rui da Grã e o bacharel João Cotrim recebem das mãos do Senhor Rei D. Manuel I o encargo de reformar a Ordenação e realizam a sua obra como serventuarios dos Glosadôres e dos Comentadôres.

Como Direito subsidiário da Ordenação reformada, prescrevem as glosas de Acúrsio e os comentários de Bártolo.

O romanista Rui de Pina é incumbido, pela mesma época, de reformar os forais, unificando-os, segundo as regras do direito romano.

De 1513 a 1517, percorre as provincias do Reino e a sua passagem é como uma rasoira. Os forais, desde então, mais parecem diplomas de exacção fiscal do que esses admiraveis códigos de direito publico e civil, que até aí haviam sido.

A fixação dos direitos reais oblitéra a feição paternal da magistratúra do Rei: — era a consequência lógica e fatal da unificação do Direito.

E é assim que o maravilhoso edificio municipal começa a desmoronar-se.

Digitized by Google

A sujeição ás regras gerais substitue a diferenciação regionalista da pura organização foraleira. O comunitarismo ancestral da Raça começa a diluir-se n'um individualismo exótico e dissolvente.

A decadência da Nação começa: — pervertem-se os costumes, dispersa-se o espírito da Grei e o oiro da India completa a corrúção.

Volvido um século, Portugal abre as fronteiras ao invàsor casteihano. Era o remate lógico da sua desnacionalização.

Já os vilares livres haviam perdido, com as suas tradicionais imunidades, essa prodigiosa e dura pertinácia que armava a hoste tornando-a invencível, quando em passados momentos de perigo, era mistér repelir o moiro, ou castigar a cubiça de Castela.

Mas a alma nacional não estava morta; — estava apenas adormecida, e é quando o jugo opressor mais a dilacéra, que éla ressurge magnífica.

Filipe II de Espanha (que eu insisto em não chamar *primeiro* de Portugal, mantendo-me assim em desacôrdo com o compêndio com que me ludibriaram em criança) — hábil e astuto, reconheceu que se o Duque d'Alba instalára Espanha em Portugal, o que êle não conseguira fôra instalar a alma castelhana dentro da alma portuguêsa.

A fôrça destruíra as fronteiras políticas, mas as lindes étnicas resistiam, revigoradas agora, pelo confronto irritante do vencedor e do vencido. E foi por isso que Filipe II, por muito grande que fosse o seu desejo de absorção, não tentou, sequér, submeter os vencidos à legislação dos usurpadores, não obstante o espírito particularista da Idade Média ter já, ao tempo, cedido lugar à generalização romanista, preparando assim terreno adequádo a mais essa unificação.

Mas não: — o rei castelhano conserva-nos as nossas leis, e quando para captar as simpatías do clero e da nobreza concedendo-lhes mais vastos previlégios, ordena a reforma da Ordenação Manuelina, é a uma comissão de jurisconsultos portuguêses (Pedro Barbosa, Paulo Afonso, Jorge de Cabêdo, Dameão de Aguiar e Afonso Vaz Tenreiro) que entrega a incumbência.

A política de atracção de Filipe II resultára inútil;—do corpo abatido da Nação usurpada, resurgia num assômo crescente, numa ânsia cada vez mais vibrante, a alma da Nacionalidade.

Mas antes que os conjurados de 1640 se reùnissem pela calada da noute no paço dos Almadas, antes que o braço da Nação se armasse para expulsar o castelhano opressor, já a consciência colectiva havia sido preparada para o supremo esfôrço, pela voz potente do Direito.

Sem as objurgatórias formidáveis dos jurisconsultos da Era de Seiscentos, a Restauração teria sido talvez impossivel. Foram êles,

Digitized by Google

mais do que os conjurados do *Primeiro de Dezembro*, que, com os seus tremendos libélos contra o Castelhanismo, prepararam a alvorada da Restauração.

E' que sendo o Direito uma das mais expressivas manifestações conscientes da vida das nações, uma das vias que mais seguramente conduzem à reconquista da consciência nacional, sempre que esta começa a obliterar-se ou a afundar-se num pântano de abolia, numa *apagada e vil tristeza*,— é êle, o Direito, que inicia o esfôrço da Ressurreição, suscitando o espírito dos povos para os mais decisivos meios de libertação e engrandecimento.

Expulso o dominador, o Direito não desarma nem repoisa; e ainda no século VXIII vêmos os nossos jurisconsultos empenhados na obra de resgate, que o movimento restauracionista iniciára, procurando radicar a consciência nacional e reparar o êrro romanista, pelo regresso, embora incompleto, ao nosso velho direito próprio e tradicional.

E' dêsse esforço abençoádo que nasce a *Lei da Boa Razão*, promulgada em 1769, na qual se determina que o direito romano apenas seja subsidiário, quando conforme com o espírito das leis pátrias e com o governo e circunstâncias da Nação,

Mas já n'êsse tempo Pombal pontificava, reformando-nos pelo molde francês e expondo-nos às infiltrações desnacionalizadôras que da França nos vinham de mistura com as abtracções enfáticas da Enciclopédia, que a luneta do Marquês olhava com simpatia e favor.

A *Razão-Pura* ia desbravando o terreno à Hidra Revolucionária que avança e, pouco a pouco, alastra o corpo peçonhento, sobre o corpo chagado da Nação.

O índividualismo, que a construção metafíca do Homem-abstracto produz, apossa-se dos espíritos, disperasndo a Grei, que a vara do Rei já não une nem concilía.

A utopía igualitária e toda a série do postulados que formam essa espécie de *geometria no espaço* da Revolução, transviam-nos, n'uma demência colectiva, do caminho que nos traçava o nosso determinismo histórico.

A *Liberdade* nascente põe em fuga as velhas *liberdades;* a *Fraternidade* aniquíla o princípio da Autoridade, e a *Igualdade* desmorona o velho edificio da Hierarquia.

No começo do século XIX, o descalabro precipita-se d'um delírio de febre.

Mousinho da Silveira é, inconscientemente talvez, o maior fautor da derrocada. Contagiado pela nevrose colectiva da época, opéra como um caixeiro servíl de Rousseau.

Êle e depois os seus sequazes desorganizam a propriedade, desvirtuam o sentido tradicional da administração e fomentam a indisciplina social.

Digitized by Google

Com a extinção dos vínculos e das ordens religiosas e com a excessiva centralização administrativa, aniquílam a vida localista, lançando as bases do absenteísmo e da conseqüente congestão urbanista, que haviam de produzir a monstruosa macrocefalía de que hoje enférma a Nação.

De olhos postos no figurino gaulês, os patriotas do tempo aplaudem, em delírio.

Instala-se o Parlamento — a pior gafeira de que têem sofrido as nações latinas — e aí se cantam, à desgarrada, interminaveis ódes ao Progresso e à Liberdade, que redimem os povos...

Sob as abobadas do velho mosteiro de São Bento, afeitas ao pesado silêncio disciplinar da Ordem, os reformadores arrasam o Passado, berrando os lugares comuns da Revolução e descarregando, em murros patrióticos sôbre a passividade muda das carteiras, todo o bravo lirismo redentor, que lhes acende as almas..,

E' que cada um d'êsses senhores consubstancía e representa a *Soberania Nacional*... que é uma mandante suficiente vaga e abstracta, para lhes pedir contas da distruição dos móveis... e do resto.

Debalde D. Miguel, apoiando-se nos concelhos, intenta aínda um supremo esforço de reivindicação, convocando e reùnindo as Côrtes-Gerais, em que os procuradores do povo e os delegados dos mestéres prefeririam a palavra salvadôra.

Mas êste último assômo da Raça quebra-se de encontro à hostilidade das chancelarias da Quádrupla Aliança que, por detrás dos bastidores da politica internacional, insuflava ao Imperador do Brasil a pertinaz teimosia de «*fazer livre esta canalha*...».

Assim morreu a Nação dos Três Estados, tendo, no entanto, deixado êsse admirável testamento político-jurídico que é a Lei de 4 de Julho de 1824, último pergaminho heráldico da Nacionalidade, derradeiro éco de um Passado moribundo que, atravessando toda a História, veio a sumir-se, afinal, magoado, por entre a algazarra troante dos declamadores da Ideia Nova.

Nesse sinistro desmanchar de feira, foi ainda em certa medida, o espírito conservador dos jurisconsultos que entravou, quanto possivel, a marcha anarquizadora do doutrinarismo juridico-revolucionário.

O Código Civil, em que colaboráram os nossos mais ilustres jurisconsultos da época, é, apesar dos seus vicios de doutrina, o último baluarte da tradição nacional. E a prova está na raiva com que contra êle tem investido o jacobinismo indigena, apodando-o de reacionário e retrógrado, e fazendo assim o seu melhor elogio.

O dique, porêm, é fraco para sustar a torrente de estrangeirismo, que tudo leva de roldão, fazendo tábua raza de todo o Passado nacional.

Digitized by Google

Assim fômos vivendo à mercê de reformismos exóticos, durante qúasi um século.

O periodo constitucionalista, considerado em conjunto, é um vasto êrro de psicologia política, imposto pela mediocridade de uma reduzida minoria eiváda de artificialísmos doutrinários, a uma inumerável maioria, que, num *misoneismo* de instinto, defendia os ditames da História, da Tradição e da Raça.

Mas o mal havia de agravar-se ainda, atingindo proporções de paròxismo.

E' inútil e talvez cruel recordar á vossa consciência magoada a miséria social e jurídica a que nos reduziu a fase aguda da embriaguez liberalista.

Por um sarcásmo sem nome, fazem-se com a alcunha de *leis da familia*, diplomas que outra cousa não são do que a negação da familia cristã, monogámica, patriarcal e indissolúvel, que era o fulcro secular e forte sobre que repousava toda a nossa ordem social.

As portas escancaradas do divórcio transformam o casamento em um contracto provisório e mercantíl, que se celebra e rescinde ao sabôr dos impulsos de ganância ou de libertinagem dos contraentes; e assim se mascara com falsas aparências de legalidade, a mais desenfreada poligamía.

A bastardia é incensada, incitada com o favor convidativo da lei e posta a par da legitimidade.

E assim, a família torna-se uma espécie de barraca de feira, onde se entra e sai por capricho fácil e barato;—a entrada e a saída são guardadas pelo oficial do registo civíl e pelo juiz, aos quais se prescreve um regulamento fácil e de malhas largas, para não afugentar os frèguêses. O espectáculo é por sessões... como no cenimatógrafo!

Mas não é tudo:—agora já a propriedade não é do proprietário, nem o capital pertence ao capitalista; não se conhece já o princípio da não retroactividade das leis, nem o do respeito pelos direitos adquiridos, nem o da inviolabilidade do domicílio, nem o da liberdade dos contractos, nem o da segurança individual, nem o do *habeas-corpus*...

A independência do Poder Judiciai, que a letra dos esfarrapados códigos conserva num escárneo, sofre, a cada passo, as investidas dos outros poderes do Estado que, quando lhes convêm, se arrogam a missão de julgar, ou melhor de condenar, pois só quando é preciso condenar sem lei e sem processo, é que chamam a si êsse atributo do poder que a Constituição aliás lhes nega, na hipocrisía do seu doutrinarismo balófo.

Nega-se aos nacionais a liberdade de culto, que só a estrangeiros se concede, e a pretexto de separar o Estado da Igreja,

Digitized by Google

submete-se esta, em cujo grémio professam milhões de portuguêses, a uma ou duas associações sectárias, em que esbravejam uns escassos centos de adeptos.

A centralização político-administrativa assume proporções de apoplexia e o País transforma-se definitivamente em um vasto feudo de meia dúzia de senhores que, condensando em si um despotismo e arrogância de que a nossa história não conhece precedentes, apitam e clamam contra o despotismo, à semelhança de certos ladrões que, na fuga, clamam e apitam contra o ladrão, procurando assim iludir as atenções de quem corre sôbre êles.'

E assim, as liberdades individuais e colectivas que constituiam a preciosa herança dos nossos velhos forais da Idade de Quatrocentos não são hoje mais do que um *brinde*, que os governantes distribúem e ministram por um funil, consoante as suas simpatías e conveniências.

Quebrados os últimos laços da Tradição, perdida por completo a memória dos mortos, ficam sem rumo os vivos e os nascitúros.

*
* *

A Espanha sofreu as mesmas influencias desnacionalisadôras que nós sofremos.

Tambem lá, o *Romanismo* primeiro e o *Liberalismo* depois, desvirtuáram o direito e as instituições tradicionais, sendo até para notar que o país visinho abriu, ainda antes do nosso, as suas fronteiras a essas correntes de exotismo.

Pois bem:—apesar disso, se percorrermos a história jurídica dos dois países, verificarêmos que Portugal e Espanha se têem conservado sempre perfeitamente diferenciados, no campo do direito e das instituições, mantendo cada uma das nações o seu carácter proprio e inconfundível.

Ora esta diversificação entre dois povos de uma tão próxima vizinhança geográfica, ilaquiados das outras nações européas pelo isolamento da Peninsula que habitam e, por estas mesmas razões obrigados a um estreito comércio mental, não póde explicar-se senão por um forte motivo étnico.

No estudo rápido e fatalmente incompleto que vou tentar, procurarei estremar nos seus aspectos fundamentais, as diferenças que apartam os dois povos, na sua vida jurídica e institucional. Não me proponho versar o complexo problema em todos os seus aspectos, pois para o fazer, seria necessario um volumoso tratado e eu tenho de cingir-me aos estreitos limites que me impõe um trabalho désta natureza.

Ocupar-me-ei, apenas e de uma fórma muito geral, das ins-

Digitized by Google

tituições mais caracteristicas do direito publico antigo e, principalmente, do direito civil familiar e patrimonial, pois é nêstes capitulos do Direito que os povos mais expressivamente revélam as suas tendencias étnicas e as condições do seu *habitat*.

E neste estudo comparativo, cingir-me-ei, em regra, ao confronto entre as instituições jurídicas de Portugal e as suas similáres de Castéla, abstando-me de alargar o âmbito do meu trabalho ao direito proprio de cada uma das provincias de Espanha, tão diversificadas entre si, em costumes, em simpatías e em formulas de arranjo social.

Mas, de facto, na Nação Espanhola, é Castéla que marca e domina. Dir-se-ía que até a propria Natureza lhe assegurou essa supremacía, instalando-a num elevado planálto central, de onde o leão simbolico olha em redor, sobranceiro e dominador. Castéla é o cerebro e o coração da Espanha, é a força que mantem uma unidade politica fundamentalmente heterogenea nos seus elementos e, por isso mesmo, perturbada por separatismos seculáres.

E', pois, Castéla que principalmente deve interessar-nos para o confronto, tanto mais que, quando modernamente se codificou e unificou a legislação civil em Espanha, foi o direito proprío e tradicional da provincia Castelhana que, com raras transigencias, prevaleceu sobre o direito foral das outras regiões.

II

Segundo uma tése que me é particularmente querida e que se impõe ao meu espiríto como uma verdade scientífica irrefutável, o Português de hoje é o descendente e o representante do Lusitano da proto-historia.

A continuidade da Raça desenha-se, através dos seculos, em uma linha defenída e presistente, que nem as mais profundas convulsões da Historia conseguem interromper. Não me cabe a tarefa de deduzir aqui as razões demonstrativas désta verdade étnica. Limito-me, porisso a formular a tése; — e se com o meu despertencioso trabalho pudér contribuir para a reforçar com novas razões, alguma cousa terei feito de util e compensador.

No tempo em que Herculano nos reputava um desmembramento casual da Monarquia Leonêsa e em que Oliveira Martins, com a sua infeliz teoría do Acaso, negava a nossa autonomia étnica, ainda a Antropología, a Etnología, a Arqueología e outras sciencias de desenvolvimento relativamente recente, não tinham trazido á luz

Digitized by Google

da análise dados e elementos, que hoje ilumínam o nosso passado mais remoto e nos devolvem á plena consciencia da nossa ancestralidade étnica.

Essas doutrinas negativístas fizeram a sua época — e que triste época — e estão hoje postas de parte como falsas e nocivas.

Alberto de Sampaio, Martins Sarmento, Ricardo Severo, Leite de Vasconcelos, Teófilo Braga e outros, restabeleceram a verdade de que os nossos escritores posteriores á Era de Setecentos nos tinham transviado.

Ora, tendo eu de estremar as diferenças jurídicas e institucionaes que apartam o português e o castelhano vejo-me forçado a ir buscar as origens déssa diversificação, tão longe quanto o permitem os documentos, que começam a dissipar as brumas da Prehistoria peninsular.

Os primeiros viajantes letrádos que vêem de Roma á Peninsula, por ocasião da conquista romana, tais como Strabão e Silio Italico, descrevem-nos os Lusitanos como um povo de costumes simples, que vivia da agricultura, da caça e da pesca e professava uma religião naturalista que revéla o seu apêgo á terra, á qual confia os seus mortos num piedoso sentimento de restituição

Quando as necessidades da guerra arrancam o Luso aos seus cuidados ruraes, são as mulheres que os substituem na faina creadora. A élas cabe tambem todo o trato domestico «que com discreta economia lhes é cedido pelos homens ocupados em armas», segundo a frase do erudito Antonio Caetano do Amaral.

Nésta parte ocidental da Peninsula, é da Terra-Mãe que dimanam as razões da vida e as condições da existencia.

E' essa grande Mãe comum que solidariza e une os filhos, numa comunidade pacifica e familiar.

Todos cultivam a terra e esta a todos nutre, num amoroso gesto de recompensa.

Os frutos repartem-se irmanmente entre os que, num esfôrço comum, os vão pedir ao ventre generoso da Terra. Numa concéção espiritual tocada de larga poesia, o Luso adora os montes, os rios, os astros e as forças ocultas da Natureza. E são os seus proprios deuses que fartamente se desentranham em beneficios, fornecendo-lhe os meios de subsistencia.

Destes habitos simples e pacificos, provêm ao Lusitano um grande apêgo á terra, em que creou fundas raizes. Não faz da guerra ocupação habitual, mas quando vê avançar o usurpador, com intuitos de conquista, toda a sua pacifica e laboriosa energia se transmúda em indómita fereza, e faz então a guerra, com o ardôr de quem, defendendo a terra, defende o lar, a gleba a que se adstringiu e com que mantem a familia, os deuses que adóra e as cinzas dos seus mortos que sob a terra repoisam.

Digitized by Google

E' deste amôr rural, que o Luso tira o segredo da sua prodigiosa continuidade, através as mais violentas perturbações da Historia. E' por essa virtude pertinaz que êle entráva a marcha das legiões de Roma, da turba-multa barbarica e dos exercitos sarracenos.

E' ainda por éla que, mais tarde, mantem em respeito as ambições de Leão e de Castéla e que depois ha-de libertar a terra do jugo castelhano.

Era assim o Lusitano: — dôce, laborioso e contemplativo na paz, indómito e terrivel na guerra. E é sempre o seu grande apêgo ao torrão que o determina áquela calma rural e a esta ferêza guerreira.

A expressão musical da Alma Lusitana encontrar-se-ia numa grande sinfonía pastoral, com intercadencias de sinfonía heroica.

Ao lado do Lusitano, outro povo vive, visínho no territorio, mas tão afastado em tendencias e simpatías, como se entre os dois mediasse um vasto mar: — é o Ibéro do Planalto central, do qual descende o Castelhano.

De proveniencia étnica diversa, o Ibéro cria um *habitat* tão dissemelhante do *habitat* lusitano, que Silio Italico, no seu poema, considéra (segundo a versão de Teófilo Braga) os dois povos apartados em *eterna divortia*.

Irrequiéto e impetuoso, o habitante do Planalto leva a vida erratica do guerreiro, sempre empenhado em correrias bélicas. Professa uma religião sanguinária, em que os deuses só se acalmam com o sangue das vitimas imoládas. Não enterra, como o Luso, os seus mortos: depõe-nos nas cumeadas dos montes, para que as aves de alto vôo lhes transportem os restos, ás regiões incognosciveis que os homens não atingem e onde os deuses se ocultam.

Nêste rito mortuario palpitava já o germen de epopéa que constitue o *substractum* de toda a emotívidade castelhana.

Na Lusitania, porém, os mortos eram restituidos á terra, num piedoso gesto de continuidade e de gratidão, em que alvoréce o lirísmo congénito da Raça.

Na vida de constante luta em que se agita o Planalto, não pódem florescer as virtudes comunitárias e familiáres que típam o Lusitano e que só a paz póde gerar.

Lá, o esforço não se dirije á terra, para déla arrancar o alimento; dirije-se, sim, ao inimigo, numa ânsia de vitória que assegure a prêsa compensadôra.

Aqui, o que se come é a terra que o dá; — além, o que se adquire é tirado pela força ao adversario.

Desta banda ocidental, a apropriação é pacifica e não origina zelos; a luta pela vida, em condições normaes, reduz-se ao minimo. A terra é grande e úbere e chega para todos.

Digitized by Google

No Planalto, porém, a aquisição é violenta e divide os homens numa luta sem quartel, porque todos disputam a presa, com um ciúme tigrino.

E é assim que, emquanto o Lusitano se desenvolve sob o influxo de um pacífico comunitarismo rural, o Ibéro se divide em castas, que se entrechocam numa luta de individualismos insaciáveis.

Ora sendo assim tão diferentes na sua essencia as condições de vida dos dois povos vizinhos, diversas haviam de ser tambem, fatalmente, as instituições por que se reglam.

E eram-no, realmente.

O Lusitano agrupa-se em comunidades agrárias de base familiar, regidas por singélos regulamentos agrícolas concertados pelos pais de familia, em calmas assembléas familiares.

São esses regulamentos ruraes que, evoluindo através da historia, hão de ir formar a profunda essencia dos municipios hispano-romanos da provincia Lusitana, das *behetrias* da Reconquista, na zona ocidental e, mais tarde, os nossos forais.

No Planalto Central, forma-se a aristocracía da guerra e com éla desenvolve-se o privilégio da casta, incompativel com a suave comunidade familiar.

São esses privilégios da casta dominante que, modificados através dos tempos, mas conservando sempre o seu sentido original, hão de produzir mais tarde a *behetría* castelhana, tão diferente da nossa, e os *fuéros de Castilla* tão dissemelhantes no fundo, dos nossos forais.

De cá, o parentêsco, a posse pacifica, a aldeia de agricultores; — de lá, o privilegio, a prêsa, o castélo.

Eis a diferença essencial e profunda que ha de imprimir caracter bem distincto, desde a Proto-historia até hoje, ás instituições e ao direito dos dois povos vizinhos.

* * *

Sob a dominação romana, a Península sofre uma grande remodelação, pela influencia do direito dos vencedores, que tinha atingido um gráu de cultura e perfeição, que forçosamente havia de influir na vida juridica e institucional dos vencidos.

Assim sucede, realmente, mas não com a mesma intensidade em toda a Península.

Como já notei os Lusitanos, fortificados nas suas citânias, opõem uma tenaz resistencia ao invasor e defendem com maravilhosa resistencia os seus lares, os seus costumes tradicionais, a sua religião, a terra dos seus maiores.

Segundo nota Mommsen, a Lusitania, a Galiza e as Asturias

Digitized by Google

conservam ainda sob o Imperio, os seus antigos santuários e os seus deuses indigenas, ao passo que em todo o territorio da Bética e da Tarraconense não se encontrou sequer uma inscrição votiva, que não pudesse do mesmo modo pôr-se na Italia.

Assim, dêntre todos os povos da Península, são os da zona ocidental os que mais resistem, com o seu espirito particularista, á influencia do dominador.

No entanto, Roma, com a força das suas legiões e com os seus habeis processos de romanisação, impõe a sua civilisação aos vencidos e estes pouco a pouco a adótam e assimílam.

Mas as suas tendencias étnicas subsistem e imprimem caracter proprio ás novas instituições e ao novo direito ditado pelo vencedor.

E' assim que, mesmo através a dominação romana, o municipio conserva, na Lusitania, a sua feição de comunitarismo rural e familiar, emquanto que, na região do Planálto, se mantêm o individualísmo estrutural da raça, manifestado na inevitável scisão de castas.

* * *

Quando, emfim, o decrépito Imperio Romano começa a esfacelar-se e cede perante a impetuosidade da torrente germânica que o avassala, é ainda o Luso quem mais resiste ao influxo invasor.

Mas a onda róla, cresce e tudo submerge. As legiões romanas, corrompidas pela indisciplina, já não encontram a sua antiga força irresistivel, para opôr á feroz investida do bárbaro.

No entanto, nota Herculano, «do embate das raças do norte com a população hispano-romana, resultou um facto gravissimo pelos resultados que devia produzir na gerarquia social, na graduação das condições. Esse facto era o *constituirem-se as classes inferiores principalmente com os vencidos e as elevadas com os vencedores*». «A consequencia imediata d'este sucesso, acrescenta o Historiador, combinado com o respeito quase instinctivo dos bárbaros e sobretudo dos godos, para com a civilisação romana, foi o *não se alterarem, na essencia, entre o povo, nem o direito civil nem o publico.*»

Assim, as classes inferiores ficáram quase exclusivamente constituidas pelos vencidos e as elevadas pelos vencedôres.

Ora de todas as regiões da Peninsula, aquéla que mais apartada se conservou do elemento germanico foi a do litoral Atlantico.

Aqui ficou predominando o elemento autóctone, entregue aos seus cuidados agrícolas e organisado em comunidades agrárias de base familiar; — ao passo que no Planalto central é onde o barão

Digitized by Google

neo-gótico mais preponderancia exerce. Essa região, que domina sobranceira toda a Peninsula, está destinada a ser sempre o melhor redúto das aristocracias. E' a terra dos castélos, é *Castilla, tierra de Castilhos.*

A sobreposição do godo define e organisa na Peninsula, em moldes defenitivos, os dois elementos que mais tarde hão de ter, cada um em sua esféra de acção, influencia decisiva na grande emprêsa redentora da Reconquista. Esses elementos ou classes são, em Castela, o *hijo d'algo*, o infanção; em Portugal o *homem bom do concelho*, o pacifico morador das *behetrias.*

* * *

Tal era o estado social da Peninsula, quando das bandas da Africa, surge a onda sarracena. Como uma tempestade, as hostes de Tarique e de Musa cáem sobre a população cristã da Peninsula, que dominam e avassalam, num ímpeto de conquista.

Não podia, é claro, esta invasão deixar de influir na civilisação dos vencidos.

No entanto, o moiro com tolerante astúcia, conserva aos vencidos as suas instituições e a sua religião; e é assim, que apesár da longa permanencia dos arabes na Peninsula, os povos indigenas conservam a essencia das suas usanças tradicionaes, e com élas o seu direito proprio, sobretudo o direito publico e o civil, que eram, na época, quase exclusivamente consuetudinários.

Todos sabem que o mais forte redúto da moirama foi a Andaluzía.

O poderoso reino de Granada foi o último em que se abateu o poderio dos Califas.

E enquanto Córdova deslumbrava os espiritos cultos do sul e do centro da Peninsula, com os esplendores da sua literatúra e da sua arte, na zona ocidental, o dominio serraceno era constantemente perturbado por insurreições que punham os califas em perpétuo sobresalto.

Não se perdem, porém, através a dominação serracena, as virtudes das raças indígenas.

Em Castela é o barão neo-gótico que se fecha num retraimento hierático ás absorções do Islam; — na nossa zona litoral é o espirito cristão das tradicionais comunidades ruraes, que se aperta n'uma defeza instinctiva, em torno ás lareiras familiares, por entre cruzes de esconjura contra Mafoma, inimigo de Jesus.

Digitized by Google

III

Quando surge a alvoráda da Reconquista, todas as virtudes dos povos peninsulares, que podiam parecer perdidas, em uma aparencia de *mosarabismo*, rebentam em cachão com a impetuosidade das torrentes largo tempo refreádas.

E é então que, como já notei, nessa grande obra de resgate, é aos infanções que cabe em Castela, o papel primordial, que entre nós é desempenhado pelas hostes populares, que os vizinhos das behetrías e dos concelhos formam, sustentam e avolumam.

A convulsão da Reconquista devasta os castélos, as cidades, as vilas e as aldeias.

D'aí, o primeiro cuidado das monarquias neo-cristãs foi reconstituirem-se e fortalecerem-se, formando núcleos de população permanente que assegurassem a posse da terra reconquistada.

E' assim que a *behetría* aparece, como a instituição tipica da época.

O que caracterisa esta instituição é o privilegio concedido aos povos de, reunidos em concelho, elegerem o senhor que mais lhes conviesse e que «vissem e sentissem melhor por serviço de Deos e d'El-Rei seu senhor e por bem e honra das ditas terras e moradores délas».

Houve behetrías em Castela e houve-as tambem em Portugal. Tanto lá como cá eram designadas pelo mesmo nome e era semelhante o seu mecanísmo. No entanto (permita-se-me a expressão de aparencia paradoxal) — como eram diferentes essas semelhanças!

E porquê? Porque a mesma instituição pode revestir aspectos inteiramente diversos, consoante as tendencias dos povos que a adótam.

E' assim que em Portugal, as relações entre senhores e vassalos assumem, desde o principio, a feição comunitária e familiar, que é a eterna marca que o espirito da Raça imprime a todas as suas instituições.

O senhor eleito integra-se na Grei e usando discretamente das suas prorrogativas e privilégios, acata e mantem as prorrogativas dos vassalos, num admiravel espirito de concórdia.

As cartas de *tomamento do senhorio* (era assim que se chamavam os titulos da eleição) são verdadeiros contrátos bilaterais, em que senhores e vassalos contráem obrigações reciprocas, com a confirmação do Rei, fiador supremo da órdem e guarda zeloso das imunidádes da Grei.

Digitized by Google

Os vassalos concedem, nesses contractos, aos seus senhores, apenas as prorrogativas que de direito lhes pódem dar e *mais não*, como expressamente se diz em muitas *cartas de tomamento de senhorio.*

Ora uma das prorrogativas de que os moradores das behetrías não prescindem é a de se regerem por suas justiças, escolhendo dentre si os seus juizes. Jámais em Portugal os senhores exerciam jurisdição civil ou criminal sobre os vassalos, não podendo nomear juizes nem intervir na escolha popular dos magistrados.

Orientados neste espirito de consenso contratual, as behetrías tómam em Portugal uma feição de consistencia e continuidade.

Assim, embora seja da natureza da instituição a faculdade de os moradores das behetrías elegêrem livremente quem mais lhes conviesse, quer por morte do senhor, quer por este não cumprir o contráto, em Portugal são rarissimos os casos de deposição e o senhorio vae-se, pouco a pouco, tornando de vitalicio em hereditário, até que, no reinado de D. Afonso V, reveste exclusivamente este caracter.

Em Castela, porém, as tendencias individualistas da raça imprimem ás behetrías feição muito diversa.

Postas em confronto a prorrogativa da livre escolha do senhor, concedida aos vassalos, com os privilegios de casta que os senhores ciosamente detêem, desde logo a luta entre uns e outros se desencadeia.

O senhor, nova encarnação do antigo barão neo-gotico, violento e arrogante, trata os vassalos como cousas, de que dispõe a seu arbitrio. E' o seu privilegio que ha de prevalecer sobre as imunidades dos vassalos, inutilisando-as. Toma a si a administração da justiça intitulando-se *divisero*, assim chamado «*porque divisava o departia los pleitos y deferencias entre ellos*», como nos ensina o Arcebispo de Tarragona D. Antonio Agostinho, no seu ilvro «*Las Armas y Linages de la Nobleza de España*».

O povo, cioso das suas prorrogativas, opõe ao dispotismo do senhor a represália que a natureza da instituição lhe faculta: — depõe-no, e elege outro.

As eleições sucedem-se, e com élas cria-se um permanente estado de desordem.

Os senhores depostos não reconhecem a legítimidade da deposição, ao passo que os novamente eleitos querem tomar posse do senhorio. Os vassalos dividem-se em facções, — e neste entre-choque violento de desenfreados individualísmos, a instituição afunda-se, num redemoínho de anarquía.

E é assim que, quando o nosso Rei D. Pedro I, ainda confirmava placidamente *cartas de tomamento de senhorio* e impulsionava a instituição, como um benéfico factor de desenvolvimento da

Digitized by Google

população, o seu homónimo e coévo de Castela, acabava, num gesto de louvavel decisão, com as behetrías nos seus reinos, porque élas aí se tinham transformado em fócos de perturbação e desordem.

Vejam, pois, V. Ex.as a marcha da mesma intituição nos dois países, e digam-me se este confronto, só por si, não confirma eloquentemente a tése que venho expondo.

Em Castela, os moradores das behetrías abusam da prorrogativa da eleição, depondo a cada passo os seus senhores, como represália contra as violencias dêstes, e a instituição afunda-se numa balburdia demoníaca.

Em Portugal, os senhores são absorvidos pela comunidade, identificam-se com éla e os casos de deposição são, em consequencia, rarissimos. E por tal fórma o senhor identifica o seu proprio interesse com o dos vassalos, fazendo dessa concordia um patrimonio que lega aos seus filhos, que a instituição se vae transformando de electiva em hereditaria, até que assume exclusivamente esta feição.

Dêste estudo comparativo, ha duas conclusões a tirar: — a primeira é aquela que eu procurava como objecto deste trabalho, isto é, que o espirito comunitário em Portugal e o individualismo em Castéla são as caracteristicas essenciaes das respectivas raças, que decididamente influem na formação e na vida das suas instituições proprias, e fundamentalmente as diversificam; — a segunda consiste na superioridade da forma hereditaria, no governo dos povos, e nas simpatias da nossa raça por essa forma tradicional da investidura no poder.

Em Castéla as behetrías anarquisam-se e perdem-se, pelo abuso da eleição; — em Portugal florescem e perdúram, pela virtude da hereditariedade.

* * *

Ao lado das *behetrías* e coexistindo com élas, desenvolvem-se e florescem os *municipios*, essa bela formula que a civilisação romana tinha legado á Peninsula. Mas as novas Monarquias cristãs, libertas emfim do predominio de étnias estranhas e senhoras dos seus destinos, adaptam a organisação municipal ás condições particulares do seu *habitat* e imprimem-lhe a marca das suas necessidades e tendencias.

As expressões latino-barbaras *forum*, *foros* com que anteriormente se designavam não só as leis escritas, mas tambem qualquer diploma de concessão de privilégios, e ainda varias especies de contrátos sobre propriedade territorial, produzem em Castéla a palavra *fuero* e em Portugal os vocabulos *fôro* e *foral*.

Assim, em Castela, a palavra *fuéro* conservou-se mais

Digitized by Google

proxima do latim bárbaro, tanto na forma material como no vago da significação.

Em castelhano, *fuéro* significa, indistintamente, os costumes não escritos, as instituições municipaes, os simples aforamentos de terra e os corpos de legislação.

Em Portugal, já no seculo XIII, nos aparecem perfeitamente distinctas e com significação diversa, as expressões *fôro* e *foral*.

Fôro significa o direito tradicional, as imunidades e privilegios que pertencem a uma classe ou a uma corporação, além do sentido, em que ainda hoje existe, de prestação em reconhecimento de dominio.

Foral exprime a carta de povoação, o diploma regulador dos direitos e deveres colectivos das cidades, vilas e logares.

Ora, os fenómenos filológicos não são obra do acaso, antes são sempre determinados pelas necessidades e condições peculiáres dos povos em que a lingua se forma, desenvolve e diversifica.

E' assim que a uniformidade da expressão *fuéro*, em Castela, encontra a sua razão de ser no pensamento unico que domina o sentido fundamental e intrinseco do conjunto de idéas que é destinada a traduzir. O *fuéro* é, em Castela, essencialmente, o privilegio da casta dominante, elevada pelo direito da guerra e da conquista. O barão novi-gótico, que revive no infanção da Reconquista, é o senhor territorial que domina e oprime. E' êle o detentor do *fuéro*.

E é pela sua munificencia — que muitas vezes mascára e disfarça uma forçada transigencia perante a revolta dos vassalos — que os povos das suas terras e senhorios obtêem algumas imunidades e privilégios.

E' êle, ainda, o *divisero* das behetrías, quem, com as normas dos seus julgados, orienta a formação do direito consuetudinário.

E' êle e sempre êle, o arrogante *hijodalgo* de Castela, quem influe decisivamente na formação do direito escrito, expresso nos *fueros*, ou nas cartas de povoação.

E quando as classes populares atingem um mais elevado gráo de libertação e num instinto de defeza, procuram acolher-se á protecção do Rei, ligando-se com êle contra a prepotencia dos nobres, logo estes trátam de obtêr a promulgação de leis especiaes que mantenham e acrescentem os seus privilégios, contra a libertação crescente dos gremios populares dos *concelhos*. E esses corpos de legislação excêcional chamam-se tambem *fuéros*.

E' assim que conseguem, sob Affonso VII, arrancar ás Córtes de Nájera o celebre *Ordenamiento de Nájera* tambem chamado *Fuéro de los Fijosdalgos y de las fazañas y albedrios* e, mais tarde, obtêem de Afonso VIII o *Fuéro Viejo de Castilla*, na intenção de opôrem, segundo o testemunho de um escritor espanhol, um dique «*á las muchas cartas pueblas que El-Rey habia sancionado*».

Digitized by Google

Estes dois *Ordenamientos* compreendiam, na expressão de um jurisconsulto castelhano, «*todos los privilégios exorbitantes e extremadas franquicias de que la Nobleza gosaba*».

A designação que se deu ao ultimo daquêles *ordenamientos* é bem expressiva e sintomática: — *Fuero Viejo de Castilla!*

Não é o fôro dos nobres, não é a compilação dos privilegios de uma classe; — era o *fôro velho de Castella*, o fôro tradicional de toda a terra castelhana, de que os nobres se consideravam os mais legitimos representantes, e os unicos dominadôres.

A expressão *fuéro*, portanto, é suficiente para significar, em Castéla, todo o vasto conjunto de idéas que realmente abrange.

Efectivamente, o *fuéro* da Nobreza é sem duvida, o velho fôro de Castéla; — tudo o mais dêle dimana e provèm.

Em Portugal, porém, era bem diversa a indole e o funcionamento da instituição municipal.

A expressão unica de *fôro* não podia, como em Castéla a palavra *fuero*, abranger um tão vasto significado.

Por isso creámos a expressão *fóros* para designar as imunidades que pertenciam ás diversas classes e corporações que compunham o grémio municipal; — e a palavra *foral* para exprimir a carta em que esses privilegios e imunidades se fixavam e regulavam, numa equilibrada distribuição de direitos e deveres colectivos que, partindo da magistratura suprema e paternal do Rei, a todos mantinha a dentro da ordem hierarquisada da comunidade municipal.

E é assim que, entre a diversidade infinita de forais ou cartas de povoação que, durante o período foraleiro, matizam toda a Peninsula numa policromía magnifica, o municipio português e o municipio castelhano coexistem, lado a lado, aparentemente semelhantes, mas fundamentalmente diferentes na sua indole e na sua essencia.

Do lado de Castéla, o predominio do nobre, das bandas de Portugal, a supermacía dos *homens bons dos concelhos;* — isto é, de lá o privilegio da casta, o individualismo; de cá as imunidades do chefe de familia, o comunitarísmo de base familiar.

* * *

E' certo que a muitos concelhos de Portugal foi outrogado, pelos nossos primeiros Reis, o *fuéro* de Salamanca.

Este facto, porém, nada significa porque a mesma instituição e até a mesma lei podem assumir aspectos essencialmente diversos, segundo as tendencias dos povos que a adôtam.

Digitized by Google

Mas, facto curioso: — a adóção em Portugal do *fuéro* de Salamanca serve apenas para fornecer mais um argumento em favor da tése que venho expondo.

Os foráis do tipo do *fuéro* de Salamanca são caracterisados por uma circunstância, que essencialmente os distingue dos forais de creação nacional: — é a coexistencia do *judex*, magistrado de nomeação regia, com os juizes municipaes, ocupando estes, na jerarquia municipal, um logar inferior áquele funccionario, extranho ao gremio dos vizinhos.

Nos outros forais, que podêmos chamar nacionais, ou não existe o *judex*, ou se existe, (como nos que Herculano agrupa no tipo do foral de Avila) não tarda adesa parecer, deixando o exercicio da jurisdição civil, criminal e fiscal exclusivamente entregue aos magistrados municipaes, ou *alvasis*.

E nos proprios forais do tipo de Salamanca, o *judex* vae pouco a pouco perdendo a sua importancia, absorvido pela forte cohesão da comunidade municipal.

Estes factos, que são corroborados pelo testemunho insuspeito de Herculano, reputo-os altamente significativos. E só a obcecação negativista que orienta a obra, aliás monumental, do nosso grande Historiador, explica que êle não tenha querido ver o que tais factos exprimem, como afirmação irrefutavel da nossa autonomia étnica e da nossa razão nacional.

No municipio castelhano, formulariamente semelhante ao nosso, a tendencia da raça lá está bem acentuada na supermacia do *judex* e ainda do *alcaide*, funcionarios estranhos ao gremio dos vizinhos, e que são os representantes do privilégio da casta.

No municipio português, é o espirito comunitário da raça que ilumina e orienta a instituição. E' esse comunitarismo de base familiar que absorve tudo; — em torno dêle, tudo o mais gravíta e vive a vida dos satélites.

E é assim que, mesmo nos concêlhos em que permanece o *judex* e em que existe o *alcaide*, especie de autoridade conjuntamente administrativa e militar de nomeação regia, estes nos aparecem, nos documentos da época, a deliberar nas assembléas municipais, ao lado dos juizes populares e dos *homens bons do concêlho*, em um pé de egualdade, que exclúi toda a possibilidade de predomínio.

* * *

Já me referi ao *Ordenamiento de Nájera* e ao *Fuéro Viejo de Castilla*, diplomas em que se continham «*todos los privilegios exorbitantes e extremadas franquicias de que la Nobleza gosaba*».

Tenho agora de dizer-vos, para estabelecer o paralélo, o que

Digitized by Google

em Portugal se fazia, na mesma época em que a nobreza orgulhosa de Castéla assim acrescentava os seus privilégios.

Nos primeiros forais que os nossos Reis outórgam aos povos, muito cuidadosamente se estatuía que todos os vizinhos do concelho tivessem o mesmo fôro e que os infanções ou cavaleiros de linhagem não pudessem ter propriedade rustica ou urbana dentro do *alfoz*, senão querendo *fazer vizinhança* e sujeitar-se aos encargos comuns dos cavaleiros vilãos. E chegou-se até ao estremo, em alguns forais. de excluir do alfoz municipal os infanções e cavaleiros de linhagem, proibindo-os de aí terem propriedade territorial. Esta interdição, por certo excessiva, deve comtudo ter a sua razão de ser, tanto mais que éla só aparece excécionalmente, em alguns forais.

Essa razão será, talvez, o predominio excessivo que, em certas regiões, procurariam ter algumas familias de linhagem, com prejuizo da ordem comunitária e suavemente hierarquizada do grémio municipal.

São estas as caracteristicas essenciaes que diversificam a indole e funcionamento dos municipios de Portugal e de Castéla.

Esta diversificação é preciso ir buscá-la ás camadas profundas da instituição e não ás suas aparências formais e de superficie.

E' mais, porisso, no direito costumeiro do que no direito escrito, que essa diversificação se revéla e acentúa, mostrando-nos mais um dos aspectos e bem frisante por sinal, do eterno divorcio que aparta os dois povos, que vivem e viverão lado a lado, sem nunca se misturarem e confundirem.

Quando, mais adiante, tratar da moderna fáse do direito civil das duas nações peninsulares, terei então ocasião de demarcar bem, as diferenças estruturais que caracterisam ainda hoje, apesar da dupla influencia niveladora do romanismo e do democratismo revolucionario, as instituições tradicionais do direito familiar e patrimonial dos dois povos.

Já me referi, na primeira parte desta palestra, á corrente desnacionalisadora do romanismo, trazida até nós com o contagio mental da Renascença.

Essa influencia sofreu-a tambem a Espanha mais cêdo do que nós, mas porventura, com mênos intensidade.

Já no seculo XIII, Afonso X de Castela, o Sabio, promulgava o *Fuéro Real*, precursôr do *Codigo das Sete Partidas*, que o mesmo Rei organisa e promulga, poucos ânos depois. Ambas essas compilações eram inspiradas nas *Decretais* e nos *Codigos de Justiniano*.

Em Portugal, é apenas sob Afonso V, em 1447, isto é, dois seculos depois, que aparece a primeira *Ordenação do Reino*, de aplicação geral e de tendencias romanistas.

Digitized by Google

Mas esta primeira *Ordenação*, chamada a *Afonsina*, é apenas o vago balbuciar da corrente romanista que em Portugal sómente toma vulto e se define com a promulgação das *Ordenações Manulinas*, na Era de Quinhentos.

Não me proponho fazer aqui um detalhado estudo do que foi o período romanista do Direito, em Portugal e em Espanha.

Seria taréfa longa, árdua e fastidiósa.

Limitar-me-ei, apenas, a constatar que tanto em um como em outro país, o espirito das raças aflóra sempre inconfundivel, acima da tábua rasa das regras gerais.

O apêgo instintivo das classes populares á Tradição salva a essencia do Direito indigena e das instituições ancestrais.

E é assim que, através todo esse longo período, a diversificação se mantem, na vida juridica e institucional dos dois povos.

A fatalidade historica que havia de trazer até nós as sofísticas abstráções do doutrinarismo revolucionario, atinge tambem a Espanha, que até se nos antecipa nas manifestações da enfermidade, fazendo uma Constituição e mais tarde, improvisando uma Republica, que um general desfaz num momento de abençoado máo humor.

Pois bem: apesar da dupla rasoira do romanismo e do democratismo, ainda hoje, como ontem e como sempre, a diferenciação juridica entre os dois povos se revéla com as mesmas caracteristicas das velhas idades, numa continuidade e presistencia de maravilha, que só um motivo de ordem étnica justifica e esclarece.

IV

No rapido golpe de vista que vou passar sobre a moderna fáse do direito das duas Nações peninsulares, ocupar-me-ei, apenas, das instituições de direito civil, pois são élas que principalmente merecem atenção, em um estudo desta natureza e com estes fins.

Efectivamente, o direito administrativo é, tanto em Portugal como em Espanha, desde o inicio do Constitucionalismo, o produto arbitrario de conveniencias politicas e *eleiçoeiras;* — o direito comercial assume, em todos os povos modernos, uma feição cosmopolita, que é a resultante impreterível da larga internacionalisação do comercio moderno; — o direito politico, corroído pela vermina parlamentar e democratica, identifica as duas nações da Peninsula no mesmo caso patológico; — o direito penal, caminhando a par da antropología criminal e de outras sciencias correlativas, é uni-

Digitized by Google

versal, não tem patria, sendo no entanto de notar que entre nós de ha muito não existe a pena de morte, que a Espanha ainda mantém; — o direito processuál, com a sua natureza puramente formulária, é inteiramente inexpressivo; — só o direito civil, sobretudo nas instituições familiáres e patrimoniais, conserva, através de todos os tempos e de todas as influencias extranhas, a marca indelével das simpatias étnicas dos povos em que se fórma.

E' qualquer cousa de mais profundo, de mais radicado no espirito das massas, que escapa, em parte pelo menos, á picarêta demolidôra dos reformismos exoticos.

Em 1851, elaborava-se em Espanha o projecto do Codigo Civil que as aspirações liberalistas da época reclamávam. Mas o espirito particularista das provincias, aferrado á tradição do seu direito local proprio, opoz tal resistencia á projectada unificação da lei civil, que o Codigo não póde promulgar-se desde logo, e o projecto ficou a amadurecer, nos arquívos dos ministerios.

Nesse meio tempo, faziamos nós em Portugal o nosso Codigo Civil, que era promulgado em 1868; — e só 30 anos depois d'esta data, é que a Espanha converte em lei o antigo projecto de 1851, bastante modificado.

Dá-se, pois, este facto curioso: — enquanto os nossos legisladores se inspiravam no projecto espanhol, que foi uma das principais fontes do nosso Codigo, os espanhois, por sua vez, inspiram-se, para elaboração definitiva da sua codificação civil, no texto, nos trabalhos preliminares e nos comentários do nosso Codigo Civil, já então experimentado. Houve, pois, uma permúta de influências na confecção dos dois Codigos; e d'aqui resulta que êles se assemelham em algumas das suas secções e capitulos por tal forma, que parece que mutuamente se traduziram.

Pois apesar disso, quem fizer o estudo comparativo dos dois diplomas legais, poderá verificar como ainda hoje, depois de tanta influencia exotica e desnacionalisadora, a diferenciação entre os dois povos subsiste, precisamente com as mesmas caracteristicas que diversificam desde os mais remotos tempos, as respectivas instituições.

Vou procurar fazer, embora com a generalidade que a natureza d'este trabalho me impõe, esse curioso confronto.

* * *

Tratando dos contrátos, o Codigo Civil Português começa por ocupar-se, como é natural e logico, do casamento — o contracto matrimonial, que é a instituição basilar de toda a relação social.

O mesmo caminho segue o Codigo Civil Espanhol.

Digitized by Google

Mas, quando passam a regular as relações patrimoniais da família, os dois codigos apártam-se numa divergencia profunda.

O espirito comunitário do Lusitano e o individualismo do Ibéro do Planalto revelam-se aqui em plena luz, reforçando com um argumento irrefutavel, pela sua actualidade, a tése que venho defendendo.

O Codigo Português fixando o direito pátrio imemorial, que já se encontra expresso nas velhas *Ordenações* e que, segundo os documentos data, pelo menos, dos fins do seculo XII, — estabelece a comunhão como regra, no regimen dos bens matrimoniais. Isto é, na falta de qualquer estipulação em contrario, presume-se que os bens que os conjuges trazem para o casal êntram na comunhão familiar, em uma sociedade intima, que torna de ambos os conjuges o que é de cada um, e de cada um o que a ambos pertence. É o patrimonio comum, é segundo a sugestiva expressão tradicional do nosso direito, o *casal*, isto é, o lar, a terra que a familia possúe em uma estreita comunidade afectiva; — é, emfim, o reflexo do comunitarismo rural das velhas idades, que a Alma da Raça conserva, através longos séculos de historia.

E' sempre assim que casa o nosso povo, que tem o horror instintívo das complicadas regulamentações ante-nupciaes, que não entende e que desvirtúam o seu determinismo étnico.

Em Espanha, porém, a instituição é profundamente diversa. O regimen matrimonial que se presume, na falta de estipulação, é a *sociedad legal de gananciales*, o que significa que os bens de cada um dos conjuges ficam constituindo o seu patrimonio individual e exclusivo, estabelecendo-se apenas a sociedade nos que venham a adquirir pelos seus ganhos, ou pelos rendimentos de certos bens proprios.

Esta instituição não foi introduzida em Espanha pelo Codigo Civil; — éla data de tempos imemoriais e constitue uma tradição do direito castelhano, cuja orígem se perde na noute dos tempos. Já o *Codigo dos Sete Partidos* a consignava, como velha usânça de Castéla.

A diferença não póde ser mais frisante nem mais concludente para a minha tése.

Em Portugal, a comunhão dos bens matrimoniais é a regra; — é o *costume do Reino* ou a *carta de metade*, é o *casal*, segundo as doces expressões com que a linguagem juridica, que nêste ponto coincíde com a popular, designa a antiquissima instituição.

Em Espanha, pelo contrario, a regra nos regimenes de propriedade matrimonial é a separação, limitando-se a comunidade conjugal apenas aos *gananciales*, e conservando assim, cada um dos esposos a propriedade exclusiva dos bens que lhes pertencem.

E' «*el caudal del marido*» e «*el caudal de la mujer*», expres-

Digitized by Google

sões estas que, postas em confronto com a nossa suave expressão «*o casal*», valem só por si como demonstração definitiva.

O individualismo congénito da raça põe nesta instituição a sua marca indelével, como o nosso comunitarismo a põe na regra da comunhão dos bens do casal, diversificando assim as duas instituições num abismo profundo.

Mas não se supunha que o regimen da comunhão de bens cabe, em Espanha, dentro da liberdade contratual dos pactos esponsalicios.

Nem isso. A lei impede-o, visto que proíbe que qualquer dos conjuges transfira ao outro, por doação ante-nupcial, mais do que a décima parte dos bens que possuír á data do casamento, restringindo tambem, quanto a bens futuros e para o caso de morte, as doações entre esposados aos limites que o Codigo Civil marca á sucessão testamentaria.

Ora, para se ter a medida de quanto é apertada a limitação para as doações désta especie, basta notar que, segundo a lei espanhola, quando haja filhos — e este é o caso mais presumível e o mais frequente — nenhum dos conjuges póde herdar testamentariamente do outro mais do que o usufructo de uma quota da herança, nunca superior a um terço, maximo este que só em casos excécionais póde ser atingido.

E, caso curioso: — tal é o retraimento que o individualismo castelhano imprime á organisação da propriedade familiar, que os limites que a lei assinála á liberalidade entre esposados são muito mais estreitos do que os que fixa á liberalidade entre estranhos.

Efectivamente, a limitação da decima parte dos bens presentes é exclusivamente para as doações entre esposados, pois todas as outras, ainda que sejam entre estranhos, não sofrem outra restrição que não seja a de ter o doadôr de reservar para si, em propriedade ou simplesmente em usufructo, o necessario para viver de fórma correspondente ás suas circunstancias.

Estes preceitos restrictivos não constituem inovação introduzida no direito espanhol pelo Codigo Civil; — bem pelo contrario, tais disposições dátam de remotissimas idades, encontrando-se a restrição relativa á decima parte dos bens presentes nas doações esponsalícias, já consignada no *Fuero Juzgo* da época visigótica, que os castelhanos consideram o primeiro código da sua legislação genuinamente nacional.

Mas se a lei civil espanhola por esta forma restringe as doações entre esposados, muito mais rigorosa é ainda, em relação ás doações entre conjuges, visto que por completo as proíbe durante o matrimonio, a não ser de «*regalos modicos en ocasiones de regocijo para la familia.*»

Digitized by Google

Bem diverso é, nêste particular, o direito português, pois o Codigo Civil, em disposições harmonicas com o espirito que informa o regimen da propriedade familiar entre nós, deixa amplissima liberdade ás doações entre esposados, permitindo-as tambem entre casados com a unica resalva das legitimas dos filhos, que podem dar logar á redução das doações feitas, mas não á sua revogação.

Entre os regimenes excécionais de casamento estabeleçidos no nosso Codigo, figura o *dotal*. No direito espanhol tambem existe o *dote*, mas a identidade da denominação por forma alguma corresponde á identidade das instituições.

Em Portugal o dóte da mulher é o patrimonio inalienável da familia, o ampáro dos filhos, o pão intangivel do lar. Os bens imobiliários dotais não podem ser alienados senão em casos excecionalissimos, para provêr ás necessidades da familia e ainda assim, revestindo a alienação cuidados especiais, que a lei prescreve com rigôr.

Em Castéla, não ha rigorosamente o regimen dotal, havendo comtudo, certos bens da mulher que a lei classifica dotais e que estão sujeitos a um complicado mecanísmo de administração, que não me atrevo a explicar em detalhe, pois não desejo enfastiar V. Ex.as, demasiadamente, com a aridez do assúnto.

Direi, apenas, para dar uma idéa superficial da instituição, que o *dote*, segundo a lei espanhola, é o conjunto de bens proprios da mulher, que esta entrega á administração e até, em certos casos, ao dominio do marido, para o auxiliar na mantença dos encargos matrimoniais, mas com a obrigação para este de os restituir, quando os encargos não existam, ou não justifiquem a sua aplicação. Não ha para esta especie de bens a garantia de inalienabilidáde de que a lei portuguêsa reveste os imobiliários dotais, o que só por si nitidamente diversifica as duas instituições, quanto á sua essencia e aos seus fins.

A divergencia é pois frisante, não obstante a identidade da denominação: — de cá, o dote é o patrimonio inalienável do casal, que o marido como chefe da familia, administra; — de lá, é a quota com que a mulher individualmente contribúe para o *sostenimiento de las cargas del matrimonio* e que, por uma especie de mandato especial, confia á administração do marido.

Finalmente, no sistema espanhol, ha ainda os bens *parafernales*, que são os bens proprios, não dotais, da mulher, dos quais esta conserva a administração, que pode delegar no marido, mas apenas por acto publico perante notario, ficando em tal caso o marido e mandatario obrigado a garantir com hipoteca a sua administração.

Entre nós, seja qual fôr o regimen do casamento, o marido é

Digitized by Google

sempre o administrador dos bens do casal e essa administração não carece de mandato especial da mulher, porque resulta da propria essencia, que a lei civil ainda consagra, da organisação tradicional da familia, segundo a qual o marido é o chefe e o representante da comunidade familiar.

Resumindo: — em Espanha, a individualidade de cada um dos conjuges subsiste sempre, frente a frente, com os seus bens proprios e exclusivos, que ora um ora outro administram.

Em Portugal, marido e mulher difundem-se na entidade comunitaria do *casal*, que a ambos absorve numa perfeita comunhão de interesses.

E' o reflexo das tendencias estruturais das raças, trazido até hoje, numa continuidade para sempre indestrutível.

* * *

Dissolvida a sociedade matrimonial por morte de qualquer dos conjuges, ainda a divergencia se mantem no direito dos dois países, quanto á situação juridica do sobrevivo.

A antiga legislação comúm de Castéla deixava em completo esquecimento a viuva ou o viuvo que ficava sem bens, não lhes reconhecendo direito algum á herança do conjuge defunto, na sucessão *ab-intestato*.

Entre nós, a instituição do *apanagio* é antiquissima e garante a mantença do conjuge sobrevivo, nos regimenes excécionais de casamento.

E' verdade que em Espanha aquéla durêza da antiga lei geral era compensada pelas leis foraes, sobretudo a aragonêsa, que estabelecia o direito de *viudedad*, isto é, o direito de usufructo concedido ao conjuge sobrevivo, sobre determinada parte dos bens do conjuge falecido.

O Codigo Civil Espanhol transformou em lei geral esta salutar disposição foraleira.

Entre nós, não existe o direito de *viudedad*, nem êle é necessário na maior parte dos casos, porque o regimen da comunhão é o mais frequente. E nos regimenes excécionais de separação ou de dóte, cá temos o *apanagio* a garantir a subsistencia do conjuge sobrevivente.

Suponho ter deixado bem patente a profunda divergencia que, neste ponto essencial de direito familiar e patrimonial, sepára o direito proprio e tradicional dos dois povos. Parece-me que, ainda que outras diferenças eu não pudesse apontar, esta sería suficiente para a confirmação da tése em cuja demonstração me empenhei.

Digitized by Google

Mas, se a benévola paciencia de V. Ex.as m'o permite, vou ainda versar, embora ligeiramente, mais alguns aspectos do problema.

* * *

Logo a seguir ao contráto de casamento, trata o nosso Codigo do *contráto de sociedade*, e o Codigo Espanhol segue na mesma esteira. Mas — facto curioso e altamente significativo! — ao passo que o Codigo Civil Português começa por estabelecer e regular a *sociedade familiar*, o Codigo Espanhol por completo desconhece esta espécie de sociedade!

Qual será a causa desta omissão?

Antes de procurar a razão désta divergencia dos dois codigos, é necessario definir o que é a *sociedade familiar*.

Vou lêr-vos o artigo da lei que a define e, apesar de o lugar e o momento não serem azados para a árida leitura dos textos legais, não receio que essa leitura vos pése.

E' que o artigo que vou lêr não é a expressão augulósa e doutoral, tresandante de latim, dos papíros da lei; — é antes uma estrófe do poema rural da nossa Raça, um éco da grande sinfonía pastoral cantada pela legião dos antepassados.

> «*Sociedade familiar*, diz a lei, *é a que póde dar-se entre irmãos, ou entre paes e filhos maiores.*»

E depois, acrecentando que éla póde ser expressa ou tácita, define esta assim:

> «*Tácita é a que resulta de terem os interessados vivido por mais de um âno, em comunhão de mêsa, e habitação, de rendimentos e despezas, de perdas e ganhos.*»

E' a meza patriarcal em torno da qual se reunem os irmãos, ou os pais e os filhos; é o tecto comum a que todos se abrigam, debaixo do qual expiráram os mortos, nascêram os vivos e aparecerão os nascitúros; é a terra comum de que todos se alimentam; é o esforço de todos para o bem de cada um, numa comunidade afectiva que o sangue solidarísa, e a memoria dos mortos perpetúa e abençôa. E', emfim, a alma remota da Lusitania projectada através dos seculos, numa continuidade de milagre!

Note-se que não se trata da sociedade entre marido e mulher, ou entre os pais e os filhos menores. Não; essa associação, embora tambem a rejam as regras do direito, tem mais a natureza de uma sociedade, ou melhor, de uma interdependencia natural, do

Digitized by Google

que de uma instituição juridica, e como tal éla é identica em todos os países em que a familia é de base monogâmica.

A sociedade familiar de que o nosso Codigo se ocupa é a que se dá entre irmãos maiores, ou entre os paes e os filhos que tenham já atingido a maioridade.

E', pois, a associação voluntaria e consciente de pessoas que têem a livre direcção e governo da sua vida, mas que apesar disso, se agrupam, a maior parte das vezes por um consenso tácito, em tôrno do mesmo lar e da mesma meza, congregados por uma razão étnica que desconhecem, mas que sentem com a força imperiósa dos destinos.

Pois estas sociedades familiares, minhas Senhoras e meus Senhores, não são a concéção arbitrária de um legislador: — élas contam-se por milhares, nas provincias da nossa boa Terra Portuguêsa. Eu conheço muitas familias de lavradôres que vivem nésta indivisão patrimonial, em que pais, filhos e irmãos trátam os negocios da lavoira comum, á mêsa do repasto patriarcal. E se os filhos cásam, ficando debaixo do mesmo tecto, são novos braços que vêem trazer o seu esforço ao cuidadoso carinho das colheitas e outras bôcas que vêem partilhar dos frutos do labôr comum.

Como se explica, pois, o silencio do Codigo Espanhol sobre esta instituição?

E' que lá o individualismo constitucional da raça torna impossivel esta forma de comunidáde familiar. Logo que os filhos adquirem pela maioridade o dominio de si mesmos, as suas tendencias individualistas impélem-nos para outras iniciatívas, que não cábem no estreito espaço de uma só mêsa, no acanhado âmbito de um só tecto e no curto horisonte da couréla familiar.

E as filhas quando cásam, arrancam logo o seu dote ao casal paterno, porque em Espanha os pais são obrigados por lei a entregar ás filhas que vão casar, metade da sua futúra legitima.

Esta obrigatoriedade do dote é mais um dos frisantes aspectos do individualismo da raça castelhana: — ainda o pae é vivo e lança á terra, num gesto creador, a semente que ha-de produzir o pão da familia, e já a partilha do património começa a fazer-se, levando cada filha que casa, uma parte do seu quinhão.

Nestas condições, para que havia de a lei espanhola ocupar-se da sociedade familiar?

Não se legísla para o que não existe nem pode existir, porque a isso se opõem as tendencias e os costumes tradicionais dos povos para que a lei é ditada.

Digitized by Google

* * *

Depois da *sociedade familiar*, ocupa-se o Codigo Civil Português da *parceria rural* e da *parceria pecuaria*, ou de gados.

São duas formulas em que revíve o nosso comunitarismo ancestral, sob o seu aspecto dualista: — a *agricultura* e a *pastoricia*.

Pois percorrendo o Codigo Civil Espanhol, do primeiro ao ultimo dos seus artigos, não se encontram lá estas instituições.

Estas fórmas de comunitarismo rural são desconhecidas ao individualismo castelhano.

* * *

A comunidáde familiar caréce, em regra, do auxilio de pessoas extranhas ao grémio consanguíneo, para a faina da casa e da lavoira. Essas pessoas que vêem colaborar no labôr da familia são os serviçais.

E' assim em Portugal, em Espanha e em todo o mundo. Mas, nem em toda a parte as relações entre âmos e criados oferecem a mesma feição institucional.

Vejamos em Portugal e em Espanha.

O nosso Codigo dedíca á regulamentação das relações entre amos e serviçais, uma secção especial que intitula «*Do serviço domestico*».

E' o serviço da *domus*, da casa em que os serviçais êntram e se intégram, como um prolongamento da familia.

O Codigo Espanhol conságra tambem a este instituto juridico uma secção, mas intitula-a «*Del servicio de creados y trabajadores assalariados*».

E' o serviço dos criados e dos trabalhadores aos patrões, e não como entre nós o serviço da casa, da familia, designado sob o nome amorável de *serviço domestico*.

Esta diferença de terminología já alguma cousa vale como sintôma. Mas não é tudo.

O Codigo Espanhol regúla o assúnto em quatro artigos, em que secamente estatúe a admissão e despedida dos criados e trabalhadores, o tempo da prestação de serviços, o pagamento dos salarios... e nada mais.

O Codigo Português conságra ao assúnto uma larga regulamentação, em que tanto cuidado merece ao legislador o aspecto economico e formal do contracto, como o seu aspecto moral e cristão.

Entre as regras em que os intuitos da moral cristã da comuni-

Digitized by Google

dade familiar, sobrelévam a rigidez das formulas da regulamentação economica e juridica, destacarei estas:

«*O amo é obrigado:*

A corrigir o serviçal, sendo menor, como se fôra seu tutôr;

A socorrer ou mandar tratar o serviçal á custa da sua soldada, se o não quizer fazer por caridade, sobrevindo-lhe molestia, e não podendo o serviçal olhar por si, ou não tendo familia no logar onde serve.»

Objectar-me-hão que em Espanha deve haver regulamentos administrativos, instituições de assistencia a que o serviçal possa socorrer-se, na falta de disposições da lei civil.

Creio que assim sucederá de facto, nem é meu intuito fazer supôr, nem eu proprio supônho, que a generosa alma espanhola menoscábe os interesses materiaes e morais dos humildes.

O que eu pretendo, apenas, é pôr em relevo que, entre nós, as disposições que citei e li são da propria essencia da instituição do *serviço domestico*, imprimindo-lhe a feição comunitária e familiar que é a marca eterna da Raça;—emquanto em Castela, o aspecto moral e cristão das relações entre amos e creados é estranho ao instituto juridico e confiado apenas á regulamentação inexpressiva da assistencia, que nas modernas sociedades se exerce sob um aspecto cosmopolita e por isso quase uniforme.

* * *

Para terminar e a proposito de assistencia, já que a éla me referi, não deixarei de mencionar, embora de passagem, a instituição das *Misericordias*, que eu reputo um dos mais expressivos padrões do espirito comunitario da Raça.

Foi a excelsa Rainha D. Leonor quem, no declinar do seculo XV, concebeu essa formula emocionante de caridade cristã, que o nosso bom Frei Luiz de Souza considéra, com justiça, um «*fructo proprio e natural deste Reino*».

De facto, as *Misericordias* são, no seu sentido original, uma instituição inconfundivel, que não encontra similar em Espanha nem em qualquer outro país do mundo.

E' a caridade cristã exercida em comunidáde, assumindo um caracter publico de confraternisação, em que o Rei, os nobres e os oficiais mecânicos se alinham sob uma bandeira comum, na mesma cruzada piedosa.

Digitized by Google

Na confraría, de que o Rei é sempre *irmão*, entram em numero egual, pessoas de alta linhagem e humildes mesteirais.

Que sejam *«de boa fama e sã consciencia e onesta vida»* — é o que se exige aos *irmãos;* e que sejam tambem *«tementes a Deus e guardadores de seus mandamentos, mansos e humildosos a todo o serviço de Deus e da cõfraria»*.

Os compromisssos porque se regem são verdadeiros códigos de amôr iluminados de piedade. Todos os *irmãos*, em uma perfeita egualdade de deveres, acódem acs pobres, aos enfermos, ás viuvas, aos órfãos, aos presos e aos condenados, realisando as óbras de Misericordia em piedosa confraternisação, fundindo-se assim todas as iniciativas e virtudes individuais na grande alma generosa da comunidade.

E' desta instituição maravilhosa que nasce a concéção do tribunal mais amoravel que tem havido sobre a Terra, e cuja missão consiste em *fazer as amizades*.

Tudo o que eu pudesse dizer dêsse fruto admiravel de espirito cristão sería por certo menos expressivo do que a simples transcrição do primitivo *compromisso* da Misericordia de Lisboa, na parte em que se regúla o assunto:

> «O proveador e officiais da cõfraría cõ ho capellão della, sabendo que algumas pessoas antre ellas a desavenças ou odios, trabalharão quãto fôr possivel de fazerem antre elles as amizades ou quãdo quer que para isso forem requeridos e provocaram haas ditas pessoas pera que perdõem, por amôr de Deus huns aos outros, todo erro e enjurias que teverem recebidas e outras quaesquer cousas ssemelhantes, em maneira que todos vivã em paz e em amôr do Senhor Deus e dos proximos e que não vivã em odios e malqrenças...»

E' um tribunal que não conhece a rigidês das formulas da lei, em que não ha juizes, nem acusadores, nem réos e em que apenas governa, como regra suprêma, uma aspiração de paz e concordia que a todos concilíe nos doces limites da comunidade. Não espera que a êle recorram os litigantes; è êle, o proprio tribunal que corre *«nos dias da coresma, por serem dias de pendença»* ás casas dos desavindos, para que mutuamente se perdôem *«todo o erro e enjurias que teverem recebidas»*.

E'ra-se assim nessas tôrvas eras em que ainda não tinha raiádo o sol da *Fraternidade!*

Já não são hoje assim as *Misericordias*. As obsorções do estadismo constitucional não pouparam tambem esse «fructo próprio e natural deste reino», cuidando logo em as burocratisar e em lhes

Digitized by Google

desamortisar os bens, procurando assim mais uma fórma de realisar o duplo fim, que orienta todas as democracias: — colocar afilhados... e titulos da divida pública.

V

Não abusarei mais da generosa paciencia de V. Ex.as, tanto mais que suponho ter já dito o suficinte para demonstrar a irreductivel diferenciação, que, sob o ponto de vista juridico e institucional, aparta os dois povos, dêsde as alvorádas da Historia.

O aspecto do problema que procurei versar afigura-se um dos mais interessantes e decisívos para a tése que faz objecto désta série de palestras. Simplesmente, eu não fiz mais do que enunciá-lo nas suas linhas mais gerais. E' preciso agora, que outras competencias mais solidas do que a minha dediquem ao assúnto o detalhado estudo que êle merece. O que lhes deixo dito nem mesmo é tudo o que colhi do meu trabalho. No entanto, entendo que não tenho o direito de me alongar mais em assúntos que, pela sua feição técnica, são necessariamente áridos. Receio mesmo ter ultrapassado os limites que me impunham a natureza dêste estudo e a cativante generosidade de um público, que é sem duvida de *élite*, mas em que os profissionais do fôro não constituem a maioría, não obstante estárem larga e distintamente representados.

A todos agradeço enternecidamente tão benevolo acolhimento e muito em especial a vós, minhas Senhoras, que ousastes vir trazer-me o grato incitamento da vossa presença, apesar da atmosféra que nos envolve e asfixía, carregada de presagios de revolta (1). Consola vêr como, mesmo nêste momento em que a ameáça ignára ruge lá fóra, os assuntos vitais para a nossa Nacionalidade dispertam o vosso interesse. O vosso acto, Minhas Senhoras, é um belo exemplo de corágem, que me não surpreênde, porque foram sempre corajosas as Mulheres de Portugal, mas que me anima e mais acrescenta ainda a minha esperança em melhores e mais dessassombrados dias que a Providencia reserva á nossa Terra.

Antes de terminar e para que se desfáça qualquer equívoco que as minhas palavras possam porventura ter originado, direi que nem

---

(1) Na véspera tinham-se produzido manifestações tumultuosas nas ruas. Dois dias depois, dava-se a revolução de 14 de Maio que, tendo tido por fim restabelecer a *Constituição*, tornou impossivel o proseguimento désta serie de conferencias...

Digitized by Google

um só momento eu tive qualquer intuito de hostilidade ou de malquerença contra a Espanha.

Eu admiro esse belo país e sinto profundamente o encanto da sua tradição pitoresca e sempre viva; amo as admiraveis qualidades de fidalguia e de hospitalidade dos seus filhos, que eu já tive a fortuna de experimentar e apreciar; prezo e respeito o grande amor pátrio que palpíta em cada peito castelhano — e porisso o depoimento que acabo de fazer é insuspeito de malquerença, que nunca senti nem sinto.

Sei que a cada desfalecimento da nossa Nacionalidade, os instíntos ancestrais de conquista despertam na Alma Castelhana; mas sei tambem que a cada assômo de absorção que se esbóça das bandas do Planalto, responde, com um sincronísmo que até hoje jámais falhou, um rapido despertar da nossa Consciencia Nacional.

As guerras da Independencia, o estado da Alma Portuguêsa em 1640 e as lutas que se seguiram a esse âno memoravel constitúem uma preciosa lição da Historia.

Sem desejo de fazer paradóxos, ousarei mesmo adiantar, que a cubiça de Castela é um dos melhores esteios da nossa independencia, é a nossa melhor pedra de toque, é um permanente *memento homo*, para a apatía contemplatíva e messiânica proprias da nossa Raça.

De uma Espanha assim, arrogante e imperialista, é que nós carecêmos. No grande corpo peninsular, o nêrvo de Castela aviventa o nosso nêrvo.

No momento actual, e Historia repete-nos a sua velha lição.

O desvairo liberalista, agravado até ao paroxismo nestes ultimos ânos, dispersou como um vento malfazejo a nossa Consciencía Nacional.

A Nação considerada um conjunto, tem caído na mísera condição de um povo sem verdades e sem certezas. E quando os povos atíngem este gráo de sceticísmo, a morte está-lhes iminente, porque, como disse o alto espirito de Gustave Le Bon, os povos pódem passar sem verdades mas não pódem viver sem certêzas.

Foi nêste *engano d'alma cego*, mas não *lêdo*, que o leão de Castéla nos viu dos cimos do seu Planalto e começou a aguçar os dentes para a prêsa.

Está na lógica das cousas, na lógica da História e na lógica da Raça.

Mas eis que segundo a experiencia da historia, a Alma Portuguesa, presentindo o perigo, começa a despertar!

E' a principio, um murmúrio quase impercétível, mas pouco a pouco, esse murmúrio cresce e crescerá até ressoar como um grande clamôr de resgate.

A Alma Lusitana ressurge e retóma a consciencia de si própria.

Digitized by Google

Uma grande fé colectiva emérge dos cahos das incertezas em que nos afundávamos e cria o ambiente psíquico que torna possiveis as redenções.

O milagre da Resurreição vai dar-se; — preparam-no as gerações môças e eu creio nêle com a firmeza de quem crê e de quem quer.

Todos os milagres são possiveis, desde que os gére a força propulsôra da fé.

Quando a Alma Portuguêsa tiver atingido esse elevado gráo de potencia volitíva, nada terêmos a temer da cobiça estranha.

Nada ha que mais nos imponha ao respeito dos outros, que a confiança em nós próprios.

Minhas Senhoras e meus Senhores: — radicái no vosso espírito e no de vossos filhos esta grande certeza que é tambem uma grande verdade filosófica, e tereis assegurado a independencia da Terra dos nossos Avós.

E quando todos assim pensármos e todos assim quizérmos, repetir-se-à, sempre que fôr preciso, o Milagre de Valverde.

A. Xavier Cordeiro.

Digitized by Google

Principais obras consultadas

Martins Sarmento — *Os Lusitanos.*
Alberto de Sampaio — *Vilas do norte de Portugal.*
Ricardo Sevéro — *Origens da Nacionalidade Portuguêsa.*
J. Leite de Vasconcélos — *Religiões da Lusitania.*
Revista Lusitana.
Revista de Guimarães.
Fr. Bernardo de Brito — *Monarquia Lusitana.*
Antonio Caetano do Amaral — *Memorias sobre a legislação e costumes de Portugal* (publicadas nas *Memorias de Literatura Portuguêsa* da Academia Real das Sciencias, vol. I, II, VI e VII).
José Anastacio de Figueiredo — *Memoria sobre as behetrias e honras* (na mesma publicação).
Pascoal de Mélo Freire — *Ordo historiae juris civilis Lusitani.*
Coelho da Rocha — *Ensaio sobre as formas de governo e legislação em Portugal.*
Alexandre Herculano — *Historia de Portugal.*
Teófilo Braga — *Patria Portuguêsa.*
Antonio Sardinha — *O valor da Raça.*
Costa Godolfim — *As Misericordias.*
D. Eduardo Hinojosa — *Historia general del derecho español.*
Peres Pujol — *Historia de las instituciones sociales de la España Goda.*
D. Joaquim Costa — *Estudios Ibericos.*
Manreza y Navarro — *Comentarios al Codigo Civil Español.*
D. Joaquim Abella — *Codigo Civil Español Comentado.*
Ordenações do Reino.
Lei da Boa Razão.
Fuero Real.
Codigo de las Partidas.
Codigo Civil Portugués.
Codigo Civil Español.

Digitized by Google

Digitized by Google

Aspectos politico-militares

Conferencia realizada na sala nobre da Liga Naval Portuguesa, em 14 de Abril de 1915.

Digitized by Google

Digitized by Google

SUMARIO

INTRODUÇÃO — O imperialismo e a guerra actual. As pequenas nações. O imperialismo espanhol e a nação portuguesa.

CAPITULO I — *As duas concepções do Iberismo:* 1.º) *Conquista de Portugal — absorção pela força* — dificuldades militares, politicas e internacionais; 2.º) *União Ibérica — absorção pacifica* — obstaculos — as unificações nacionais na Europa: Alemanha e Italia.

CAPITULO II — *Razões militares da independencia portuguesa.* 1.º) *razões geográfico-militares.* As fronteiras como caractericas duma nacionalidade — Os massiços orograficos portugueses na orografia peninsular — Teatros de operações — Fronteiras militares—Linhas de invasão — Obstaculos topográficos — Lições da Historia — Opiniões de militares estrangeiros. 2.º) *outros motivos*: O oceano — As Colonias.

CAPITULO III — *Ainda o Iberismo.* O sonho ibérico— A unica solução—Fala um ministro de Espanha — A amizade luso-ibérica—Consequencias futuras.

CAPITULO IV — *Portugal militar.* Aspecto interno do problemo ibérico — A crise da nação — Nacionalidade e Democracia — Portugal-Maior — Finalidade da raça — A Ofensiva Nacional — O militarismo e a crise social e politica — A logica do Nacionalismo — Democracia e Patria — Nação armada — As milicias — Democracia e Exercito — Incompatibilidades de principios — O sonho do desarmamento — Preparação para a guerra.

CONCLUSÃO—As responsabilidades da crise nacional — O nacionalismo integral resolverá o problema rico.

Digitized by Google

Digitized by Google

Minhas senhoras e meus senhores:

No programa desta série de conferencias sobre o problema ibérico, cabe-me pelo convite obsequioso de um grupo de amigos, tratar dos aspectos militares da questão, que eu julgo de uma importancia enorme, de uma necessidade iniludivel para as boas relações entre os dois países ibericos, dever ser de uma vez para sempre colocada no seu verdadeiro pé. Não se trata de fazer estendal de um *chauvinisme* ridículo, extemporâneo, expresso em candentes logares comuns de comicio ou em palavras desonrosas, desde que se trata de uma nação de tradições nobres e fidalgas, que conta no seu activo soldados como Cid, artistas como Velasquez, prosadores como Cervantes, poetas como Campoamor. Trata-se, sim, de estudar o problema o mais lialmente possivel, com o mais sincero desejo de luz, de verdade, de clareza.

A'quem, como álém-fronteiras nos devemos convencer de que só a amizade luso-iberica e o patriotismo de cada povo devem ser os dados primordiais da questão.

Não esperem de mim, pobre soldado habituado á rudeza da vida de quartel, ao estudo árido e especializado da técnica militar, uma exposição brilhante, um fraseado prenhe de sentido... musical. Não é com o treino de comandar que se aprende a ser orador, não é nas chãs teorias da caserna que se forma um conferencista. Se a maneira musical, se a dicção harmoniosa é indispensavel para agradar, desde já confesso francamente que a respeito de educação musical e sciencia de harmonias, em vez de ter no ouvido sinfonias de Beethoven, não tenho mais que toques de clarim!...

* * *

A guerra actual é, Ex.mos Srs., um produto lógico do imperialismo moderno. Todas as grandes nações e até algumas pequenas se mostram hoje claramente imperialistas. E' a mais completa falencia dos pacifismos democráticos.

E não me refiro só á sua expansão económica, ao desenvolvi-

Digitized by Google

mento especial da sua língua, da sua raça. Ha mais. Ha uma outra tendencia do Imperialismo das Nações, que é para nós conveniente e oportuno frisar. Refiro-me ás ideias de conquista e absorção das nações fracas.

A Austria sonhou anular a nacionalidade servia, grita a Alemanha que a Belgica lhe é indispensavel, expõe a Russia que a Galitzia será o preço da vitória e a propria França, a democratica, a pacifista França, começa a pensar em se estender até Colonia. Constantinopla é o *vello de ouro*, oculto lá para as bandas do Ponto Euxino, por cuja conquista os aliados se empenham no Helesponto.

Imaginar que depois da guerra o espírito pacifista substituirá para sempre o espírito imperialista, é desconhecer que este é essencial e constitutivo das nações fortes, é ignorar a génese da guerra, é não saber a sua filosofia. Sem luta não ha competencia, sem competencia é impossivel o progresso. A guerra existirá, pois, sempre, como um factor do progresso social. Portanto, depois do conflito de hoje, mais se acentuarão as tendencias imperialistas, reacção fatal contra o pacifismo democrático dos últimos anos.

Qual a sorte das nações pequenas nos dias hiper-imperialistas de amanhã?

As nações pequenas, que além de pequenas se obstinarem em ser fracas, ou serão absorvidas ou condenadas a rolar na órbita forçada dos grandes imperios.

Nem uma nem outra coisa devemos desejar para o nosso Portugal. Nem satélites forçados dos nossos aliados, nem absorvidos pelos nossos vizinhos.

Compartilhando conosco a Peninsula Iberica, existe uma nação seis vezes maior que a nossa. Pujante de vitalidade, conscia da sua força, crente no seu destino, tem, o que é logico, as suas ambições, sonha, o que é proprio da época, imperialismos.

Com isso nada teriamos nós, portugueses, se por vezes esses sonhos imperialistas no desvairamento proprio dos sonhos, nos não tocassem directamente pela porta. Mas tocam!

Recortei de um jornal espanhol (1) este trecho, que vou lêr na propria lingua para não lhe tirar o paladar. A lingua é bem a expressão dos sentimentos de um povo:

«Cuando yo era un muchacho, ¡qué lejos están aquellos tiem-
«pos!, recuerdo que un día dibujé el mapa de la Península ibé-

(1) *A B C*, de 12 de março de 1915.

Digitized by Google

«rica, y no sé si distraído ó conscientemente, no tracé la frontera «portuguesa, y á punta de lápiz conquisté el Peñón de Gibraltar; «puse á continuación el nombre de España, bañando su primera «letra en el Atlántico, junto a Lisboa, y la última asomándose cu- «riosa al Mediterráneo, allá por Alicante, y por remate y contera, «¡oh, divina mocedad), emperejilé un soneto cantando mi sueño «ibérico...»

Com soneto ou sem ele, eis o imperialismo espanhol, ou melhor, *castelhano*.

CAPITULO I

As duas concepções do Iberismo

De dois processos se tem servido o Iberismo para os seus fins: a absorção pela força e a absorção pacífica. A absorção pela força ou a conquista de Portugal foi varias vezes tentada e quasi outras tantas mal sucedida, por várias razões de ordem militar, politica e internacional. De uma vez só foi ela levada a efeito. Teve sorte o duque d'Alba. Os traidores á sua passagem abriam-lhe de par em par as portas das fortalezas. O seu orgulho militar devia até sentir-se ferido ante a facilidade da vitoria. Mas, mesmo assim, tão dificil parecia a empresa que el-rei de Espanha não hesitou em chamar o grande general do desterro, para onde ingratamente o havia mandado, depois de velho e cansado.

Faremos adiante um ligeiro esboço da geografia militar de Portugal. Veremos então como a topografia do país se presta de tal modo á defesa, que contrabalança a nosso favor a grande desproporção numérica dos efectivos militares. E a historia das lutas luso-hispanicas bem demonstra quão impolitica e dificil seria para a Espanha a absorção de Portugal pela força.

Não digo que para rechaçar o invasor, se levantassem hoje as pedras das calçadas, como costuma dizer-se em oratoria barata. porque nestes tempos dos grandes canhões, a pedra é um projectil de fracas qualidades balisticas. Mas seria impossivel, mesmo depois da conquista efectuada, a pacificação do país. A Alma nacional só espreitaria a ocasião propicia para ressurgir. Depois de 10, 50, 100 anos? Não sei, nem importa. A *Alma Portuguesa* é eterna, tanto quanto o podem ser as coisas deste mundo. E, enquanto não desaparecessem os *Lusiadas* e não fôssem apagadas as ultimas inscrições dos feitos da Restauração, a reconciliação seria impossível.

Digitized by Google

Ressurgiria um dia. E a conquista de Portugal só teria servido á Espanha para aumentar o número das dificuldades internas, que enfraquecem e roubam energia.

E as dificuldades de ordem internacional? A situação geografica da Peninsula é tal, que a formação do Imperio Iberico tem fatalmente de ser contrariada por nações como Inglaterra, E. Unidos, França.

E' uma questão de vida ou de morte para os senhores do Atlantico e Mediterraneo. Comprova-o a Historia.

Nunca faltou o auxilio estranho a Portugal nas lutas com Espanha. Não caiu por outra coisa o Império Filipino.

Escrevia ha tempos um jornalista espanhol que se devia atribuir á sugestão constante da Inglaterra a relutancia dos portugueses perante a União Iberica. Desconhecia ele a quota parte que nessa relutancia se deve atribuir á *Alma Portuguesa;* mas o certo é que não andava longe da verdade.

Mas... para que insistir? O politico sensato de Espanha sabe-o; sabe bem que a conquista de Portugal seria impossivel, mesmo quando ela se afigurasse facil.

Este meio de solucionar o problema só tem servido para afastar duas nações que nasceram para ser irmãs.

Reconhecendo-se isto, tem-se por vezes tentado a absorção diplomática ou pacífica. Mais que a outra, devemos nós recear esta. Eu tenho menos receio da mão de ferro que tiraniza, que da mão enluvada que afaga. A violencia revolta e excita, a blandicia atrai e faz esquecer.

A União Ibérica tem como a conquista de Portugal, uma historia longa, tão longa quasi como a vida da Nação. Sempre que algum dos dois povos peninsulares atravessa uma crise grave, renasce a questão. Necessidade de união, dirão os iberistas. Não, respondemos nós. Necessidade de conciliação e boa amizade entre irmãos desavindos.

Todas as modalidades teem sido lembradas. Desde a monarquia una até á republica federalista, preconizada na conferencia republicana de Badajoz.

Ainda neste campo grandes e invenciveis obstaculos teem os iberistas encontrado. A questão do monarca, a questão da capital, a questão da supremacia política de Castela, os melindres, a irritabilidade ás vezes excessiva de cada nação, teem sido os principais escolhos.

Apontam-nos de Espanha as vantagens que da Unificação Nacional tiraram a Italia e a Alemanha. Sim. Apenas esses que assim falam esquecem uma coisa aliás fundamental. A nós cumpre lembrar-lha. Não se trata no nosso caso de Unificação Nacional, porque na Peninsula não ha uma nação, ha duas. Não ha um povo,

Digitized by Google

ha dois. Não ha uma raça, ha pelo menos duas. Provindo de um tronco comum? E' certo ou é possivel. Mas diversificadas pelo meio geográfico que é diferente, pela função histórica, que tem sido outra. Aqui a razão de todos os fracassos do Iberismo.

CAPITULO II

Razões militares da independencia portuguesa

E a propósito do meio geográfico, é facil e corrente lêr e ouvir dizer que a fronteira luso-hispanica está longe de ser uma daquelas que caracterizam a separação de duas nações.

Sim. Eu concordo que nem rios, como o Reno ou o Danúbio, nem montes como os Alpes, os Vosges ou os Pirineus nos separam de Espanha. E no entanto, meus senhores, quero provar que nem mesmo esse outro sinal diferenciador das nações — uma fronteira — tão real e verdadeira como essas, falta no nosso caso. Desculpar-me-hão, o árido esboço da geografia militar de Portugal que para isso é necessario fazer.

* * *

Da Cordilheira Ibérica — «espinha dorsal do esqueleto peninsular» — linha divisoria das aguas do Atlantico e Mediterraneo, desprendem-se com a direcção geral E.-O. três cordilheiras transversais que vêem constituir o sistema orográfico português:

1.º — *Ramo oceánico da cordilheira pirenaica; massiço galaico-asturiano.* Dele fazem parte as nossas serras do Minho e Trás-os-Montes.

2.º — *Cordilheira Carpetana.* Parte da serra *Ministra* na Espanha indo terminar no cabo da Roca. Separa as bacias do Douro e do Tejo.

3.º — *Cordilheira Oretana.* Entra em Portugal pela serra de *S. Mamede* e bifurcando-se nas alturas de Evora, vai um ramo terminar no cabo Espichel e outro no de S. Vicente. Separa o Tejo do Sado e o Sado do Guadiana.

Das três cordilheiras a mais importante é a *Carpetana.* E' ela que principalmente dá ao nosso país o caracter acentuadamente montanhoso que tem. E' nela que se baseia, como veremos, a de-

Digitized by Google

fesa estratégica de Portugal. Ao percorrer a *meseta* central das Castelas, divide-as por uma linha bem definida — serras de *Guadarrama* e *Gredos;* essa linha continua pela serra da *Gata*, entra em Portugal pela serra das *Mesas* e depois ramifica-se. A linha definida desaparece. Em vez dela, um emaranhado irregular de serras de orientações diversas, formando um massiço: — *Estrela, Guardunha, Louzã, Caramulo, Lapa, Moradal.* A linha volta a aparecer nos *Candieiros, Montejunto, Cintra.* Com os nossos dois rios principais Tejo e Douro sucede tambem uma originalidade. E' em territorio português que as suas margens se apertam, tornando-se mais abruptas e alcantiladas. E esta caracteristica dá logar a que estes rios pelo seu volume d'agua em grande parte do ano sejam intransponiveis, a não sêr em pontes e quasi só em sitios onde elas permanentemente existem, constituindo desfiladeiros militares conhecidos, podendo de ante-mão ser preparados para a defesa.

Estes dois rios dividem o país em três zonas, perfeitamente distintas que sob o ponto de vista estrategico se costumam chamar — *Teatros de operações.* Estudemos ligeiramente em cada um as suas caracteristicas militares, as suas qualidades defensivas. Veremos que, por vezes, as *fronteiras militares* (as verdadeiras) não coincidem com as politicas.

1.º — *Teatro Norte* — Minho e Trás-os-Montes. — E' muito excentrico, por isso têem tido carácter secundário as operações que nele se têem efectuado.

Serve o rio Minho de fronteira. E detrás dele conseguiu Bernardim Freire com forças dez vezes inferiores, fazer desistir Soult de o passar. A linha divisoria segue depois pelas alturas do massiço galaico-trasmontano até ao Douro. Esta região apresenta-se dificil para operações militares de uma certa envergadura. O exercito espanhol que a invadiu em 1762 teve de retroceder, abandonando as serranias da provincia, para tentar a invasão por outra fronteira. Eminentemente propria para guerra de guerrilhas, serviu para estas de base de operações, durante as invasões francesas.

Não fôra a indisciplina das nossas milícias, tão indisciplinadas que chegaram a assassinar o seu general Bernardim Freire, nem Soult tinha chegado ao Porto. E quando êle se viu forçado a saír do país, as milícias transmontanas na marcha em retirada que realizou, aliás habilissima, fizeram-lhe pagar caro a ousadia de ter violado a solidão daquelas montanhas.

2.º — *Teatro do Sul* — Alentejo. — A fronteira politica nesta província é, em grande parte, uma linha convencional de nulas qualidades militares. Mas a verdadeira fronteira, a fronteira militar, é o escarpado fosso do Sever, o importante massiço de S. Ma-

Digitized by Google

mede e a linha de alturas que o liga à serra de Ossa e Evora. Nela se baseava o plano defensivo do duque de Lafões na desastrosa campanha de 1801, de que nos resultou a perda da chorada terra portuguesa de Olivença, prometida depois nos tratados de paz, mas nunca restituída. Dêsse desastre tem as responsabilidades o infeliz general, mas dizem os historiadores que para êle contribuiu em muito a desorganização geral, a imperícia de certos comandantes e a cobardia de alguns governadores das praças fronteiriças, que não resistiram aos invasores. Quasi como em 1580. Sem disciplina, sem organização, sem patriotismo, é impossivel vencer por bons que sejam os planos e favoravel a topografia militar do terreno.

Não sucedeu já assim nas campanhas da Restauração. Por exemplo: em 1663 foi D. João d'Austria derrotado no Ameixial, alturas de Extremoz, e obrigado a evacuar o Alentejo.

Depois desta posição defensiva, extensas planicies se apresentam ao invasor, que nelas terá ainda a combater o clima doentio, a falta de agua, a dificuldade de aprovisionamentos. Três linhas pode o invasor seguir, podendo fazer a passagem do Tejo em Abrantes, Santarem ou em frente de Lisboa. A cobrir Abrantes, estão ainda as posições do Gavião — Val d'Agua (Ponte de Sôr). Para o passar em frente de Lisboa, é preciso apoderar-se o invasor do massiço de Palmela, peninsula de Setubal, (cuja fortificação já D. Miguel Pereira Forjaz por isso pedia) e é preciso ter à mão uma esquadra que force a entrada do Tejo para proteger a passagem. Isto equivale a invadir Portugal por mar. Na região de Santarem o Tejo já leva durante todo o ano grande volume d'aguas, constituindo por isso e pelo facto de a margem direita ser sempre dominante, um obstaculo de grande valor militar.

Por curiosidade vou lêr a V. Ex.as o que o capitão do exercito francês, mais tarde general Dumouriez, que venceu em Valmy e Jemmapes, escreveu com respeito a este teatro de operações: — «A provincia do Alentejo tem sido o teatro predilecto das suas «perdas (espanhoes). Enganam-se imaginando que o Alentejo con«duz a Lisboa. O rio Tejo guarnecido por um exercito, para im«pedir a sua passagem, não póde atravessar-se. Um exercito, que «entre no Alentejo não faz a guerra senão a esta província e «quando muito ao Algarve; a tomada d'estas duas províncias não «conclue nada e não abala a monarquia portuguesa, que reside «toda em Lisboa e Porto. O Alentejo está coberto de praças de «guerra, que são susceptiveis de se tomarem; mas, além da des«pesa e do tempo perdido, o clima é aí tão funesto que um exer«cito que ousasse estabelecer lá os seus quarteis morreria de «fome, de sêde e de doenças epidémicas, ainda que tomasse to«das as precauções e estabelecesse os armazens e os hospitais

Digitized by Google

«possiveis. O que os portugueses mais devem desejar é ver os «espanhoes começar a guerra por esta provincia (1)».

Neves Costa mostra que o quadro está exagerado; os caminhos de ferro trouxeram, além disso, muitas facilidades; mas, não obstante, ha aqui uns pontos de vista verdadeiros ainda hoje.

3.º — *Teatro Central.* — Propositadamente deixei para ultimo logar o exame do Teatro Central porque, sendo ele o coração do país, é exactamente aquele em que á natureza aprouve juntar maior numero de obstáculos.

A fronteira é o curso do Agueda, o massiço das Mesas e o curso do Erges até ao Tejo. São obstaculos, mas de muito menor valor que aqueles que passo a enumerar.

Dividem os técnicos este Teatro em duas *zonas de operações:* a do Mondego e a da Beira Baixa.

A primeira é logo barrada á entrada pela linha defensiva do Côa, tendo á rectaguarda a linha de posições Guarda-Celorico-Trancoso. Ocupou-a Wellington em atitude de observação, emquanto do lado de lá do Côa Massena se entretinha com os sitios de Ciudad Rodrigo e Almeida. Vencida esta linha, entra o invasor no valle do Mondego, vale apertado e recortado pelos contrafortes da Estrela que, apresentando-se perpendicularmente á linha de invasão, são outras tantas posições de defesa. A entrada nas planicies ao sul de Coimbra é-lhe defendida pela linha Caramulo-Bussaco-Murcela, onde Massena sofreu o primeiro desastre.

A segunda zona é a que mais directamente leva á peninsula de Lisboa; mas é tambem a mais dificil. Quem pela primeira vez viaja na linha-ferrea da Beira Baixa, antes de chegar ao Tejo, fica impressionado pelo grandioso panorama de uma serrania que, levantando-se a prumo, semelha uma gigantesca muralha. E' um dos contrafortes da serra do Moradal que o Tejo em tempos immemoriais forçou, originando a garganta das *Portas de Rodam.* E' a conhecida linha das *Talhadas.*

E' uma posição de defesa formidavel contra a qual se chocaram inutilmente as duas invasões espanholas de 1704 e 1762. Da primeira vez o duque de Berwick desistiu logo de a forçar. Da segunda o conde de Aranda ainda chegou a internar-se nas montanhas, mas a breve trecho viu-se obrigado a retirar.

Logo a seguir o escarpado vale da Ocreza forma outra barreira, intransponivel como a primeira. Passada esta, ainda outra se levanta de igual valor militar — são as alturas de Mação e ribeira de Codes.

Todos estes obstáculos transpôs Junot nas circunstancias que

(1) Dumouriez.—*État présent du royaume de Portugal en l'année 1766.*

Digitized by Google

nós conhecemos. Mas querem V. Ex.as ouvir as opiniões dos seus generais sôbre as dificuldades topográficas desta zona ?

Diz o general Foy: (1) « — O segundo caminho vai por Cas- «telo Branco e Abrantes. Durante o espaço de trinta leguas, atra- «vessa montanhas de rochedos um deserto, onde, de longe em longe «aparece um cantinho daquela terra ingrata, cultivada á custa de «trabalho. De duas em duas leguas encontram-se ribeiras sem pon- «tes nem barcos de passagem e que nas épocas de chuvas se não «podem passar sem grande perigo. Num terreno tão fortemente «acidentado a defesa mais inerte póde desconcertar o exercito mais «aguerrido.»

A proposito das *Talhadas* assim fala Thiébault: (2)

«— . . . E cada um de nós teve a intuição de que se 2.000 «homens nos tivessem ali esperado, nós não as teriamos transposto e o exercito estaria perdido.»

E, mais adiante, relativamente á passagem do Codes:

«— . . . Novas torrentes, novas montanhas nos esperavam até «Abrantes. Os veteranos, que tinham combatido nos Alpes da Suissa «e do Tirol, ficaram espantados, quando foi necessario descer a «prumo á ribeira do Codes e escalar depois a muralha de rochas «da margem esquerda.»

Termina em Abrantes a série de obstaculos? Que responda ainda Foy:

«Quando, depois de ter triunfado dos homens e da natureza, «este exercito chega a Abrantes e atinge, por assim dizer, o fim «dos seus trabalhos, o Tejo e o Zezere o separam da Terra Pro- «metida e apresentam uma barreira intransponivel aos que não pu- «deram trazer consigo nem artilharia, nem equipagens de pontes.»

São as posições de Constancia-Tancos, a cavaleiro sobre o fosso profundo da torrente do Zezere.

Entre as duas zonas de operações, o massiço alteroso da Estrela forma como que um baluarte avançado do caracter ofensivo, proprio para a guerra de *chicana*, ameaçando permanentemente os flancos e rectaguarda dos exercitos invasores, quer eles caminhem pelo Mondego, quer pela Beira Baixa, quer pelo Alto Alentejo.

Foi assim que o marquês das Minas transpondo o desfiladeiro de Belmonte veiu caír sobre a rectaguarda de Berwick, inflingindo-lhe a derrota de Monsanto. E quando o conde de Aranda se preparava para atacar Lippe nas posições de Mação, mandou este que Townshend fosse a caminho da Guarda e depois descesse para o Sul, ameaçando as comunicações de Aranda, manobra que este evitou, retirando-se a tempo.

---

(1) Foy—*Historia da guerra da Peninsula* (tomo 2.º).

(2) Thiébault—*Relatorio da expedição a Portugal.*

Digitized by Google

No plano de defesa de Portugal, que Lippe estudou e teve ocasião de executar em parte, plano que, segundo escritores alemães, era digno de um Fabio, o massiço orográfico da Beira desempenhava o principal papel. Wellington nele se apoiou tambem, seguindo as linhas gerais do mesmo plano. Deve-se em grande parte a êle a desistencia de Massena ante as posições de Torres Vedras, vendo-se forçado a retirar, porque as guerrilhas que o ocupavam lhe ameaçavam seriamente as comunicações.

Infelizmente, a linha da Beira-Baixa veiu neutralizar um pouco as qualidades estratégicas desse importante massiço de montanhas. Essa linha facilitará ao invasor desde o começo (porque não lhe será dificil apoderar-se logo dela) a ligação entre as duas zonas de operações.

Coisas da nossa terra! Se em logar de se atender á política, se obedecesse ao critério da Defesa Nacional, se entre nós, nisto como em tantas outras coisas, tudo se sujeitasse á indicação dos técnicos, atendendo á enorme importancia dos caminhos de ferro nas guerras de hoje, essa linha Abrantes-Guarda, teria antes tomado o caminho da *garganta do Zezere*, onde estaria sempre em nosso poder e ao nosso serviço (1).

Mas, passadas que sejam todas estas dificuldades, póde já o invasor julgar-se senhor de Portugal? Longe disso. Porque diante dêle as linhas de Torres Vedras cumprirão o seu dever como em 1810. Estamos na cidadela de Portugal, na peninsula de Lisboa. Demos ainda a palavra a um oficial estranjeiro, ao coronel Vincent (2): «Deve-se olhar toda a peninsula de Lisboa como um «campo entrincheirado dos mais poderosos, que á natureza aprouve «tornar extremamente forte. Apoiado pelas suas extremidades no «Tejo e no oceano, parece dever ser sempre a propriedade do domi«nador dos mares (fala dos ingleses, que nessa ocasião estavam aqui), «por pouco que êle saiba tirar partido do terreno que cobre a ca«pital. Só a linha *Santarem-Peniche* é de natureza a oferecer dificul«dades insuperaveis, apoiada como se encontra no Tejo e no Mar.»

Como então conquistar Lisboa, como então submeter Portugal? Responde Vicent: «*atacando por mar, considerando Portugal como «uma ilha*».

— Não tem fronteiras, Portugal?

Ha muitas nações que desejariam ter para si as fronteiras militares que Portugal possui.

---

(1) Tem-se falado ultimamente numa linha-ferrea Entroncamento-Gouveia. Tem-se discutido se deve ser de via larga ou reduzida. Provavelmente sobre o assunto ainda se não lembraram de consultar a respectiva repartição do E. M. do Exercito, que resolveria em pouco tempo a questão.

(2) Vincent—*Mémoire militaire sur le Portugal.*

Digitized by Google

Substituem-nas com a fortificação permanente, defesa artificial e dispendiosa de que a artilharia moderna depressa dá conta, ao passo que contra o nosso reduto montanhoso da Beira não ha canhões de 42 que prevaleçam.

Bastariam, pois, as condições geograficas e as tradições históricas, para Portugal poder, mais que muitas nações, afirmar solidamente o seu direito de existir independente.

Bastariam... e se não bastassem, as civilizações portuguesas das três partes do Mundo, Africa, Asia, America e — o Mar seriam... a *ultima razão!*

CAPITULO III

Ainda o Iberismo

... E contudo, Ex.mos Srs., eu chego a ter pena de que o sonho do Imperio Ibérico seja impossivel. Tão grandioso se me afigurava, tão poderoso e influente no mundo eu o imaginava. A cultura histórica e a educação militar imprimem em espiritos sonhadores, como os nossos, o culto da grandeza e da força. Os grandes vultos que criaram grandes imperios representam forças sociais, cuja utilidade é, pelo menos, a de remediar por um pouco de unidade e ordem o individualismo, a dispersão social e a desordem da época.

E' a funcção social dos Bonapartes de todas as idades e de todos os meios. Cumprida essa função, o imperio desaparece para se restabelecer o desejado equilíbrio — equilíbrio que nunca se alcança, limite inatingivel para o qual tende a sociedade, como em algebra certas expressões tendem para o infinito.

A humanidade semelha-se ao pendulo teorico de Galileu, eternamente oscilando, atraída ora pelas forças da *Conservação*, ora pelas da *Dispersão*. Não estará na teoria de Galileu a base e explicação da evolução politico-social?

Eu rio-me, Ex.mos Srs., com um riso mixto de compaixão e desdem, quando vejo criticos, que julgam incomodar Guilherme II com uma chalaça insultuosa ou uma caricatura degradante...

E ponho-me depois a folhear ilustrações e livros onde veem caricaturas de ha cem anos, onde o *Kaiser* de então, como o *Napoleão* de hoje, era fustigado a golpes de pena e traços de lapis.

De certo que os nossos filhos, ao relerem a epopeia de hoje,

Digitized by Google

admiradores como hão de ser tambem do que é grande e do que é forte, farão justiça a esse poderoso imperio alemão, que já então talvez tenha desaparecido em obedieecia ás leis do movimento pendular da sociedade!

O Imperio Iberico! Se era grandioso! Imagine-se! Reunir sob o mesmo sceptro Espanha, Portugal, o norte marroquino, as ilhas da Atlantida, o imperio colonial português! Atraír como produtos da mesma civilização, as duas Americas: Central e do Sul! Mas era o dominio do Atlantico e Mediterraneo, era a influencia decisiva nos destinos do Mundo!

Por isso, e só por isso, quasi chega a gente a ter pena de que toda a grandeza desse sonho não passe de um... *chateau en Espagne!*

— E não haverá meio de conciliar o sonho ibérico com os interesses lusitanos? Creio que sim. A solução unica possivel do problema encontra-se no estabelecimento de uma boa, solida e leal amizade, entendimento ou aliança.

Já eu tinha delineado esta conferencia, quando sob a minha vista caíu um periodico de Madrid com as seguintes palavras de um Ministro de Estado de Espanha (1).

São tão concordes com o meu pensar, que eu não resisto a transcreve-las, certo de que em tão poucas palavras eu não diria melhor...:

«Lo que debe existir entre Portugal y España es el perfecto «convencimiento de que cuanto más estrecha sea la relación de «ambos países, sin menoscabo de la independencia y soberanía de «cada uno, y cuanto más se extienda esa inteligencia, hasta llegar, «si fuere posible, á una verdadera unión economica y inteligencia «política, tantos mayores beneficios y tanta mayor fuerza se deri- «varian para las dos naciones ibéricas.»

Os resultados desta *entente*? Basta olhar para um mapa. A situação geográfica da nossa peninsula é a melhor do Mundo. Baluarte avançado da Europa, intermediaria entre o Antigo e o novo Mundo tem a Peninsula Iberica o direito de aspirar a ser o fulcro da civilização futura. Afiguram-se-me, por isso, enormes as consequencias dessa *entente*.

A amizade luso-espanhola começaria por se reflectir cá dentro, dando logar a uma verdadeira renascença ibérica. A industria tem dentro da Peninsula tudo, metal e matérias-primas indispensaveis. Falta-nos o carvão? E' certo. Mas o progresso

(1) *A B C*, de 27 de Março de 1915.

Digitized by Google

industrial evoluciona no sentido de o dispensar. A época da hulha branca aproxima-se e as torrentes caudalosas das nossas serras serão as fontes futuras da energia industrial.

O comercio desenvolver-se-hia tambem; e para os produtos das nossas industrias e para as transacções do nosso comercio, teriamos como mercados favoraveis os países, filhos das nossas civilizações. A aliança inglesa seria quasi o resto do Mundo a nosso favor!

Ha sonho mais fagueiro? mais capaz de apaixonar um estadista? e, no entanto, mais simples de realizar?

Mãos à obra, meus senhores!

CAPITULO IV

Portugal militar

E com isto, Ex.mos Srs., eu daria por terminada a minha conferencia, se não sentisse a necessidade de tratar de um outro aspecto do problema iberico — do aspecto nacional, do aspecto interno. Porque para mim, o problema tem duas faces — a *externa* e a *interna*. A ambas é preciso dar solução. Sim, meus senhores, quando ao tomar o encargo de fazer esta conferencia eu me pús a reflectir sobre o tema, logo perguntei a mim mesmo — por que razão aparece agora, e de novo, posto e problema ibérico? Os fenomenos sociais não são de geração espontanea, nem são produtos singulares das atividades individuais. Não. A logica e não o acaso, preside à evolução social. E' infinito o numero de incognitas; de outro modo qualquer matemático podia ser profeta e os conhecimentos de calculo, de analise infinitesimal passariam a fazer parte da educação das pitonissas. Mas se isto assim é, qual o motivo daquele porquê?

E logo me ocorreu a observação já atrás feita de que a questão iberica tem renascido sempre que alguma das nações peninsulares atravessa um periodo de crise. Esta nação no actual momento, é a nossa. Vêr os porquês da crise, procurar resolve-la — eis o aspecto interno do Iberismo.

Dentro da amizade, da aliança luso-hispanica, só ha logar para um Portugal forte em tudo, nas qualidades morais, sociais, politicas, militares. De outro modo, jámais se porá termo ás tendencias absorcionistas de Castela.

Ha, pois, que solucionar as tres questões fundamentais —

Digitized by Google

questão moral-social, para fazer um Portugal são, *questão politica*, para fazer de Portugal um estado disciplinado, *questão militar*, para fazer de Portugal uma nação forte e respeitada.

Sim, — *questão militar*, não se vá julgar que mesmo uma aliança ibérica dispensaria Portugal dos encargos do exército. Nunca. Nas relações entre as Nações, o direito reside e baseia-se na força. Portugal militarmente forte é a melhor garantia da amizade espanhola.

Para solucionar estas questões de que principio partir? Qual a orientação a tomar? Qual a doutrina a seguir? o *Liberalismo* ou o *Nacionalismo*? Vejamos.

— Eu sou anti-democratico. Provavelmente já não dou a V. Ex.as novidade nenhuma. Faço esta afirmação debaixo do ponto de vista filosófico, afastando para bem longe toda e qualquer ideia politica. De resto, V. Ex.as bem sabem que tem havido sempre e ha ainda hoje republicas anti-democraticas, imperialistas mesmo, dirigidas por *élites*, senão fundamentadas em velhos pergaminhos, pelo menos bem alicerçadas em solidos pedestais de ouro.

Sou anti-democratico, porque sou nacionalista. E se me perguntarem porque sou nacionalista, responderei que não sendo muito esperto em profundas filosofias (não é este o meu campo d'acção), não sei, nem quero saber. Tambem o meu professor de matemática me não deu a razão porque é que dois e dois fazem quatro, nem em geometria me disseram porque é que a linha envolvente é maior que a envolvida. Sou nacionalista, porque a existencia da *Nação Portuguesa* é para mim o axioma político fundamental. A *Nação é*, porque *é*. A *Humanidade*, essa deidade maçonica, é para mim um mito. A *Nação*, uma realidade. O Liberalismo democratico inverte os termos. Faz da *Nação* um mito, da *Humanidade* uma realidade. Para o Liberalismo democrático-maçónico, a *Patria* não existe, é uma ideia reaccionária, que tem servido para justificar tiranias. As fronteiras são uma arbitrariedade, uma convenção que é necessário abolir. Sôbre as ruínas das patrias fórmar-se-ha a *Republica Federativa da Humanidade*. E' o aspecto politico do panteísmo democratico.

Ha muitos que não falam assim? Decerto. O Liberalismo tem feito bem o seu papel de veneno que a pouco e pouco mata sem se sentir, fazendo gozar até, como o opio. A Maçonaria, seu principal obreiro, tem sido um excelente sapador. Com cuidado, com diplomacia, ora afirmando, ora negando, mas sempre trabalhando. De repente o edificio, sólido na aparencia, vem a terra. O verme tinha-lhe carcomido os soalhos, o sapador tinha-lhe minado o subsolo e os inquilinos não tinham dado por nada!

Ora nós não seremos apanhados desprevenidos, se em vez de atendermos ás palavras, formos ao fundo da doutrina.

Digitized by Google

O ideal democratico é o que ha de mais contrario ao ideal-nação — e é por isso que o principio democratico não pode ser chamado a resolver questões nacionais.

Do axioma-*Nação* eu derivo todo um sistema de logica tão cerrada, tão compacta, como no euclidiano. O *nacionalismo* é o que em linguagem de analise matematica, se pode chamar um *integral*. Diferenciando-o em relação á utilidade nacional, eu tiro de ele uma série de consequencias no campo filosófico, politico, social. Até em ortografia ele vem a influir, como aqui já um ilustre orador (1) fez notar, acarretando a supressão das iniciais maiusculas nos substantivos abstractos, tais como *justiça, verdade, direito, liberdade*, a que a Democracia tinha dado fóros de divindade (outro aspecto do panteismo maçonico!). Tudo neste mundo é relativo ao principio fundamental, origem da doutrina — *Nação;* mas — *Nação Portuguesa*. E se isto assim é na doutrina nacionalista, nela e não no liberalismo, nela e não na democracia, devemos ir procurar a solução das questões que afectam a vida da *Nação*.

E porque sou *nacionalista*, sou *imperialista*, isto é, Portugal deve aspirar a ser grande, poderoso, influente, tanto quanto possa.

O *Portugal maior* obter-se-á:

1.º — Pela *expansão da raça lusitana*. — Nesta epoca de pan-germanismo, de pan-slavismo, de pan-expansão das nações fortes, deve a nossa raça de tradições colonizadoras, de tendencias aventureiras, de grande fôrça expansiva, ocupar o seu logar.

2.º — Pela solução nacionalista da questão moral-social *do aumento da população*, que a densidade do territorio-metropole permite e a das nossas colonias exige.

3.º — Pela *reconquista da nossa influencia* nos países a que démos origem, nas terras onde antigos padrões atestam a nossa passagem.

4.º — Pela *educação das qualidades imperialistas* da nossa raça.

Assim, com os elementos da Tradição de um lado e as Aspirações Nacionais do outro, estabelecer-se-á como base da educação e actividade nacional, a *Finalidade da Raça*, essa finalidade indispensavel, cujos exageros, cuja afinação extrema produzem nos povos aquela auto-sugestão colectiva, tão benefica, tão apta para o desenvolvimento das Ideias Nacionais, porque dá ás Nações o convencimento inabalavel de que são eternas, invenciveis, de que a Divindade as investiu na missão messiânica de dominar, de conduzir o Mundo. E aqui, entre parentesis, vem a proposito notar como o culto da religião tradicional é um culto que o nacionalismo para

(1) Dr. Alfredo Pimenta, na sua bela conferencia — *A significação filosofica da guerra europeia*.

Digitized by Google

elevar a Nação logicamente requer e a democracia para a anular, não menos logicamente pretende destruir.

Este programa exige uma politica externa ofensiva? Decerto; e é bom não esquecer que a agressividade é a condição suprema do desenvolvimento.

Foi-o para o homem na época individualista que precedeu a formação dos grupos sociais. Se o animal-homem não tivesse qualidades agressivas contra o leão, o tigre, a pantera que lhe disputavam a presa, esse animal-homem para não desaparecer, teria de se refugiar nas arvores e seria hoje um voador ou teria de renunciar a ser carnivoro e haveria mais uma especie a aumentar ás especies erbivoras, caracterizadas, como o coelho, pela falta de agressividade, pelo temor.

Foi-o tambem para os grupos nos tempos de construção social, que precederam o alargamento dos grupos e a transformação destes em Nações. E'-o hoje para estas.

Mas a execução deste plano de *Ofensiva Nacional* exige como apoio de uma politica externa ofensiva, um Portugal militarmente forte, e aqui está como na doutrina nacionalista vamos encontrar os fundamentos de uma logica solução da crise nacional, sob o seu aspecto militar. Refiro-me só ao aspecto militar da crise, porque o aspecto social e politico lhe andam indissoluvelmente ligados. Na lista das repercussões sociais lá encontraremos escrito que um estado militarmente forte, é tambem socialmente são e politicamente disciplinado. E sabem porquê, meus senhores? Porque o espirito militar é essencialmente anti-democratico e se êle se impôs numa sociedade, é porque nesta a doutrina nacionalista expulsou o virus democratico e tornou assim possivel a sanidade social e a disciplina politica. A experiencia tem comprovado esta repercussão social.

— Mas, dir-me-ão, isto é o militarismo... á alemã!

Eu, meus senhoros, ao contrario de tantos que se declaram germanófilos ou francófiios, ou anglófilos, eu teimo em ser simplesmente *lusófilo*. Eu não sei se o meu militarismo é á alemã, se é á chinesa. Só sei que é uma consequencia do axioma fundamental — *Nação* — e portanto deve ser util para ela. Se neste ponto o meu lusofilismo se confunde com o germanofilismo de alguns ou se diferencía do francofilismo de outros, não sei, nem quero saber. Do que eu me importo é de ser logico nas consequencias a tirar. Aplico o método dedutivo das matematicas. Se do integral — *Nação*, eu derivar com logica, as consequencías não podem estar em desacordo com ela. E' obvio.

De tudo podem arguir o Nacionalismo. De tudo. Menos de falta de logica. Pegamos nos nossos principios e levamol-os até ao fim. Nem sequer nos demoramos a pensar se os finais são bons. Porque o são fatalmente, desde que partimos do axioma — *Nação* e desde

Digitized by Google

que tudo o que é util para a nação é *ipso facto* bom, é justo, é verdade.

Não assim os democraticos. Prégam uma doutrina e fogem-lhe ás consequencias. Uns não. São os anarquistas puros; esses sim, tambem são logicos. Mas os mais vão parando a diferentes alturas, conforme os tempos lhe são ou não propícios. E assim os vêmos, esses saltimbancos da filosofia politica, ora prégando a Federação Universal (e aqui vêmos como os congressistas de Badajoz prégando a Federação Iberica, sob a forma republicana, estavam na verdade dentro da doutrina democratica), que ha-de vir com o aumento do Cosmopolitismo, e a abolição das patrias, ora monopolizando com um desplante formidavel o amor da Patria, o culto nacional; ora falando do exercito como de um instrumento de despotismo e de reacção, ora espalhando aos quatro ventos nas lojas e nas ruas, que só eles é que sabem organizar o exercito e levar a bom caminho a Defesa Nacional.

O que será a Defesa Nacional para estes saltimbancos, se para eles o Ideal-*Patria* — não passa de uma convenção provisoria, emquanto não vem a Federação Universal? Que valor terá perante a doutrina democratica a acção de um soldado que morre por esse ideal-provisorio, que eles, se forem logicos, incluirão na sua lista das mentiras sociais?

Porque sou *nacionalista*, sou, pois, *militarista*. Vejo na militarização da sociedade muitas vantagens nacionais. Só o facto de durante tres anos por exemplo (é hoje o tempo de serviço em França) todo o cidadão viver intensamente a vida militar, só este facto poria desde logo um pouco de ordem, de método, de disciplina em todas as engrenagens sociais. Desde logo a autoridade civil aprenderia a SABER MANDAR, o cidadão a SABER OBEDECER. E então já todos nós repararíamos, por exemplo, naquela placa de ferro, pregada num candieiro, lá ao fundo do Chiado, que não sei ha quanto tempo manda em vão — *seguir pela esquerda!...* Desde logo cada um iria ocupar o seu posto, especializando-se na sua profissão, o que traria como consequencia maior produção á economia nacional, resultante de uma maior divisão do trabalho. E então já, por exemplo, os farmaceuticos tratariam de inventar mais tisanas, em vez de fazer politica ou exercer-se em pirotecnia, fabricando bombas!...

Agora se vê bem como a solução nacionalista da questão militar atende, como ha pouco disse, de um só golpe egualmente a certos aspectos da questão social e da questão política.

E porque sou *militarista* eu defendo a aplicação íntegra dos principios genuínos da *Nação Armada*.

Mas, alto! Tomemos cuidado. Ha duas concepções de *Nação Armada* diametralmente opostas:—a nacionalista e a democrática.

Digitized by Google

Esta frase tão debatida — *Nação Armada* veiu da Alemanha, tendo sido pela vez primeira pronunciada pelo rei da Prussia no discurso do trono de 12 de janeiro de 1860, quando disse: — «o exercito prussiano será no futuro a nação prussiana em armas.»

A Democracia a cujo oportunismo era impossivel em certas ocasiões prégar ás claras a abolição do Exercito, procurou uma formula para o *desorganizar*, tendo contudo a aparencia de o *organizar*. Procurou e... arranjou. E apropriando-se indevidamente da genial concepção alemã, inventou a *Organização Miliciana* — especie de plagio da *Nação Armada*, caricatura da original, em que todos os cidadãos são soldados... em casa. E' aliás, justiça seja feita, uma excelente organização... mas para tempo de paz. Na verdade. A *Organização Miliciana* tem, pelo menos, dois defeitos:

1.º — Não se adapta ás caracteristicas das guerras modernas. Confiando tudo das qualidades individuais do soldado da sua actividade singular, esquece e despreza o poderoso factor que é a organização, a disciplina, como base da educação militar do espirito do soldado. Seria boa, quando muito, para as guerras da Idade Média que são a expressão mais genuína e brilhante do individualismo. Nessas guerras, sim, o resultado das batalhas era o somatorio dos combates singulares. Hoje não.

Sendo uma concepção democrática, não era de extranhar que nela predominasse o *individualismo*, caracteristico da Democracia.

2.º — Faz basear a sciencia militar no *espirito defensivo*. Quer o digam, quer não, este espirito é o que ressalta da organização miliciana. Falseia, portanto, toda a educação militar que hoje se fundamenta no culto da *Ofensiva*. E isto tambem não admirará ninguem, se atendermos a que a *Defensiva* é uma ideia democrática; a Democracia, aspirando á Federação da Humanidade, negando realidade ás Patrias, começa *ipso facto* por negar á *Nação* o atributo agressividade que é inerente á sua existencia, indispensavel ao seu desenvolvimento.

Como o Romantismo falseou a literatura, o Liberalismo, seu irmão-gemeo, transtornou por completo as classicas noções de filosofia politica. Ha palavras que na boca dos liberais teem um sentido completamente diverso d'aquele que tinham d'antes e que nós lhe damos. E assim sucede que, por mais que queiram, êles não nos podem entender. Começa porque o seu dicionario é diferente do nosso. Surpreendem-se com as nossas afirmações, porque não apreendem a nossa tecnica linguistica. Tinham que fazer uma revisão do dicionario e recomeçar a educação do seu espirito.

Assim, o sentido da expressão — *Defesa Nacional* anda perfeitamente avariado. Dá-nos idéa de um esgrimista em guarda, sempre pronto a parar o golpe do adversario e... mais nada! E ele não é só isso. A *Defesa Nacional* inclui tambem a *Ofensiva*

Digitized by Google

Nocional. A defesa de um povo está em levar ao máximo as suas qualidades agressivas e muitas vezes até em agredir de facto os outros.

O sinal certo da decadencia de uma nação é a diminuição das suas qualidades agressivas. E' por isso lógico que a Democracia, aspirando á supressão da *Nação*, adopte uma organização militar genuinamente defensiva.

Não venham, meus senhores, falar-me de *defensiva estratégica* e *ofensiva tactica*. Conheço esses termos; sei que ás vezes uma ou outra situação defensiva é imposta pelas circunstancias. Mas o mal não reside aí. O mal está em que, prégando em todos os tons como doutrina politico-militar a teoria da *Defensiva Nacional*, maldizendo e apontando á execração publica as nações que, exuberantes de vitalidade, ansiando por se expandir, agridem, a agressividade da Nação vai diminuindo, até ao ponto de desaparecer em todas as manifestações do organismo nacional. O mal está em que o espirito defensivo invade os diplomatas como os militares, formando a base da sua educação, péssima educação, porque sendo teoricamente o resultado de uma doutrina filosófica vai praticamente traduzir-se no medo dos outros e na pouca confiança em si proprios. Resultados — para os primeiros, a diplomacia reduz-se á situação secundaria de parar os golpes das diplomacias agressivas; para os segundos, é sabido «que a idéa preconcebida da «defensiva estratégica arrasta consigo a defensiva táctica, que é «o peor sinal da decadencia de um povo» (1).

¡Se todas as Nações tomassem a atitude de pura defensiva, isto é, se todas desarmassem!

Miragem bem democratica, esta! Já vimos que o homem nasceu essencialmente agressivo. Desta qualidade nasceu a concentração familiar, o agrupamento de individuos que, tendo identicos interesses e iguais necessidades, viram na sua união um factor de força. A agressão entre as familias originou por alianças, os primeiros grupos sociais. Da guerra entre esses grupos de interesses opostos, resultou o altruismo, o *patriotismo* do grupo, o alargamento dos grupos, — a *Nação* afinal. A base das Nações foi, pois, a guerra agressiva. E' um bem, é um mal, que importa? Para que discutir? E' um fenómeno social, como um terramoto é um fenómeno físico. Existe, existirá sempre, porque sempre existirão nações de interesses diversos. A boa lógica manda, pois, preparar-nos para ela.

— Se todos desarmassem! Oh a grande ironía do Acaso! Sabem V. Ex.as quem foi o primeiro apostolo do desarmamento? Pois foi... o consul Bonaparte, que no inverno de 1800 a 1801, pro-

(1) Raul Esteves — *A Fortificação no plano de defesa do país.*

Digitized by Google

punha um projecto de desarmamento á Prussia e á Austria. Anos depois, o consul pacifico transformava-se no imperador guerreiro.

Lembram-se do segundo apostolo? Foi o czar Nicolau. Tempos depois rebentava a guerra russo-japonesa, resultante do choque dos dois imperialismos — russo e nipónico. Escusado será dizer que não voltou a pensar no assunto, preferindo preparar-se para a guerra de hoje. Estamos vendo, meus senhores, como os principios democraticos são absolutamente antagonicos com os principios militares.

Democracia, exercito. Mas é um verdadeiro paradoxo juntar estas duas palavras. Sai um amalgama, não resulta uma liga.

O Exercito é a menos democratica das instituições.

A Democracia baseia-se na Humanidade. O Exercito fundamenta-se na *Nação*. A Democracia nega as tradições. O Exercito requere-as. A Democracia é o reinado das maiorias, é a negação das *élites*. O Exercito é incompativel com o principio da eleição, tem a afirmação de uma *élite* no corpo de oficiais.

A Democracia aspíra á paz universal, á supressão da Patria, o Exercito fez-se para a guerra, baseia-se no patriotismo.

Na Democracia a hierarquia organiza-se de baixo para cima: no Exercito, de cima para baixo. Os altos postos são ou devem ser providos por escolha. Já é uma concessão aos principios democraticos o facto absurdo da antiguidade ser a base das promoções.

E assim por deante. De maneira que quem queira desorganizar o exercito começa por democratiza-lo. E' fatal. O espirito da tradição, o espirito de classe desaparece do corpo de oficiais, que são a sua guarda. O individualismo, a desagregação entra, a corporação fica em nome só. A disciplina, a organização é impossivel, mesmo com algumas injecções de um patriotismo artificial. Os resultados vêem-se depois em tempo de guerra, isto é, quando já é tarde para remediar o mal.

— Mas a Suissa, dir-me-hão! A Suissa, sim, é um grande exemplo... para servir de excepção. Em tudo é excepcional aquele país, tão excepcional que, sendo habitado por franceses, italianos e alemães, oferece uma exemplificação unica no Mundo do dogma católico da Trindade, fazendo de três povos distintos um só verdadeiro...

O problema militar deve, pois, ser resolvido pela *Nação armada* — concepção nacionalista. Resolveram-no assim a Bulgaria, a Servia e a Grecia, de condições sociais e economicas equivalentes ás nossas. Atingiu a expressão mais sublime na Alemanha. Os resultados estão á vista lá... e cá igualmente.

E' triste, meus senhores, que se faça do exercito, desse organismo delicado, um laboratorio de experiencias filosóficas. A guerra é uma cousa muito séria, a sua preparação requer tempo,

Digitized by Google

continuidade, unidade de orientação, não se compadece com experiencias que lhe vão mexer nos fundamentos.

Conclusão

Meus senhores, não se julgue que, eu falando contra a Democracia, atribuo aos governantes de hoje as responsabilidades da triplice crise nacional. Eles não têem culpa. Foram envenenados, como nós fômos; simplesmente êles não reagiram como nós, não aplicaram ao veneno do Liberalismo o contra-veneno do Nacionalismo. *Eu acuso*, meus senhores! Como cidadão português, que sofre as conseqüências de passados erros, eu tenho o direito de acusar. Acuso os apostolos do Liberalismo, a *Monarquia Liberal!*

Foram os politicos com os seus *liberalismos*, os escritores com os seus *romantismos*, os filósofos com os seus *revolucionarismos* importados, que fizeram de Portugal um *país estrangeiro*, que rasgaram as nossas tradições, que calcaram as nossas liberdades foraleiras, que anularam o nosso munícipio e prepararam o cáos de hoje.

Acuso a Maçonaria, o verdadeiro *estrangeiro do interior*, de ter desnacionalizado o país. Veiu-nos de França. Trouxe-nos as ideias francesas de então, recebeu os franceses como salvadores, adiantado-se até Sacavem a saúdar Junot.

E acuso tambem, meus senhores, os jesuitas. Quero ser justo. Acuso-os de terem criado embaraços à obra do Marquês de Pombal. E defendo o Marquês; porque o Marquês era um *imperialista*. Levante-se-lhe, sim, uma estatua nesta capital. Merece-a, porque fez obra *nacionalista*, porque criou um exercito e fortaleceu a nacionalidade, porque, contra a vinda da avariose revolucionaria, ele restabeleceu a Inquisição. Levante-se-lhe a estatua, mas que não esqueça no logar daquela ridicula inscrição — *delenda reactio* — um medalhão com o intendente Pina Manique!... (1).

Mas... agora reparo! a mim ensinaram-me a historia ao contrario! Eu tinha Pombal por um democrata, quasi um franco-maçon e vejo-o imperialista, a restabelecer a inquisição. Ensinaram-me a

(1) Convêm atender, para esclarecimento dêstes meus juizos sôbre Pombal, a que eu examinei aqui a figura do Marquês num ponto de vista unilateral e restrito, desejando apenas fazer sobresair duas coisas: 1.ª — a grande obra inegavel da defesa militar do país, atraindo o respeito do estrangeiro, por uma intensa acção imperialista; 2.ª — a sem-razão, a hipocrisia, as segundas-vistas da adoração que os elementos liberais lhes tributam. Mas, que fazer-se para o sectarismo liberalista, verdade, pátria, histor a, tudo se subordina ao aniquilamento do jesuita!

Digitized by Google

adorar em Gomes Freire um mártir e, como aqui afirmou já um distinto conferente (1), sai-me um traidor. Fernandes Tomás, um apostolo... tratando com a Espanha a União Ibérica. Rodrigues Sampaio um patriota... sobrepondo o interesse da Humanidade ao da Pátria. Herculano, Latino Coelho, Oliveira Martins, filósofos do Liberalismo... considerados pelos espanhoes precursores do Iberismo...

Mas, é preciso rever tambem os nossos compendios de Historia, como o nosso dicionário!... reformar toda a nossa mentalidade!... E' preciso curar-nos da *avariose* liberal, para que nossos filhos vénham sãos!...

E depois... feito isto, teremos com o *Nacionalismo integral* levado ao maximo o culto da *Nação* e estará assim de uma vez para sempre resolvido o problema ibérico. Perante um Portugal *forte* não mais pensará a Espanha em absorção. E então, para não sermos *inimigos a sério*, podemos e convem-nos ser... *amigos a valer!...*

Vasco de Carvalho.

Tenente de artilharia

NOTA.—Esta conferencia em que se defende a teoria do imperalismo militar, não tem intuitos politicos, nem atende a formas de govêrno, limitando-se a exprimir o modo de ver do seu autor sôbre as condições da nossa defesa terrestre, em face da nação vizinha.

(1) Antonio Sardinha—Conferencia sôbre: *A Questão Ibérica—Territorio e Raça.*

Digitized by Google

Bibliografia

1) Historia e geografia militar

A Defeza de Portugal — Pereira Taveira, coronel do Estado Maior.

Revista Militar (numero de julho de 1910) — *A Peninsula Iberica* — Fernando Freiria, capitão de artilharia e do serviço do Estado Maior.

Geografia Militar da Peninsula Iberica, do mesmo auctor. — Curso professado na antiga Escola do Exercito no ano lectivo de 1909-1910.

A Fortificação no plano de defeza do Paiz — Raul Esteves, capitão de engenharia.

2) Filosofia politica

Das Volk in Waffen — von der Golz.

Kiel et Tanger — Charles Maurras.

L'officier comtemporain — capitaine d'Arbeux.

La Nation, l'armée et la guerre — commandant Munier.

Faites un roi, sinon faites la paix — M. Sembat, ministro de Estado de França.

Die Philosophie des Krieges — Steinmetz.

O Valor da Raça — Antonio Sardinha.

Digitized by Google

Digitized by Google

A Lição dos Factos

Nem entendaes q̃ certificamos cousa, saluo o de muitos aprouado, & por escripturas vestidas de fé.

FERNAM LOPEZ.

Digitized by Google

Digitized by Google

SUMÁRIO

INTRODUCÇÃO — Acto de Fé — A crise — A resposta de Phebus Moniz — Em louvor da guerra — A profecia de Bonald — O exemplo de Ourique — Republica e Monarquia — O comentario de Segalerva — Kiel, Tanger e Faschoda — A perda de Africa — O conselho de Sembat — A politica de Espanha — Os tres dogmas nacionais — Os Algarves de além-mar.

CAPITULO I — O antagonismo historico — Os lusitanos — A contradicção de Oliveira Martins — O Mar — As duas zonas: a planura castelhana e a courela atlantica — A duração dos estados peninsulares — Afirmações nacionais — A conquista de Tolêdo — A devota cavalaria — O conde D. Henrique — A fundação da nacionalidade — A lição da Historia — As guerras civis de Galiza e Leão e a unidade portuguesa — A génese da nacionalidade — A antinomia do Ocidente com o Oriente — A Infanta-Rainha — *Os indignos extrangeiros* — Deposição de D. Tareja — O tratado de Tuy — D. Afonso Henriques: a astucia e a energia — A conferência de Zamora.

CAPITULO II — A conquista do Reino — O blóco castelhano-leonês — A cruzada das Navas de Tolosa e do Salado — As tropas dos concelhos — Elogio da arrayamiuda — A prosperidade da nação — A politica inconstante de D. Fernando — A voz dos rebeldes — A invasão castelhana — O tratado de paz — Leonor Teles — O alvoroto da gente dos mestéres — A aliança com o inglês — O cêrco de Lisbôa — Nuno Gonçalves e o Adiantado de Galiza — A defeza do castelo de Faria — O regresso a Castela — Absolvição de D. Fernando — O renegado Andeiro — Renovam-se as pretenções do Duque de Lancaster — Outra vez a guerra — O irmão da Rainha vencido em Saltes — Talando os campos — As devastações — As pazes — A agonia de D. Fernando — As intrigas da Rainha — O casamento da infanta Beatriz — A regencia de Leonor Teles — D. Beatriz é proclamada Rainha — Os protestos de Santarem e Elvas — A prisão dos Infantes — D. Juan de Castela aclama-se em Tolêdo rei de Portugal — A morte do conde Andeiro — O mestre de Avís defensor do Reino.

CAPITULO III — A defesa — O amôr da Terra — A aliança do Rei com o povo — A traição de Leonor Teles

Digitized by Google

—O Alentejo em fogo—Nun'Alvares — A matinada dos Atoleiros — O novo cêrco de Lisboa — O entusiasmo popular — A guerra nacional — A fome — A peste — A retirada dos castelhanos — As côrtes de Coimbra—Nova invasão—A jornada de Trancoso—O testemunho de Ayala e a opinião de Schœffer—A furia castelhana—Aljubarrota—Valverde—O Santo Condestavel.

CAPITULO IV — A hora maritima—A escola de Sagres —Colombo — O sentido das Descobertas — Dissimilhança de intenções — Os regalos do Oriente—A decadência — O desastre de Alcacer — A saudade — A questão da sucessão—A doença do Cardeal-Rei — O juramento das Côrtes de Almeirim—O Prior do Crato, o escolhido do povo—A resistência popular ás pretenções de Espanha—O encontro de Alcantara—Depoimento do historiador Lafuente—A conquista de Portugal—Uma carta-régia de Felipe II—A lialdade portuguesa—As côrtes de Tomar—Iniciam-se as perseguições—Atrocidades e violencias—A divisa de D. João II e os Reis de Castela e Portugal—A resistência à união ibérica na ilha Terceira—O martirio do Prior do Crato — O Cativeiro — A ruina — Uma resposta do Conde-Duque—O odio ao castelhano e os levantamentos populares—O estado do reino —Como se preparou a sublevação — O Encoberto — A Feliz Aclamação—Portugal restaurado.

CAPITULO V—A guerra da restauração—A victoria de Montijo—O conselho da Historia—Linhas de Elvas —Ameixial—Montes-Claros—A defeza de Mcnção—O triunfo.

CONCLUSÃO — A Espanha de hoje—A tradição castelhana e a tradição portuguesa—A vocação da grei — O desastre de Cuba e os novos desejos de conquista—A solução politica — A Terra e os Mortos — Regresso ao Reino.

Digitized by Google

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Outra vez deu signal a trombeta castelhana. Mas para que desta feita não tenham ainda de voltar atrás as aguas de medrosas, façamos todos um acto de fé nas energias e nas qualidades da nossa raça.

A historia de Portugal é uma escóla de heroismo, dizia Napoleão. Vamos, pois, a essa escóla, e recordemos as lições que num tempo melhor foram escritas ás lançadas nos quatro cantos da Terra portuguesa e sôbre os muros de infinitos baluartes.

A grave crise que o país hoje atravessa, enche o futuro de ameaças. Todos os partidos espanhoes são unanimes num ponto: todos querem Portugal. Os monarquicos acham nele a verdadeira e unica solução do seu problema, os republicanos, um penhor valiosissimo da sua causa. E este estado de coisas, — força é reconhece-lo — é excepcionalmente favorecido pelas continuas revoltas e agitações que nos distraem e enfraquecem.

Alguns dos meus melhores amigos disseram já a V. Ex.as porque é que,

Portugal e mais Castella
Nunca fôram bem casados.

Cabe-me a mim explicar as soluções politicas e os factos praticamente salvadores. Recolho para o presente os ensinamentos do passado, que esta é a melhor maneira de não perder o futuro de vista.

Se é certo que este instante de hoje arde numa fogueira tragica, que ao menos essas labaredas sirvam para iluminar a pagina que vou lêr-lhes. E se me perguntarem depois, como em outro tempo fez D. Henrique aos procuradores em Côrtes, — que poder temos para resistir á Espanha, eu responderei, como Phebus Moniz, o procurador de Lisboa, respondeu: — o que tiveram os nossos antepassados no tempo de D. João I. Mas se tudo está perdido nesta terra, ao menos nós saberemos morrer, como o Alféres de Tóro, apertando na boca a bandeira da Patria!

Digitized by Google

A vida humana é um factor sem valôr algum; o que conta é a vida da Nação. O culto exclusivo e reflectido do individuo, criando aquela rebelião constante contra a especie, de que fala Comte, é bem a caracteristica do nosso tempo apressado e confuso.

A onda de lama e sangue que desde 89 vem rolando através da França por toda a Europa, deixando atrás de si as ideias de desordem e anarquia, que tão propicias são ao desenvolvimento dos principios democraticos, sinto que se vai a pouco e pouco sumindo nas fundas trincheiras dos campos de guerra.

A guerra é uma redenção. Se com ela o homem sófre, é porque merece o sofrimento, e se o merece, é porque é culpado. Por isso Louis Veuillot lhe chamava um fenomeno divino e Moltke dizia que ela é um elemento de ordem estabelecido por Deus. E' nos campos de batalha que se afirma a virtude dos povos. Assim a guerra é louvada, desde o sentimental Chateaubriand ao anarquista Proudhon, como o fenomeno mais profundo e sublime da vida mortal.

A paz perpetua é um sonho, que nem ao menos é doce sonhar, porque é durante a paz que se deve pensar na guerra. Sem a guerra o mundo desmoronar-se-ía e perder-se-ía no materialismo. A guerra é o unico e justo meio de consolidar o bem estar, a independencia e a honra de um país.

Parece que a vida dos povos se suspende agora, e um delirio de destruição, inexplicavel e misterioso, alonga a sombra da morte pelo mundo. Mas o sentido oculto de todo esse lugubre horror é um cantico de esperança.

Já por entre a confusão sangrenta das batalhas se ouvem palavras de fé, e é só das mãos cristianissimas das irmãs de caridade, que os soldados feridos esperam solaz.

Quando com a devida distancia de perspectiva se escrever a Historia, talvez os historiadores futuros abram um parentesis na Revolução francesa e o fechem nesta guerra. Cumpre-se afinal a profecia de Bonald: tendo começado pela declaração dos Direitos do Homem, a Revolução termina pelo reconhecimento dos Direitos de Deus.

Viviani gritava nas Camaras que havia de apagar as estrelas do céu, e por toda a parte, em França, se acendem hoje velas nos altares. Os que pediam a paz, querem agora um Rei que seja um soldado; e aqueles que por uma propaganda intensa e constante, trabalhavam em apagar as fronteiras, vêem, com espanto, que entrementes elas se erguiam do outro lado, cada dia mais fortes e invenciveis.

O amor da Patria não traz consigo o odio á terra alheia. A heroica Virgem Lorena, Santa Joana d'Arc, sentiu bem a verdade deste pensamento quando dizia aos soldados ingleses que invadiam

Digitized by Google

a sua dôce França: — Eu não lhes quero mal, quero unicamente que se vão embora! E' que o verdadeiro patriotismo, como declara Alfredo Croiset, não é nem agressivo nem bulhento, mas não suporta a escravidão.

Em Portugal estão vivos os instintos, mas não os sentimentos. A dignidade nacional está adormecida. E' preciso acorda-la: e então, como Anteu, o povo poder-se-ha erguer vivo e forte. Tal é o fim destas conferencias.

Unamo-nos todos para a reconquista da Patria. Não nos contemos. Eram poucos os soldados de Ourique, mas porque os aquecia o fogo sagrado de um ideal, cinco aguerridos reis mouros fugiram á debandada deante deles. E' que então havia um chefe que representava e defendia os interesses de todos, um chefe cujo interesse pessoal se confundia com o da nascente nacionalidade, ao contrario de agora, em que a autoridade vem debaixo para cima, e por meio do sufragio universal cria em cada um de nós um pequenino soberano, irresponsavel e incompetente, sem outro cuidado que não seja opôr os seus multiplos interesses particulares ao interesse geral da Nação.

Entre republica e monarquia a livre Noruega não hesitou. E quando um dia um dos seus politicos mais eminentes foi interrogado sobre os motivos que levaram os seus concidadãos democraticos a essa preferencia, ele respondeu prontamente que conhecia tres rasões: a primeira era que, não sendo a Noruega um país rico, necessitava de um governo económico, e não ha governos mais caros que os republicanos; depois, queriam ser fortes, e a republica torná-los-ia fracos em face da Suecia; e finalmente desejavam ser livres, e de maneira alguma consentiriam em sofrer a tirania dos partidos.

Um jornalista francês publicava por esse tempo uma carta, que eu cuido util recordar agora, tão analoga é a nossa situação, e tanto ela se presta a ser meditada: «... os noruegueses optam pela monarquia porque querem sobretudo crear uma situação internacional, assegurar as relações com os estrangeiros que darão saída á sua industria e desenvolvimento aos seus negocios. Um principe dinamarquês, é a amizade inglêsa e dinamarqueza assegurada, é a neutralidade alemã, é uma côrte em Cristiania, são os capitais ingleses acorrendo aos seus mercados, é uma monarquia zelosa da dignidade nacional em frente da monarquia Sueca. E o sentimento de emulação, de altivez, de amôr-próprio em face da Suecia é tão forte, que se tomaria como uma humilhação o desprezo da Suecia pela Noruega republicana. E são estes elementos de amôr-proprio e o espectro do estrangeiro quem dirige a opinião. A estes motivos junta-se ainda a necessidade de tranquilidade».

Contêm estas palavras uma lição tão evidente, que me julgo

Digitized by Google

dispensado de as comentar. Aquele, porem, que pretenda vêr exageros no que fica enunciado, recorra as paginas maliciosas do epilogo do livro de D. Juan del Nido y Segalerva, *La Unión Ibérica*, onde depois de nitidamente se reconhecer que não ha nada mais contrario à realização do Imperio peninsular, do que a restauração da Dinastia da Casa de Bragança no Trono de Portugal, se aconselha aos politicos espanhoes a mais absoluta abstenção em tudo o que diga respeito ás ambições restauracionistas dos portugueses, terminando mesmo por lhes mostrar que a verdadeira politica castelhana consiste em favorecer o desenvolvimento da republica portuguesa!

Dir-se-ia que Segalerva tinha presente o trecho da carta que acabo de citar, e que recordava nesse instante as humilhações por que passou a França republicana em Kiel e Tanger e Faschoda.

Em grandes letras negras e fatidicas, põem-se-me agora deante dos olhos aqueles versos de Sá de Miranda:

Não me temo de Castella
Onde guerra inda não sôa,
Mas temo-me de Lisbôa.

Se certa imprensa, fingindo de prudente, guarda silencio sobre os nossos receios, é talvez na esperança de que esse silencio possa render-lhe os trinta dinheiros. Já lá vai perdida a nossa influencia para as bandas da Africa equatorial, que a Inglaterra e a Alemanha, ainda hontem amigas, dividiam entre si. Ameaça-nos agora uma perda mais cruel. Ha olhos atentos expiando-nos de lá dos Montes. E' sabido que sempre que os povos estão divididos e enfraquecidos, o perigo externo se levanta na fronteira.

Verifica-se o aforismo de Anatole France sobre a impossibilidade de uma politica externa nas democracias, verdade posta já em evidencia pelo Dr. Gama e Castro nas paginas admiraveis do *Novo Principe*. Recordo aqui as suas palavras como um aviso profético: «Toda a nação que, tendo importantes relações exteriores que administrar, e muito especialmente com vizinhos poderosos, não obstante isto se organizar debaixo de fórma democratica, póde contar com a perda infalivel da sua independencia, ou, por outras palavras, da sua existencia como nação.» Machado Santos, o fundador da républica, mostrou como era justa esta reflexão do velho e desiludido escriptor legitimista, quando confessou que «...internacionalmente vivemos do desprezo de todos».

Leia-se o livro celebre de Marcel Sembat, grito de alarme que nenhuma consciencia francêsa deixou de escutar, e enquanto a guerra não vêm também transformar em braseiros as nossas cidades e não se tornam os campos em estreitos cemiterios, recor-

Digitized by Google

dem-se as suas conclusões, e meditando depois detidamente sobre a incapacidade dos regimens democráticos para os actos de diplomacia ou guerra, digam-me se não haverá sérios motivos para temer que a hora do ajuste de contas não seja para nós um juizo final, por não termos ouvido o conselho de Sembat. E porque não está na nossa mão fazer a Paz, façamos o Rei! Que Portugal, sacudido pelo sentimento da sua dignidade, exija o que necessita.

Nesta hora merediana da Historia, enquanto mesquinhas dissenções nos distraem e esgotam, ou levianamente se nos atira para lutas a que ninguem nos chamou, a Espanha, fechando-se numa avisada neutralidade, espia, interessada e interesseira, o dia de amanhã. Olhando fixamente o mapa, vai traçando as linhas dos seus sonhos ambiciosos. Preocupa-a como nunca a vida internacional. Alarga já o seu dominio em Marrocos, e fiada na palavra de um seu escritor que lhe anuncia:—dominar em Marrocos é dominar na Peninsula, prepara afanosamente a ocupação de Tanger.

Fixando o programa e a atitude dos partidos em face das questões actuais de politica interior e externa, os estadistas espanhoes, sem a minima discrepancia, afirmam que os três grandes problemas de toda a vida espanhola, a que ouvi já chamar os tres dogmas nacionais, se resumem hoje no Mediterraneo, com a sua sequencia de Marrocos, Portugal e a America Latina.

Não temos agora quem fale por nós nas conferências diplomáticas, e se alguem lá vai, ou não anda lembrado que foram enxadas portuguêsas as que primeiro cavaram as terras de Marrocos, ou não tem meio de se fazer ouvir.

Não haveria melhor documento a apresentar como titulo do nosso direito a esses logares, do que as armas portuguêsas que ainda hoje guarnecem a fortalêsa moira de Çafim,—as unicas da Cristandade em terra de infieis,—ou mostrar sobre as portas de Ceuta, como seu brazão, as Quinas de Portugal.

Segundo a palavra de um nosso residente em Tanger, quando um moiro de Marrocos mostra algum castelo em ruina do seu esboroado passado, data-o invarialmente do *tempo dos portugueses*, que é para êles, como para nós o dos Romanos, o de mais gloriosa e remota antiguidade.

Desde o infante Dom Henrique que os Algarves d'alêm-mar, natural prolongamento do nosso territorio, não deixaram de ter constantes relações com a nossa terra. Quando vêm a primavera, são ainda os pescadores algarvios quem enche de barcos a baía de Tanger...

Digitized by Google

Uma só razão pode a Espanha apresentar para a absorção de Portugal, mas até essa é inaceitavel: a da sua conveniencia. Todas as outras lhe faltam, a começar pela justiça. Mas se o que defende os reinos e os imperios, como dizia o Padre Antonio Vieira, não é a espada da justiça, é a justiça da espada, é bom lembrar como até essa esteve sempre do nosso lado.

Já antes das nossas conquistas no Ultramar a historia perfeitamente acentuára a nossa individualidade. Antes da Espanha ser Espanha, pela união politica dos antigos reinos peninsulares, já Portugal era Portugal, na integridade absoluta do seu territorio e da sua acção.

A nossa historia não é comum à Espanha, como ainda ultimamente repetiu o eminente tribuno Vasquez de Mella; é antes, em muitos pontos, antagonica.

Não me demorarei contando os factos que, desde tempos remotos, puseram em evidencia o sentimento regionalista dos diversos povos da Peninsula. O verbo ardente do meu querido amigo Antonio Sardinha já evocou as primitivas diferenças.

Bastará recordar agora que os lusitanos eram, entre as tribus ibéricas, a mais individualmente caracterisada. Até o proprio Oliveira Martins, que os iberistas tanto gostam de citar, destruiu completamente aquelas palavras em que assentava ter a nação portuguesa provindo mais da vontade dos barões e homens de armas de áquem Minho do que de factos naturais, quando foi levado a notar o divorcio que entre os dois povos existe. Observando como as diferenças da historia traduziam as dissimilhanças do caracter, reconheceu afinal uma tão forte originalidade colectiva no povo português, em frente dos demais povos da peninsula, que não duvidou afirmar que, entre as tribus primitivas, a lusitana é a mais diferenciada. E então confessa que há no genio português o quer que é de vago e fugitivo, que contrasta com a terminante afirmativa do castelhano; que há no heroismo lusitano uma nobreza que difere da furia dos nossos vizinhos; que há nas nossas letras e no nosso pensamento uma nota profunda ou sentimental, irónca ou meiga, que em vão se buscaria na historia da civilização castelhana,—violenta sem profundidade, apaixonada mas sem entranhas, capaz de invectivas, mas alheia á toda a ironia, amante mas sem meiguice, magnanima sem caridade...

Sá de Miranda, na carta a el-rei D. João III, *rei de muitos reis*, di-la assim:

Geralmente é presumpçosa
Espanha, e d'isso se preza,
Gente ousada e belicosa,
Culpam-na de ambiciosa.

Digitized by Google

O historiador espanhol Mariana, depois de julgar o povo luso frugal e forte, exalta-o dizendo que ele é *deditus pietati, sapientiæque studis, et omnis humanitatis atque elegantiæ.*

O português é brando e suave, numa palavra só, é saúdoso. O castelhano é solene, altivo, concentrado e violento. Não há nêle o militar, no que essa profissão tem de scientifico; êle é o guerreiro, quer dizer, o heroi no seu impulsivismo destruidor.

O romance medieval deixou dele um retrato em corpo inteiro, lá no sitio onde diz:

Mis arreos son las armas,
Mi descanso el pelear,
Mi cama las duras peñas,
Mi dormir siempre velar.

Enquanto que a historia espanhola é sempre trágica e ardente, a historia portuguesa, menos que um canto de guerra, é uma epopeia e uma balada.

No fundo de todo o espanhol dorme ainda a alma dum guerreiro, e no coração do português móra um poeta humilde.

A formação das nacionalidades não é o resultado de uma ordem providencial, nem o mapa da Europa é obra politica. Sempre que não existe homogeneidade ha luta, clara ou não, que as combinações da politica não sabem jámais extinguir. De resto, todas as vezes que o mar, mais do que um limite, é uma condição de actividade, aí está o germen para uma raça se erigir em nacionalidade, ou, ao menos, em potencia. Ora recorde-se agora que a Peninsula se divide em duas zonas perfeitamente caracteristicas. Uma é a zona sêca, por onde se estende a vasta planura das Castelas, terra vermelha e negra, sem um murmurio de fonte ou a graça duma sombra, em que a chuva é louvada como um orvalho, e o Sol, por sobre as arvores mirradas como hastes de forcas, lembra uma fogueira acesa para um auto de fé! Foi lá que primeiro se viu que o ferro era bom para arnezes e lanças, e os juglares, se ali passavam de jornada, tão tangiam harpas, rufavam tambores.

A outra zona compreende a região Atlantica, e aí a luz é macia, branda, a terra fertil e cuidada como um pomar.

Era, pois, natural que as nacionalidades que aí se formassem, fossem tambem bem definidas e distintas. E tão nitidamente se acentuou essa dualidade, que o meio geografico influenciava, que sempre na vida das duas nações ela se afirma natural e paralela.

As condições da natureza determinaram desde logo uma diversidade de temperamentos nos habitantes de cada meio.

Na parte central da peninsula, onde as chuvas são raras e a

Digitized by Google

temperatura incerta, crearam-se soldados e pastores. Pelo contrario, na courela lusitana, em que o ar é humido, as chuvas regulares, e a temperatura sem sensiveis desiquilibrios, a guerra não é uma profissão; é no cultivo amoroso da geira que o homem se entretem, e nem quer mais horizonte além daquele até onde póde levar a relha do arado.

A agua, o ceu e a terra é que fazem os povos. A nacionalidade é precedida pela constituição da raça. Esta é um facto organico, e como tal não póde determinar-se ao certo o dia em que começa, enquanto que a entidade nacional é individual e dependente da vontade, mas coadjuvada sempre pelo meio etnografico e pela tradição.

Enquanto os reinos de Leão, Castela, Galiza, Navarra, Barcelona, Aragão, se formavam e desapareciam no meio das perturbações medievais, Portugal mantem a sua autonomia desde a primeira hora da independencia. Todos esses estados tiveram uma duração efemera, e uns após outros se incorporaram na moderna Espanha. Em frente dela, que só ha quatro seculos conseguiu a sua unidade, Portugal aparece velho de oito seculos.

Guizot escreve que só o facto da duração já bastava por si para se poder afirmar que uma sociedade não é inteiramente absurda, insensata e iniqua, que não é inteiramente falta do elemento de razão, de verdade e de justiça, sem o qual não pode haver sociedade.

De resto, o que constitue uma nação não é só, como tambem sentiu Renan, o facto de se falar a mesma lingua, ou de se pertencer a um mesmo grupo etnografico. Uma nação é uma alma, uma familia espiritual que tem por patrimonio, no passado, recordações de sacrificios, de glorias, e, muitas vezes, de erros e amarguras comuns; e no presente — o desejo unanime de continuar a viver junta.

O que constitue uma nação — assim o sentem todos os portugueses — é a lembrança de ter feito grandes acções e o desejo de querer faze las ainda no futuro.

Quando Fernando Magno dívidiu por seus filhos as terras de seu senhorio, D. Garcia, a quem coube o tracto lusitano, compreendeu já que as condições geograficas determinavam entre os povos que lhe pertencia reger, certa unidade de interesses, de costumes, de tradições, de aspirações. O desejo de independencia manifestou-se mesmo tão claramente na rebelião dos barões e senhores de Entre Douro e Minho, reunidos à volta do pendão de Nuno Mendes, — *vir illustris et magnae potentiae in toto Portugale* —, que só pela força das armas, numa rude peleja entre Braga e o Cavado, D. Garcia conseguiu entorpece-lo.

Nesse tempo a Peninsula andava numa guerra constante,

Digitized by Google

devastadora e barbara. Cristãos e infieis não dão trégua á luta. O crescente mussulmano vai-se afogando em sangue, e pela Cruz de Cristo morrem contentes os cavaleiros godos. Até que Afonso VI, rei de Leão, leva os seus soldados junto dos muros de Toledo, e desde então todo o poder dos infieis decresce. Os cristãos teem já sobre eles aquela superioridade decisiva que para sempre tornará minguante o emblema do Profeta.

Estas continuas guerras traziam á Peninsula, movida com devota cavalaria, muita gente nobre de França e Alemanha. O desejo de ganhar honra e clara fama era só igual ao santo zelo que tinham de servir a Deus. Entre esses cavaleiros aportaram á Espanha dois senhores de esclarecido sangue e generoso animo. Tantas e tão gloriosas vitorias alcançara o Rei com sua ajuda, que já os mouros desamparavam as terras e se metiam debaixo de seu jugo e obediencia, mal eles apareciam.

A tal nobreza e esforço era justo dar galardão que não fôsse inferior a nenhum deles. E a um, que tinha por nome Raymundo, deu o rei D. Afonso sua filha mais velha em casamento, com o condado de Astorga e Galiza. Ao outro, chamado Henrique, entregou com sua filha Tareja (que Mestre André de Rezende diz ser tambem legitima) a regencia de todas as terras que naquele tempo em Portugal eram possuidas de cristãos: e foram as cidades de Coimbra, Braga, Porto, Viseu e Lamego, com toda a mais comarca de Trás-os-Montes, e toda a terra que está de Guimarães até ao castelo de Lobeira, duas leguas além de Pontevedra, na Galiza. E concedia-lhe ainda toda a mais terra que ele em Espanha conquistasse aos mouros, de Coimbra até ao rio Guadiana.

Um cronista castelhano nota que o rei D. Afonso tinha em muita conta o grande esforço e valoroso animo do conde Dom Henrique, «*o milhor homem darmas per seu corpo que se podia saber*», e por isso o quís pôr nestes estados de Portugal, como fronteiro e defensor desta terra contra os infieis, pois ela estava sujeita por terra e agua ao impeto de suas armadas e exercitos mais que outra nenhuma.

Já de alguma maneira Portugal está separado da Galiza. Mas não se cuide ao de leve que é um simples incidente civil que determina a origem de Portugal. E' um acontecimento verdadeiramente politico que organiza a nacionalidade.

Antes de o principe ser independente no exercicio da soberania, já a opinião geral atribuia ao territorio essa qualidade. Ainda se não tinham lançado as bases da dinastia real, e já Portugal era designado como reino. O povo livre não podia tardar em escolher um chefe que sustentasse as suas ambições patrioticas e acabasse com a supremacia politica do rei de Leão.

A maior parte das povoações portuguesas não estavam sujei-

Digitized by Google

tas a senhorio algum, eram Behetrias, tinham o direito de eleger e tomar por seus regedores quem melhor as defendesse. Nos cantos populares portugueses, como no romance de Santa Iria, se encontra alusão a este costume. Não é pois duma rebelião que a monarquia portuguesa surgiu. A formação das nacionalidades obedece a uma lei mais poderosa que o calculo de uma familia que se eterniza sobre o trono, ou de uma aristocracia que se mantem no poder. Não é possivel fazer um povo, como o não é fabricar um fructo, escreve Jousserandot. Pode-se modificar o homem pela educação, mas a educação não terá força para lhe dar genio, se a natureza não lho der.

Estranhar-se-ha, no entanto, como é que numa das zonas mais baixas da Peninsula, rasgada a todos os ventos, sem naturais elementos defensivos que a protegessem, pela sua propria situação subordinada á alta planura, e povoada por uma raça que vivendo numa região de mais temperada e regular humidade, — quasi insular —, é de si mais frouxa, menos resistente, pôde organisar um tão vivaz sentido de individualidade que, formando-se em Nação, consegue furtar-se ao absorvente influxo do bloco castelhano. E' que a constituição da nacionalidade não é o resultado de um dote, como se insistiu durante tanto tempo, sem se atender a que nem os documentos contemporaneos dão direito para se supôr semelhante coisa, nem a que os costumes e leis dos povos germanicos, ainda então dominantes por toda a Europa, não atribuiam dotes ás noivas, sendo pelo contrario o marido quem as devia dotar.

A constituição da nacionalidade portuguesa é um facto evolutivo e natural, que circunstancias de momento, umas acidentais, outras violentas, facilitaram.

O exemplo da Historia mostra-nos que as raças puras para se constituirem em nacionalidade precisam de um elemento estrangeiro que venha, por assim dizer, determinar esse ponto de ossificação; o grego constitue-se em nação depois das invasões das colonias asiaticas; o antigo Lacio só depois das migrações gregas; o saxão sómente depois da invasão normanda; o gaulês depois da invasão franka, e modernamente a Alemanha depois do predominio do elemento slavo da Prussia. Ora além da «*distancia*» existente entre o centro de gravidade do bloco castelhano-leonês e a zona onde se gerou a nacionalidade ter dalguma maneira influido favoravelmente na sua formação, — visto que a acção directa dos nucleos centrais devia variar de intensidade na razão inversa do seu afastamento, sendo talvez essa a razão, observa o sr. J. Augusto Coelho, porque Afonso II de Castela confiou aos seus genros os condados de Galiza e Portugal —, ha ainda a notar que o conde Dom Henrique era um guerreiro dolico-louro de alta categoria, principe e genro do Rei, e por isso admiravelmente apto para ser-

Digitized by Google

vir de agente de elevada proeminencia, que aproveitaria as aspirações á independencia dos nucleos hiperboreos derivados de antigos elementos slavos e visigodos preexistentes no norte galecio-lusitano, e os sobreporia ás massas basicas d'Aquem-Minho, as impulsionaria e transformaria na nacionalidade portuguesa.

Já por 1107, ao concluir Raimundo um pacto secreto com D. Henrique, em que este lhe dava promessa de o auxiliar na conquista da herança de Afonso VI, recebendo em recompensa o districto de Toledo, ou o da Galiza, se o de Toledo não podesse ser conquistado, implicitamente se reconhecia a independencia do condado portuguêz ao estipular-se que, pelas novas provincias concedidas, o conde D. Henrique prestaria homenagem a seu primo.

Se é certo que essa independencia nunca foi concedida positivamente, de facto ela existiu sempre. Quando nas Côrtes de Oviedo D. Tareja dissimuladamente transigia perante a irmã, reconhecendo-lhe a sua supremacia, de bem pouco valor era tal reconhecimento, porque nessas côrtes não apareceu um só barão portuguêz, nem D. Tareja assinou, como sua irmã D. Elvira, em nome dos seus subditos.

Assim estava já então fundamente radicado o espirito de independencia no animo dos portugueses. E quando pouco depois outra vez acordaram as inimizades entre as duas irmãs, sob o pretexto de que D. Tareja possuia indevidamente uma porção da Galiza, ao firmar as pazes foram os seus dominios alargados e na questão de independencia não se tocava.

O grave Alexandre Herculano, falando do periodo em que a viuva do conde D. Henrique ficára senhora do condado por mórte do marido, usando promiscuamente nos seus diplomas do titulo de Infanta e de Rainha, diz: «Mas considere-se Portugal naquela época ou como condado, ou como reino, é certo que os povos derramados por todo o tracto da terra desde o Minho até o Mondego começavam a deixar perceber já na segunda e terceira decadas do seculo XII certo caracter de nacionalidade que não é possivel desconhecer. Os sucessos politicos mostram-no melhor que nenhum outro indicio. Nas guerras civis a que o malfadado consorcio de D. Urraca e de D. Afonso I deu origem, as dissensões não rebentavam entre um ou outro Estado, entre uma ou outra provincia, mas nasciam de districto para districto, de castelo para castelo, e quasi de individuo para individuo... A Galiza, cuja historia relativa áquele periodo chegou até nós mais particularisada que a das restantes provincias, não nos oferece outro exemplo. Leão, ainda nos ultimos anos desta sanguinolenta luta apresenta quasi o mesmo espectaculo... Portugal, porém, no meio de tais divisões, conservou sempre um notavel aspecto de unidade moral. Fosse qual fosse o partido a que ele se associasse, todos os barões se mostravam

Digitized by Google

conformes, ao menos passivamente, com o sistema que, debaixo desse aspecto, podemos chamar politica externa do paiz... Assim o pensamento de desmembração e independencia, que é visivel já existir nos animos de Henrique e de sua viuva, e que veio a realisar se completamente no tempo de Afonso Henriques, é um pensamento comum ao chefe do Estado e aos membros dele, sendo talvez os actos dos principes ainda mais o resultado da influencia do espirito publico do que a manifestação espontanea da propria ambição.»

Ninguem, neste ponto, poderá ou saberá contestar o conscienciosо Herculano, o grande historiador tão pouco dado a exageros, que nem por amor da Patria os cometeria. Foi sobre essa influencia do espirito publico que a ambição pessoal do principe se baseou. Depois, tendo-se engrandecido pelo prestigio das armas, engrandecendo ao mesmo tempo o país que o adoptara, realizou o sonho da independencia dos barões e ricos-homens que com os povos dos concelhos combatiam a seu lado, e eram os verdadeiros representantes da opinião.

Pela sua propria posição ele era o melhor guarda do interesse geral. Todos os interesses particulares se confundiam com o seu interesse e de sua familia. A génese da nacionalidade portuguesa tem portanto uma psicologia propria que explica o seu poder crescente em resistir a todos os esforços no sentido de lhe absorver a individualidade ou de lhe destruir a unidade.

A vontade de um homem, ou a sua ambição, não bastam para se chegar a este resultado: é indispensavel que essa vontade individual se firme numa força colectiva. Deste modo nasceu Portugal, tendo elementos de força e uma tão acentuada individualidade, que não só completou por sua conta a obra de conquista que Afonso VI lhe confiara, levando-a até mais longe do que ele podia cuidar quando lha entregou, mas conseguiu ainda manter sempre em respeito as ambições, já não de Castela, mas da Espanha, que então adquiria a hegemonia militar sobre os outros estados da Peninsula, indo a pouco e pouco anexando-os ou absorvendo-os.

Quando Afonso VII chegava ao maior apogeu, e de toda a parte lhe vinham homenagens, que até o rei de Navarra e o conde de Castela reconheciam a supremacia do rei de Leão e o Emir de Roda voluntariamente se submetia, vindo mesmo da outra banda dos Pirineus o conde de Toulouse e outros senhores honrar-se prestando-lhe homenagem, não havia na Peninsula senão uma estreita courela que os mussulmanos cercavam ainda pelas partes do Meio-Dia, que lhe recusava obediencia e com desdem aprestava os seus homens de armas, para que levassem a guerra ás terras de Leão.

Digitized by Google

Já nas populações basicas da zona lusitana se creara uma alma definida, em oposição á castelhana. A independencia de Portugal, já de facto existente em vida de D. Tareja, consolidar-se-ha agora. «Sem a menor sombra de vaidade nacional, escreveu Herculano, é bem permitido dizer que o valor e a constancia dos portugueses e do seu principe nesta conjunctura é dos mais belos exemplos de energia moral em que a Edade-Média era tão rica.»

A antinomia do Ocidente com o Oriente, ou das civilisações vindas pelo Atlantico á Peninsula com aquelas que entraram pelo Mediterraneo, ou ainda dos povos das regiões setentrionais da Europa com os do oeste da Asia e do norte da Africa, começa logo a manifestar-se na resistencia invencivel de Portugal a Castela.

No periodo da criação inicial, a astucia é especialmente empregada contra o blóco castelhano-leonês; no da viabilidade, será a força aliada á astucia contra o imperio agareno.

D. Tareja era, na voz das Cronicas, «engenhosa e astuta.» Se é certo que amou mais do que se deve aqui dizer, um grande esquecimento caia, como uma absolvição, sobre a terna infanta amadora de galanteios, *formozissima e dulcissima,* como lhe chamava o conde D. Henrique na Carta de Foral dada aos moradores de Tentugal, para só nos lembrarmos de que ela foi verdadeiramente superior e possuiu um altíssimo espírito que a colocou entre os primeiros diplomatas e políticos do seu tempo. E' a ela, na verdade, como representante das aspirações da grei, que em bôa parte se deve a manutenção inicial da nossa nacionalidade, cuja génese as desordens do tempo favoreceram e um forte nucleo de hiperboreos iniciou, cuja tenra viabilidade o seu arteiro engenho. —um pouco auxiliado pela força —, foi tornando possivel, e cuja individualidade e civilização definiram e robusteceram essas raças basicas de agricultores e maritimos, a que uma zona especifica,— a zona húmida —, deu tom definido na vida ibérica. Em todos os tempos os estados, pequenos ou grandes, quando unicamente criados pela força, foram efemeros. Dão de isso cabal exemplo os imperios de Alexandre na Antiguidade, e de Felipe II e Napoleão I na Edade Moderna.

Conforme aos usos dos reis de Espanha, e a exemplo do que no ano anterior fizera seu primo Afonso Raymundes, Afonso Henriques, apenas com quatorze anos, por suas proprias mãos se armou cavaleiro na Catedral de Zamora, ainda incorporada no condado português; e, ou natural instinto de independencia, ou sugestão de sua mãe ou dos barões portugueses, ele mesmo cingiu a loriga e vestiu as armas depostas no altar-mór, para que ninguem sôbre ele pudesse tomar supremacia pelo facto de lhe ter conferido as insignias de cavaleiro. Assim costumavam fazer, e pelo mesmo mo-

Digitized by Google

tivo, os reis das diversas monarquias de Espanha. Este facto só por si já dizia que o infante se encontrava preparado para alguma coisa mais do que a vida novelesca da cavalaria.

E' já *por se deixar dominar por um estrangeiro,* o fidalgo galego Fernando Peres de Trava, que os portugueses levaram Afonso Henriques a depôr sua mãe. Mas porque ele se apoderasse do governo do condado sem consultar a vontade do rei de Leão, o que implicava um energico protesto contra essa supremacia e tambem uma afirmação clara de independencia, Afonso VII procurou pôr Portugal em estado de vassalagem, recorrendo para isso á força das suas armas.

Afonso Henriques repele energicamente essas primeiras tentativas do rei de Leão, e logo corre a invadir-lhe a sua provincia da Galiza. Para nenhum dos lados, porém, foi perfeita a vitória, e pelo tratado de Tuy os dois primos convieram em suspender as hostilidades. Nas condições desse tratado não se disse, porém, uma só palavra sobre a sujeição de Portugal ao reino de Leão.

Como sua mãe, o novo principe era tambem um diplomata consumado. Ele reunia em si todas as condições necessarias para amparar e robustecer o pequeno Portugal. Ao mesmo tempo que era audaz, era cauteloso; á ambição juntava a prudencia; tão bom politico como guerreiro, era energicamente tenaz quando urgia avançar e suficientemente meleavel quando importava submeter-se. Ele consubstanciava em si a força e a astucia, os dois elementos de maior valor para quem, ainda fraco em face dos fortes, era obrigado a empregar, ora a transigencia hábil, ora a resistencia intemerata e esforçada.

Se nas suas lutas com Castela emprega a força e é vencido, serve-se da astucia, e é vencedor. No duelo contra os mouros é principalmente a energia do guerreiro o que triunfa.

Depois da conferencia de Zamora, em que aceitara de Afonso VII, que lhe reconhecia o titulo de Rei, a tenencia da cidade de Astorga, vai logo procurar o cardeal Guido de Vico, legado do Papa que assistira á conferencia, e em suas mãos depõe o reino, destruindo assim imediatamente o acto que o forçava a prestar homenagem ao rei leonês, pois desde então ficava tributario do mais alto poder da Terra, ao mesmo tempo que encontrava para o reino a necessaria sanção jurídica.

Começa agora um novo periodo para a nossa História. Firmada a nacionalidade, todos os esforços teem por fim o seu engrandecimento. A preocupação da guerra contra os mouros domina todos os cavaleiros cristãos. O conde D. Henrique, á hora da morte, so-

Digitized by Google

bre todas as cbisas encomenda ao filho o aumento da religião cristã. E ele, mal viu terminadas as diferenças com o rei de Leão, logo se lembrou do que seu pai lhe deixára dito, e determina-se a levar cruel guerra á província de Alem-Tejo, por sêr toda habitada de infieis.

Este católico desejo de aniquilar o Alcorão, foi tambem um dos poderosos auxílios que a nascente nacionalidade recebeu. Afonso Henriques sentia a necessidade de alargar os seus domínios, firmando-os nos mesmos sólidos fundamentos em que Pelaio e descendentes firmaram os seus, — em libertar do árabe a pátria goda. E com a mais gente que pôde alcançar parte para a conquista, e logo tão grande perda e destruição causou nos lugares que os mouros possuiam na Estremadura, que o seu rei Ismar, senhor da maior parte da Espanha, veio a entender que para resistir a tão vitorioso contrário era necessario maior poder do que se costumava juntar contra os outros príncipes.

Não lhes contarei como sucedeu a miraculosa vitória do Campo de Ourique, nem como Santarem, Lisbôa, Evora, Leiria, viram ondular sôbre os seus muros inexpugnaveis o pendão cristianissimo de Portugal.

Os sucessores de Afonso Henriques não deixaram nunca de trabalhar por melhorar a herança que ele lhes legára. Se com Sancho I a luta muda de caracter, nem por isso ela é menos util á fundação da nossa independencia. Não se conquistam terras aos Sarracenos, mas cultivam-se amorosamente aquelas que já temos, não ha já que luctar contra as pretenções suzeranicas dos reis de Leão, mas realisa-se o facto capital da Idade-Média portuguesa, a aliança do principio municipal com o poder real. Foi essa aliança que afastou de nós o feudalismo, que então reinava no resto da Europa, e nos deu, desde o principio do seculo XIII, a unidade compacta que as outras nações só adquiriram nos fins do seculo XV. Mas não esquecendo os exemplos do pai, que o povo já venera como Santo, Sancho I tenta a empreza de Silves; vem Afonso II e conquista Alcacer do Sal; Sancho II, avançando sempre para o Sul, toma Elvas, Juromenha e Serpa, dilata as fronteiras do Reino até ao coração do moderno Algarve, que Afonso III definitivamente juntou aos seus dominios. E desde então, com uma pequena diferença, Portugal tem as mesmas fronteiras que actualmente conserva.

Castela continuou ainda por longo tempo na labuta da absorção dos outros estados e na guerra aos sarracenos, que já então defendiam os seus ultimos redutos em Espanha.

Alguns escritores, quando se referem ao facto da formação definitiva do grande blóco castelhano-leonês, pela reunião das corôas de Leão e Castela por Fernando III, lamentam que Sancho II de

Digitized by Google

Portugal não houvesse influido a tempo para evitar a realização dum acontecimento que tanto concorreu para desiquilibrar a situação politica da peninsula em beneficio de Castela e prejuizo de Portugal. Mas a maneira como o blóco castelhano era constituido á roda do elevado planalto que ali assentava como uma fortaleza natural, baluarte inexpugnavel e base formidavel para a organização do ataque, mostra claramente que tal intervenção seria ineficaz.

O largo planalto castelhano era o centro da gravidade da geografia da Peninsula. Ao poderoso blóco central, formado pelas corôas das Asturias, Leão, Galiza e Castela, juntam-se agora as veigas alegres de Andaluzia, floridas e claras como um eirado arabe. O casamento de Isabel a Católica com Fernando V de Aragão traz-lhe ainda o vale do Ebro. E só então a nação espanhola se encontra definitivamente composta.

Em toda esta grande concentração nada ha que seja acidental: tudo se encadeia, através de longos seculos, numa série fatal em que os ideais colectivos, os esforços dos dirigentes ou das multidões anonimas, os lances da paz ou as perturbações da guerra, as eleições dos reis ou as alianças entre familias principescas, — tudo são apenas manifestações espontaneas de uma intima união entre a inteligencia peninsular que se absorve em absoluto num alto fim colectivo, e uma tenaz e forte vontade que ela tem ao seu serviço para o realizar.

Além disso, conclúe o sr. Augusto Coelho no seu notabilissimo estudo sobre a *Evolução Geral das Sociedades Ibéricas*, — livro a que só falta a conclusão que a Tradição impõe, para eu querer que estivesse agora debaixo dos olhos de todos os portugueses —, se a planura central domina pela sua situação os vales e as depressões maritimas, era natural que ao blóco politico nela formado pertencesse a hegemonia destinada a subordinar a si os nucleos que se agitavam em zonas menos favorecidas, vindo desta maneira, dada a intima conexão existente entre todos os elementos destinados a influir na vida da sociedade ibérica, facilmente a coincidir estes dois centros de gravidade — o geográfico e o politico.

Em verdade, Navarra, perdida na região pirenaica, e, acima de tudo, o Aragão, pareciam destinados a furtar-se facilmente á acção atractiva que, irradiando do centro da planura castelhana, tendia a arrastar para ela todos os núcleos politicos formados na Iberia. E, contudo, isto não se deu. Porquê? pergunta o ilustre escritor agora nomeado. Por faltarem a um e outro condições de resistencia tais que, actuando em sentido repulsivo, neutralizassem a influencia centripeta das Castelas sobre toda a periferia peninsular.

A' Navarra, já mal servida em relação á pequenez e natureza

Digitized by Google

do espaço ocupado, faltavam, além disso, os elementos necessarios para se criar uma grande actividade fortalecedora, pois, se era certo estender-se deante dela um largo mar, não tinha portos em condições de o poder aproveitar.

Para o Aragão havia, é certo, maiores vantagens, pois se abria para o Mediterraneo e alargava num mais vasto territorio. Mas, em todo o caso, por um lado esse mar, além de ser campo acanhado para crear uma grande vida nacional, conduzia ainda os elementos sociais do vale do Ebro a afrontarem-se com as massas dolicolouras espalhadas no sul da Europa, e, portanto, a topar contra obstaculos invenciveis, que se opunham ao seu desenvolvimento. Por outro lado, a grande analogia existente entre o caracter e condições de vida do castelhano e do aragonês, aproximando este de aquele, arrastava os nucleos politicos de todo o vale para a esfera de influencia da planura central, e, assim, preparava uma futura agregação em favor da hegemonia castelhana. Por isso Barcelona, tendo-se ligado, apesar do seu caracter maritimo, ao continental Aragão, foi forçada a seguir-lhe os destinos, visto não haver na sua individualidade e condições de vida, força para se emancipar e criar dessa forma uma existencia propria.

Em suma, a formação da Nação Espanhola, tal como a gerou o movimento da vida peninsular, é realmente um efeito, não do capricho, meramente acidental e variavel, da vontade livre dos homens, mas antes da propria fatalidade inflexivel dos acontecimentos.

Aquela planura erguendo-se no centro da Iberia, sobranceira aos vales e ás orlas maritimas, aquelas raças basicas que a habitam contendo no fundo da alma uma energia superior, aquela tradição historica que dá ao eirado central acentuada proeminencia sobre a periferia, aquele ideal de um grande império a reconstituir, tendo para centro de atracção os logares onde assentára a velha *Toletum* visigotica e onde Filipe II irá edificar uma nova capital que sirva de centro da hegemonia castelhana, aquela vontade firme e constante dos nobres e prelados que — reflexo espontaneo da vontade inflexivel da colectividade, — tende irreductivelmente e sem desfalecimentos, a pôr no seio da planura o centro do grande império cristão a reconstituir em seu beneficio, — tudo isto, factores geograficos e factores historicos, se encadeia num entrelaçamento indissoluvel, para dar á nacionalidade espanhola, que é o seu producto resultante, uma génese irresistivel e fatal.

E agora, quando o rei de Castela se prepara para batalhar, ou vá a Navas de Tolosa ou ao Salado, já invoca o auxilio e pede a aliança do rei de Portugal. Em Navas de Tolosa, que foi talvez quando o exercito mussulmano sofreu a mais formidavel derrota dessa prolongada guerra de oito seculos, é principalmente o impeto

Digitized by Google

da milicia portuguesa que entusiasma os cronistas de então. E tanto mais notavel é esse aplauso, quanto era raro que nessas cronicas se desse importancia a bravura que não fosse a dos barões e cavaleiros, e se elogiassem tropas anonimas e para mais estrangeiras. E' que a obra de Sancho I frutificava agora nu mexercito de herois. A vida municipal acordára no povo a idéa da Patria, davalhe a noção da liberdade, e ele surgia altivo e fórte, a seus proprios olhos engrandecido, porque o chefe da Nação o tornára de soldado ou servo que era, em subdito livre do rei. E é por isso que entre o ferro reluzente das armaduras e a prata e o oiro dos balsões, lá onde as lanças ferem e brilham mais do que o sol, as tropas dos concelhos, pobres e inexperientes, tendo a seu cargo o mais duro e pesado serviço do exercito, sabem compôr façanhas que as distinguam e afirmem, como se a sua unica ocupação não fôra mexer mais ferros que os da charrua ou do arado, mas levar a guerra pelo mundo fóra...

São as coisas dos esclarecidos reis de Portugal tantas e tão espantosas, que me seria necessario muito tempo para as referir, e a V. Ex.as muita fé para lhes dar credito. Porque assim como eles foram sempre os mais zeladores da honra de Deus, assim de ele foram favorecidos mais que nenhuns outros da Terra. Mas pelo que espero dizer, todos havemos de ficar entendidos.

Afirmado o nosso dominio dentro da zona geologicamente caracteristica de que falei, vinhâm agora as ondas do mar encher de promessas o silencio nitido das praias.

Mas o rei, olhando para o Mar, não se esquecia da Terra. D. Fernando, renovando as tradições administrativas de D. Dinís, ao mesmo tempo que fundava a marinha mercante, obrigava os proprietarios dos maninhos alentejanos ou a cultiva-los, ou a afora-los. A população e a riqueza tinham crescido notavelmente desde que, havia mais de um seculo, terminara a reconquista do territorio aos mussulmanos. Como consequencia natural da longa era de paz e prosperidade, que se seguira á conquista final dos Algarves, o povo português torna-se, segundo a palavra do historiador inglês Stephens, mais rico, mais cultivado, e mais conscio da sua nacionalidade, que nenhum outro na Europa.

Mas o feitio amavioso de D. Fernando, sempre namorado, *grande amador de mulheres e achegador a ellas*, na expressão pitoresca de Fernão Lopes, tão brando e humano que não choraria menos por um escudeiro do que por um filho que lhe morresse, fez escurecer no rei aquelas altas qualidades de inteligencia e fina percepção de que era dotado e de que por tantas vezes soubera dar mostra.

O seu espirito era mais activo do que profundo, a sua imaginação mais viva do que forte. O caracter e a vontade não se des-

Digitized by Google

envolveram nele paralelamente á inteligencia, e por isso lhe faltava a firmeza necessaria não só para realizar os planos concebidos, como tambem para evitar os excessos a que os seus gostos sensuais o impeliam.

Nessa epoca de paixões violentas, em que toda a inimizade era odio acerbo que nenhuma vingança saciava jámais, o amor, paralelamente, atingia as porporções de uma labareda. Ninguem saberia depois medir-lhe o alcance.

Sempre que o amor se aproxima do trono português, deixa atrás de si longos motivos de dôr e de tragedia. Uma intriga de amôr leva D. Tareja a morrer longe da terra que tanto estremecêra; precipita do trono ao bravo e leal Sancho II, que alargara generosamente a courela natal; cobre de luto a vida de D. Pedro, e faz adormecer agora, enredado numa teia subtil de afagos, o coração lascivo de D. Fernando.

A entronização de D. Fernando marca uma crise na historia da monarquia portuguesa. Uma politica tão inconstante como imprudente, por mais duma vez enovelou em mal governadas guerras todo o país.

D. Fernando andou quasi numa luta constante com Castela, por dar ouvidos ás palavras ligeiras com que cavaleiros vencidos e rancorosos lhe acarinhavam as ambições.

Reinando naquele tempo em Castela el-rei D. Henrique, o bastardo, que em Montiel matou a el-rei D. Pedro, seu irmão, vieram alguns fidalgos castelhanos pedir a D. Fernando, como parente mais chegado do rei morto, que tomasse vingança de tão negra acção e ao mesmo tempo se fizesse senhor do reino, pois D. Henrique lhe ficava muito inferior na pretenção, não só por ser filho ilegitimo, mas tambem por se ter tornado indigno de suceder na corôa do irmão que matára. E como os autores desse conselho eram muitos e de muita nobreza e estado, e ofereciam suas pessôas e riquezas para o ajudar, D. Fernando não desprezou tão voluntarios oferecimentos. E efectivamente, logo muitas cidades de Castela se acolheram á protecção de el-rei D. Fernando e o reconheceram como soberano.

Apesar do aspecto favoravel que a guerra apresentava, os fidalgos e o povo desaprovaram-na unanimemente, e com quanta razão viu-se quando, pouco tempo passado, Braga capitulava deante dos soldados de D. Henrique, porque os soldados portugueses estavam guarnecendo as praças estrangeiras que tinham tomado voz por D. Fernando.

Mas já em Guimarães a resistencia foi mais tenaz, e pela segunda vez um rei castelhano se viu obrigado a passar em frente das suas muralhas sem lhes poder tocar.

No entanto o reino ia sendo devastado. Em Trás-os-Montes as

Digitized by Google

tropas de D. Henrique espalhavam na sua passagem um terror profundo, semeando ao mesmo tempo a destruição e a morte. Fugindo á furia dos soldados castelhanos, refugiavam-se entre as fragas das serras os habitantes das aldeias, e os frades, tolhidos, aflitos e famintos, erravam pelos caminhos transformando as orações em lamentos, num *Miserere* pungentissimo.

A guerra, porém, não passára ainda de escaramuças quasi sem importancia. Entretanto o rei, como diz Fernão Lopes, «gastava seus thesoiros e perdia as gentes com pouco acrescentamento do seu estado e honra».

Tambem para Castela a guerra era ingloria e improficua. E a instancias de Gregorio XI facilmente os dois guerreiros convieram em firmar as pazes.

O tratado de paz não foi tão desfavoravel para Portugal como podia supôr-se: se o rei de Portugal se obrigava a entregar a el-rei de Castela todos os lugares que tinham arvorado a bandeira portuguesa, tambem o rei de Castela entregava as praças que em Portugal tomára, e dava ainda em casamento sua filha D. Leonor, e com ela, em dote, Ciudad-Rodrigo, Valencia de Alcantara, Monterey e Allariz com todos os seus termos, alfozes, e fortalezas neles compreendidas. E além disso ajustou-se que ambos os reis perdoariam aos fidalgos seus subditos que tivessem seguido o partido do adversario, o que era ainda mais uma condição honrosa para Portugal, porque era muito grande o numero dos fidalgos castelhanos que tinham tomado a voz de D. Fernando, ao passo que raro ou nenhum fidalgo português seguira o pendão de Castela.

Terminava assim a guerra, sem resultado e sem gloria, tendo-se consumido nela os tesoiros que D. Pedro acumulára, e que as historias antigas diziam ser «as maiores riquezas que no mundo se sabião juntas em mão de algum principe da Terra, o que não deve parecer novidade extranha, porque havia então em Portugal tão grande contratação de vinho, azeite e sal, que sómente na barra de Lisbôa acontecia algumas vezes no ano acharem-se quatrocentos ou quinhentos navios juntos».

Estavam tambem exaustas as fontes do imposto, e no entanto novas lutas iam surgir.

O casamento de D. Fernando com Leonor Teles, mulher de João Lourenço da Cunha, indignára os fidalgos e o povo. Esse casamento aparecia-lhes como um verdadeiro adulterio, e porque os filhos que dele nascessem poderiam um dia ser considerados como infantes de Portugal e por consequencia como fiadores da sucessão da corôa, enchia-os de repugnancia. Demais, temia-se que a falta da palavra de casamento, dada á infanta de Castéla, reacendesse a guerra.

Digitized by Google

Andavam alvorotados os burguezes de Lisbôa. Já havia grupos ameaçadores em torno dos paços d'apar S. Martinho. O alfaiate Fernão Vasques, em nome dos «mesteirais de todos os mesteres e besteiros e homes de pé», faz sentir a D. Fernando que o seu casamento com Leonor Teles «não era sua honra, mas antes faria grã nojo a Deus e a seus fidalgos e a todo o povo».

Entretanto os castelhanos considerando esse casamento como um insulto moral feito á sua infanta, acometem contra Portugal. Para resistir á invasão, D. Fernando alia-se a João de Gaut, duque de Lancaster, que, por sua mulher, filha de Pedro o Cruel de Castéla, entendia ter direito á corôa que Henrique cingia. Não é a ambição de se assentar no trono de Castéla o que de novo o impele para a guerra. D. Fernando reconhecia como legitimas as pretenções do seu aliado á corôa desse reino, tanto que no tratado de aliança o deixa tomar os seguintes titulos: «D. João por graça de Deus, rei de Castela e de Leão, e de Toledo, e de Galiza, e de Sevilha, e de Cordova...» E mesmo foi talvez o duque de Lancaster quem, aconselhado pelos fidalgos castelhanos descontentes que andavam na côrte de Inglaterra, propôs a aliança ao rei de Portugal. Fôsse como fôsse, o certo é que a tropa inglesa vem demorada e o castelhano chega até Lisbôa, encerra-a por mar e por terra, e arraza e queima tudo quanto topa.

Lisbôa era então cidade aberta, nem sequer tinha muralhas e estava de todo desprevenida e sem defesa. Já estavam longe e desfeitas as antigas torres e barbacans mouriscas. O cinto de pedra que dantes a cingia teve de ser roto, porque já em si não continha a cidade de hoje, rica e populosa.

A gente da cidade, vendo-se sem defesa, lançou-se num desvairado alvoroto.

Por entre as vinhas e os olivais dos arrabaldes, os castelhanos acendiam grandes fogueiras. Clerigos e leigos correm desordenadamente ao armazem de el-rei e armam-se com todas as armas que encontram. E todos, em tropel, confundidos cristãos e moiros e judeus, se extremavam em buscar segurança.

Leonor Teles, chamada por seus encantos *Flôr de altura,* obriga D. Fernando a deixar a capital ao desamparo, que era assim que ela queria vingar-se da onda popular que viera afronta-la junto dos muros do seu paço, e para a cidade abandonada lança de longe a palavra da maldição: «*que mau fogo a queimasse e que ainda a visse destruida e arada toda a bois*»!

D. Fernando cedeu mais uma vez aos feiticeiros enlevos da rainha. Não foi *covardice de coraçom* o que o guardou de ir defender Lisbôa, foi a maldade de Leonor Teles que o reteve sempre, convencendo-o facilmente, pela espantosa influencia que ela tinha no animo brando e irresoluto do monarca, que os tormentos

Digitized by Google

desse cêrco eram o merecido castigo para gente que tão duramente os insultára a ambos face a face.

E no entretanto a cidade ía-se convertendo num montão de ruinas. As vinhas de Almafala e Alcantara estavam arrancadas; arruinadas as hortas de Valverde e do Restelo. Os sitiados sofriam os mais crueis tormentos. Já a fome os mortificava e consumia a sêde. Para as grande multidão que se refugiára dentro dos muros acanhados da cidadela, não era bastante a agua que jorrava no chafariz de El-Rei, e ela atreve-se a vir desedentar-se até junto das lanças do inimigo. Todas essas contrariedades mais exaltavam o proposito de defesa do que o contrariavam.

Então os castelhanos começaram a pôr fogo em muitas partes da cidade, não sem que antes a roubassem toda, despregando mesmo *umas mui formosas portas da alfandega dessa cidade; e assim quizeram levar os cavalos de bronze porque cahe a agua na fonte dos cavalos, e foram primeiramente guardados antes que se percebessem de os tomar.*

A esta fórma de fazer a guerra, entre o saque e o lume, opunha-se para os lados de Barcelos a maneira leal e brava dos fidalgos portuguesês.

Enquanto D. Henrique cercava Lisbôa, o adiantado de Galiza, Pedro Rodrigues Sarmento, invadia o Minho e prendia, matava, saqueava quanto se lhe deparava no caminho. Chegára já até Barcelos sem que alguem lhe tolhesse o passo, quando encontrou o Conde de Ceia, que o procurava com a sua gente.

O combate foi entre os dois bandos rapido e terrivel. Os portugueses saíram dele desbaratados e deixaram muitos prisioneiros nas mãos dos castelhanos. Entre estes estava o alcaide-mór do vizinho castelo de Faria, Nuno Gonçalves, que ali viéra com alguns soldados socorrer o conde de Ceia. Logo que foi cativo deixou de pensar em si para cuidar em como salvaria o castelo que lhe fôra confiado. Em sua ausencia estava-o governando um filho seu, e era de temer que quando o soubesse em ferros, e faltando-lhe para mais os meios de defesa, procurasse conseguir, com a rendição do castelo, a liberdade do pai.

Nuno Gonçalves pede então ao Adiantado que o mande conduzir até junto dos muros do Castelo, que ele saberá levar o filho a render-se sem que haja combate. E entre um troço de bésteiros o alcaide sobe a encosta do castelo. Atrás, com o grosso da hoste, rodeando o monte, vai o Adiantado de Galiza.

Na sombra severa da barbacan abrigavam-se as casas da povoação. Quando aquela gente apercebeu ao longe a insignia heraldica de Castéla rompendo nas bandeiras que íam soltas ao vento, e viu o sol tirando das armas inimigas claridades novas que cegavam, ainda com lume acêso nas lareiras abandonou as

Digitized by Google

casas, e os velhos, as mulheres e as crianças foram refugiar-se nas choupanas colmadas do terreiro do castelo.

Vendo aproximar a hoste de Castéla, as vigias dão o signal de alarme. Os almocadenas andam correndo a rolda pelas quadrelas do muro. Os bésteiros, já nas ameias, fecham o arco das béstas.

Dentre a vanguarda inimiga sai um arauto, e avançando para a barbacan proclama: «Môço alcaide, teu pai, captivo do mui nobre Pedro Rodrigues Sarmento, Adiantado de Galiza pelo muito excelente e temido D. Henrique de Castéla, deseja falar contigo, de fóra do castelo.»

O filho do alcaide atravessa o terreiro, e debruçando-se diz ao arauto: «a Virgem proteja meu pai; dizei-lhe que eu o espero.

O arauto torna aos soldados que rodeiam Nuno Gonçalves, e todos se aproximam da barbacan em grande torpel. E então o velho alcaide fala assim ao filho:

— «Sabes de quem é esse castelo que, segundo o regimento da guerra, entreguei á tua guarda quando saí em socorro e ajuda do esforçado conde de Ceia?»

E o filho responde:

— «E' de nosso rei e senhor, D. Fernando de Portugal, a quem por ele fizeste preito e homenagem».

«E sabes tu, tornou-lhe o pai, que o dever de um leal alcaide é de nunca entregar, por nenhum caso, o seu castelo a inimigos, embora fique enterrado debaixo das ruinas dele?»

— «Sei, meu pai!» E, baixando a voz para que os castelhanos o não entendam, junta: «Mas não vês que a tua morte é certa, se os inimigos percebem que me aconselhaste a resistencia?»

E como se não tivesse ouvido os receios do filho, o alcaide exclama:

— «Pois se sabes, cumpre o teu dever, alcaide do castelo de Faria. Maldito por mim sejas tu no inferno como Judas o traidor, na hora em que os que me cercam entrarem nesse castelo, sem tropeçarem no teu cadaver!»

«Morra, morra o que nos atraiçoou! Gritam os de Castela atravessando o alcaide com espadas e lanças. E êle, no chão, entre o sangue e a terra que o abafava, clama ainda, voltado para o filho:

— «Defende-te alcaide!»

A lucta começa encarniçadamente. Logo no primeiro dia de combate o terreiro ficou alastrado de cadaveres tisnados entre os colmos em cinza, como se ali tivesse ardido uma grande fogueira. E assim fôra: um soldado de Pedro Rodrigues Sarmento tinha sacudido com a ponta da lança um colmeiro incendiado para dentro da cêrca, e rapidamente, sob o vento forte, os velhos, as mulhe-

Digitized by Google

res e as crianças que lá se tinham refugiado, andavam enrodilhados em labaredas. Tão grande barbaridade acendia nos contrários o desejo de vencer, e finalmente os castelhanos são humilhados e constrangidos a levantar o cêrco.

Tambem em Lisboa D. Henrique, fatigado de tão intrepida resistencia, abandona o assedio que pusera á cidade, e regressa a Castela, abatido, impotente em face da tenaz energia lusitana, que só faltava estar organizada para dar a Portugal a vitória e a gloria.

Se a politica de D. Fernando atirou o reino inconsideradamente para os males de uma guerra que só a espada aurifulgente de Nun'Alvares saberá debelar, a sua administração é tão esclarecida e fecunda que o torna um dos melhores reis que nós tivemos. Só porque a sua bondade era grande, se disse que lhe minguava o esforço. Ele era de seu natural valente, forte, mas diante da galanteria desinvolta de Leonor Teles, todas as suas qualidades se embotavam e quebravam, e ficava sendo um instrumento docil para as ambições, intrigas ou vinganças que ela urdia.

As culpas de D. Fernando são, porêm, resgatadas pelo vigoroso impulso que a marinha nacional recebeu; pelo desenvolvimento que a agricultura tomou com a celebre lei das *sesmarias*, que só por si revela uma extraordinaria vizão de administrador; e pela maneira como reanimou o comércio e coíbiu os abusos dos fidalgos.

Durante esses anos de paz não tinham porêm cessado as negociações secretas com Londres. Era ainda o renegado fidalgo castelhano, João Fernandes Andeiro, quem junto dos filhos do rei de Inglaterra trabalhava para levar a guerra ás terras de Castela. Por intermedio dêle foi que as negociações continuaram. E quando o duque de Lancaster, por morte de seu pai, pôde dispôr mais à vontade dos recursos de Inglaterra e pensou em renovar as suas pretenções à corôa de Castela, é Andeiro quem vem muito em segrêdo a Portugal, combinar os ajustes do novo tratado de aliança. «*E el-rei foi muito lêdo com êle e muito mais das novas que lhe trazia.*»

Uma nova guerra ia rebentar.

Em Castela reinava agora D. Juan I, filho de Henrique III, que mal soube das negociações havidas entre Inglaterra e Portugal, tratou de se aprestar para a guerra, ordenando logo ao Mestre de Santiago que entrasse em Portugal e talasse e devastasse os campos da fronteira. Assim fêz o Mestre sem encontrar quem se lhe opusesse, até que afinal, coberto de despôjos, retirou para Badajoz.

Não havia da banda dos portugueses entusiasmo por essa luta. Só um velho soldado, Gil Fernandes, à testa de uns vinte de cavalo, com tal impeto carregou sobre êles que, apezar da despro-

Digitized by Google

porção do numero, os levou de roldão até dentro das portas de Badajoz.

Não sofria tambem conselhos de prudencia o animo abrasado de Nun'Alvares Pereira, que nessa campanha fazia as suas primeiras armas. Ele não queria saber se a guerra era justa ou injusta, se era imprudente ou não tentar a sorte das batalhas: ardia só no desejo de vingar a honra de Portugal, para êle gravemente ofendida por estas correrias fronteiriças.

Entretanto os Mestres de Santiago e Alcantara, trazendo consigo o infante D. João, filho do amor romantico de D. Pedro e de D. Inês de Castro, homiziado em Castela, punham cêrco a Elvas. O assédio, porêm, foi curto. Pareceu a D. Fernando que esta campanha ia tomando o andamento vagaroso das outras, e decidiu-se a fazer a guerra também por Mar. Mas a *sandia presunção* de Afonso Telo, irmão da rainha, perdeu a esquadra em Saltes, não sem que os marinheiros portugueses praticassem actos da mais intrépida bravura, havendo galé que por três vezes foi entrada pelos inimigos e três vezes os deitou fóra.

A esquadra Castelhana era comandada por um almirante experimentado, que já no tempo de Henrique II andara em guerra com os ingleses, de parçaria com os navios de el-rei de França. Pelo contrario, o almirante portugues era pouco habil, e quasi tão inexperiente como os improvisados marinheiros que lhe confiaram. A armada portuguesa partiu-se em duas antes de entrar em batalha, e assim tiveram os castelhanos sobre ela aquela superioridade de numero e de manobra que lhes deu a vitória.

A triunfante armada castelhana veio orgulhosamente fundear em frente de Lisboa, trazendo a bordo o infante D. João, animado com a ilusão de encontrar um forte partido que lhe assegurasse a corôa de Portugal. Ele é, porêm, recebido com as maiores demonstrações de hostilidade, que em si exprimiam o desejo de independencia que animava todos os portugueses, e, desiludido e humilhado, regressa a Castela, levando consigo o formal desmentido das sedições que prometera.

Enquanto o almirante de Castela buscava de novo o tranquilo abrigo do seu pôrto de Sevilha, chegava finalmente a Lisboa a frota inglesa, com mais de três mil homens de armas e frecheiros, e muitos castelhanos que se tinham refugiado em Inglaterra.

Concluidos os preparativos da campanha, o exercito anglo-luso partiu para o Alentejo. Neste tempo uma nova esquadra aparece em Lisboa. Desembarcam os castelhanos a sua gente, e ela lança-se a devastar os campos; pega fogo aos paços riais de Xabregas, de Frielas, de Vila Nova da Rainha; chega até ás lezirias e rouba o gado; passa à margem esquerda do Tejo e queima Palmela e Almada. A' volta das muralhas de Lisboa, que D. Fer-

Digitized by Google

nando erguêra, não havia lembrança de trigal ou de vinhêdo, era tudo um deserto môrno e sêco.

O fronteiro de Lisboa, Gonçalo Mendes de Vasconcelos, com uma excessiva prudencia, quiz-se limitar unicamente à defeza da cidade, e não consentiu que alguem saísse a bater os castelhanos. D. Fernando indignou-se com esse procedimento, e tirando-lhe o cargo de fronteiro, foi-o dar ao Prior do Crato, D. Pedro Alvares, que para lá partiu rodeado de seus irmãos, entre os quais está Nun'Alvares, já cercado por uma aureola de heroismo.

Então os castelhanos andavam para as bandas de Cintra, talando e saqueando à vontade. Mal o Prior do Crato disso teve noticia, ainda nem sequer tomara posse do seu comando, corre sobre eles numa terrivel matança, em que se afirmava todo o odio pela raça inimiga.

Quando D. Juan de Castela soube da entrada dos ingleses em Portugal, retirou para Avila a reunir novas forças, deixando, porem, o seu exercito na fronteira, num vivo sinal de ameaça.

Preparava-se a batalha decisiva. El-rei de Portugal e o conde de Cambridge estavam em Elvas, D. Juan acampara em Badajoz. D. Fernando é o primeiro a saír a campo e a dispôr as suas tropas. Já o alferes do duque de Lancaster levanta na frente da hoste inglesa o pendão rial de Castela, de que o duque se dizia rei. Mas D. Juan não aceita a batalha, recolhe a Badajoz, e, secretamente, começa a tratar da paz com el-Rei D. Fernando.

Fernão Lopes declára não saber qual dos dois reis tomou a iniciativa, e diz que uns alégam que fôra D. Fernando, quem mandára fazer essas propostas ao rei de Castela, por se sentir doente e fatigado da aliança dos ingleses, que tratavam a terra de Portugal como se fossem inimigos dela; outros afirmam que isso fôra obra de intermediarios oficiosos, e ainda outros que a iniciativa partiu do rei de Castéla.

Ainda que Fernão Lopes se não decide por nenhuma das opiniões que recolhe, parece ser esta ultima a mais provavel. Com efeito, quem recusou a batalha foi o rei de Castéla. Devia intimida-lo sobremaneira a presença das tropas inglesas, costumadas a uma longa serie de vitórias, tropas consideradas até quasi invenciveis por causa dos seus habilissimos archeiros, cuja certeza de tiro se tornára proverbial. Depois, arredando-o do combate, devia ainda ter acordado no seu espirito a lembrança — negra como um presagio — de que tinham sido esses soldados quem derrotou seu pai na batalha de Najera. E o que prova que foi êle quem se humilhou a pedir a paz, é o facto de ela lhe ter sido muito desfavoravel. Por esse tratado obrigava-se el-Rei D. Juan de Castéla a restituir as praças de Almeida e Miranda, que durante a guerra ocupára, a entregar as galés que tinham sido apressadas na bata-

Digitized by Google

lha naval de Saltes, a soltar o almirante D. João Afonso Telo e os demais prisioneiros, e a fornecer ainda gratuitamente alguns dos seus navios que estavam em frente de Lisboa, para transportarem a Inglaterra os soldados do duque de Lancaster.

D. Fernando entrava agora na agonia. E é ainda Leonor Teles, num anseio histérico de vingança, como se não tivessem amortecido nunca nos seus ouvidos os apupos da população de Lisboa, quem depois de levar o monarca a romper o casamento da sempre noiva infanta D. Beatriz com o principe Eduardo de Inglaterra, como fôra ajustado, a vai entregar a el-Rei D. Juan de Castela.

D. Fernando, já nos ultimos instantes da sua vida, sem forças para a viagem, fica só em Almada, e vendo-se assim menos vigiado, manda chamar um escudeiro, e ás ocultas envia-o a Londres a pedir desculpa do rompimento do tratado. E aproveitando ainda esse momento, ordena ao seu escrivão de puridade que escreva uma carta ao Mestre de Avís encomendando-lhe, como a irmão interessado na sua honra, a morte do Conde Andeiro. Mas porque el-Rei não chegasse a assinar a carta, ela deixa de ser expedida, e entrementes Leonor Teles, para castigo dos portugueses que não se habituavam a querer-lhe, põe todos os seus cuidados em unir á corôa de Castéla a corôa de Portugal. E desde que, pela morte de D. Fernando, tomou a regencia do reino, não demora em despachar ordens para que D. Beatriz seja proclamada rainha.

O povo começou logo a murmurar e a alvorotar-se. Já entre os fidalgos se dizia bem alto que o trono pertencia de direito ao infante D. João e não á esposa do rei de Castela. Em Santarem, quando o alcaide levantou o pendão e soltou o brado oficial, nenhuma voz respondeu á sua. Apezar de todas as instancias, nenhum dos que o acompanhavam repetiu o grito. E no silencio sufocado que se abria á roda, só uma voz, de alguem cançado de ouvir o alcaide, exclamou: «*Em má hora seria essa, mas real pelo infante D. João, que é de direito herdeiro deste reino, mas não já pela rainha de Castéla; e como em má hora sujeitos havemos de sér a Castelhanos? Nunca Deus queira.*»

Mal a voz se calou, relampejaram as espadas no ar, uma terrivel assuada cercou o alcaide. Desamparado dos seus, lançou-se a fugir. O Pendão foi de encontro a um muro, caíu. E não o podendo tornar a erguer, levava-o de rastos atrás de si...

E pela vila, num alvoroto de grande contentamento, não se ouvia senão gritar: «Viva o infante D. João!»

Em Elvas, á proclamação do alcaide, respondeu o povo alçando outra bandeira ao som dos gritos de «Real, real por Portugal».

E era assim por todo o país. Só a ideia de vêr o rei de Castéla senhor do poder, acendia no coração do povo impetos de revolta.

Digitized by Google

Entretanto o rei de Castéla preparava-se para vir ocupar Portugal. Já prendera o infante D. João, filho de Ignês de Castro, que alguns aclamavam, e nem sequer deixara livre o conde Afonso de Gijon, seu irmão bastardo, porque sendo casado com uma filha bastarda de D. Fernando podia alegar pretenções á corôa portuguêsa!

Estas noticias traziam o reino inquieto. Era necessario um chefe que não estivesse bandeado com os de Castéla, e esse chefe, já todos os indigitavam, era o Mestre de Avís.

O conde João Fernandes Andeiro, castelhano intruso, amante reconhecido da rainha, era o alvo dos furores do povo e do odio da nobreza. Fôra êle o principal autor do tratado que entregava Portugal nas mãos dos castelhanos. Era necessario livrar o reino desse estrangeiro insolente.

O espirito de independencia certificava-se inequívocamente. As luctas do reinado de D. Fernando davam lugar a que a nacionalidade se estabelecesse dum modo positivo e terminante. Essa violenta crise que então agitou o país em todos os seus fundamentos, como uma grande tempestade que por todos os lados batendo na azinheira, — simbolo augusto da Pátria — , pusesse ao sol todas as suas raizes sem conseguir derruba-la, demonstra amplamente que não era o ferro duma espada que mantinha a unidade deste tracto de terra, mas era uma alta consciencia da vida colectiva o que lhe dava força e vigor.

Não era o genio dos seus barões nem o braço rijo dos seus reis compondo com lanças a linha da fronteira: tinha um mais fundo sentido a vitalidade que agora se afirmava.

Ao mesmo tempo em que D. Juan se aclamava em Toledo rei de Portugal, o conde Andeiro caía morto á porta da camara da Rainha. O palacio enche-se de gritos. O povo, em tropel, ouvindo bradar que querem matar o Mestre, ergue-se ameaçador e violento, numa onda de raiva, injuriando e aclamando.

Contra ás paredes do paço vão-se juntando braçados de lenha. Uma grande fogueira se prepara: vai arder todo o paço, que nem uma pedra fique lembrando a traição!

Até que a uma das janélas aparece o Mestre, e tudo serena e acalma como num milagre antigo, e os gritos aterradores dessa turba feroz transformam-se num brado imenso de jubilo.

O povo corria doidamente as ruas. E no delirio do triunfo que o tomara, vai parar deante dos paços do Bispo, que só porque era castelhano devia morrer. Ele procura, transido, refugiar-se na Sé, mas o povo arromba as portas da Igreja, persegue-o até ao mais alto da torre, onde buscara um ultimo refugio, e, em grande alegria, precipita-o dessa enorme altura e arrasta-lhe o corpo nú pelas ruas da cidade...

Digitized by Google

A morte do conde Andeiro foi o signal da luta. Daí a poucos dias, sem fazer caso das condições e tratados que êle mesmo assignára e jurára, o rei de Castéla entrava em Portugal, e o Mestre de Avís, cedendo aos rogos do senado e do povo de Lisboa, era eleito Regedor e Defensor do Reino.

Contado agora tudo pelo miudo, seria longo de ouvir. Já se vêem os campos de Aljubarrota, e para lá, na nevoa, levantam-se as torres e as muralhas de Ceuta, e os olhos procuram ansiosamente o fim do mar...

Não ha nada mais belo do que esta hora da nossa historia. O reino levanta-se num grito unanime aclamando o chefe que expontaneamente elegera. Preparam-se os castelos e as vilas para defender a sua autoridade. E como o tesoiro esteja exausto e sejam dificeis de arrecadar contribuições num reino que a guerra retatalhava, vem o povo expontaneamente entregar dinheiro ao Mestre, dá-lhe os brincos e os cordões das mulheres, o clero oferece os vasos sagrados, e todos, sem o mais leve descontentamento, antes com sinais de agrado, aceitam uma das medidas mais antipáticas ás gentes desse tempo: a alteração da moeda. Ha até quem pendure ao pescoço, como uma reliquia, os reais de prata furtados no pêso que o Mestre mandara lavrar. Talvez mesmo, como nos dias aflitivos de Cartágo, tivesse corrido dinheiro de sola...

Todos se reunem á volta do Mestre de Avís numa atracção irresistivel, originada pela consciencia que têem da sua força e da sua energia. A aliança do Rei com o Povo, realizada logo no berço da Monarquia, assegura agora ao país a potente vitalidade de que resulta o seu futuro glorioso. Foi essa fecunda aliança de Sancho I que insuflou o vigor necessario para levar a um grau inaudito de prosperidade um reino que os desastres militares da época anterior pareciam dever aniquilar.

A rainha tomara decididamente o partido do rei de Castela. Já ordena a todos os alcaides e a todas as Camaras que o proclamem como legitimo rei, lhe prestem menagem e lhe entreguem as suas vilas e fortalezas.

O primeiro exemplo de resistencia ás pretenções de El-Rei de Castela foi dado por um fidalgo português, que para lá partira no acompanhamento de D. Beatriz. Tendo sido nomeado alferes-mór, ordenou-lhe o rei que percorresse Toledo arvorando o pendão regio, onde as armas de Portugal figuravam debaixo das de Castéla. Mas o fidalgo português nega-se altivamente a cumprir a odiosa missão.

Digitized by Google

O reino continuava a declarar-se pelo Mestre, e as vilas e cidades faziam-lhe preito e menagem. Se algum fidalgo toma o partido do rei de Castela, os escudeiros e homens de armas recusam-lhe o soldo, dizendo que o não querem servir, e veem juntar-se ao Mestre de Avís.

Entre violencias, o exercito castelhano desce sôbre Lisbôa e fecha-a num cêrco mais cruel ainda do que o primeiro, no tempo de D. Fernando.

Quando D. Beatriz foi jurada por sucessora do reino, nas capitulações do seu casamento jurou-se que el-rei D. Juan seu marido não herdaria nem se chamaria rei de Portugal até ter filho herdeiro, nem entraria no reino senão somente a rainha, e isso de aí a certos anos e com certas condições. Tudo se fez, porém, pelo contrario. Ainda el-rei D. Juan não tinha filho herdeiro e já entrava á mão armada pelo reino dentro.

Leonor Teles abdica voluntariamente a regencia do reino nas mãos de seu genro, que começa logo por nomear castelhanos para os postos mais importantes. Depois, entre lanças, envia-a para a clausura de Tordesillas.

As devastações e as crueldades cresciam a par. Na Arruda, ao aproximar-se o exercito inimigo, os moradores fugiram para uma caverna, afim de se pôrem a salvo das sabidas violencias dos castelhanos; mas os soldados deram com eles e, acendendo uma vasta fogueira na bôca da caverna, sufocaram com o fumo os que ali se tinham refugiado e que lá morreram numa convulsa e lenta agonia!

Todo o Alentejo está em fogo. Com duzentas lanças, que entre peões e besteiros não eram mil homens, Nun'alvares larga de Lisbôa para defender as terras assoladas. Vinham mil lanças de Castela contra êle. Comandava-as seu irmão o Prior do Crato. E aos que temem que Nun'alvares não queira empregar as armas contra irmãos, êle responde serenamente «que não reconhecia parentes que militassem nas fileiras dos inimigos da Patria; que, em vez de serem seus irmãos, fôsse o seu proprio pai que levantasse, na frente da sua hoste, a signa dos estrangeiros, contra seu pai arrancaria a espada».

Avistaram-se os dois bandos inimigos para as bandas dos Atoleiros. Ao arraiar da manhã os soldados portugueses fincam os joelhos no chão, tomam um punhado de terra, beijam-na numa exaltação mistica de amôr, e quando se alçam em pé tomando as lanças, fulguram ao longe os peitos de ferro da cavalaria inimiga.

Era bem pequeno o exercito de Nun'alvares, enquanto que a hoste de Castela formava uma luzida massa de cavaleiros, todos bem armados e experimentados. Eles sorriram desdenhosamente vendo á sua espera tão pouca gente, e para mais disposta em tão

Digitized by Google

original maneira, que só a inexperiencia do capitão a desculpava.

A hoste de Nun'alvares é um coração palpitante. Dentro dela, para que tomem esforço, Nun'alvares aconselha que se encomendem a Deus e á Virgem, que se lembrem de que estão ali para defender as suas casas e a sua terra...

Sangram os peitos dos cavalos sob a ponta das esporas. Aos gritos de Santiago e Castela, respondem os nossos: S. Jorge e Portugal!

Como uma onda de ferro impetuosa, a cavalaria castelhana róla e vem quebrar-se contra a massa impassivel dos peões portugueses. Ainda por três vezes mais o ataque se renova, mas a peonagem de Nun'alvares mal oscila, e os orgulhosos cavaleiros castelhanos partem á rédea sôlta, numa fuga desvairada ao longo da planície...

A flôr da hoste inimiga ali ficava morta e desbaratada por um pequeno e desigual número de portugueses. Foi o ardôr e a temeridade de Nun'alvares, — a mais alta flôr da cavalaria, em quem incarnou a alma ardente de Galaaz, leal e recto como a lamina corrigida e limpa da sua espada, — quem organizou a vitória deste primeiro encontro.

Em Lisbôa o cêrco ia-se estreitando. Mal os castelhanos davam mostras de quererem atacar a cidade, enchiam-se as muralhas de gente, e entre gritos de entusiasmo e apupos toda a população corria para a defesa, e até as mulheres lançavam pedras do alto dos muros, cantando num ar de desafio:

Esta és Lisboa prezada
Mirada e deixada,
Si quisieredes carnero
Qual dieron al Andero,
Si quisieredes cabrito
Qual dieron al Arçobispo.

Esta coragem da população de Lisbôa, mais do que pela esperança do triunfo, era animada pela fé de que ali se decidia a independencia da Pátria. Assim o destino dum povo depende das certezas que o guiam. Todos os portugueses que haviam tomado a voz do Mestre de Avís estavam determinados a vencer ou a morrer, porque esta guerra era para êles uma verdadeira guerra nacional, como no conselho de el-rei de Castela sagazmente notava o fidalgo castelhano Pedro Fernandes Velasco, senhor de Briviesca.

O orgulho castelhano sentia-se abatido deante da resistencia heroica de Lisbôa, ha mais de dois mezes sitiada sem que as suas

Digitized by Google

tropas poderosas tivessem alcançado alguma leve vantagem. E lembrava-se agora o rei do assedio que igualmente pusera á vila de Almada, e de que nem á força nem por intimidação conseguira toma-la, e só á fome, depois de longas negociações a viu vencida, tendo os seus moradores escrito para sempre uma alta lição de valôr, de patriotismo e de fé.

Logo nos primeiros dias do cêrco não tardou a fome e a sêde a fazer-se sentir na vila. Cada cântaro de agua empoçada, que dantes só servia para lavagens, custava agora uma batalha. O pão era amassado com vinho, de maneira que só o podiam comer enquanto estava quente. Mas não tardou, porêm, que até essa água minguasse e nem esse pão houvesse. Afligidos pelo maior sofrimento, os defensores da vila nem sequer pensam em capitular. E só a conselho instante do Mestre, perante o assombro do inimigo, consentiram afinal em render-se. Tinha razão o Senhor de Briviesca: não se conquistava um povo capaz de tantos sacrificios, de tanta abnegação para sustentar a causa nacional.

Já tambem em Lisbôa não havia mantimentos que chegassem para tanta gente como a que ali se viera acolher. O trigo escasseou a ponto de faltar quasi absolutamente, e de se fazer pão de bagaço e malvas. Havia quem desenterrasse ervas e raizes para comer; outros, para cegar a fome, bebiam agua demasiada e cahiam pelas ruas inchados, e ás vezes mortos. A's mulheres que criavam os filhos ao peito, faltava-lhes o leite, porque lhes faltava o alimento. Esta aflitiva situação não lograva enfraquecer a coragem dos combatentes. Tratava-se de salvar a vida da Nação, nada valia a vida efemera dos que sofriam por ela. E ao menor rebate, tudo corria aos muros para repelir o inimigo.

No acampamento castelhano ia no entretanto a peste espalhando cegamente uma larga mortandade. Um terror supersticioso tomava os soldados, vendo que a peste não atacava os portugueses que eles metiam na cama dos seus pestiferos, num requinte de aquela crueldade que depois os havia de levar aos gritos de *Sangre y venganza*, a destruir Roma e a devastar a Flandres.

A fé simples desse tempo deu-lhes a entender que havia ali indicação do céu, como a dizer-lhes que andavam empenhados numa guerra injusta. O desalento, como uma outra peste, alastrava pelo arraial. E finalmente, depois de muitos combates e escaramuças, os castelhanos não puderam aturar mais os trabalhos do assedio, e, com uma grande perda de gente, el-rei mandou levantar o cêrco.

A retirada foi triste. O rei ia humilhado. Sentia vergonha de ter posto em movimento tanto poder, para afinal nada conseguir. E agora, ao voltar, ao longo dos caminhos abrasados, o seu exercito só lhe lembrava um lugubre saímento, e eram os seus fidalgos

Digitized by Google

mortos no cêrco de Lisbôa, quem primeiro para lá transpunha as fronteiras da Patria.

Desembaraçado o reino dos inimigos, cuidaram os parciais do Mestre em dar estabilidade ao seu governo, definindo a situação. E isto urgia tanto mais, quanto el-rei de Castela determinava tornar á começada empresa, para o que estava diligentemente aparelhando as coisas.

Em frente desta ameaça, o Mestre convocou Côrtes para Coimbra, quer que a Nação venha ali dizer o que mais convém para honra da Patria. Faltava harmonizar o principio da liberdade com o da autoridade. Todo o povo o sente, e corre ás Côrtes a aclamar um rei que incarne em si a causa da nacionalidade, pela qual ele pugnava. Por isso todas as terras que enviaram procuradores ás Côrtes, tinham, seguindo o exemplo de Lisbôa, autorisado os seus representantes a elegerem para rei o Mestre de Avís, e a renderem-lhe preito e homenagem.

E ao entusiasmo popular que assim se manifestava expontaneamente, João das Regras traz a perfeita e clara demonstração juridica da legitimidade das pretenções do Mestre á corôa de Portugal. Além de lembrar os desonestos feitos da rainha Leonor, pelos quais D. Beatriz não era lidimamente nada, as leis fundamentais da Monarquia dispunham que nunca um estrangeiro nos poderia reger, ainda que fôsse casado com a herdeira legitima do throno. *Que o reino não saia nunca do poder de seus naturais*, fôra o desejo de Afonso Henriques na igreja de Santa Maria de Almacave. Só isto excluia já a infanta Beatriz, e com ela D. Juan I de Castela, seu marido. Mas haveria alguem ali que quisesse ser escravo de estrangeiros? E num aplauso unanime e veemente as Côrtes respondem que nem D. Beatriz nem o rei de Castela podiam ter pretenções á corôa de Portugal, não as podiam ter tambem os filhos de Inês de Castro, por haverem tomado armas contra a sua patria, e nestes termos, estando o trono vago, aclamavam rei o Mestre de Avís.

Estas Côrtes, e o popular contentamento que se lhe seguiu, claramente demonstra a repugnancia dos portugueses para a união politica com os castelhanos. A Nação dá agora a prova acabada da sua vitalidade e do amor heroico, fanático, da independencia, exaltando, só pela sua vontade absoluta, uma dinastia a quem falta a tradição e que só no coração do povo encontra raizes onde se firmar.

Tão exigentes em tudo quanto se referisse a direitos e privilegios, as Côrtes mostram-se amplamente generosas para ajudarem o Mestre a sustentar a causa da independencia. «Porquanto, diz Fernão Lopes, um dos capitulos que el-rei nestas Côrtes outorgára, assim foi que alçasse as sizas, e não lançasse peitas, pois

Digitized by Google

lhe os povos prometiam dar tudo o que lhe cumprisse para esta guerra.»

Em Castela apressavam-se os preparativos para a nova invasão. Para a facilitar, el-rei ordena ao arcebispo de Toledo que invada a provincia da Beira, tale os campos, arrase as povoações, para que por aquele lado, dizia ele, reconhecessem a nova realeza. A ordem não demorou em ser cumprida. E já os castelhanos levavam consigo setecentas azêmolas carregádas da presa que tinham feito, quando tresentas lanças portuguesas lhes saíram ao caminho. Apesar da vantagem numérica estar mais uma vez do lado deles, pois com bésteiros e ginetes tinham ali juntos mais de dois mil homens valentes e experimentados, procuraram de todos os modos evitar o encontro. Foi necessario que os portugueses lhes cortassem a retirada, obrigando-os dessa fórma a combater ou fugir perdendo a presa. Só *«con verguença de esto ovieron d'ir a pelear»*, diz o cronista castelhano Pedro Lopes de Ayala, contemporaneo do sucesso e chanceler do rei.

Contrariados assim a dar batalha, largam os ginetes numa carga impaciente sobre os nossos, que os esperam de pé, e como nos Atoleiros parecem um ouriço de lanças.

A resistencia dos portugueses é indomavel, igual, constante. Desde pela manhã que a peleja dura. Escurece. E os castelhanos, confiados em sua ligeireza, fogem a toda a brida, desbaratados, deixando no campo, segundo o testemunho de Ayala, a flôr da sua hoste.

O historiador alemão Schoeffer, tido em grande conta por Herculano, considera este combate como talvez o mais caracteristico de todos os que se deram entre castelhanos e portugueses, porque além de diminuir o poder de Castela, destruindo uma tão nobre porção da flôr da sua fidalguia, abalou a confiança dos castelhanos em si mesmos e exaltou a coragem dos portugueses, cuja altiva audacia arrostou de aí em diante todos os perigos: *«y cobraron los de Portugal con esto y con otros dichos que avian avido antes d'esto esfuerço y orgullo»*, confessa Ayala.

Esta heroica jornada de Trancoso, passada entre simples cavaleiros, é como o preludio da batalha decisiva de Aljubarrota, na qual os dois reis vão decidir a questão que os seus fidalgos ali debatiam.

Impaciente por vingar a afronta sofrida nesse recontro, o rei de Castela entra poderosamente em Portugal com um novo exercito, enquanto uma nova frota se dirige a bloquear o porto de Lisboa. De caminho põe cêrco a Elvas, mas como a cidade tarde em render-se desiste de a tomar, e antes de partir manda ao defensor da praça dois prisioneiros com os punhos decepados, dizendo-lhe por escrito que faria o mesmo a todos os que lhe caíssem nas

Digitized by Google

mãos. Cumpriu logo a promessa ao passar pela vila de Arronches. Alcançou aí dezasete prisioneiros, e mutilou-os como os de Elvas. Diz Schoeffer que todo o caminho de el-rei D. Juan de Castela foi assinalado com atrocidades deste genero.

Estava o rei português com as suas forças reunidas em Abrantes, quando soube que os castelhanos andavam para as bandas de Coimbra e entravam na estrada da capital, depois de haverem assolado Aveiro, Montemór, Buarcos, Soure, e todos os mais lugares por onde passavam, sem que o seu rei se tivesse esquecido, ao atravessar a veiga de Trancoso, de mandar arrazar até á ultima pedra, num movimento impotente de raiva, a ermida de S. Marcos, junto da qual tinham batalhado as tropas portuguesas.

Eu não recordo agora a tarde gloriosa de Aljubarrota com altivos desdens para a Espanha. Se me comovo e excito ao lembrar esses momentos de um heroismo que nunca por ninguem foi excedido, é porque então se firmou para sempre a razão de ser da nossa independencia e aí se decidiram os destinos da nossa nacionalidade.

Não busco exacerbar malquerenças; respondo só áqueles que teimosamente insistem em não considerar as razões que nos dividem e pretendem humilhar-nos oferecendo uma união que não sofremos.

A batalha de Aljubarrota foi um *juizo de Deus*. O exercito de Castela era tres vezes mais numeroso do que a hoste do *Rei de Avis*, como por escarneo chamavam a D. João I de Portugal. Só homens de cavalo eram passante de vinte mil, com franceses, gase bearnezes, e não se contava a peonagem.

Os pendões e as bandeiras, onde animais heraldicos se contorcem em manchas de oiro, e o aço polido dos arnezes, que o sol bate, reluzem tanto que cegam a quem os olha. As pontas das lanças, direitas, tranquilas, põem um pó de prata sobre toda a tropa.

A' volta de D. João de Portugal não ha, entre peões e bésteiros, dez mil homens. Estão calados, humildes, sumidos contra as estacadas. A massa dos soldados de Castela era, no dizer ingenuo de Fernão Lopes «tão grande e assim fermosa de vêr que os Portuguezes não pareciam ante eles que o lume duma pobre estrela ante a claridade da Lua».

Na noite que descera, os cavaleiros da *Ala dos Namorados* tomavam esforço para a batalha do dia seguinte, inventando façanhas que haviam de praticar. Faziam votos de bravura. Um promete que ha de ser ele o primeiro a ferir com lança, outro jura prender o rei de Castela, ou ao menos pôr-lhe a mão. Ia uma lêda algazarra á volta da bandeira.

Alboreava. A nevoa, como um fumo tenue, apagava-se num

Digitized by Google

céu purissimo de verão. O arcebispo de Braga, erguendo uma cruz de prata, passava por entre os soldados animando-os a pelejar pela patria contra os invasores, e dava de conselho que fôssem ao combate repetindo as palavras santas do Evangelho: *Et verbum caro factum est;* e quando uns perguntavam o que aquilo queria dizer, respondiam outros sorrindo: *que verdade, verdade muito caro é este feito...*

— *Mas se Deus quizer hade sair de bom mercado,* juntavam os mais.

«Tenho assistido a sete batalhas campais, dizia o gascão João de Montferrat, ao lado do rei, e nunca vi soldados com mais alegre aspecto, com mais resoluta fisionomia. Apesar da desproporção imensa do numero, profetiso-vos, senhor, a victoria.»

— Dar-vos-hei alviçaras pelo vosso bom agoiro, respondeu o rei num sorriso.

A sua passagem entre os soldados acordava aclamações, gritos de entusiasmo. Não minguava pedir-lhes que fossem fortes e ardidos, ansiosamente esperavam eles o signal da batalha. Estavam ali para defender a nacionalidade, o fogo da sua lareira, e ou morriam, ou haviam de vencer.

No arraial castelhano é só a ambição que o inflama e excita. Mais do que na gloria de vencer, pensam em dividir o espolio do inimigo. Espreitando o momento de as saltearem, os ginetes castelhanos entretem-se a rondar as bagagens portuguesas.

Por um movimento feito ao começar a batalha, os castelhanos tinham passado para o lado de Aljubarrota, obrigando os nossos a mudar de frente e pondo-os de cara ao vento, que lhes atirava aos olhos o pó erguido pela cavalaria. Um pó mais negro, a que se seguia um estranho trovão, espalhava-se ao fundo, na vanguarda dos castelhanos. Houve uma hesitação na linha portuguesa, abriam-se os olhos entre receio e espanto. Era a artilharia que fazia a sua aparição na Peninsula. Mas o entusiasmo não demora e com ele volta a serenidade, e a peleja então torna-se encarniçada, vigorosa, confusa...

— A eles! a eles!

— Por vossa terra, Portugueses! gritava Nun'Alvares.

O Mestre de Avís apeia-se do cavalo, larga a lança, e pegando numa acha de armas cai sobre os castelhanos numa vertigem de destruição. Faz prodigios de valor, todos o temem, conta o cronista francês Froissart.

O exercito castelhano entrava a desordenar-se. Caíam Trindades. O rei sente a batalha perdida. Passa da mula em que estivéra montado para o cavalo que o seu camareiro-mór lhe apresenta, e desvairado foge para Santarem. Ao partir procura levar consigo esse fidalgo lial, e ele responde-lhe num desfalecimento

Digitized by Google

que era uma censura: «*Buelbo solamente a morir con honra, porque no me digan las matronas de Guadalaxara, que les truxe a sus maridos y a sus hijos a morir*». E a enorme massa negra dos soldados recua, atropela-se, enovela-se, esmaga-se a si mesma. Já Antão Vasques de Almada entrega o estandarte de Castéla a el-rei D. João I de Portugal, cercado sempre pelos seus soldados, duros, fortes e frescos, no dizer de Froissart, como se a batalha não tivesse começado ainda.

Em Santarem o rei de Castéla chora, grita sufocado, e não se sabe se é maior a sua raiva se o seu desalento. E como a sua comitiva lhe estranhe tal desespero como indigno dum rei, dizendo-lhe, para o consolar, que tambem seu pai sofrera eguais desventuras e nunca desanimára, ele responde, rangendo os dentes: «Meu pai foi batido pelo principe de Gales, o primeiro capitão do seu tempo, e homem tão feliz na guerra que derrotou e fez prisioneiro el-rei de França; foi batido pelos inglesês, que são a flôr da cavalaria da Europa; e eu sofro esta vergonha infligida por um Mestre de Aviz e por um punhado de chamorros.»

Via desfeito para sempre o sonho de conquistar Portugal.

Mal a nova da derrota chegou a Toledo, onde a rainha se encontrava, o povo afluiu em tumulto diante do paço, e no odio que o desvaira, quere-a matar por ser portuguesa. A sorte de Portugal estava decidida. E o reino livre cantava na sua voz clara:

Pois que Madanela
Escutou meu mal,
Viva Portugal,
E morra Castéla.

Seja amôr testigo
De tamanho bem,
Não chegou ninguem
A zombar comigo.

Que a espada é roàela,
A forneira sal;
Viva Portugal
E morra Castéla.

Nas lousas dos tumulos gravavam-se epitafios, em que entre o orgulho se escondia o odio:

Aqui yace Simon Anton,
Que mato muito castelão,
E debaxo de su covon
Desafia a quantos são.

Digitized by Google

Em latim barbarizado, dizia assim outra pedra ás portas de Chaves:

Hic jacet Antonius Periz,
Vassallus domini regis,
Contra castellanos misso
Occidit omnes que quiso.
Quantos vivos rapuit
Omnes esbarrigavid.

Per istas ladeiras
Tulit tres vandeiras.
Et febre corruptus,
Hic jacet sepultus;
Faciant Castellani feste,
Quia mortua est sua peste.

E' evidente o rancor que o estranjeiro inspirava. O sentimento de independencia lançára tão fundas raizes em todos os corações portugueses, que a grande monarquia castelhana não conseguia absorver esta estreita tira de terra, nem mesmo quando, atingindo o seu maximo esplendor, juntava numa só corôa todos os reinos de Espanha.

Ainda andavam no ar os clamores da vitoria de Aljubarrota, que Schoeffer considera a acção mais memoravel que entre exercitos cristãos se travou na Peninsula, e já Nun'Alvares erguia a sua espada flamejante como a de um arcanjo, e levava por terras de Castéla o nome de Portugal.

Em Valverde «pareciam os Portugueses em meio dos inimigos uma pequena eira em um espaçoso campo». E no entanto o cronista castelhano confessa que para eles «*esta fué una grand disaventura entre todas las otras que acaecieron en esta guerra despues que fué comenzada*».

O santo Condestavel ficou na tradição popular como o simbolo, a expressão viva do espirito português contra o castelhano. Quando o rei Felipe veio a Lisbôa e visitou a Igreja do Carmo, onde estava a sepultura de Nun'Alvares, viu que os do seu séquito ficavam longe dela, como que com receio de se aproximarem do tumulo do heroi, e para os ter ali a seu lado chamou-os dizendo: *Llegad, llegad, que ya es muerto!*

Mal foi quebrado o jugo espanhol, as côrtes de 1641 suplicaram ao Papa a sua beatificação. E todos os anos, pela Pascoa florida, o povo recordava á volta da campa de Nun'Alvares a epopeia da sua independencia de que ele fôra o mais forte braço para erguer a espada e a bandeira, e o exemplo de maior virtude

Digitized by Google

para merecer o auxilio do ceu. Por isso a fé da gente simples não se esquecia de lhe trazer o seu agradecido louvor:

O gram Condestabre
Nun'alvares Pereira
Defendeo Portugal
Com sua bandeira,
E com seu pondone...

E batendo as mãos, girando em roda ao som dos adufes, juntavam-se todas as vozes num côro igual a um clamôr:

No me lo digades, none,
Que santo é o Conde!

Em Aljubarrota
Levou a vanguarda,
Com braçal e cota
Os castelhãos mata
E toma o pendone.
No me lo digades, none,
Que santo é o Conde!

Dentro de Valverde
Vence os castelhãos:
Mata bons e máos
Só com sa hoste
E seu esquadrone.
No me lo digades, none,
Que santo é o Conde!

Junto do tumulo de Nun'Alvares, as cantigas eram como orações em frente de um altar:

Santo Condestabre
Bone Portuguez,
Conde de Arrayolos,
De Barcellos. d'Orem.
Santo Condestabre
Bone Portuguez!

Pelo prol da Patria
Todo esto lo fez:
Mata os castelhãos
Salva a nossa grei.

Digitized by Google

No me lo digades
Que abondo lo sei:
Libra as obelinhas
Do Leão de Castel.

Com a dinastia de Avís consolidou-se a liberdade e a independencia da patria. Desde então até ao desaparecimento de el-rei D. Sebastião entre as areias de Alcacer, nunca mais a Espanha tentou manifestamente contra essa independencia. Entretanto Portugal metia-se debaixo das ondas bravas do Mar e rompia os nevoeiros tenebrosos em que os fantasmas medievais tomavam corpo.

Persistentemente, metódicamente, os homens do eremiterio de Sagres iam realizando a grande obra maritima, que havia de ser um dos factores mais poderosos da Renascença. Só por um acaso a Espanha veiu a ter partilha na descoberta dessas cidades de oiro que tinham o Mar por caminho. Colombo não era espanhol, nem de raça nem de educação. De resto, nenhum dos grandes problemas tendentes ás grandes empresas das descobertas, foi solvido em Espanha. O que na quadra rigorosa da elaboração, no periodo ingrato das preparações instrucionais a obra tem em si de mais amargo, de mais dificil e desanimador, nada pertence á Espanha.

Os propios espanhoes o reconhecem e confessam. *Hay que convenir*, afirma o iberista D. Rafael de Labra, *en que lo que Portugal hace en un cierto periodo de sua historia, dadas sus circunstancias y condiciones, supéra, como legendario, à lo que se hace en lo resto de la Peninsula... Se necessitara un testimoneo irrecusable, invocaria el de los mismos españoles, que en punto à audacias pasan justamente por maestros y han crecido en el teatro de lo asombroso. A' ellos mismos les pareció imponente la iniciativa lusitana, y la sabiduria popular la selló con aquel viejo refran que dice: «Portugueses pocos y locos.»*

O proprio Colombo se dizia um simples discipulo da escola de Sagres. Genovês pelo nascimento, o seu genio maritimo é profunmente português. Foi vivendo em terra portuguesa, no contacto com navegadores portugueses, que o seu espirito de marinheiro se criou, desenvolveu e póde afinal expandir-se.

E é ainda um piloto português, quem para uso da Espanha escreve o mais completo tratado sobre a arte da Navegação.

Tambem para a brilhante epopeia geografica dos nossos dias, como observa D. Joaquin Costa, ainda em nada contribuiu a Espanha. Qual é o nome espanhol que se póde pôr ao lado de Serpa Pinto, de Ivens, Capello, Paiva de Andrade?

Digitized by Google

Corridos os anos na roda do tempo, são ainda portugueses quem, como que acordando dum sonho secular, torna a longes terras a erguer padrões que marquem uma era nova na historia da geografia.

A Espanha estava naturalmente indicada a ser uma potencia maritima. Quasi a toda a roda havia ondas a chama-la, mas nunca sentiu a vocação do Mar. A ideia das Descobertas encontrou mesmo em Espanha uma clara oposição, e só por uma mulher, d'alguma maneira representante do genio português, Isabel a Catolica, bisneta de D. João I, é que ela foi francamente aceita.

Não é possivel confundir as duas historias. Além das divergencias politicas que sempre separaram os dois reinos, a ponto de que quando encontramos juntos portugueses e castelhanos temos de referir uma batalha, é outro e muito diverso o sentido da nossa tradição. Bastará acentuar agora esta diferença notavel: enquanto que a historia de Espanha, à volta de uma politica de gloriosas aventuras, tem a recordar guerras espanholas de conquista, que constituem o momento culminante do seu passado e do seu orgulho, as mais belas e mais gloriosas paginas da historia de Portugal são as que narram os feitos humildes, obscuros, quasi ignorados, da defeza nacional. E' ainda a oposição entre a alma do Cid, ardente, impetuosa, iluminada só pelo desejo da guerra,—e a alma de Nun'Alvares, amorosa e crente, abrazando-se no amôr de Deus e da Patria.

As verdades mais importantes dispensam demoradas analises para serem reconhecidas por todos; basta o instinto e o sentimento para as explicar. A dissimilhança que ha entre Portugal e Espanha é uma dessas verdades. A antipatia entre os dois povos é tão notavel, que raro se encontra mais completa. *De Espanha nem bom vento nem bom casamento,* diz o ditado popular; *em poder de galegos te veja,* é ainda uma praga comum.

Nas provincias do Minho, Beiras, Trás-os-Montes, chamavam-se antigamente galegas as cousas fracas, pequenas; e por *terra galega* era conhecida entre os lavradores, não a de campo fertil e rendoso, mas a dos sitios asperos e delgados, as charnecas.

Nun'Alvares Pereira não será como guerreiro superior a Gonçalo de Cordova, D. João de Castro não valerá mais do que o Duque de Alba, nem Sancho Manoel que D. João de Austria; mas Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Duarte Pacheco,—esses não tem rival.

O problema do iberismo aparece com uma regularidade notavel após todos os nossos grandes desastres politicos. O periodo das Descobertas terminara. A desgraça era agora tão grande quanto a gloria o tinha sido.

O reino andava desmemoriado, e tão arredado de si mesmo

Digitized by Google

que já não sabia onde assentava a Patria. Ao levantar um dia os olhos da terra, os diademas cravejados de pedraria dos régulos da Asia, faiscaram e cegaram-no. O ar era morno, cheio de perfumes, adormeceu. Os largos leques das palmeiras iam-lhe docemente embalando o sono. Quando se espalhou a noticia do desastre de Alcácer, acordou estremunhado, e sentiu que um profundo golpe o rasgava de lado a lado. E os olhos de todos, humedecidos de lagrimas, só buscavam enxergar o rei moço qne partira.

Todas as manhãs, na cumiada das serras, o Sol era tomado pela armadura de um guerreiro. A nevoa desfazia-se pelo vale,— e a saudade dilatava a esperança.

A questão da sucessão da corôa era o que trazia o povo agitado e saudoso. No desejo de afastar a dominação estrangeira, até o velho cardeal D. Henrique era bem aceite.

Em Espanha, mal se soube o resultado da batalha, o rei parte do Escurial para Madrid, chama o duque de Alba e fecha-se com êle por largo tempo.

Felipe II era mais hábil político que D. Juan I. Não descura um instante de se valer da intriga e da corrução para alcançar a corôa que porfiadamente buscava. E na verdade, o caminho ia-se-lhe aplanando. Os regalos do Oriente tinham amolecido os brios portugueses. Alcácer levara a flôr da sua nobreza. Era fácil semear a traição e espalhar a vilanía.

O rei está velho, doente, ao menor esforço vomita golfadas de sangue, arde sempre em febre. Pensa em fazer jurar a duqueza de Bragança herdeira do trôno, mas Cristóvão de Moura corre ao Paço, fala-lhe nas pretenções de Felipe II, e êle, assustado, temendo que alguma dissenção com a Espanha venha a alagar o país em sangue, desiste do seu projecto e morre sem nomear sucessor.

O povo anda alterado, não sofre a ideia do domínio estranjeiro. E os seus procuradores em Côrtes, depois de comungarem publicamente, juravam sobre a Hóstia que preferiam morrer a aceitar a soberania de Felipe II.

O escolhido do povo, D. Antonio, Prior do Crato, era tumultuáriamente proclamado rei. Mas tinham-se apagado os écos de Trancoso e Aljubarrota, e o exército castelhano entrava ovante em Portugal, atrás da espada negra do Duque de Alba, impiedosa como um cutélo.

A força das armas ia obrigar o reino á obediencia que obstinadamente êle negava. Era geral a aversão contra o invasor. Ha ferros tinindo. Os homens e as mulheres procuram armas. Os frades deitam couraças sobre o burel sombrio do hábito. Corrigem-se as espadas.

Porêm a defesa era impossivel; a traição tinha-se aninhado no coração do reino. E para mais, os homens ardentes que se agru-

Digitized by Google

pavam á roda do Prior, símbolo da causa da Patria, eram na sua maxima parte soldados de acaso, e, como os capitães que os dirigiam, nunca tinham feito o trabalho da guerra. Mas essas indisciplinadas e mal armadas milicias de D. Antonio, ainda nos barrancos de Alcantara, num ímpeto antigo, por três vezes viram desbaratados os veteranos dos terços de Italia e de Flandres, que arremetiam com êles.

O Prior foi afinal vencido, mas não foi humilhado. Não teve o triunfo nem a gloria de um general: mas não o abandonou nunca a bravura do cavaleiro. De resto, aquilo não era uma batalha, tinha sido uma escaramuça. «*No queremos encarecer el mérito de esta victoria*, escreve o historiador espanhol M. Lafuente, *porque, en efecto, reconocemos que no podia haber gran lucha entre un ejército disciplinado y ya victorioso, mandado por excelentes capitanes y por un experto y afamado general, mayor además en número como era el espanol, y la poca, ruin é inexperta gente que tenia don Antonio.*»

Mas cega pelo pensamento da independencia nacional, essa gente não quer reparar que nas penhas de Alcantara ficavam enterradas as esperanças de liberdade que Portugal ainda podia conservar. E lá vai atrás de D. Antonio para Santarem, para Coimbra, para o Porto, iluminada pelo desejo de assegurar a liberdade e os fóros do reino.

Entretanto, por entre o silencio maguado da cidade, nota Lafuente que «*por disposición del duque de Alba fué jurado Felipe II rey de Portugal en Lisboa con el aparato y cerimonias de costumbre, aunque con escaso concurso de pueblo y menos alegria y regocijo*».

Depois, como se essa pequena hoste desmantelada andasse a aprender os caminhos de Aljubarrota, o rei católico fez saber em carta régia que as suas munificencias não teriam fim para quem o ajudasse a livrar-se do Prior do Crato. Faz generosas promessas ás vilas e cidades que o capturarem e descobrirem, e ás pessôas que traírem o Prior ou revelarem o segredo do seu asilo, por mais criminosas que sejam, obriga-se a recompensá-las com tanta liberalidade, que todas se dêem por largamente remuneradas.

Em nenhum coração português, apesar da corrução geral, acordou a sêde da cubiça que esse documento repugnante prometia extinguir. E pelo contrário, quando já desesperado da sorte da guerra D. Antonio atravessava o Minho como fugitivo, abrem-se-lhe as portas dos casais da serra, e o povo vigia-lhe os caminhos para que o seu sôno, já que é curto, seja tranquilo. Um dia os castelhanos apertam-no contra a margem do Lima, está perdido, e é ainda a dedicação de um homem do povo que o salva, atravessando o rio nado com êle aos hombros, so b uma chuva de balas...

Digitized by Google

Sabe-se depois que D. Antonio está prestes a evadir-se para o estranjeiro, que há já um navio fretado por Pedro de Alpoim para o conduzir. E Pedro de Alpoim é procurado, preso, posto a tormentos para que declare o esconderijo do seu rei, e entre dôres angustiosissimas, o amigo leal morre heroicamente sem nada revelar.

Quando uma causa tem por si dedicações desta ordem, é que nela há alguma coisa mais do que as ambições dum momento: só o amôr da Pátria leva a êstes extremos. E tanto assim o sentia o rei castelhano que, reunidas as Côrtes em Tomar, eleitas pelos seus aderentes e compostas dêles para consumar e solenizar a usurpação, êle se apressa a prometer aos três Estados respeitar religiosamente os usos, fóros e liberdades de todos.

A maneira como esses votos fôram mantidos, quisera eu escusar-me de a contar aqui. E' um grande rosario de lutos a desfiar. Já não é para lanças que em Portugal se emprega o ferro, é para gradear janelas; as arvores não se abatem para navios, esgalham-se para fôrcas...

Os suspeitos de afectos á causa nacional são perseguidos, punidos severamente. E se andam exilados por longe, cai sôbre os parentes a vingança castelhana. A mãe e as irmãs do conde de Vimioso, que foi o Nun'Alvares do Prior do Crato, depois de andarem de clausura em clausura, fôram encerradas num castelo de Espanha; a mulher e as filhas de Diogo Botelho, outro amigo lial do Prior, fôram para Castela desterradas; D. Margarida de Menezes foi despojada dum morgado que lhe pertencia; a D. Violante do Couto sequestraram-lhe os bens e levaram-na a morrer á cadeia...

Os homens, ou são degolados como Pedro de Alpoim, ou crucificados como o governador do Faial. Alguns lentes de maior fama da Universidade, porque tinham dado parecer contrário á legitimidade de Felipe II para suceder na corôa de Portugal, são carregados de ferros, e diz-se que lhes encurtaram a vida com peçonha.

O país aperta-se entre um cadafalso e um castelo. E' tinta em sangue de portugueses a purpura rial que cobriu os ombros dos três Felipes. *Pastor não mercenario* chamavam aos reis os nossos antigos. Eles não são êsse pastor zeloso, são os conquistadores, os senhores, encontram escravos onde dantes se viam irmãos. Tinha-se já apagado nas armas riais do reino aquelle pelicano que D. João II mandára gravar com uma letra no bico que dizia: *Pola lei e pola grei,* como a empresa que melhor cabia aos reis de Portugal, porque todos eles eram como a ave do mitho, que rasgava o peito para com o sangue proprio dar vida aos filhos mordidos das serpentes.

Digitized by Google

Quando o trono popular baqueava em Alcantara e no Porto, Angra tomava entusiasticamente a voz do Prior do Crato. A defesa da ilha da Terceira é uma das mais intensas páginas de heroismo na história das lutas contra a União Ibérica. A relutância contra tudo o que era espanhol resplandece nos corações inflamados dos defensores da Ilha. Dir-se-ia que a fama de Aljubarrota, não tendo cabido na Terra, se tinha espalhado pelo Mar, e o Mar a contava agora aos cachopos e ás areias das praias da Ilha.

As alianças e as promessas em que então se apoiou o Prior do Crato, vão ser recordadas pelo meu querido amigo Alberto Monsaraz, que ao traçar a história da diplomacía portuguesa em frente de Castela, deixa composto o mais preciso comentário ás guerras que tenho tido a honra e a comoção de evocar deante de V. Ex.as

Deixarei, pois, esquecido todo esse sonho inquieto.

Mas não tão depressa que não lembre a desamparada agonia do Prior, quási santificado pela devoção, pela energia, pela constância com que procurou assegurar a autonomia nacional.

A sua pobreza é extrema, vive dias a pão e agua, e o poderoso rei de Espanha, sentindo como os portugueses põem no principe exilado a sua esperança, manda quatro assassinos procura-lo, traça ciladas, encarrega o sobrinho do Marquês de Santa Cruz de o seguir por toda a parte, para que depois de preso o receba e lho entregue, multiplica traições, inventa perfidias, não deixa a D. Antonio um instante de repoiso.

A rainha viuva de França oferece-lhe um castelo na Bretanha, como um refugio, e é a lialdade de um fidalgo quem o livra de aí caír no laço armado pelo dinheiro espanhol. A duquesa de Loudonois, compadecida dêle, abriga o no Poitou, mas os agentes castelhanos não se cançam de o buscar, e um dia, um bando de assalariados assalta, rouba e destroi a residencia do Prior. Salvo quási por milagre, vai esconder-se em La Rochelle, passa a Inglaterra, e Felipe II, sempre inquieto, manda atrás d'êle um emissário com o fim expresso de o envenenar.

O coração da grei palpita por êle em tão claro e regular movimento, que o espirito do rei estranjeiro inventa preocupações e sobresaltos. Ele está pobre e doente, é quási uma sombra, mas Felipe II não o esquece nem quando traça os planos que hão-de revolucionar as maiores potencias da Europa.

Na aliança com a Liga francesa, que ateou na França uma guerra civil, exije a entrega do pretendente português; na Inglaterra, para auxiliar os conspiradores de Maria Stuart, reclama a prisão de D. Antonio. E Arzilla, a conquista gloriosa de Afonso V, foi cedida ao rei de Marrocos, para que não fizesse um emprestimo ao Prior do Crato.

Digitized by Google

Tinham-nos prometido que *união* nunca significaria *incorporação*, e de quanto foramos, apenas *Os Lusiadas*, como um epitafio, lembravam Portugal.

Os nossos navios eram tomados na carreira da India e levados para Inglaterra afim de que nos seus estaleiros conhecessem os segredos da nossa construção. Os soldados, sob o comando de generais espanhois, contra os capitulos das côrtes de Tomar, eram atirados para guerras que não nos interessavam. Para a *Invencivel Armada*, como conta Victor Hugo nos versos sonoros da *Légende des Siècles*,

L'Allemagne a donné ses ourques redoutables,
Naples ses brigantins, Cadix ses galions,
Lisbonne ses marins, car il faut des lions.

Todas as possessões ultramarinas caíam nas mãos dos ingleses e holandeses, ou então, como as Molucas, eram pelo *Rei de Espanha e de Portugal* desanexadas da corôa portuguesa e declaradas pertencentes à de Castela. Não era união nem incorporação, na verdade, era uma espoliação, que ficava eternamente bradando o que são e o que valem as vantajosas promessas com que os iberistas procuram seduzir-nos.

O passado, ensina Balzac, assemelha-se singularmente ao futuro; contar o que foi, é quasi sempre dizer o que será.

Não quero sequer referir-me ao modo como os Filipes trataram em Portugal a fazenda publica, nem tem lugar aqui a lista das extorsões e tributos impostos. O francês Vertot, historiador da revolução de 1640, resume a angustiosa situação criada no reino nestas quatro palavras que eu leio:

«*On ne gardait plus de mesures en Portugal; on ne daignait pas même employer les prétextes ordinaires pour exiger de l'argent du peuple; il semblait que ce fussent des contributions que l'on fit payer dans un pays ennemi plutôt qu'un légitime tribut qu'on levât sur des sujets.*»

Quando os portugueses enviavam representações mostrando como eram excessivos os impostos com que estavam sobrecarregados, o insolente ministro espanhol respondia numa ameaça: «*Las necessidades de un gran rey no se arreglan según la miseria de los pueblos, y harta moderación y prudencia se usa en pedir con decoro lo que podria exigir-se por la fuerza.*»

Nos capitulos jurados em Tomar o rei católico havia declarado que todos os oficios de fazenda e de justiça seriam providos em portugueses, e afinal só castelhanos eram nomeados, e já se preparava, tambem contra a formal promessa de Felippe II, levar as côrtes portuguesas a reuirem juntamente com as de Castela.

Digitized by Google

O odio aos espanhois era cada vez mais intenso. Em repetidos motins ele se revelava. Um dia, o suplicio dum piloto, é bastante para que o povo revolto párta à pedrada as portas e janelas dos paços do vice-rei; outra vez é Evora que se revolta, e atrás dela todo o Alentejo e Algarve. E como se um rastilho se tivesse incendiado, alarga-se por todo o reino, e fica repercurtindo nele, o grito de independencia. Já não era possivel sufoca-lo mais. Nenhuma das vantagens prometidas nas Côrtes de Tomar fôra concedida. Cada promessa era um engano. Em menos de 60 anos o reino estava de facto reduzido à condição de provincia espanhola. Bastava uma faúlha para atear o incendio.

Do alto do pulpito os padres dizem palavras inflamadas de patriotismo. Contam-se casos picarescos.

Certo dia um frade prégava sobre o amôr do proximo, e voltado para o povo, muito cumpungido, diz-lhe: «*Irmãos, Deus manda-nos amar o nosso proximo, que é toda a casta de bicho estranho, Moiros, Judeus, e até, o que parece incrivel, os nossos tiranos espanhois!*»

Duma outra vez em que o arquiduque Alberto assistia tambem a um sermão, era prégador um padre jesuita de grande nomeada. E tendo de falar sobre o Evangelho do Paralitico, tomou por tema aquelas palavras: *Surge, tolle grabatum tuum et ambula*, e virando-se para o vice-rei, tomou-lhe a benevolencia, dizendo: Serenissimo Principe, querem estas palavras dizer em bom português, levantai-vos, tomai fato e cabana, andai, ide-vos para vossa terra!

A antipatía pelo castelhano revela-se em tudo. Um autor contemporaneo citado por Lafuente, resume toda a situação do reino nestas palavras claras: *La nobleza más que nunca oprimida y desestimada, cargada la plebe, quejosa la Iglesia.*

O proprio Miguel de Vasconcelos reconhecia a excitação que lavrava, e escrevia para Madrid cartas atrás de cartas, dizendo que não podia continuar um tão violento estado de coisas. E de là respondiam recomendando: «*Aos N. N. engana-los, e cavalgar-lhes as parentas!*»

Porêm nem as atrocidades e violencias de meio seculo conseguiram submeter Portugal, desnacionaliza-lo, confundi-lo no corpo imenso da monarquia espanhola. O sentimento da nacionalidade manifesta-se vigorosamente na longa ansia com que o Encoberto era esperado. E em menos de tres horas toda a obra de Felipe II se aluía estrepitosamente. «*Este breve plazo*, reconhece Lafuente, *bastó para consumar una de las más grandes revoluciones que pueden hacerse en un pueblo, lo cual no se realisa si no cuando hay justicia en el fondo de la causa, y cuando la opinión pública está muy preparada y madura.*»

Digitized by Google

Portugal ressurgia. O entusiasmo era igual por toda a parte. Em nenhuma cidade ou vila houve a mais leve oposição ao movimento revolucionario ou o menor sintoma de símpatia pela Espanha.

A unanimidade da revolução mostra como estava vivo em todos os corações o pensamento da independencia. Foi essa unanimidade que a tornou irresistivel e mais uma vez afiançou que não foram os acasos da politica nem a fortuna dos campos de batalha quem aqui erigiu uma Nação. Não seria possivel esse movimento espontaneo e igual, que se observa na feliz aclamação do Senhor D. João IV, se uma intima união não ligasse entre si todos os portugueses. Só a ideia da Patria pode confundir assim numa aspiração unica todas as classes e todos os cidadãos.

Para levantar o rei legitimo sem macula de estrangeirismo, não foi preciso outro tiro além daquêle que varou o coração de Miguel de Vasconcelos. E dentro de vinte dias a nova realeza ficava consagrada pela aclamação unanime dos tres Estados, e pelo juramento que eles prestavam sem a minima hesitação, se mostrava como era sincera e estreita a aliança entre o rei e o povo.

O primeiro cuidado das Côrtes foi tornar bem claras as regras da sucessão, representando ao soberano que por uma lei estabelecesse explicitamente as regras da hereditariedade do trôno, excluindo o rei ou o principe estrangeiro e seus filhos, embora fossem parentes do ultimo soberano possuidor, declarando habilitado só o que fosse natural e português legitimo, nascido no país e obrigado a residir nêle, e determinando que, extinta a descendencia por linha recta, se devolvesse a sucessão áquéla das tres familias mais proximas do sangue real que fosse designada, guardada a ordem da vocação dos sexos e das idades, pondo-se assim termo a todas as duvidas e incertezas.

A' gloriosa revolução segue-se a inevitavel guerra. O dominio castelhano deixára Portugal muito minguado e completamente desprovido de meios de defesa. Mas o amôr da Terra aquecendo os corações para o resgate da Patria, valia ás dificuldades em que o reino se achava. Não ha dinheiro, nem armas, nem cavalos; mas os oficiais não aceitam soldo e não se encontra quem recuse sacrificios.

Entre escaramuças e correrias ía levado o tempo, sem outras vantagens mais alem de adextrar os soldados e os tornar aguerridos.

Já os portugueses faziam guerra ofensiva e entravam por ter-

Digitized by Google

ras de Castéla numa vitória facil. Nãs tinham, porem, importancia os sucessos da campaaha, e por acertado aviso assentaram os nossos em limitar seus esforços à defesa do próprio territorio. Era esse tambem o conselho da Historia; sempre batemos os espanhois quando defendiamos o solo da Patria, e nem sempre fomos igualmente felizes quando invadimos os seus estados.

Mas porque houvesse ainda um soldado lembrado de Valverde, determinou-se ele a entrar em Espanha, e nos camplos planos de Montijo mais uma vez deixou humilhadas as armas espanholas.

A vitória de Montijo consolidava verdadeiramente a corôa de D. João IV e ao mesmo tempo exaltava o espirito portuguêS, enchendo-o de fé e de coragem. Quando as tropas castelhanas, num delirio cego de destruíção, irritadas com a derrota, lançam fogo á aldeia de Santo Aleixo, os velhos e as crianças entricheiram-se nas casas e na capéla, e atiram até contra o inimigo as pedras das sepulturas.

Assim se preparou o exercito que ganhou depois as grandes batalhas das Linhas de Elvas, Ameixial, Montes Claros, nomes que chegam ainda hoje aos ouvidos portugueses com o timbre metalico dum clarim de guerra.

O fulgôr da batalha das Linhas de Elvas, onde os espanhois, como os franceses em Sédan, perderam todo o seu material de guerra, todos os seus armamentos, e deixaram mais de metade do seu exercito caír prisioneiro, não faz porem esquecer a defesa obscura da vila de Monção.

Aluídas as muralhas, esgotadas as munições e os mantimentos, desfeita a guarnição, perdida toda a esperança de socorros, nem por isso a defesa termina, e as muiheres, os feridos, os enfermos, todos veem combater, ninguem ali dentro pensa sequer em render-se.

A constancia aumentava o ardôr da defesa. No fim de quatro meses de estreitissimo assedio, os castelhanos souberam a situação desesperada da praça, e resolveram pôr termo ao cêrco concentrando todos os seus esforços num violento assalto.

A artilharia portuguesa dorme exausta nas carretas; não tem com que fazer fogo. Os castelhanos, protegidos pelas suas baterias, encostam escadas aos muros derrocados. Mas apenas êles investem contra as muralhas, toda a população esfomeada e doente corre como louca aos parapeitos, e entre nuvens de balas arremessa sôbre os assaltantes troncos de arvores a arder, arranca as traves das casas e lança-as tambem incendiadas, despeja panélas de azeite fervente, despenha as proprias pedras das muralhas...

Os espanhois fogem espavoridos, e no terror que os tomou, deixam ainda as escadas encostadas aos muros, e os sitiados, num extremo de exaltação e de raiva heroica, gritam, insultam-nos,

Digitized by Google

berram-lhes dos parapeitos que voltem, que deem aos chefes conta das escadas!

A furia é igual em toda a vila. Os espanhois assaltam uma casa que se transformara em hospital, e todos os doentes saem da cama, para encontrarem mais depressa a morte em desesperado combate.

Era tal a fome que ia na vila, que alguns soldados chêgaram a precipitar-se sobre o cadaver de um dos seus camaradas, para o assarem e comerem. E no entanto não se rendem. Era a loucura do patriotismo.

Os castelhanos propõem uma capitulação honrosa, e ainda ha quem pense em repudia-la, sem atender a que estão esgotados já todos os meios de defesa. Dos seiscentos soldados e mil e quatrocentos moradores que tinham pegado em armas quando começou o cerco, não ha agora mais de duzentos homens, e sem esperança alguma de serem socorridos. Aceitou-se, pois, capitular. E foi o mais honrosamente possivel que a guarnição saíu da praça, com armas e bagagens. as bandeiras despregadas e os tambores rufando.

E entre murmurios de espanto os espanhois viram desfilar apenas 236 homens, livídos, desfalecidos, que não se sabia bem como podiam ainda suster as armas. E voltando-se para os seus soldados, o general castelhano prestou a sua homenagem ao valôr português apresentando-lhe os heroicos defensores de Monção como os melhores modêlos que todos deviam seguir de intrepidez e brio militar.

*

Digam-me V. Ex.as, depois da evocação de tantos sacrificios sublimes como os dêste cêrco, se seria justo falar ainda na anexação de Portugal a Espanha. Os proprios mortos se revoltariam para nos amaldiçoar.

Resistimos sempre a essa ideia, contra ela lutámos heroicamente e afinal vencemos.

Quando a seguir á derrota de Montes-Claros, Felipe IV recebeu uma carta do marquês de Caracena annunciando-lhe a nova fatal, ao chegar a esse acontecimento deixou caír a carta no chão, e sem atentar no mensageiro que esperava uma resposta, entrou no seu aposento dizendo: *Parece que lo quiere Dios!* Sim, é Deus que o quer. A terra foi um dia conquistada, não o foram nunca os corações. A obra da unidade iberica só materialmente póde sêr feita: a unidade moral, a unidade politica não se realizou nunca. Não era facil apagar, confessa Lafuente, os antigos odios e antipatias entre os dois povos. A nacionalidade portuguesa foi semper

Digitized by Google

tão vigorosamente distinta, que os galegos do exercito de D. Tareja eram chamados nas cronicas contemporaneas—*indignos estrangeiros.*

Eu não invoquei o passado para ficarmos diante dêle numa devota contemplação saudosa. A recordação dos feitos heroicos tem um mais alto sentido: é uma fonte de vida, nela se fortalecem as nossas esperanças e o coração toma esforço.

A Espanha de hoje já não é a Espanha teatral de Felippe II, falta-lhe Napoles e a Sicilia, não tem o Milanez nem a Flandres. Estão desfeitos os Terços, e o Sol já morre sem vêr terras de Espanha.

No dia em que Cervantes voltou manco de Lepanto e queimou os livros que educaram D. Quixote, tambem a Espanha ficou manca para as empresas da cavalaria. As lanças e os mosquetes dos veteranos do Duque de Alba enferrujaram na panoplia de Sancho Pança.

Tão diferentes são as nossas tradições, que não poderemos nunca confundir-nos. Quando o genio castelhano atinge a sua maxima expansão, é a guerra e só a guerra a sua maneira caracteristica de lutar pela vida. O fim supremo da civilisação portuguêsa é a luta pacifica e produtiva. A maior grandeza de Espanha coincide com o reinado de Felipe II, síntese perfeita do seu espirito sombrio de destruição e conquista; em Portugal é com o Mestre de Aviz, rei criado pela grei, defensor da Patria em nome da grei contra o castelhanismo absorvente, que o espirito português se afirma.

A Espanha é grande formando um cordão de lanças á roda do mundo e desencadeando dentro dêle todos os horrores da guerra; o verdadeiro apogeu da vida nacional portuguesa é a epoca de D. João I, em que os concelhos, alçando o Rei pelo seu unico esforço, intimamente se aliam com ele.

A invasão castelhana que se dicidiu em Aljubarrota, intensificou o sentimento da nacionalidade.

A' volta do Rei, que eles criaram, todos os corações portugueses palpitam unidos nessa hora de agonia em que a gleba era ameaçada.

Duma banda fica um povo de agricultores e mercadores que deseja trabalhar pacificamente dentro da sua Terra e para isso intemerato defende a Patria que criara e robustecera; ergue-se do outro lado um povo impetuoso e ardido, cego pela paixão da guerra e do dominio. A' arrogante ambição castelhana, tantas vezes manifestada nas ofensivas ardentes das algaradas fronteiriças, os portugueses limitaram sempre os seus esforços a uma defesa energica e triunfante. E' na resistencia heroica dentro das pedras mal juntas de uma fortaleza, que se revela o genio militar portu-

Digitized by Google

guês. A defesa dos cercos de Almada, Lisbôa, Elvas, Monção, Campo-Maior, valem mais do que as mais aguerridas batalhas.

E' ao municipio que se deve a resistencia á absorção castelhana. O municipio organizando ds classes produtoras, ao mesmo tempo que lhes aumentava a riqueza, erigia-as em forte potencia politica e permitia-lhes assim estorvar a marcha violenta da invasão. Quanto mais vida e mais vigor tiveram os municipios, mais vida e mais força nacional teve o país.

E' todo posto na Terra a cuidado dos nossos primeiros reis. Sobre as ruínas ainda quentes que herdara de seu pai, Sancho I entrega-se logo a enriquecer com forais as povoações restauradas e as novas vilas; Afonso II ordena por meio de aforamentos a cultura da terra, funda granjas, casais e aldeias, manda repovoar as regiões assoladas; Sancho II, no meio de uma luta intensa, não se esquece de fomentar a vida municipal, dá a Elvas moradores cristãos e restaura Idanha; ninguem se ocupou melhor da cultura e população do país do que Afonso III; seu filho ficou chamado o *Rei Lavrador*, — cognome que simboliza á maravilha o carater produtivo da Nação e o espirito patriarcal da dinastia —, e enquanto êle institui feiras onde se não vendessem mais que instrumentos para os trabalhos rurais e isenta de pagar dizimos e colheita a quem tiver aberto mais de uma legua de terra marinha, sua mulher, a rainha Santa Isabel, funda um hospicio para as filhas dos lavradores, pois que se os nobres são para defender a terra, os lavradores são para a manter. E como numa síntese de toda esta exuberante vida agricola, D. Pedro I exclama: «*Não merece ser o Rei o que cada dia não faz mercê ou beneficio a seu Reino*».

Depois que os *fumos da India* se espalharam sobre os campos da Patria e os escureceram, ainda o melancólico Sá de Miranda quiz lembrar ao Senhor de Basto o sentido da terra, e lhe escreveu dizendo que:

Quando os antigos alguem
Louvavam, não de Senhor,
Não de rico era o louvor,
Chamavam-lhe homem de bem,
E inda bom lavrador.

A nossa gente que quiz
Arremedar os louvores,
que agora parecem vis,
Aos bons reis Sancho e Diniz
Chamaram-lhe lavradores.

Digitized by Google

Assim se fixou duma maneira definitiva a vocação da grei. E' no trabalho pacifico da terra que o povo português encontra contentamento. O lavrador é chamado nos livros antigos *um homem bom* e D. Diniz escreve no seu testamento que eles são *os nervos da republica.*

Se a aventura maritima fez distrair os olhos da Terra, não é um desejo abrasado de conquista que aparelha as Naus; é para que os mercadores possam exercer mais amplamente a sua actividade mercantil que se abrem ao vento os panos das velas. As descobertas teem sobretudo um objectivo economico. Não se partia para elas, como diz Pedro Nunes, «a acertar», mas os nossos navegantes iam «mui ensinados e providos de instrumentos», ao contrario do que se fazia em Espanha, onde Colombo podia escrever: *ya dije que para la esecusion de la impresa de las Indias no me aprovecho razon, ni matematica, ni mapa-mundos...*

A civilização espanhola é feita exclusivamente por turbulentos e energicos guerreiros. Foi destruindo que a Espanha alcançou o seu maximo instante de gloria. Toda a sua historia é uma luta dramatica, longa e tenaz, para alargar a sua vida de conquistas. Primeiro é a guerra constante, obstinada, contra as populações laboriosas das planicies ferteis; consome-se depois em violentos conflitos internos, — verdadeiras guerras; — e leva finalmente as suas rudes lanças até ás riquissimas cidades das zonas maritimas da Europa. Como colonizador, é ainda pela feroz opressão com que esmagou as colonias e as perdeu, que o espanhol se distingue de nós que, pelo contrario, foi pela doçura com que as governamos, que em bôa parte conseguimos mantê-las.

A sua actividade guerreira parece não querer findar. Depois dos desastres das Filipinas, Cuba e Porto Rico, — ultimos restos desse imperio imenso onde nunca se encobria o Sol, — o seu primeiro grito foi: *Aun tenemos Portugal!*

Sempre a mesma aspiração. São-lhe exiguos os pomares de Valencia e não lhe bastam os jardins exuberantes da Andaluzia. Da aridez desolada do Planalto, onde nem urze cresce, fogem-lhe os olhos para a claridade verdejante dos fertilissimos vales portugueses.

Só uma vigorosa politica nacional pode tornar essa ameaça em fumo perdido no meio do vento. E uma politica nacional só se consegue pelo regresso á tradição, no amôr da Terra e na lembrança dos Mortos.

Démos á palavra Patria, como queria Fustel de Coulanges, o seu sentido antigo e literal: *Terra Patrum*, Terra dos Avós, a Nação tal qual os nossos antepassados a fizeram.

E' nos Mortos que a nossa sensibilidade e o nosso pensamento encontram a sua origem, é aceitando as condições de vida proclamadas por eles que tomamos consciencia da formação da nossa terra e das particularidades do seu genio.

Digitized by Google

Presos a essa cadeia eterna, a nossa individualidade desenvolver-se-ha no seu meio proprio, expandindo-se depois segundo as caracteristicas da nossa civilisação.

E' debruçando-nos sobre os tumulos que se aprendem as realidades misteriosas da vida. O culto dos Mortos ensina-nos a pensar e a sentir. E' a sua alma que fórma a nossa alma, e é na energia que ela nos transmite, que os sonhos seculares da raça tomam novo vigôr. Quando os nossos actos contrariam o Passado e o negam, ou são estereis, ou envolvem-nos então naquela apagada e vil tristeza que precede o aniquilamento das nações.

A tradição é o resultado da experiencia e da reflexão dos seculos passados. O que caracteriza a sociedade humana é precisamente a transmissão do passado ao presente, ou, como dizia Auguste Comte, «*la cooperation successive*».

Transpondo as palavras de Gioberti, eu lembro que os portugueses só saberão o que podem ser, quando se recordem de aquilo que foram.

Destruir a tradição dum povo é matar uma personalidade historica. A historia não é um produto de convenções, feitas para nos encantar, é um valor real em que se encontram sintetizadas as qualidades proprias, originais duma raça.

Na reconstituição do nosso organismo social, segundo as exigencias etnicas e o labor ininterruto da tradição através de longos séculos, é que acharemos a estabilidade que nos garanta a paz e a fortuna. Quanto mais desgraçada é a Patria, mais amôr lhe devemos têr. Tome cada um de nós a noção exacta do seu dever em frente da Nação. Identifique-se o nosso interesse com o interesse suprêmo da Patria, e persuadidos todos de que jamais deixaremos de ser parte integrante dêsse grande organismo colectivo, lancemo-nos no trabalho de recompôr o desmantelado solar da raça, entoando a par um canto ardente de confiança na vida. A desesperança é a inimiga velha da victoria.

Acordado assim o sentimento nacional, organizar-se-hão, lenta e seguramente, as forças materiais, economicas e militares do país. Para ser livre é necessario ser forte. A resignação, o recolhimento e a paz podem ser o caminho para a celeste torre em que a alma se abrasa no amôr de Deus, mas não é por lá que chega ao alto da colina donde se proclama a grandeza da Patria.

Uma sociedade póde talvez viver sem herois, nenhuma ainda, porem, desapareceu enquanto os teve, e antes muitos povos morreram logo que eles faltaram.

Assim como o sindicalismo foi o processo de redenção do proletariado perante as classes burguesas, assim o perfeito sentimento de solidariedade de raça e de historia, dando direcção aos destinos nacionais, deve ser o nosso processo de redenção em face

Digitized by Google

dos extrangeiros do exterior e do interior, que nos ameaçam e sufocam.

E' um facto real o principio de que partimos: a Nação; é um sentimento comum o sentimento que nos anima: o sentimento nacional.

Quando a França ameaçou a Alemanha, o cosmopolitismo de Lessing e Schiller converteu-se no nacionalismo de Fichte e Körner, e foi então que um povo humilhado e vencido, venceu e humilhou. E' que o cosmopolitismo traz consigo o desprezo pela terra natal e o desdem das glorias nacionais, descrê do futuro, é uma doutrina de morte; o nacionalismo, tendo por unico fim a grandeza da Patria, enche o coração do homem com o orgulho da sua raça e da sua civilização original, quer que a sua terra seja a melhor e a maior do mundo, é uma fonte de amôr, de fé e de vida.

Quando George Sorel, o pontifice maximo do sindicalismo, procurou os meios que haviam de reformar a sociedade, só encontrou um, o mesmo que iluminou a alma dos primeiros cristãos e tornou as sombras das catacumbas claras como um sol: o heroismo.

Mas para que se alcance esta pura consciencia do sentimento nacional, é necessario abandonar as ilusões democraticas e republicanas que anarquizam a sociedade contemporanea, e reorganizar o Estado conforme a ordem natural hierarquica. E assim se constituirá um governo forte, que possa afirmar a nossa independencia e a possa manter.

Dizia Barrès ao ser recebido na Academia: «*Aujourd'hui comme hier, si l'anarchie menace, c'est Hercule le grand belluaire que l'on attend sur l'horizon pour défendre l'ordre contre l'assaut des demi-bêtes émergentes*».

Restaurada a Monarquia, renasceriam com ela todos os obstaculos que sempre impediram a união iberica. Só então se achará aqui quem saiba dar uma resposta clara ás pretenções castelhanas. E como D. Lourenço de Lima diante de Napoleão, que lhe perguntava se queriamos ser espanhois, responderemos todos vigorosa e clamorosamente: Não!

A Espanha não é uma nação irmã, é uma nação rival. Enquanto vivemos separados, tivémos gloria; quando nos uniram pela força agonizámos. Está feita a experiencia, sabemos os resultados dela. Esqueçamos mesmo a tirania dos Filipes e a sua péssima administração; mas o que ha de lembrar sempre é a resistencia que os portugueses puzeram em todos os tempos á união com Espanha, é a epopeia de 1640 a 1668, é Aljubarrota, Atoleiros, Trancoso, Elvas, Montes Claros, Ameixial, marcos miliarios das peregrinações armadas de Castela na terra bendita de Portugal.

Luis de Almeida Braga.

Digitized by Google

Digitized by Google

Bibliografia

Abbé Vertot — *Histoire des Revolutions de Portugal.*
Alexandre Herculano — *Historia de Portugal.*
André de Resende — *De Antiquitatibus Lusitaniæ.*
Augusto Filipe Simões — *Introducção á Archeologia da Peninsula ibérica.*
Aventivo — *La doctrine de Léon XIII contre le libéralisme et la démocracie.*
Calderon — *De la conquista y perdida de Portugal.*
Charles Maurras — *Kiel et Tanger.*
Christovão Ayres — *Historia do Exercito Portugués.*
Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado.*
D. Miguel Sotto-Maior — *As victorias dos portugueses.*
Doutor Ayres Varella — *Successos que houve nas fronteiras.*
Dr. Gregorio de Almeida — *Restauração de Portugal prodigiosa.*
E. Corradini — *Il volere d'Italia.*
Fernão Lopes — *Chronica d'el-rei D. Fernando.*
» » — *Chronica d'el-rei D. João I.*
Fr. Antonio Brandão — *Monarchia Lusitana.*
Gama Barros — *Historia da administração publica em Portugal nos seculos* XII *a* XV.
Georges Valois — *L'Homme qui vient.*
Henri de Monpezat — *Le Roi de France plutôt que le Roi de Prusse.*
J. Augusto Coelho — *Evolução geral das sociedades ibericas.*
J. Chamberlain — *El atraso de España.*
Jacques Bainville — *Bismarck et la France.*
Jeronimo Conestaggio — *Dell'Unione del regno di Portogallo abla corona di Castiglia.*
Joaquin Costa — *Estudios juridicos y politicos.*
Juan Valera — *Historia y Politica.*
Julio Navarro y Monzó — *Catalunha e as nacionalidades ibericas.*
Manoel Bento de Souza — *O Doutor Minerva.*
Marquês de Dosfuentes — *El alma nacional. Sus vicios y sus causas.*
» » » — *Genealogia psicologica del pueblo español.*
Maurice Barrès — *Scènes et doctrines du nationalisme.*
Mezzacapo — *Storia dei portoghesi.*
Modesto Lafuente — *Historia general de España.*
Padre Antonio Carvalho de Parada — *Justificação dos portuguezes libertarem o seu reino.*
Palmeirim — *Portugal e os seus detractores.*
Pedro Lopes de Ayala — *Chronica d'el-rei D. Juan el primero.*

Digitized by Google

Pereira da Cunha — *Não!*
Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal.*
Ragheot — *Lois scientifiques du développement des Nations.*
Rebello da Silva — *Historia de Portugal nos seculos* XVII *e* XVIII.
Schoeffer — *Historia de Portugal.*
Segalerva — *La unión ibérica.*
Sembat — *Faites un Roi sinon faites la paix.*
Velasco — *Justa Acclamação do Serenissimo Rey de Portugal D. João o IV.*
Vicente Gay — *El imperalismo y la guerra europea.*

Digitized by Google

ERRATA PRINCIPAL

Pag.	Lin	
64	6	*huas* por — *haas.*
64	7	*hons* por — *huns.*
108	22	*Van Dyck* por — Van Eyck.
172	13	*sete mil milhões* por — setenta milhões.
265	34	*rico* por — iberico.

Digitized by Google

Digitized by Google

INDICE

O Território e a Raça 9
Por Antonio Sardinha.

A Lingua e a Arte 77
Por Hippólyto Raposo.

Musica e Instrumentos 119
Por Luís de Freitas Branco.

Aspectos Económicos 145
Por José Pequito Rebello.

Colonizações Ibéricas 191
Por Ruy Ennes Ulrich.

Direito e Instituições 221
Por A. Xavier Cordeiro.

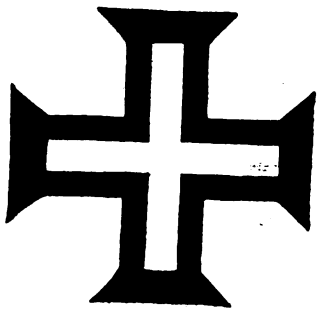
Aspectos Politico-Militares 263
Por Vasco de Carvalho.

Lição dos Factos 291
Por Luís de Almeida Braga.

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google



Digitized by Google

Digitized by Google

Princeton University Library
32101 067316933

Digitized by Google

Digitized by Google